UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ALINE SIMPLICIO DA SILVA

O educador Paulo Freire na mira do discurso de ódio do bolsonarismo: uma análise crítica discursiva

RECIFE
2026

ALINE SIMPLICIO DA SILVA

O educador Paulo Freire na mira do discurso de ódio do bolsonarismo: uma análise crítica discursiva

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Co-orientadora: Profa. Dra. Alexcina Oliveira Cirne

RECIFE
2026

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Prof. Dr. Pe. Carlos Fritzen, SJ. (Reitor)

Prof. Dr. Pe. Delmar Araújo Cardoso, SJ. (Vice-Reitor)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

Prof. Dr. Juliano Mendonça Domingues da Silva (Pró-Reitor)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Profª Drª. Flávia Tavares da Costa Ramos (Diretor)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Profª. Drª. Elaine Pereira Daróz (Coordenadora)

Profª. Drª. Nádia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo (Vice-coordenadora)

Ficha Catalográfica

S586e Silva, Aline Simplicio da.
O educador Paulo Freire na mira do discurso de ódio do bolsonarismo : uma análise crítica discursiva / Aline Simplicio da Silva, 2026.
296 f. : il.

Orientador: Antonio Henrique Coutelo de Moraes.
Coorientador(a): Alexcina Oliveira Cirne.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado em Ciências da Linguagem, 2026.

1. Análise crítica do discurso. 2. Freire, Paulo, 1921-1997. 3. Professores. 4. Discurso de ódio. I. Título.
CDU 801

Luciana Vidal CRB-4/1338

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte, a reprodução e a divulgação total ou parcial desta tese, por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Aline Simplicio da Silva

O EDUCADOR PAULO FREIRE NA MIRA DO DISCURSO DE ÓDIO DO BOLSONARISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DISCURSIVA

Esta Tese foi julgada APROVADA para obtenção do Título de Doutora em Ciências da Linguagem. Foi aprovada em sua forma final.

Recife, 04 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ELAINE PEREIRA DAROZ
Data: 03/05/2026 19:30:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª . Elaine Pereira Daróz
Coordenadora do PPGCL

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES
Data: 26/04/2026 13:46:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Orientador - Universidade Católica de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALEXCINA OLIVEIRA CIRNE
Data: 27/04/2026 09:12:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª Alexcina de Oliveira Cirne
Co-orientadora – Universidade Católica de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA ALCIONE GONCALVES DA COSTA
Data: 30/04/2026 10:53:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Maria Alcione Gonçalves da Costa
Examinadora externa – Instituto Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALINE FERNANDA VENTURA SAVIO LEITE
Data: 26/04/2026 15:30:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr ª Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Examinadora externa – Universidade Federal de Rondonópolis

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROSSANA REGINA GUIMARAES RAMOS HENZ
Data: 27/04/2026 11:55:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Rossana Regina Guimarães Ramos Henz
Examinadora interna - Universidade Católica de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br
KARL HEINZ EFKEN
Data: 30/04/2026 09:52:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Karl Heinz Efken
Examinador interno – Universidade Católica de Pernambuco

Dedicatória

À Laura Cecília, minha maior fonte de inspiração para trilhar todos os caminhos da vida.

Epígrafe

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...

- *Rubem Alves*

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de força, agradeço por me sustentar em cada etapa desta jornada. Em meio aos desafios e incertezas, foi na fé que encontrei coragem para seguir adiante.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Antonio Coutelo e Prof. Dra Alexcina Cirne, quero externar minha mais profunda gratidão pela orientação atenta, pelas necessárias contribuições teóricas e metodológicas, e, sobretudo, pela generosidade e paciência que marcaram todo o percurso desta pesquisa. A cada um, meu respeito e reconhecimento por acreditarem na relevância deste trabalho e por partilharem o saber.

Aos membros internos e externos da banca examinadora, Profª Drª Rossana Henz, Prof. Dr. Karl Heinz, Profª Drª Alcione Costa e Prof. Dr. Anderson Menezes, agradeço pela leitura cuidadosa e criteriosa do trabalho, pelas sugestões enriquecedoras e pelo diálogo acadêmico que ampliou a maturidade teórica desta tese. A escuta atenta nos permite aprender e podem ter certeza de que ouvi cada um de vocês com cuidado e carinho.

A minha filha, Laura Cecília, que mudou a forma como vejo o mundo e que é hoje uma das maiores inspirações da minha vida. Que você, filha, veja nesta conquista, o reflexo da persistência e da crença em dias melhores. A João Paulo, pai de Laura, agradeço pelo apoio ao longo desta caminhada.

Aos meus pais, Maria e Adalberto, que me ensinaram o valor do estudo, da honestidade, da humildade e da perseverança. Tenho certeza de que se orgulham do caminho que trilhei e se veem em minhas conquistas. Aos meus irmãos, Amanda e Adalberto Filho, e ao meu cunhado, Amistein, agradeço pelo carinho, incentivo e presença constante. Por ouvirem por tantas vezes o desespero acadêmico e me acalmarem com a tranquilidade que eu precisava. Às minhas sobrinhas, Letícia, Clara e Ester, por representarem a leveza e a alegria que renovam o sentido de tudo.

À amiga de doutorado Marineide, por compartilhar os desafios, as leituras e os aprendizados, nossa parceria tornou o percurso mais leve e significativo e sua conquista me fez acreditar que era possível seguir. Às amigas de trabalho, que ouviram por tantas vezes os encantos e desencantos que fazem parte do processo, Andrea, Rejane, Albaneide, Rose e Anaíra, pela amizade, pelo apoio cotidiano e pela compreensão nos momentos de ausência. Às

amigas da vida, Elisanna, Jaqueline e Cíntia por estarem sempre presentes, oferecendo amor, escuta, incentivo e companhia.

À Lucineide e Ivone, pela dedicação, cuidado e apoio prático e emocional nos momentos em que a rotina se tornava mais intensa. O cuidado de vocês com Laura me fez conseguir chegar até aqui. Serei eternamente grata.

Aos meus estudantes da educação básica que me fazem acreditar diariamente que fazer educação de qualidade é possível, necessário e urgente. Consigo enxergar um mundo melhor através dos olhos de vocês e isso me dá ânimo para persistir.

Aos professores que trabalham comigo e que me inspiram em suas práticas diárias. Olhar vocês me faz querer contribuir com a construção de um país mais justo, no qual o acesso à educação pública de qualidade não seja utopia.

Por fim, agradeço a todos e todas, familiares, amigos, colegas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção deste trabalho, seja com uma palavra de incentivo, um gesto de apoio, uma oração. Cada contribuição foi essencial para que esta tese se tornasse realidade.

Minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar, à luz do arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso, os discursos de ódio, contra o educador Paulo Freire, proferidos pelo ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub. Buscamos compreender quais os sentidos construídos a partir da circulação desses discursos, bem como identificar as suas repercussões ideológicas na e pela sociedade. Situamos nossa escolha de pesquisa em um contexto histórico, com a campanha política para Presidência da República Federativa do Brasil, em 2018, no qual foi assumida uma postura política e ideológica que associa Freire ao fracasso da educação no país, associando também a ideologia de esquerda, a militância e o dito comunismo a esse fracasso. Assim sendo, nosso *corpus* é constituído por dois blocos analíticos. O primeiro bloco traz recortes de três entrevistas concedidas pelo ex-ministro da educação (sendo uma ao canal no YouTube de Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, uma à Gazeta do Povo e uma à Jovem Pan) e recortes de três falas do ex-presidente (sendo uma em sabatina da Rede TV, uma em debate do UOL e uma em coletiva à imprensa). Salientamos, como marco temporal, que os discursos de ódio analisados, nesse primeiro bloco, foram ditos entre os anos de 2019 e 2022. No que diz respeito ao segundo bloco analítico, analisamos falas de parlamentares, aliados políticos, líderes religiosos e mídias sociais, com vistas a compreender as teias discursivas que sustentam o discurso de ódio institucionalizado contra Freire e contra os professores durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Os critérios de escolha e seleção de nosso *corpus* consideraram três questões substanciais: a relação do dito com nosso objeto de pesquisa, a significativa circulação na sociedade e a sua repercussão. No que diz respeito ao arcabouço teórico que embasou nossas análises, este é de abordagem multidisciplinar da Análise Crítica do Discurso com ênfase nos postulados de Fairclough (1995, 1999, 2001, 2003a) para nos apropriar dos conceitos de *ideologia, intertextualidade e interdiscursividade.* Para compreendermos sobre o conceito de *hegemonia* recorremos à Gramsci (2007) e Fairclough (2001, 2003a). Sobre *poder simbólico*, respaldamos nossa pesquisa a partir de Bourdieu (1989). No que diz respeito à teoria das *representações sociais* utilizamos os estudos de Moscovici (1978) e Van Leeuwen (1996, 1997, 2008). Já com relação à Linguística Sistêmico-Funcional e as metafunções recorremos à Halliday (1994). No que diz respeito ao discurso de ódio, tomaremos como referência pesquisas de França (2019), Müller (2019), Sá (2020), dentre outros, buscando compreender os efeitos desse discurso e suas consequências sociais. Já no que diz respeito à compreensão sobre Paulo Freire e a docência, pautamos nossas discussões prioritariamente nas obras do próprio educador (1967; 1979; 1987; 1987; 1996; 1998; 2000). Os resultados obtidos com esta pesquisa revelam que os discursos de ódio contra Paulo Freire não se limitam a manifestações isoladas de desrespeito ou discordância, mas constituem práticas discursivas ideologicamente orientadas, voltadas à manutenção da opressão e das desigualdades sociais, funcionando como instrumentos de um projeto hegemônico que busca reconfigurar o campo educacional a partir da deslegitimação de saberes críticos e emancipatórios. Ao atacar a figura simbólica de Freire, representante de uma pedagogia do diálogo e da libertação, a extrema- direita reafirma um modelo de educação tecnicista, subordinado às lógicas do mercado e do controle político, deslocando o sentido social da educação do campo da formação crítica para o da obediência e da produtividade.

Palavras-chave: Paulo Freire. Docência. Discurso de Ódio. Análise Crítica.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze, through the theoretical and methodological framework of Critical Discourse Analysis, the hate speeches directed against educator Paulo Freire by the former President of Brazil, Jair Messias Bolsonaro, and the former Minister of Education, Abraham Weintraub. We sought to understand the meanings constructed from the circulation of these discourses, as well as to identify their ideological repercussions within and through society. Our research is situated in a historical context marked by the 2018 presidential campaign in Brazil, during which a political and ideological stance emerged that associated Freire with the failure of education in the country, linking left-wing ideology, militancy, and so-called communism to this failure. Thus, our corpus is composed of two analytical blocks. The first block includes excerpts from three interviews given by the former Minister of Education (one to Eduardo Bolsonaro's YouTube channel, one to Gazeta do Povo, and one to Jovem Pan), and excerpts from three statements made by the former President (one during a Rede TV interview, one in a UOL debate, and one in a press conference). As a temporal framework, we emphasize that the hate speeches analyzed in this first block were produced between 2019 and 2022. The second analytical block examines statements by parliamentarians, political allies, religious leaders, and social media posts, with the goal of understanding the discursive networks that sustain the institutionalized hate speech against Freire and teachers during Jair Messias Bolsonaro's government. The criteria for selecting our corpus considered three essential aspects: the relation of each statement to our research object, its significant social circulation, and its impact. The theoretical framework supporting our analyses draws on the multidisciplinary approach of Critical Discourse Analysis, with emphasis on Fairclough's (1995, 1999, 2001, 2003a) concepts of ideology, intertextuality, and interdiscursivity. To understand the concept of hegemony, we relied on Gramsci (2007) and Fairclough (2001, 2003a). Regarding symbolic power, our research is based on Bourdieu (1989). For social representation theory, we used the works of Moscovici (1978) and Van Leeuwen (1996, 1997, 2008). Concerning Systemic Functional Linguistics and metafunctions, we drew upon Halliday (1994). As for hate speech, we referenced studies by França (2019), Müller (2019), and Sá (2020), among others, seeking to understand the effects and social consequences of this discourse. Concerning Paulo Freire and teaching, our discussions are primarily grounded in the educator's own works (1967, 1979, 1987, 1996, 1998, 2000). The results of this research reveal that the hate speeches against Paulo Freire are not limited to isolated manifestations of disrespect or disagreement but constitute ideologically oriented discursive practices aimed at maintaining oppression and social inequalities. These discourses function as instruments of a hegemonic project that seeks to reconfigure the educational field through the delegitimization of critical and emancipatory knowledge. By attacking the symbolic figure of Freire—representative of a pedagogy of dialogue and liberation—the far-right reaffirms a technicist model of education, subordinated to market and political control logics, shifting the social meaning of education from the field of critical formation to that of obedience and productivity.

Keywords: Paulo Freire. Teaching. Hate Speech. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD - Análise Crítica do Discurso

AIE - Aparelhos Ideológicos do Estado

AI-5 - Ato Institucional Nº 5

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CNDE - Campanha Nacional pelo Direito à Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

EAD - Educação à Distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ICIRA - Instituto Chileno para a Reforma Agrária

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LC - Línguística Crítica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero,Ppan/Poli, Não-Binárias e Mais

LSF - Linguística Sistêmico- Funcional

MEC - Ministério da Educação

MESP - Movimento Escola Sem Partido

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs - Organizações Não Governamentais

PNA - Programa Nacional de Alfabetização

PSC - Partido Socialista Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Movimento contra Dilma Rousseff ……76
Figura 2 - Protestos ocorridos contra os cortes na educação durante governo Bolsonaro…...77
Figura 3- Questões Centrais na ACD ……..85
Figura 4 - Correspondência entre os significados do discurso e gênero, discurso e estilo…...93
Figura 5 - Trecho do Plano de Governo de Bolsonaro - 2018……196
Figura 6 - Protesto na Câmara em defesa ao MESP……...199
Figura 7 - Dados da Violência contra Professores……..201
Figura 8 - Percentual por região de professores que acreditam que as mídias sociais interferem na violência contra professores……...201
Figura 9 - Dados de mulheres matriculadas nos curso de pedagogia…….207
Figura 10 - Bolsonaro ensina criança a fazer símbolo de arma durante campanha de 2018…….212
Figura 11 - Twitter sobre estudantes ……..233
Figura 12 - Post de Weintraub no Twitter contra Paulo Freire……248
Figura 13 - Busto de Freire em Cambridge ……250
Figura 14 - Comentário de ódio contra professores …….. 259

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fala de Freire em entrevista ao programa Escola Viva ……51
Tabela 2 - Fala de Paulo Freire em entrevista ao programa Matéria Prima ……..72
Tabela 3 - Circulação de Fake News sobre fraude nas urnas eletrônicas …….139
Tabela 4 - Circulação de Fake News sobre eficácia da vacina contra COVID-19 ……140
Tabela 5 - Circulação de Fake News sobre MST……...…141
Tabela 6 -Relação entre as categorias de desinformação e os sentidos produzidos, baseados na pesquisa de Tomás e Tomás (2023).....143
Tabela 7 - Discursos sobre professores durante a pandemia……..146
Tabela 8 - Vagas ofertadas em concursos públicos entre os anos de 2013 e 2023……209
Tabela 9 - Vagas ofertadas em caráter temporário os anos de 2013 e 2023……...210
Tabela 10 - Histórico da Violência às Escolas no Brasil……213
Tabela 11- Jair Bolsonaro sobre TV Escola e entrevista de Abraham Weintraub…….236

Tabela 12 - Jair Bolsonaro na sabatina dos presidenciáveis e Weintraub no programa Morning Show ……241

Tabela 13 - Jair Bolsonaro no debate dos presidenciáveis do UOL e Weintraub no canal do Youtube de Eduardo Bolsonaro……251

Tabela 14 - Falas de líderes religiosos que incitam a (des)ordem……262

Tabela 15 - Fala de Bolsonaro durante discurso no Piauí……....265

Tabela 16 - Fala de Bolsonaro durante entrevista na GloboNews……..266

Tabela 17 - Discurso de Bolsonaro na Marcha para Jesus……....267

Tabela 18 - Fala de Onyx Lorenzoni……269

Tabela 19 - Discurso de Eduardo Bolsonaro durante ato em defesa do armamento em 2023……..272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Relação entre religião e voto para presidente no segundo turno de 2010 a 2018……....162

Gráfico 2- Relação entre religião e voto para presidente de acordo com as regiões do país……162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questões para análise textual……...96

Quadro 2 - Charge de Alberto Benett e comentários ……....257

Quadro 3 - Charge do Correio Braziliense e comentários de ódio contra Freire…….....260

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Metafunções, definições, contexto e finalidade.....91

Diagrama 2- Intertextualidade Stricto Sensu.....108

Diagrama 3 - Intertextualidade Lato Sensu.....108

SUMÁRIO

Introdução…….....18

Capítulo 1 - A pedagogia freireana como prática de resistência e construção democrática da educação……..36

1.1 De pé no chão também se aprende a ler: vida, obra e discurso educacional libertador de Paulo Freire……...37

1.2 Educação como prática de liberdade: o discurso educacional freireano como ameaça ao sistema opressor……47

1.3 Educação e dialogismo: pensamento crítico e reflexivo em oposição à educação bancária…….54

1.4 Educação como direito de todos e ferramenta de emancipação: protagonismo político do povo……...58

1.5 Educação como ato de liberdade e não de dominação: a luta contra-hegemônica de Paulo Freire…….....62

1.6 Os governos ditatoriais e a guerra contra Freire: a mentira como tática de governo……..68

Capítulo 2 - Fundamentos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional……80

2.1 ACD: um caminhar pela teoria ……..81

2.1.1 Fundamentos da ACD ……..82

2.1.2 Análise Crítica do Discurso em Fairclough e a Linguística Sistêmico-Funcional em Halliday ……...88

2.2 Categorias Analíticas……...95

2.2.1 Noções de ideologia…….....98

2.2.2 Noções de intertextualidade e interdiscursividade ……105

2.2.3 Hegemonia 111

2.2.4 Poder Simbólico …….....113

2.2.5 Teoria das representações sociais……...116

Capítulo 3 - As ideologias do discurso de ódio contra Paulo Freire……..…118

3.1 Raízes epistemológicas e origens históricas do discurso de ódio no Brasil……..….119

3.2 As dimensões ideológicas do discurso de ódio: uma abordagem linguística crítica…….…….128

3.3 O papel da ideologia na produção e circulação do discurso político de ódio……..……134

3.4 Educação brasileira como alvo de discurso de ódio: contextos recentes……142

Capítulo 4 - Redes intertextuais e alinhamento político-discursivo: presidente, ministro e os interesses da pauta bolsonarista……...151

4.1 A intertextualidade e o interdiscurso como constitutivos do discurso político…….....152
4.2 Religião e comportamento do eleitorado brasileiro: entre a identidade de fé e a retórica do ódio…….....158
4.2.1 As redes intertextuais da corrupção política e religiosa no Brasil durante o governo Bolsonaro…….…...164
4.3 A instrumentalização do discurso religioso como mecanismo de despolitização.....171
Capítulo 5 - Entre a deslegitimação e a resistência: representações sociais dos docentes no bolsonarismo ……175

5.1. O papel do professor nos documentos oficiais……176
5.1.1. A docência na LDB 9.394/96: princípios legais e papel social do professor……..177
5.1.2. A BNCC: competências, habilidades e expectativas em relação ao docente……180
5.2. A construção da deslegitimação docente como política de governo……183
5. 2.1. Discursos de ataque: o professor como doutrinador……183
5. 2.2. A rotatividade nos cargos do MEC e sua função política……188
5.2.3. A instrumentalização da religião e da moral na desqualificação da docência……..195
5.2.4. A violência simbólica contra professores no espaço público e midiático……..……198

5.3. Construções sociais da deslegitimação ……203
5.3.1. Necropolítica e o adoecimento docente: os impactos da deslegitimação sobre a saúde mental dos professores…….204

5.3.2. Precarização material: salários, condições de trabalho e desvalorização profissional……..208
5.3.3. Violência nas escolas: assassinatos, agressões e invasões……..….212

5.4 Movimentos de resistência docente……..216
5.4.1. Protestos e greves contra cortes de verba e contingenciamentos no ensino federal…….….218
5.4.2. Práticas pedagógicas de resistência no cotidiano escolar: redes de apoio e defesa da profissão docente……220
5.5. (Re)configurações docentes no pós-Bolsonaro……222
5.5.1. Políticas públicas de enfrentamento da violência nas escolas no governo de Luís Inácio Lula da Silva e a revalorização da docência como eixo da educação democrática…….223

Capítulo 6 - A conjuntura discursiva do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro da educação Abraham Weintraub: uma análise crítica do discurso de ódio contra Paulo Freire…….....226
6.1. O cenário político-ideológico do governo Bolsonaro: análise de conjuntura……227
6.2 Metodologia de pesquisa e escolha do corpus……234
6.3 Bloco analítico 1: falas de Bolsonaro e Weintraub sobre Paulo Freire……..236
6.3.1 Bloco analítico 2: falas de lideranças políticas, religiosas, midiáticas que colaboram para construção da narrativa de ódio……...…256
7. Considerações Finais.....278
8. Referências.....284

INTRODUÇÃO

Pesquisar o tema ‘discurso de ódio’ no Brasil demanda a retomada de diversos processos históricos, incluindo a escravização (de indígenas e negros) que inicia em 1550[1], atravessando também processos históricos referentes às questões de gênero e outros grupos minoritários. O discurso de ódio, entendido como a manifestação verbal, simbólica, comunicacional, física, psicológica, que inferioriza, marginaliza ou incita a violência contra grupos sociais específicos, não pode ser entendido como um fenômeno recente ou episódico. No Brasil, ele constitui parte fundamental da narrativa fundadora da nação, uma vez que desde o início da colonização portuguesa, o ódio foi articulado em discursos religiosos, legais, científicos e culturais para justificar práticas de dominação. Retomar estes períodos nos permite entender o discurso de ódio como um pilar estruturante da construção dos valores e das práticas sociais brasileiras.

A colonização, sustentada e fundamentada na lógica discursiva de desumanização dos povos originários, fomentou uma visão social de que os indígenas precisavam ser catequizados e expropriados das suas terras, costumes e crenças por serem “selvagens”, “inferiores” e “pagãos”. A violência a qual eram submetidos se justificava através do discurso eurocêntrico de que aqueles povos precisavam ser libertos do seu estado de barbárie (Bauman, 2013), deslegitimando a essência cultural, religiosa e humana dos indígenas.

Não estranhamente as raízes dos atos violentos, sejam de ordem discursiva ou física, perpetuam-se em nossa sociedade até os dias atuais. Dados da Agência Brasil[2] revelam que nos últimos dez anos houve um acréscimo de 201,43% no assassinato de indígenas no território brasileiro, sendo 70 assassinatos em 2014 e 211 em 2024[3]. O relatório nos traz que

> A análise dos dados de violências contra os Povos Indígenas no Brasil demonstra que as suas causas e consequências vinculam-se aos contextos de disputas econômicas, políticas, legislativas e jurídicas. Mas, também, revelam os sujeitos responsáveis pelas agressões contra as pessoas e suas vidas, contra os territórios e seus recursos ambientais, hídricos e minerais, assim como apontam para aqueles e aquelas que se

[1] Consideramos os primeiros africanos trazidos como escravizados ao Brasil, no entanto, reconhecemos que os povos originários foram escravizados desde o início da invasão dos portugueses às terras brasileiras.

[2] Agência Brasil é uma agência pública de notícias criada no governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo e responsável por veicular notícias sobre política, educação, direitos humanos, dentre outros assuntos. Para saber mais sobre os dados

[3] Os dados sobre o número de indígenas assassinados fazem parte do relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil”, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário. O relatório está disponível em <https://cimi.org.br/2025/07/relatorioviolencia2024/> Acesso em 30/07/2025.

> omitem, ou são negligentes, acerca de suas obrigações nas ações e serviços à população (Rangel e Liebgott, p. 20, 2025).

Esse processo histórico que dissemina práticas e discursos odiosos se sustenta nas bases sólidas do capitalismo, uma vez que revela a lógica de exploração, acúmulo de terras e bens e obtenção de lucros. Ainda que a violência seja um subterfúgio para atingir suas conquistas, a lógica do capital é validada também por outros mecanismos que tentam justificar o modo de agir.

Dentro dessa perspectiva, com a escravização dos povos africanos, instaurou-se um sistema econômico baseado na exploração da força física, sustentado por discursos racistas que associavam a negritude à barbárie, ao atraso, à inferioridade moral e intelectual. Estudos de Fernandes (1964/2008); Fanon (1952/2008); Dias e Canavêz (2022), revelam que a visão sobre o negro o coloca em uma posição de servidão e colaboram com a manutenção do racismo e nossa sociedade. Como diz Gonzalez (1984, p.225)

> Nós negros estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. (...) Porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes nós o sabemos) domesticar?

Nesse sentido, os discursos racistas não apenas buscam justificar a escravização, mas também estruturam as relações sociais, formando um imaginário coletivo que naturaliza a violência. O racismo, como discurso de ódio sistemático, tornou-se um instrumento de controle social e permanece, até hoje, como herança viva da colonização (Barros, 2022; Rocha, 2024).

De acordo com estudos demográficos e socioeconômicos recentes, a população negra no Brasil, composta por pessoas autodeclaradas pretas e pardas, apresenta os piores indicadores nas principais dimensões do desenvolvimento humano como: *educação, saúde, habitação, emprego, renda, exposição à violência e mortalidade.* Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), pessoas negras e pardas representam aproximadamente 56% da população brasileira[4], mas concentram ainda as maiores taxas de desocupação e vulnerabilidade social/econômica. No que diz respeito às condições de moradia, a população preta e parda tem menos acesso ao saneamento básico e menor acesso aos bens de consumo. No campo educacional, a taxa de analfabetismo entre negros é quase o dobro da registrada entre brancos (8,9% contra 4,3%, respectivamente), e as taxas de evasão escolar e de acesso ao ensino

[4] Os dados podem ser consultados no site <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/home> Acesso em 30/07/2025.

superior permanecem significativamente desiguais. Já com relação à violência, os dados são preocupantes, uma vez que demonstram uma disparidade da violência quando compara dados entre vítimas brancas e negras. O Atlas da Violência[5] aponta que 76,5% das vítimas de homicídio no país são negras, evidenciando um quadro alarmante de desigualdade letal.

As disparidades apresentadas demonstram que as vantagens estruturais historicamente acumuladas pela população branca (colonizadores) são mantidas, legitimadas e naturalizadas por meio de dinâmicas de poder sustentadas em estruturas históricas, culturais, institucionais e interpessoais. Essas desigualdades não são frutos de processos individuais ou casuais, mas decorrem de um sistema racializado de distribuição de recursos, oportunidades e reconhecimento social, cuja permanência reforça a hierarquia racial no Brasil contemporâneo.

Neste sentido, o discurso de ódio

> [...] é, do ponto de vista narrativo, um discurso de sanção aos sujeitos considerados como maus cumpridores de certos contratos sociais (de branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade e outros). E que, portanto, são reconhecidos como maus atores sociais, maus cidadãos (pretos ignorantes, maus usuários da língua, índios bárbaros, judeus perigosos, árabes fanáticos, homossexuais promíscuos) (Barros: 2014, p. 6, 8).

A independência e a formação do Estado brasileiro, apesar de representar um processo de ruptura com o passado colonial, não romperam com essas estruturas simbólicas dos escravocratas. As elites políticas e intelectuais passaram a consolidar um projeto de nação excludente, centrado em ideais europeus de civilização com o propósito de preservar os interesses econômicos e sociais das elites, mantendo um ciclo de privilégios que se perpetua até os dias atuais (Pacífico, 2024). O discurso de ódio contra os pobres, os negros libertos e os indígenas foi cada vez mais sendo reforçado por teorias que legitimavam políticas segregacionistas.

No campo político, o Estado brasileiro reprimiu, historicamente, movimentos populares, utilizando-se de discursos criminalizantes e moralizantes. A Revolta da Vacina, que teve sua explosão em 11 de novembro de 1904, como resposta a uma política de higienização social e vacinação forçada da população, implementada pelo presidente Rodrigues Alves. O cenário da capital federal à época era marcado por um intenso processo de reforma urbana e higienização, liderado pelo prefeito Pereira Passos, que visava adequar a cidade aos padrões das capitais

[5] Dados da violência no Brasil gerados pelo IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023> Acesso em 30/07/2025.

europeias. Esse processo envolveu o alargamento de ruas, a demolição de cortiços e a expulsão de populações pobres das áreas centrais, o que gerou significativa desestruturação social e aprofundamento das desigualdades. Paralelamente, o país enfrentava epidemias recorrentes de doenças como febre amarela, peste bubônica e varíola, agravadas pelas precárias condições sanitárias da cidade. A revolta teve como gatilho a promulgação da Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904, que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola, tendo como principal articulador o médico sanitarista, Oswaldo Cruz, então diretor-geral de Saúde Pública.

Sem diálogo social e com uma política que visava manter a população pobre distante dos grandes centros urbanos, a revolta culminou em violentos protestos, depredações e confrontos com a polícia. O governo reprimiu o movimento com severidade instituindo o estado de sítio, prendendo milhares de pessoas e deportando líderes opositores para o Acre. Nas palavras de Porto (p. 53, 2003),

> Com a imposição da vacinação obrigatória, as brigadas sanitárias entravam nas casas e vacinavam as pessoas à força. Isso causou uma repulsa pela maneira como foi feita. A maioria da população ainda desconhecia e temia os efeitos que a injeção de líquidos desconhecidos poderia causar no corpo das pessoas. Setores de oposição ao governo gritaram contra as medidas autoritárias. Quase toda a imprensa ficou contra Oswaldo Cruz, ridicularizando seus atos com charges e artigos.

Analisando esse movimento como legítimo, uma vez que representou a reivindicação de um povo que estava perdendo seus espaços habitacionais, sendo forçados à vacinação sem que houvesse uma campanha de conscientização e de engajamento dessa população, compreendemos o movimento não como uma resistência ao progresso científico, mas como uma manifestação legítima de insatisfação diante da violência institucional, da exclusão social e da ausência de cidadania plena em um Brasil que se modernizava para poucos.

Evidentemente, não questionamos a importância da vacinação em contextos pandêmicos, nem defendemos que a vacinação naquele momento não era necessária. A grande questão para refletirmos é sobre o controle imposto pelo governo sobre os corpos da população, o que nos remete à violência, à repressão e ao descaso governamental com a população desde o período de colonização. É uma violência que se reproduz e se perpetua como forma de extinguir a população que não se adequa ao perfil exigido e idealizado pela elite.

Outra revolta que demonstra a repressão fundamentada em discursos que associam a população pobre, negra, indígena e trabalhadora à irracionalidade e à desordem, perpetuando o ódio como linguagem de governabilidade, é a Revolta de Canudos (1896–1897). A formação

de Canudos ocorreu em um contexto de profundas transformações sociais e econômicas, marcadas pelo fim da escravização, em 1988, pela transição da monarquia para a república, em 1889, e pela ausência de políticas públicas voltadas à integração das populações rurais no novo regime. As condições precárias de vida, que englobavam situações como seca severa, concentração fundiária e exploração da força de trabalho, revelavam a precariedade na qual ex-escravizados, indígenas, camponeses pobres e refugiados da seca e da violência fundiária viviam neste período pós-escravização. O arraial de Canudos, situado no sertão da Bahia, foi liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro. Estruturado com base em princípios comunitários, a comunidade rejeitava os impostos republicanos e promovia uma economia de subsistência, o que passou a ser interpretado pelas autoridades como uma ameaça à ordem estabelecida.

A narrativa de que Canudos representava uma resistência à autoridade federal e uma possibilidade de insurreição da monarquia. Com base nessa narrativa, o estado republicano enviou quatro expedições militares para eliminar o povoado, culminando em um massacre. A última campanha, composta por cerca de 8 mil soldados do Exército Brasileiro, destruiu completamente o arraial em outubro de 1897, resultando na morte de aproximadamente 25 mil pessoas, entre combatentes e civis.

Compreendemos que a repressão e o discurso de ódio contra as populações marginalizadas estão enraizadas na construção de nosso país e, por isso, a repressão contra ao arraial de Canudos representa também a magnitude desse processo sócio-histórico de tentativa de apagamento social das classes socialmente menos favorecidas, que lutam por condições de vida mais favoráveis e justas. A barbárie é uma estratégia para combater os movimentos populares que reivindicam uma pauta diferente daqueles que estão no poder e que denunciam as desigualdades sociais. Nas palavras de Villa (1995, p. 224-225), Canudos “significou a negação radical de uma sociedade marcada pelo racionalismo cientificista, pelo mandonismo e pela lógica do capital, acabando por se transformar em uma das maiores referências da História do Brasil”.

O discurso de ódio na sociedade brasileira também tem por vítima a mulher que, historicamente, foi reduzida a papel de subalternidade, foi, e ainda é, alvo de narrativas patriarcais que legitimam sua exclusão da vida pública. O discurso de ódio, neste contexto,

opera a partir da desqualificação moral, intelectual e social das mulheres, naturalizando hierarquias de gênero e legitimando práticas de exclusão, discriminação e violência.

Percebemos pelas pesquisas de Vigano e Laffin (2019); Godinho (2020) que o Brasil se estruturou na dinâmica patriarcalista e misógina que compreende a mulher como um ser inferior. No período colonial, especialmente, as mulheres foram relegadas ao trabalho doméstico, aos cuidados com a casa, marido e filhos e como objeto de posse, sempre vinculada e submissa à figura masculina do pai ou marido. Os direitos civis das mulheres foram negados e mesmo com a proclamação da república, em 1889, a condição cidadã das mulheres esteve marginalizada[6].

O direito ao voto só foi reconhecido no Brasil para as mulheres no ano de 1932, o que revela que as políticas eram voltadas para manutenção do ideal patriarcal da sociedade. Ainda assim, o voto feminino era facultativo, tornando-se obrigatório apenas em 1965. Já o acesso aos direitos civis plenos, como a possibilidade de exercer autoridade legal sobre os filhos ou de trabalhar sem autorização do marido, só começou a ser garantido com a Constituição de 1988 e com reformas legislativas posteriores, como a revogação do artigo do Código Civil que previa o "pátrio poder" exclusivamente ao homem.

Ainda que a mulher lute pelo reconhecimento social, as consequências das marcas históricas do patriarcalismo ressoam na sociedade contemporânea, tendo no discurso de ódio uma das principais formas de sustentação. As construções discursivas odiosas se perpetuam por meio de instituições que deveriam combater essas narrativas como escola, igreja, mídia e sistema jurídico. Essa constatação indica o imenso desafio que é educar uma sociedade para valores que se afastem, integralmente, de posturas e ideologias que se sustentem pela retórica do ódio. Essas bases históricas que sustentam o discurso de ódio no contexto brasileiro têm o conservadorismo como aliado na reprodução desses discursos:

> O conservadorismo em relação às questões de gênero e sexualidade também possui raízes profundas na matriz religiosa dos exploradores/colonizadores - o cristianismo - que negou autonomia às mulheres e a própria possibilidade de existência de identidades não heteronormativas e não binárias (Coding Rights; Internetlab, 2017, p. 10).

[6] No Portal da Câmara dos Deputados é possível saber mais sobre a historicidade do voto feminino. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/analise.html> Acesso em 03 de nov. de 2025.

O discurso de ódio também segmenta determinadas práticas discursivas relacionadas às mulheres negras, indígenas e periféricas. Neste caso, o discurso de ódio ganha características interseccionais entre classe, raça e gênero, uma vez que se entrelaçam na promoção de desigualdades estruturais. Se a condição da mulher no Brasil a direciona para um espaço de vulnerabilidade, quando se trata da mulher negra ela ocupa um espaço de tripla subalternidade, sendo racialmente marginalizada, sexualmente objetificada e economicamente explorada (Gonzalez, 2020b).

No entanto, do ponto de vista jurídico, o Brasil tem avançado em mecanismos legais que visam combater e punir atos violentos contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a tipificação do feminicídio (Lei nº 13.104/2015) e a Lei da Violência Política de Gênero (Lei nº 14.192/2021), que são exemplos do reconhecimento da gravidade dos crimes cometidos contra as mulheres no Brasil. Ainda assim, os desafios são recorrentes e significativos quanto à efetivação desses mecanismos e à responsabilização dos autores de discurso de ódio, especialmente em contextos digitais[7].

Percebe-se também que determinados grupos profissionais são alvos recorrentes de perseguições ao longo de diversos governos. Essa afirmação encontra respaldo empírico e histórico quando analisamos os ciclos políticos e os modelos de governança adotados no país, que têm caráter centralizador e autoritário. Vivemos esse ciclo de perseguições a profissionais em 1964, época do golpe militar, e o governo da extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, passa a intimidar e perseguir aqueles que criticavam seus atos e decisões. Entre os grupos mais atingidos, destacam-se *os profissionais da educação, jornalistas, servidores públicos, sindicalistas e artistas.* Esses setores, tradicionalmente vinculados à produção e à difusão de conhecimento, cultura e crítica social, foram frequentemente[8] alvos de censura, repressão e deslegitimação, especialmente em contextos autoritários ou de polarização política.

Para compreendermos como aconteciam essas perseguições durante a ditadura militar (1964–1985), retomamos o Ato Institucional nº 5 - AI-5[9] e o Decreto-Lei nº 477/1969 que

[7] Reconhecemos os avanços jurídicos na tentativa de combater a violência digital contra as mulheres. Em 2025, a Comissão de Constituição e Justiça reconheceu e incluiu, na Lei Maria da Penha, a punição para violência contra a mulher no ambiente virtual.

[8] Nossa afirmação pode ser confirmada a partir da leitura disponível em <https://memorialdademocracia.com.br/card/governo-baixa-um-ai-5-para-estudantes> Acesso em 03 de nov. de 2025.

[9] Implementado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 representou um dos maiores atos de repressão do período ditatorial, no qual foram institucionalizados atos como tortura, assassinatos e desaparecimentos.

criminalizavam a "subversão ideológica" em instituições de ensino, perseguindo, por meio de instrumentos legais, professores, jornalistas e servidores públicos. Vale ressaltar que a expressão “subversão ideológica” tinha por alvo aquele que se declarava, ou parceria ser, contrário à ditadura. Assim sendo, os subversivos eram os cidadãos que se posicionaram contra o autoritarismo, que fomentavam reflexões em favor do pensamento crítico. O artigo 1º, em seus incisos de I a VI, do Decreto-Lei nº 477/1969 previa que:

> Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
> I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
> II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;
> III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;
> IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
> V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
> VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública (BRASIL, 1969).

A educação, enquadrada em um projeto nacionalista e tecnocrático, voltado à formação de mão de obra especializada, não tinha espaço para o questionamento político ou social. Dessa maneira, os professores que promoviam debates sobre direitos humanos, desigualdade social ou democracia eram acusados de doutrinação ideológica ou de subversão da ordem, sofrendo repressões como vigilância, censura, demissões, perseguições políticas, prisões, tortura e morte. Segundo dados da Comissão da Verdade da USP[10], 664 pessoas, entre estudantes e professores, foram perseguidos durante o regime autoritário. Os dados se revelam ainda mais graves quando situam as mortes e desaparecimentos que, segundo a ANDES [11](2019) “Dos 434 mortos e desaparecidos, 106 eram estudantes universitários, 12 docentes e 1 técnico-administrativo, conforme o levantamento do professor de História Política, Milton Pinheiro, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)”.

[10]Disponível em <https://www.oabrj.org.br/noticias/comissao-usp-lista-664-perseguidos-pela-ditadura#:~:text=Um%20levantamento%20da%20Comiss%C3%A3o%20da,militar%20(1964%2D1985)> Acesso em 05 de nov. 2025.
[11]Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ditadura-empresarial-militar-teve-grande-impacto-na-educacao-brasileira1?utm_source=chatgpt.com> Acesso em 05 de nov. de 2025.

Outra classe trabalhista que sofreu perseguição durante o período militar foi o setor jornalístico, uma vez que estes profissionais representavam uma ameaça à hegemonia do Estado, pois detinham o poder de denunciar violações, questionar políticas governamentais e incentivar o pensamento crítico, resultando em desgaste entre população e governo. Assim sendo, jornalistas e veículos de comunicação passaram a ser alvos de censura[12], intimidação, prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento. O relatório da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo revela que

> [...]o Brasil é um dos países de maior risco para a atuação de jornalistas. Ficou em 11º no Índice Anual de Impunidade. O indicador leva em conta o número de mortes, prisões, legislação restritiva, censura estatal, impunidade em ataques contra a imprensa e jornalistas levados ao exílio (Trujilo; Tanji, 2017, p. 63).

Diante do exposto, evidenciamos que o processo de colonização contribuiu para fomentar o terreno do discurso de ódio que tem como eixo central divergências ideológicas relacionadas aos temas de ordem sexual ou política e que visa descredibilizar o ser/pensar/agir diferente do que é dito como socialmente aceito por determinados grupos.

O discurso de ódio, visto como "manifestação ou expressão, motivada por preconceito ou intolerância, através da qual uma pessoa ou um grupo é discriminado, com base em suas características identitárias" (Andrade, 2021, p.11), prolifera-se violentamente, no Brasil atual, especialmente nas redes sociais. O estudo de Lima, Carvalho e Freitas (2024) evidencia essa questão e demonstra que os grupos minoritários continuam sendo alvos de construções discursivas que reforçam estigmas históricos.

O discurso de ódio constitui, em grande medida, um dos fundamentos históricos das desigualdades sociais, uma vez que opera como prática discursiva que legitima e perpetua relações assimétricas de poder. Reconhecer essa realidade é essencial para compreender como as desigualdades se mantêm e se reproduzem no tempo, moldando percepções, subjetividades e hierarquias sociais. Assim, a crítica ao discurso de ódio não pode ser dissociada da crítica às estruturas históricas, políticas e simbólicas que o sustentam, sendo indispensável à construção de práticas políticas e pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Diante disso e olhando para os fatos mais recentes de nosso país, como o processo de golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (2016), os ataques às instituições democráticas

[12] A implantação de órgãos de censura como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o AI-5 são exemplos de regulação da comunicação e do jornalismo na época da ditadura militar.

como o Supremo Tribunal Federal (2023), a grande circulação das notícias falsas, a invasão da sede dos Três Poderes em janeiro de 2023, percebemos que o discurso de ódio nunca esteve adormecido. Esta pesquisa debruça-se num Brasil recente em que o então candidato e, posteriormente presidente, juntamente com seu grupo político[13] tornaram-se símbolo da representatividade dos discursos extremistas e odiosos. Para compreendermos a aceitação e a eficácia de seu discurso de ódio é necessário reconhecer que ele mobiliza elementos de um ódio estrutural e historicamente cultivado no Brasil.

O discurso de ódio de Bolsonaro não se restringiu à produção de falas inapropriadas; ao contrário, suas falas apontavam para o uso de estratégias de mobilização política baseada na mobilização de valores preconceituosos, como por exemplo suas declarações: "O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não serve nem para procriador.[14]"; "Não te estupro porque você não merece.[15]"; "Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff[16]."Outro aspecto necessário a ser pontuado é a eficácia desse discurso bolsonarista, que não pode ser atribuída exclusivamente a um suposto carisma pessoal do ex-presidente ou à sua competência retórica, uma vez que, se for analisado mais minuciosamente, seu discurso não representa critérios de clareza, objetividade, controle emocional e organização lógica, bases de para uma expressiva retórica. Embora reconheçamos que os elementos de popularidade possam desempenhar algum papel na mobilização afetiva do eleitorado, gerando um processo de identificação, consideramos que são insuficientes para explicar a forte ressonância e a permanência de seu discurso no espaço público. Um dos aspectos mais importantes a ser considerado reside na capacidade que Bolsonaro tem de mobilizar crenças históricas e socialmente enraizadas da sociedade brasileira para reforçar

[13] Referimo-nos ao governo de Jair Messias Bolsonaro que esteve na presidência da República entre os anos de 2019 e 2022.

[14] Em 2017, durante uma palestra, Bolsonaro falou de maneira racista com relação aos negros. Sua fala nos remete ao imaginário escravocrata, no qual o corpo negro era considerado uma mercadoria. Para saber mais ler matéria disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/> Acesso em 07/08/2025.

[15] Fala de Bolsonaro, em 2003, dirigindo-se à deputada Maria do Rosário, sua colega de parlamento. Essa fala foi reiterada em diversas ocasiões, mostrando um padrão de agressão às mulheres presente na sociedade brasileira. Matéria disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-repete-insulto-deputada-maria-do-rosario-so-nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-14781338.html> Acesso em 07/08/2025.

[16] Em 2016, durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff, homenageou o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, dizendo que ele trouxe "o pavor à Dilma Rousseff". A defesa da tortura e do autoritarismo ecoa a longa tradição brasileira de governos repressivos. Para ter acesso ao voto na íntegra, ler texto disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ> Acesso em 07/08/2025.

valores conservadores, legitimar práticas autoritárias e produzir um discurso que ressoa com representações tradicionais de moral, família e nação.

Vale salientar que a mobilização desse discurso autoritário e de base militarizada não acontece de maneira aleatória, uma vez que Bolsonaro teve carreira militar por cerca de 15 anos. Apesar de não ter sido uma carreira sólida, uma vez que se envolveu em algumas polêmicas[17], ele internalizou e mobilizou o discurso militar com vistas a consolidar suas bases políticas.

Os discursos bolsonaristas mobilizam dispositivos ideológicos, como o autoritarismo, o patriarcalismo, o racismo e o anticomunismo, que compõem um conjunto de crenças e valores hegemônicos que estruturam a percepção cotidiana do mundo. Além dos aspectos supracitados, nota-se que a educação sempre esteve em uma situação desvalorização, uma vez que a construção histórica do país se deu sobre bases coloniais, escravocratas e patriarcais, o que moldou um sistema educacional elitista, excludente e desigual. Compreendemos que, apesar de percebermos avanços pontuais ao longo da história do país[18], a educação pública segue como um dos setores mais negligenciados, desde a instabilidade orçamentária à falta de compromisso político e ideológico com o projeto de educação como promotor de transformação social. Esse conjunto de fatores aponta para uma política de desmonte do setor público. A desigualdade educacional é funcional ao sistema socioeconômico, pois garante a reprodução das elites e a exclusão estrutural da maioria da população de espaços de poder e decisão. Para Bourdieu e Passeron (1982), a escola pode servir como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais quando esta é desprovida de políticas redistributivas efetivas.

Além disso, as políticas neoliberais e a mercantilização da educação garantem que governos orientados por estas bases percebam a educação não como direito, mas como um produto, uma mercadoria. Nessa perspectiva, as políticas educacionais se encaminham para o favorecimento do setor privado, precarizando a educação e valorizando aspectos como o incentivo à educação privada, os cortes orçamentários, a militarização das escolas e a desvalorização do magistério. Considerando os obstáculos políticos para a implementação de

[17] Para saber mais sobre a carreira militar de Bolsonaro e compreender suas bases discursivas, acessar os sites <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn8438yvy53o> e <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cm21py49580o> Acesso em 03 de nov. de 2025.

[18] Quando falamos em avanços pontuais, chamamos atenção para processos necessários ocorridos na educação como: a universalização do acesso ao ensino obrigatório, a implementação da Lei do Piso para os profissionais do magistério, a ampliação e interiorização das universidades públicas e institutos federais, a política de cotas.

uma educação de qualidade, torna-se necessário questionar aspectos relativos à cultura política autoritária que categoriza a escola crítica como inimiga e que perpetua uma constante desinformação sobre o papel do professor e a desvalorização da profissão, provocando um processo deslegitimidade social, que se configura em uma política de repressão e de desmonte da profissão docente.

Uma das formas de materialização desse movimento contrário à educação são os discursos odiosos que têm por objetivo ganhar adesão popular e facilitar o avanço de agendas conservadoras e anticientíficas. As pesquisas Henriques (2021), Acosta e Gallo (2020) e Souza (2021) trazem dados consistentes sobre a educação como campo de disputa ideológica, inclusive analisando como esse campo é controverso e como movimentos rotulados como "neutros" podem funcionar como posicionamentos ideológicos e reforçar a educação como espaço de disputa.

No sentido de compreender a educação a partir da perspectiva emancipatória, chegamos à figura representativa de Paulo Freire. Nomeado e reconhecido como patrono da educação e renomado por suas ideias educacionais que objetivam o educar para liberdade e criticidade, Paulo ocupou um espaço significativo nos discursos de ódio proferidos no governo de Bolsonaro. Entendemos que a proposta freireana[19] de uma educação libertadora, que emancipe os sujeitos, que surja das suas necessidades e colabore para a transformação de realidades, que tenha como marco o desejo de mudança social é completamente antagônica ao que priorizou o governo Bolsonaro.

A perspectiva freireana tem seu foco na mudança social, priorizando o desenvolvimento crítico e intelectual dos estudantes, e por assim ser, o discurso de ódio contra Paulo Freire se materializou durante os quatro anos do governo nas figuras do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e do ex-ministro da educação Abraham Weintraub. As discordâncias de ambos com relação ao patrono da educação brasileira, que se disfarçam de discordâncias metodológicas, assumem em seus discursos um viés agressivo, de violência, desprezo e ódio.

Vale salientar que as marcas desse discurso de ódio se espalham socialmente e incentivam atos criminosos, de desordem e desrespeito. Um exemplo disso é quando temos um

[19] Os estudos sobre Paulo Freire assumem duas formas de escrita: "freireana" e "freiriana". Adotamos, nesta tese, a escrita "freireana".

centro de formação que leva o nome de Paulo Freire e, após o pleito presidencial que elegeu Jair Bolsonaro, é invadido, pichado com o nome "mito" e com suásticas[20] e depois incendiado.[21]

Considerando que Paulo Freire representa a luta contra as práticas hegemônicas e que, por isso, foi perseguido no período ditatorial, voltando a ser objeto de perseguição e ataque no governo Bolsonaro, torna-se relevante situá-lo em quatro marcos temporais importantes: *1- implementação de práticas educativas com foco nos marginalizados e socialmente excluídos (a quem interessa?); 2- perseguição e exílio durante o regime militar; 3- reconhecimento de sua prática pedagógica (inter)nacionalmente; 4- perseguição durante um governo com características autoritárias e incentivo ao discurso de ódio contra Paulo Freire.*

A prática educativa de Paulo Freire visava popularizar a educação e torná-la um direito social (Haddad, 2019). Indagamo-nos a quem interessa a disseminação do conhecimento, o pensamento crítico, a mudança de estrutura de educação que deixa de ser depósito de conhecimentos e passa a ser ação-reflexão-ação. Esse modelo que preconizava a liberdade de ensinar e aprender, passou a ser alvo de governos ditatoriais, tanto em 1964, com a tomada de poder pelos militares, quanto no governo de Jair Messias Bolsonaro, que demonstra alinhamento com a tirania e perseguição.

É a partir da constatação de que há um discurso oficial/governamental/institucional de ódio contra Paulo Freire e que este pode interferir nas representações sociais do docente brasileiro que surge a presente tese. Inquietou-nos analisar os discursos de ódio[22] presentes em recortes de três entrevistas concedidas pelo ex-ministro da educação (sendo uma ao canal no YouTube de Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, uma à Gazeta do Povo e uma à Jovem Pan) e recortes de três falas do ex-presidente (sendo uma em sabatina da Rede TV, uma em debate do UOL e uma em coletiva à imprensa). Além desse primeiro recorte analítico, há também um alinhamento ideológico[23] entre política, religião e mídias sociais, traremos um segundo bloco analítico que envolve pastores, parlamentares e discursos disseminados nas

20 Símbolo utilizado pelo nazismo como representação da supremacia branca.

21 A notícia completa sobre o ataque ao Centro de Formação Paulo Freire pode ser lida no endereço <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/11/14/centro-de-formacao-do-mst-em-pe-tem-paredes-pichadas-com-simbolo-do-nazismo.htm> Acesso em 21/11/2022.

22 Temos por discursos de ódio aqueles que têm como base a discriminação, o preconceito e a intolerância. (Oliveira e Júnior, 2022 in Cirne, Barros e Efken, 2022).

23 Ao longo da tese serão demonstrados elementos que demonstram o discurso de ódio como uma agenda política e que os aliados cumprem significativo papel na disseminação destes discursos.

mídias sociais, para compreendermos que os ataques direcionados a Paulo Freire e aos professores fazem parte de uma rede discursiva e ideológica mais ampla.

Assim sendo, algumas questões nortearam este trabalho: a primeira baseou-se em compreender quais as representações sociais produzidas pelo discurso de ódio contra Paulo Freire? A segunda consistiu em discutir quais as principais repercussões ideológicas desses discursos de ódio contra Freire? A terceira constituiu-se em identificar quais as redes intertextuais mobilizadas no discurso da educação e no discurso político? E a última objetivou compreender como as estratégias discursivas mobilizadas por Bolsonaro e Weintraub constroem/fortalecem representações sociais contrárias ao projeto de uma educação inclusiva?

Para responder a esses questionamentos optamos por objeto de estudo recortes de falas do ex-ministro da educação do governo Bolsonaro, recortes de falas do próprio Bolsonaro que atacam Freire, associando-o, dentre outras questões, ao fracasso da educação do país e recortes de outras lideranças políticas, religiosas, além de discursos que circularam nas mídias sociais. Para contextualizar, brevemente, sobre Bolsonaro e Weintraub, que representam os discursos oficiais por serem, à época, chefe de estado e ministro de estado respectivamente e cumprirem, assim, funções oficiais e regulamentadas, traremos um pouco de suas biografias que serão retomadas no capítulo analítico deste trabalho.

Jair Messias Bolsonaro - Militar, nascido em 1955, em Campinas-SP. Tem nível de escolaridade superior e está na vida política desde 1988, quando eleito para ser vereador, tendo renunciado em 1990 para assumir o cargo de Deputado Federal, cargo para o qual foi eleito por 7 vezes. Candidatou-se à presidência da república em 20018 e foi eleito, cumprindo um mandato sem reeleição. Na vida política, sempre esteve envolto em notícias falsas e polêmicas com relação às mulheres, negros, comunidade LGBTQIAPN+, povos originários, dentre outros. Elegeu-se, no mandato da presidência da república, apostando em um discurso que intitula de conservador, cristão, de combate à corrupção e resgate da economia do país. Um dos maiores opositores da esquerda nos últimos tempos, Jair Bolsonaro critica temas como comunismo e militância (associando-os sempre pejorativamente à esquerda e seus candidatos) e aposta em assuntos como educação militar, armamento da população e educação domiciliar. Em seu governo, houve uma significativa disseminação de notícias falsas, dentre elas o questionamento da eficácia de vacinas, algo historicamente já superado em nosso país. Na vida privada, foi casado por três vezes, mantendo-se no último relacionamento com Michele Bolsonaro, e tem quatro filhos e uma filha.

Abraham Weintraub - Economista e professor, nascido em 1971, em São Paulo. Apesar de ter sido apresentado como doutor quando assumiu o ministério da educação no governo Bolsonaro, é mestre na área de finanças. Ainda que seu pai tenha sido perseguido na época da ditadura por defender estudantes, Weintraub se associou a um governo defensor da ditadura e da tortura. Ele se rotula como conservador, defensor das escolas cívico-militares e completamente oposto à pedagogia freireana a quem já atacou algumas vezes. Após 14 meses sendo ministro da educação e acumulando muitas polêmicas, foi exonerado do cargo. Candidatou-se, em 2022, a deputado federal, mas não foi eleito. Na vida pessoal, é casado, tem duas filhas e um filho.

Assim sendo, salientamos, como marco temporal, que os discursos de ódio analisados no bloco analítico 1, foram ditos entre os anos de 2019 e 2022, anos nos quais quem governava o país era Bolsonaro. Com relação ao bloco analítico 2, temos um espaço temporal que engloba falas que circularam entre 2015 e 2023. Os critérios de escolha e seleção consideraram três questões principais: a relação do dito com nosso objeto de pesquisa, a significativa circulação do discurso de ódio na sociedade e a sua repercussão. Ressaltamos ainda que os recortes que foram analisados, no bloco analítico 1, estão nos seguintes vídeos:

- Weintraub ataca PT, Paulo Freire e fala sobre o medo de morrer - Gazeta do Povo Entrevistas - 22 de novembro de 2019 - Link de Acesso < https://www.youtube.com/watch?v=ef6zjFU0TnY&t=354s > 151 mil visualizações
- Abraham Weintraub Morning Show - Jovem Pan - 01 de agosto de 2019 - Link de Acesso <https://www.youtube.com/watch?v=Mu887DkFIXE> 339 mil visualizações
- O Brasil precisa saber, Abraham Weintraub - Canal do YouTube Eduardo Bolsonaro - 29 de fevereiro de 2020 - Link de Acesso <https://www.youtube.com/watch?v=FNiMlO5Xtj4&t=2681s> 161 mil visualizações
- Bolsonaro critica TV Escola e chama Paulo Freire de "energúmeno" - Band Jornalismo - 17 de dezembro de 2019 - Link de Acesso <https://www.youtube.com/watch?v=4o4YONa9byg> 13 mil visualizações
- Entrevista Jair Bolsonaro - Sabatina presidenciáveis RedeTV! News - Rede TV - 01 de setembro de 2022 - Link de Acesso <https://www.youtube.com/watch?v=zcXcgROJSxk&t=2139s> 1.989.333 visualizações

- Debate Lula e Bolsonaro completo: Lula e Bolsonaro participam do 1º debate presidencial do 2º turno - UOL
- - 16 de outubro de 2022 - Link de Acesso <https://www.youtube.com/watch?v=8MDudqmtaWI&t=4092s> 3.491.974 visualizações

No bloco analítico 2, há discursos que circularam nas mídias sociais como Facebook e Instagram, além de falas de Bolsonaro, Weintraub, seus aliados políticos e lideranças religiosas em diferentes momentos, como por exemplo na Marcha para Jesus.

Diante da delimitação do corpus analítico de nossa pesquisa, torna-se necessário delimitar também nossas bases teóricas. Elegemos um aporte multidisciplinar, conforme a proposta da Análise Crítica do Discurso, que contemplou os postulados de Fairclough, no que diz respeito ao entendimento sobre *ACD, ideologia, intertextualidade e interdiscursividade*. Já no que diz respeito à *hegemonia,* trouxemos as abordagens de Fairclough e Gramsci. Sobre *poder simbólico* tivemos como base teórica os estudos de Bourdieu. Por fim, trouxemos as contribuições de Halliday para compreendermos as *metafunções*, principalmente a *metafunção textual*.

Compreendemos que voltar o nosso olhar para esses discursos de ódio nos permitiu perceber as estruturas do governo Bolsonaro, revelando-as como opressivas, controladoras e reguladoras. Além disso, a Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, possibilitou uma abordagem aprofundada dos discursos e de suas configurações, fundamentando-se na análise das ideologias subjacentes, dos contextos de enunciação e dos efeitos de sentido produzidos. A ACD nos permite compreender as dinâmicas de poder e as relações sociais inscritas na linguagem, contribuindo para uma compreensão mais crítica e contextualizada dos fenômenos discursivos.

Ressaltamos também que olhar para o discurso de ódio nos fez perceber que ele é uma estratégia ideológica de expurgo do outro, neste caso de expurgo de Paulo Freire e, consequentemente da classe a quem ele representa: os docentes. Assim sendo, pretendemos com nossas análises demonstrar que os ataques direcionados a Freire e aos professores, não foi algo gratuito ou casual, mas teve intenções bem definidas.

Entendemos ainda que a análise crítica dos recortes discursivos, aqui proposta, nos ajudou a descortinar questões sociais importantes, especialmente no que diz respeito à crescente

onda de discurso de ódio contra Freire e, consequentemente, contra os/as professores/professoras. Temos o propósito de observar como o jogo de ataques feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub pode construir um imaginário social do/da professor/professora como comunista, responsável pelo fracasso escolar, culpado pela não aprendizagem ou ainda como grande vilão da educação brasileira. Dessa forma, ao analisarmos os discursos de ódio, interessa-nos compreender os seus efeitos de sentido, bem como identificar as intenções ideológicas do discurso de ódio contra Paulo Freire. Interessa-nos identificar também as redes intertextuais mobilizadas nos discursos do presidente e do ministro e no discurso freireano, bem como analisar as representações sociais construídas/fortalecidas no período bolsonarista no Brasil.

Diante do exposto, queremos ressaltar que a pesquisa oferece contribuições para diversos campos do conhecimento, especialmente nos campos da educação, dos estudos discursivos e da resistência democrática. No que diz respeito ao campo da educação, a pesquisa reforça a importância de valorizar e promover os princípios freireanos de educação dialógica, emancipatória e crítica, especialmente como forma de resistência, uma vez que outros governos autoritários e antidemocráticos podem se instalar no Brasil. Ao analisar como o discurso de ódio direcionado ao educador Paulo Freire se manifesta e se reproduz no contexto político atual, evidenciamos a necessidade de fortalecer uma pedagogia que fomente o pensamento crítico, a autonomia e a resistência às tentativas de silenciamento e deslegitimação de figuras e ideias que representam a luta por uma educação libertadora. Assim, a pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel do educador na sociedade contemporânea e a importância de uma formação docente que seja capaz de resistir às investidas de discursos de ódio e de intolerância.

Já no campo dos estudos discursivos, a pesquisa se destaca por sua abordagem crítica e analítica do discurso de ódio, utilizando ferramentas teórico-metodológicas que permitem compreender as estratégias discursivas, as representações sociais e os efeitos de sentido produzidos por esses discursos, revelando-os como estruturais na formação do Brasil. Essa análise aprofundada fornece subsídios para compreender como alguns discursos se consolidam, naturalizam, tornando-se instrumentos de violência simbólica, além de oferecer um panorama sobre as formas de resistência discursiva que podem ser mobilizadas para contestá-los. Dessa forma, a pesquisa enriquece o campo dos estudos discursivos ao demonstrar a importância de uma análise crítica do discurso na compreensão das dinâmicas de poder e resistência na sociedade.

Por fim, no âmbito da resistência democrática, o estudo ressalta a importância de manter e fortalecer os espaços de diálogo, reflexão e contestação frente às investidas de discursos de ódio e autoritarismo. Ao problematizar a tentativa de silenciamento do legado de Paulo Freire, a pesquisa reforça a necessidade de uma postura ativa na defesa dos valores democráticos, da pluralidade e do respeito às diferenças. Além disso, aponta para a relevância de estratégias discursivas que promovam a resistência, a conscientização e a mobilização social contra discursos de ódio, contribuindo assim para o fortalecimento de uma sociedade mais democrática.

Com base nas reflexões apresentadas, a pesquisa busca oferecer contribuições relevantes para a análise dos discursos direcionados contra Paulo Freire, evidenciando os sentidos ideológicos e políticos que os sustentam. Além disso, pretende-se compreender as motivações associadas à manutenção de determinadas estruturas de poder expressas nesses discursos, revelando como práticas discursivas e simbólicas são mobilizadas para preservar hierarquias e impedir a consolidação de perspectivas críticas e emancipadoras no campo educacional.

CAPÍTULO 1

A pedagogia freireana como prática de resistência e construção democrática da educação.

"Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor".

Paulo Freire

Este capítulo é dedicado a traçar reflexões sobre a importância de Paulo Freire para a educação brasileira, a partir de um olhar que o atravessa enquanto homem nordestino e docente. Entendemos que sua personalidade e trajetória educacional, que ultrapassa as ideologias vinculadas ao seu nome, devem ser vistas com profundidade. Guiados pela história de vida de Paulo Freire e ampliando o olhar para sua atuação política, educacional e de luta de classe, torna-se imprescindível para a compreensão histórica dos fenômenos sociais tratados nesta tese, entender os princípios, educacionais e a práxis libertadora defendidos por ele, bem como as lutas travadas por ele contra a dominação imposta às classes populares e o combate às desigualdades sociais.

O capítulo é dedicado também à identificação das estratégias utilizadas pelos governos brasileiros para perseguir Paulo Freire que tinham como finalidade criar um imaginário social negativo e descredibilizar sua atuação educacional, o que será retomado durante nosso bloco de análises. Essas estratégias, muitas vezes, envolviam uma campanha de desinformação e manipulação do imaginário social, com o objetivo de desacreditar seu trabalho e suas ideias. Uma das principais estratégias utilizadas para descredibilizar Paulo Freire diz respeito à visão reducionista sobre seu pensamento, vinculando-o a estigmas como "educador doutrinador", "defensor de ideologias marxistas", "defensor da politização em vez do ensino de conteúdos". Esse rótulo, mobilizado amplamente por grupos como o Movimento Escola Sem Partido[24], que passou a usar sua figura como símbolo da suposta ideologização do ensino, ignorando a

[24] Movimento político que tem por objetivo defender uma agenda conservadora para a educação no Brasil. Para saber mais acessar a página <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432020000200067> Acesso em 08/08/2025.

distinção entre educação crítica e doutrinação e desconsiderando o compromisso ético e epistemológico de Freire com a formação crítica dos sujeitos e a valorização do saber popular.

Compreendemos ainda que governos com características autoritárias, como o de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), buscaram promover o apagamento da importância de Paulo Freire, mesmo ele sendo oficialmente o patrono da educação brasileira, título implementado pela Lei nº 12.612/2012. Bolsonaro chegou a declarar, sem evidências científicas, que o Brasil possuía uma das piores educações do mundo por influência de Freire, promovendo uma associação da pedagogia freireana ao fracasso educacional brasileiro.

Diante disso, inquieta-nos perceber os motivos pelos quais há uma manipulação sobre a imagem de Paulo Freire no contexto político e midiático. Essa distorção dos fatos não acontece de forma aleatória, mas está inserida em disputas ideológicas sobre o papel da educação na formação crítica dos sujeitos e na consolidação da democracia. Retomar sua trajetória educacional, portanto, pode nos trazer dados relevantes para compreender as razões pelas quais seu pensamento é alvo de ataques. Ao revisitar sua obra e atuação, torna-se possível identificar aspectos como diálogo, emancipação e conscientização que confrontam modelos autoritários e conservadores de sociedade.

1.1 De pé no chão também se aprende a ler: vida, obra e discurso educacional libertador de Paulo Freire.

Paulo Reglus Neves Freire, educador, filósofo, escritor, patrono[25] da educação brasileira, nascido em Recife, bairro de Casa Amarela, no dia 19 de setembro de 1921, filho de um capitão da Polícia Militar e de uma dona de casa, é uma das maiores referências na área da educação e da alfabetização nacional e mundial[26].

Teve uma infância tranquila até a chegada da crise econômica de 1929, quando se mudou para Jaboatão dos Guararapes. Aos 10 anos, com a morte do pai, compreendeu o que

[25] Título concedido pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Para saber um pouco mais sobre a homenagem basta acessar <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/17681-paulo-freire-e-declarado-o-patrono-da-educacao-brasileira>

[26] Freire tem grandes obras publicadas, vários títulos de Doutor Honoris Causa conferidos a ele por universidades da América e Europa, diversos prêmios reconhecendo seu legado para a educação, além de inúmeras citações em trabalhos acadêmicos.

era viver na precariedade. Passou fome, precisou se reinventar e naquele momento de grande dificuldade entendeu como era a vida de boa parte dos brasileiros. Freire (1979, p. 9) relata que

> Em Jaboatão, perdi meu pai. Em Jaboatão experimentei o que é a fome e compreendi a fome dos demais. Em Jaboatão, criança ainda, converti-me em homem graças à dor e ao sofrimento que não me submergiam nas sombras da desesperação. Em Jaboatão joguei bola com os meninos do povo. Nadei no rio e tive "minha primeira iluminação": um dia contemplei uma moça despida. Ela me olhou e se pôs a rir... Em Jaboatão, quando tinha dez anos, comecei a pensar que no mundo muitas coisas não andavam bem. Embora fosse criança comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar aos homens.

Seus primeiros contatos com o mundo letrado foram através de vivências com sua mãe, Edeltrudes Neves Freire. O método de alfabetização utilizado pela mãe de Freire seria, mais tarde, fonte de inspiração para sua própria prática educativa: partir da realidade do estudante. Sua mãe o ensinou a ler e a escrever no quintal de sua casa, usando galhos de árvores. Cercado de curiosidade, envolvimento e amorosidade, as palavras ali experienciadas motivariam suas propostas no futuro e o chão foi seu caderno e, a realidade que o cercava, foi a motivação para descobrir o mundo letrado.

Com o compromisso de criar e educar os 4 filhos sozinha, e sem condições de manter os estudos, a mãe de Freire pediu ajuda ao diretor do Colégio Oswaldo Cruz, localizado em Recife, para que o filho pudesse dar continuidade aos estudos. O diretor possibilitou a matrícula de Freire como estudante, bem como lhe ofereceu um trabalho como auxiliar de disciplina, que, mais tarde, possibilitou a sua atuação como professor de Língua Portuguesa no mesmo Colégio.

Com a possibilidade de dar continuidade aos estudos e, futuramente, com a ajuda dos irmãos mais velhos, Armando e Temístocles, ingressou no curso de Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1943. Na época, não havia cursos de formação de professores ofertados no estado de Pernambuco e, pela sua afinidade com as ciências humanas, optou por formar-se nesta área.

Formando-se em Direito, não exerceu a profissão. A não identificação com a prática jurídica, fez com que Freire trilhasse o caminho da docência. Casou-se com Elza Maria da Costa, professora pernambucana, com quem teve cinco filhos. Segundo ele mesmo afirmava, Elza foi uma das motivações para que ele se inquietasse com as questões educacionais do Brasil. Foi observando a esposa que percebeu a necessidade de uma educação para trabalhadores a partir da conscientização e da libertação. O contato com os desafios da educação no Brasil

levaram Freire a perceber a dimensão política da escola e a centralidade da alfabetização como processo de libertação. Elza representou uma referência concreta de atuação pedagógica que o instigou a compreender a educação como espaço de diálogo e transformação.

É relevante destacar que Paulo Freire foi casado por duas vezes e que ambas as companheiras desempenharam papéis fundamentais em sua trajetória pessoal, intelectual e política enquanto educador. Essas relações se constituíram como experiências formativas que atravessaram sua produção teórica e sua compreensão da educação como prática social, histórica e ética. Na perspectiva freireana, a constituição do sujeito é inseparável das relações que este estabelece no mundo. Assim, as parcerias afetivas vivenciadas por Freire se integraram dialeticamente ao processo de construção de seu pensamento pedagógico.

Elza Maia Costa de Oliveira, falecida em 1986, educadora experiente, sensível às questões sociais e comprometida com a escola pública, exerceu influência decisiva nos anos iniciais da trajetória de Paulo Freire. O convívio com Elza possibilitou um contato mais sistemático com a realidade da docência e com os desafios enfrentados pelos sujeitos das classes populares no acesso à educação. Essa vivência contribuiu para que Freire desenvolvesse uma compreensão da prática educativa como um processo eminentemente humano, político e historicamente situado, marcado pelas condições materiais de existência e pelas relações de poder que atravessam o espaço escolar. Nesse sentido, Elza colaborou para o amadurecimento de uma concepção de educação comprometida com a transformação social, aspecto que se tornaria estruturante da pedagogia crítica freireana. Em entrevista ao canal do Youtube de Sérgio Guimarães, em 17 de outubro de 2024, Nita Freire [27]deixa explícita a importância de Elza na vida de Freire. Segundo ela[28]

> Paulo ficou muito atormentado, ficou muito debilitado e deprimido com a morte de Elza. Ele acostumou desde menino, casou muito cedo. Então, ali dentro do espaço interno, íntimo, quem mandava em tudo, quem sabia tudo era ela. Ele estava solto no mundo, se sentiu solto, sem a companhia dela e sem essa mulher que era o centro de tudo dentro de casa.Elza era o centro de tudo.

Após o falecimento de Elza, Paulo Freire estabelece nova união com Ana Maria Araújo Freire, conhecida como Nita Freire, cuja importância ultrapassa a dimensão afetiva e assume centralidade no aprofundamento, na sistematização e na preservação de sua obra. Nita Freire

[27] Falaremos um pouco sobre Nita Freire e sua importância para Freire nos próximos parágrafos.
[28] A entrevista está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6yNK7qH-Cr4> Acesso em 03 de fev. de 2026.

foi uma parceira intelectual ativa, participando de diálogos, reflexões e processos de escrita que contribuíram para a estruturação teórica de categorias centrais do pensamento freireano. As reflexões acerca da ética, da amorosidade, da coerência, do diálogo e do compromisso político se encontram atravessadas pela presença ativa de Nita Freire na produção intelectual de Paulo Freire, especialmente em sua fase final. Nesse período, suas elaborações teóricas assumem caráter mais autobiográfico, ético e ontológico, sem, contudo, desconsiderar a densidade política e o rigor epistemológico que constituem marcas estruturantes da obra freireana.

Além disso, após a morte de Paulo Freire, Nita Freire desempenhou papel estratégico na organização de manuscritos, na edição de obras póstumas e na difusão do pensamento freireano em âmbito nacional e internacional. Sua atuação como guardiã da memória de Freire contribuiu para evitar leituras reducionistas ou descontextualizadas de sua pedagogia, reafirmando seu caráter crítico, democrático e emancipatório. Dessa forma, Nita Freire não apenas preserva o legado do educador, mas o (re)inscreve no debate educacional atual, assegurando sua permanência como referencial teórico-político para a análise das desigualdades sociais e educacionais. Nas palavras de Barroso (2017, p. 178)

> **Entrevistadora** – Foi um encontro de almas?
>
> **Nita Freire –** Sim. Foi um encontro de almas, de sensualidade, de sexualidade. Tudo isso nós vivemos muito intensamente. E é uma coisa fantástica quando você se entrega, como eu disse a Paulo. Isso é muito bonito! Eu sei que a minha presença na vida de Paulo foi muito importante ou ele não teria escrito os sete últimos livros dele. Não teria escrito e mais três ou quatro que eu organizei.

Consideramos necessário enfatizar a importância das duas figuras femininas na vida e na obra de Paulo Freire, por entendermos que estas foram fundamentais para a construção do homem e também do educador. As experiências compartilhadas com Elza e Nita evidenciam que sua pedagogia é atravessada por uma dimensão ética e relacional que reconhece o amor, o diálogo e a alteridade como fundamentos do ato educativo, reforçando a ideia de que o pensamento freireano emerge de uma práxis situada, construída no entrelaçamento entre vida, compromisso político e produção teórica.

Assim sendo e retomando o ponto de distanciamento do mundo jurídico e sua escolha pela atuação na educação, compreendemos que esta proximidade com a educação revela a visão humanista de Paulo Freire. As práticas jurídicas, como eram praticadas no Brasil, representavam a manutenção das estruturas de poder e a reprodução das desigualdades históricas. Para Gadotti (1996), a pedagogia freireana nasce da recusa em aceitar a realidade

como algo dado e imutável, postura que o Direito, em seu caráter formalista e conservador, frequentemente adota. Ao escolher a educação, Freire não muda apenas de profissão, mas sim redefine seu compromisso com o mundo, construindo uma pedagogia enraizada no humanismo que entende o ser humano como sujeito histórico, capaz de intervir no mundo e transformá-lo.

O humanismo freireano é comprometido com a superação das condições de opressão, uma vez que denuncia o fatalismo e a naturalização da pobreza como estratégias de manutenção da ordem injusta. Ao educar para a consciência crítica, Freire propõe uma educação que restitui ao sujeito sua dignidade ontológica, transformando a escola em espaço de cidadania, autonomia e transformação social.

Essa afinidade pela docência e seu ideal utópico de uma educação transformadora definem sua pedagogia que é, antes de tudo, uma aposta no ser humano, na capacidade de aprender, mudar e construir um mundo mais justo. Em entrevista concedida ao programa Escola Viva, em 1993, ao ser questionado sobre que tipo de cidadão a escola brasileira estava formando, Freire se situou contrário a uma escola que não promovesse um nível de construção coletiva que permitisse ao estudante se rebelar diante do mundo, o que confirma nossa afirmação de que sua utopia era mudar o mundo a partir de uma educação transformadora. Para ele

> [...] essa escola, eu não te diria que tem formado isso aquilo, pois sem estudos objetivos. Mas eu acho que essa escola pode formar rebeldes e pode formar apáticos. Pode formar adaptáveis, gente silenciosa ou gente barulhenta. O que ela é dificilmente forma é gente crítica. É o que deveria se formar, gente critica, curiosa, gente indagadora, gente atuante, gente participante, gente que gosta de mudar o mundo. O que essa escola está criando é ou é gente que puramente se rebela ou é gente que puramente se ajusta O que é uma lástima (Freire, 1993)[29].

Partindo dessa visão humanista de escola, Freire fundou, em 1955, de maneira coletiva com outros intelectuais da área, o Instituto Capibaribe, instituição em atividade no Recife até hoje. Essa proposta, não tinha fins lucrativos, e vinha na contramão da educação tradicional oferecida até então. Freire manteve-se no projeto como diretor durante o primeiro ano de funcionamento e o projeto foi mantido por intelectuais que se uniram a ele na construção da ideia.

[29] A entrevista completa está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bwvHZJLfhYE&t=109s> , disponibilizado em 14 de set. de 2021 e com 43.005 visualizações. Acesso em 27/06/2025.

Diante do que já havia aprendido e observado sobre educação até aquela época, acreditava-se que esta era um ato de liberdade, consciência e emancipação e, dessa maneira, dedicou-se a pensá-la como ato político[30]. A partir da concepção de educação adotada por ele, permeou sua prática de sentido e significado para milhares de pessoas e com um objetivo bem definido: alfabetizar adultos pobres, excluídos e marginalizados. O projeto, criado inicialmente em Recife, mas implementado com maior força em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1962, evidenciou Freire para o mundo. Essa foi sua primeira grande experiência de alfabetização de adultos: alfabetizou 300 trabalhadores rurais em 45 dias. Utilizando-se do mesmo método que outrora fora alfabetizado, ele parte da realidade dos trabalhadores, de palavras geradoras e que estavam preenchidas de sentidos e significados para aqueles trabalhadores que se tornavam, naquele momento, estudantes, conseguindo um feito inédito.

A metodologia implementada por Paulo Freire se fundamenta em uma crítica radical à pedagogia tradicional, caracterizada pela relação vertical entre educador e educando e pela ênfase na memorização mecânica de conteúdos. Em oposição a essa lógica, Freire propõe uma pedagogia dialógica, libertadora e problematizadora, que reconhece o educando como sujeito histórico e detentor de saberes válidos, ainda que não formalizados academicamente (FREIRE, 1979). Essa abordagem está ancorada em três pilares fundamentais: *diálogo, conscientização e linguagem cotidiana.*

No que diz respeito ao *diálogo*, a experiência freireana o utiliza não somente como forma de comunicação, mas como fundamento basilar da relação pedagógica. Neste sentido, o *diálogo* é o meio pelo qual o educando lê criticamente sua realidade e adquire consciência de sua condição social. Com relação à *conscientização*, a pedagogia freireana entende como o processo pelo qual o sujeito compreende as determinações históricas de sua realidade e, ao fazê-lo, se apropria do mundo e de sua capacidade de transformá-lo. Trata-se, portanto, de um movimento da consciência ingênua para a consciência crítica (Freire, 1967). E, por fim, a *linguagem cotidiana*, entendida como estratégia didático-metodológica que parte das experiências concretas dos educandos para construir o conteúdo pedagógico. A linguagem não é imposta, mas emerge do cotidiano dos sujeitos.

[30] Sabemos que quando falamos em educação como ato político, especialmente em nosso país, temos a visão distorcida de que se posicionar politicamente é apenas se posicionar partidariamente. A proposta educacional de Freire, ainda que muitos a associem unicamente a posicionamentos partidários de esquerda, é um convite a ocupar um espaço político no sentido mais amplo da palavra: enquanto ser social, pensante e capaz de mudar socialmente seu entorno.

Com esse trabalho de educação popular, Freire comprovou que era possível revolucionar a alfabetização no Brasil e, a partir de então, recebeu convites para pensar um grande pacto para transformar a alfabetização brasileira. Foi convidado pelo Ministro da Educação, Paulo de Tarso, durante o governo de João Goulart, para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), implementado por meio do decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Este programa tinha como meta "instalar, em 1964, 60.870 círculos de cultura, a fim de alfabetizar 1.834.200 adultos, atendendo a 8,9% da população analfabeta, da faixa de 15 a 45 anos, que, em setembro de 1963, era de 20.442 milhões de pessoas" (Moraes, Pereira e Taunay, 2023, p.06).

Com base os princípios pedagógicos dos chamados Círculos de Cultura[31], que representam uma estratégia pedagógica de valorização do diálogo, da participação ativa dos educandos e da contextualização do conhecimento, essa proposta desafiou paradigmas tradicionais, promovendo uma pedagogia que reconhece o saber do estudante e busca construir conhecimento de forma coletiva. Os Círculos de Cultura, concebidos por Freire, não eram salas de aula convencionais, mas espaços pedagógicos marcados por uma abordagem dialógica e problematizadora. Inspirados na educação popular latino-americana e na pedagogia crítica, esses círculos buscavam integrar a alfabetização ao contexto de vida dos educandos, valorizando suas experiências prévias e seus saberes cotidianos como ponto de partida para o processo de ensino e de aprendizagem. A valorização do diálogo, da escuta ativa e da construção coletiva do conhecimento rompeu com os paradigmas autoritários da pedagogia tradicional e introduziu um modelo centrado na emancipação do sujeito.

O PNA representava uma grande força conjunta da sociedade em vencer os índices de analfabetismo que estavam em uma crescente significativa desde 1961. Dessa maneira, o artigo 4º do decreto que implementou o programa designou que

> [...] a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização, que o implantaria, deveria convocar a cooperação e utilizar os serviços de agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairros, municipalidades, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, do magistério e de todos os setores mobilizáveis (Moraes, Pereira e Taunay, 2023, p.05).

A proposta do PNA foi recebida com entusiasmo por vários setores da sociedade civil, que se mobilizaram ativamente em sua implementação. Universidades públicas, grupos

[31] A proposta de Freire com os Círculos de Cultura transcende a mera educação bancária, na qual o professor é detentor do saber. A proposta é alfabetizar e letrar para além do código linguístico puro e isolado. Com isso, não se ensina apenas a ler e escrever, mas também a desenvolver o senso crítico e político.

religiosos progressistas, sindicatos rurais e urbanos, movimentos de cultura popular e organizações comunitárias aderiram ao projeto, formando uma ampla frente social comprometida com a educação. Dessa maneira,

> Havia uma efervescência de ações em todo o País. Ao lado das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, que lutavam pela reforma agrária, a mobilização em favor da educação popular tornava-se visível, nesse período, por meio de campanhas e experiências educativas e de alfabetização de adultos, promovidas por universidades e outras instituições representativas de diferentes setores da sociedade. Entre as iniciativas de educação popular mais expressivas das décadas de 1950 e 1960, cabe mencionar: Movimento de Cultura Popular – MCP (Recife, maio de 1960); Campanha "De pé no chão também se aprende a ler" (Natal, fevereiro de 1961); Movimento de Educação de Base – MEB (março de 1961); Campanha de Educação Popular da Paraíba – Ceplar (João Pessoa, janeiro de 1962); Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte (janeiro de 1963) (Moraes, Pereira e Taunay, 2023, p.06).

Apesar do sucesso inicial e do entusiasmo popular com o PNA, o projeto foi abruptamente interrompido pelo golpe militar de 31 de março de 1964, que instaurou a ditadura militar no Brasil. A nova ordem autoritária percebia o programa como uma ameaça à estabilidade do regime, classificando a alfabetização crítica como instrumento de subversão ideológica. O trecho da entrevista com Nita Freire traduz esse movimento do PNA e sua importância para a alfabetização no Brasil:

> **Entrevistadora –** Como surgiu a proposta de alfabetização formulada pelo professor Paulo Freire?
> **Nita Freire –** Em 1956, Juscelino Kubitschek disse: " Como é que vou desenvolver o Brasil "cinquenta anos em cinco" se o povo é analfabeto, se não se adapta ao trabalho industrial?" Então, no segundo congresso de alfabetização se tratou muito seriamente da análise de porque os esforços anteriores não tinham dado certo. Todos os relatórios, de todos os estados, excluindo o de Pernambuco, todos diziam: é porque o adulto não se alfabetiza. Ele vem cansado do trabalho e de noite muitas escolas sem luz, muitas escolas improvisadas. Então ele, na casa do professor, na igreja, no salão da paróquia, em qualquer lugar, ele não tem capacidade de se alfabetizar. Então, Paulo levou o relatório dizendo que a questão era de metodologia, que teria de partir do que o homem e a mulher sabem e fazer a autopromoção daqueles que tinham se autodemitido da vida. Isso foi uma coisa absolutamente extraordinária, revolucionária. Eu até digo nos meus livros que Paulo ficou conhecido no Brasil a partir desse relatório de Pernambuco. Queriam até que ele fosse o relator do congresso, mas ele disse que era uma briga tão grande. Todo mundo quer ser relator. Paulo disse: "Não, eu não quero não, não quero não." Ele não entrava em uma competição jamais. Ele disse: "Não, não. Vocês estão fazendo questão que seja um de vocês; então, fica um de vocês. Para mim, está ótimo! O que vocês escolherem está ótimo"!" Importante é que se faça uma alfabetização em termos diferentes da que nós fazemos. Bem, houve esse boom muito grande. Foi quando Paulo, então, começou em Pernambuco a fazer as experiências de alfabetização. E com a experiência de Angicos, em 1963, João Goulart, indo lá, ficou muito impressionado e solicitou do ministro da educação que convidasse Paulo para fazer um plano, um Programa Nacional de Alfabetização. Então, esse programa começou a se organizar.
> **Entrevistadora –** Em Angicos, no Rio Grande do Norte?
> **Nita –** Não, no Rio de Janeiro. Começou a se organizar no Rio de Janeiro quando já era Ministro da educação Paulo de Tarso. E, quando estava tudo estruturado, os

> estados que seriam os estados-piloto para a primeira experiência, seriam Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro. Então, ocorre o golpe militar, que tira o Jango do poder e que fecha totalmente o Brasil. Foi uma ditadura pesada de 16 anos. Paulo precisou ir para o exílio (Barroso, 2017, p. 173-174).

Ainda assim, os resultados parciais e o impacto qualitativo do trabalho desenvolvido entre 1963 e 1964 confirmaram a viabilidade de uma alfabetização popular fundamentada no diálogo, na consciência política e no respeito à cultura dos sujeitos, inspirando inspirou políticas educacionais em diversos países da América Latina, África e Europa, especialmente em contextos de luta contra o analfabetismo e a opressão colonial, como em Guiné-Bissau, Moçambique e Nicarágua, lugares onde Paulo Freire atuou como consultor em projetos de reconstrução educacional entre os anos 1970 e 1980.

Considerado perigoso, Freire passa a ser alvo de perseguição política, tendo seus trabalhos educacionais censurados e sua atuação docente restringida. A figura do educador foi rotulada como subversiva, não apenas por suas ideias pedagógicas inovadoras, mas também pela postura política de resistência ao autoritarismo. Esse perfil profissional o colocou na mira de uma política de repressão que visava silenciar vozes contrárias ao regime. Essa perseguição contra Freire exemplifica a relação entre educação, poder e resistência, evidenciando como suas propostas pedagógicas representaram uma ameaça ao projeto autoritário e à manutenção de uma ordem social hierárquica e excludente. Nas palavras de Pistori

> A perseguição a Paulo Freire se traduz na prática a uma perseguição aos "esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam", nas palavras da própria epígrafe do livro Pedagogia do Oprimido. Ou seja, foi interrupção da utopia, foi a negação dos princípios civilizatórios da república. Uma forma vil que consistiu em impedir que milhares de cidadãos e cidadãs brasileiras pudessem aprender a ler e a escrever, mas principalmente tivessem a oportunidade de se conscientizar sobre a situação existencial concreta, desvelando as injustiças que os envolviam (Pistori, 2012, p.26).

Ao sofrer repressão e ser considerado um mal a ser mantido distante, Paulo Freire foi preso em junho de 1964, na cidade do Recife, acusado de práticas ideológicas comunistas, embora nunca tenha pertencido formalmente a nenhum partido político (Freire, 1998). Sua prisão durou aproximadamente 70 dias, período em que foi interrogado e mantido sob vigilância, sendo considerado um perigo pedagógico pelos militares. Após sua libertação, diante da crescente hostilidade do regime e da proibição de exercer suas atividades profissionais no Brasil, Freire solicitou asilo político. Em 1964, exilou-se primeiramente na Bolívia, país então governado por Víctor Paz Estenssoro, de orientação mais democrática. No entanto, devido ao golpe militar boliviano de 1964, liderado por René Barrientos, Freire teve que abandonar o país poucos meses após sua chegada.

Assim, no início de 1965, Paulo Freire se estabeleceu no Chile, que era governado democraticamente por Eduardo Frei Montalva. Por essa característica de governo democrático, o Chile se tornou um ambiente fértil para a continuidade de um trabalho pedagógico libertário e emancipador, sendo terreno fértil para as práticas de Freire. Durante os cinco anos em que viveu no país (1965–1970), atuou como consultor do Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA) e da UNESCO, além de publicar sua primeira grande obra internacional intitulada Educação como Prática da Liberdade (1967). Foi também nesse período que concebeu e redigiu, em sua maior parte, a obra Pedagogia do Oprimido, publicada pela primeira vez em 1968, em espanhol, e em 1970, em inglês. Devido à censura imposta pela ditadura militar, foi apenas em 1974 que a obra foi publicada no Brasil.

Diante desse momento em que esteve longe de seu país por imposição de um governo autoritário, Paulo Freire compreende, mais fortemente, o que é educar para a liberdade. Em sua fala durante a abertura do I Seminário de Educação Brasileira, organizado pela Faculdade de Educação da Unicamp ele deixa transparecer sua saudade

> Eu gostaria de dizer aos companheiros, aos amigos que estão aí, agora, no Seminário de Educação Brasileira, da minha emoção imensa, fantástica, que me toma, de estar falando aos professores brasileiros, aos educadores brasileiros, do apartamento em que vivo, aqui em Genebra, cercado de meus filhos e de quatro grandes amigos brasileiros que, por coincidência, encontram-se entre nós. É uma alegria enorme me servir da possibilidade que a tecnologia me coloca à disposição, hoje, de gravar, de tão longe de vocês, essa palavra que não pode ser outra senão uma palavra afetiva, uma palavra de amor, uma palavra de carinho, uma palavra de confiança, de esperança e de saudades também, saudade imensa, grandona, saudades do Brasil gostoso, desse Brasil de nós todos, desse Brasil cheiroso, distante do qual estamos há catorze anos, mas distante do qual nunca estivemos também. Evidentemente, no momento, quando o professor Gadotti, meu querido amigo, com quem convivi aqui em Genebra, me pede que eu diga alguma coisa, é claro que vocês não podem esperar de mim uma reflexão pedagógica, política, epistemológica. Seria falso. Seria inviável para mim agora pensar criticamente, refletir sobre a pedagogia brasileira, sobre os desafios que nós temos. Eu confesso que não poderia fazer isso. Mas também não pude negar ao professor Gadotti de mandar esse recado por telefone e lamentar não poder estar aí com vocês nesse momento em que se realiza o Seminário de Educação Brasileira. Eu só não estou aí porque, afinal de contas, eu não tenho um passaporte. Faz catorze anos que eu peço esse passaporte e esse passaporte não me foi dado. Nem o "ficaporte", quer dizer, esse extravagante passaporte dentro do qual se escreve que ele é válido só para a cidade onde a pessoa mora, como o "ficaporte" que deram para minha mulher. Nem esse eu tenho. É por isso que eu não estou aí, mas espero que um dia eu tenha o "passa-porte" e aí eu voltarei ao Brasil para abraçá-los e para dizer mais uma vez o quanto brasileiro eu sou, o quanto brasileiro tenho continuado a ser apesar da distância em que estamos no tempo e no espaço. Meu grande abraço para vocês e que o Seminário seja um êxito, um êxito para todos nós, para o povo brasileiro e para o futuro da educação nacional (Paulo Freire, 1978, por telefone in Pino, 2021, p. 01-02).

Entendemos que por defender a educação como prática de liberdade e como resistência contra as opressões, Paulo Freire foi e permanece sendo alvo de perseguições por parte de

governos que desejam a continuidade das desigualdades sociais, o que nos revela muito sobre as perseguições sofridas. A repressão sistemática a Freire e à sua proposta educativa não pode ser interpretada apenas como reação a um método de alfabetização, mas deve ser percebida como parte de uma estratégia política e discursiva de silenciamento das vozes dissonantes e de controle dos sentidos possíveis da linguagem no espaço público. Reprimir Paulo Freire representou, para o regime militar, uma tentativa de conter o potencial de sua proposta pedagógica, que estimulava a reflexão crítica, a emancipação da consciência e a expressão das vozes historicamente silenciadas. Ao atacar suas ideias e práticas educativas, o governo buscava neutralizar um projeto de educação voltado ao questionamento das estruturas de dominação e à formação de sujeitos politicamente conscientes, elementos considerados ameaçadores à ordem autoritária.

Nesse sentido, buscamos aprofundar a compreensão sobre ensinar e aprender a partir de uma perspectiva de liberdade e criticidade, tentando estabelecer relações entre tal proposta de ensino e as perseguições a ele realizadas. O tópico que segue é dedicado às reflexões sobre a educação como prática de liberdade e como esse discurso educacional passa a ser visto como ameaça ao sistema opressor.

1.2 Educação como prática de liberdade: o discurso educacional freireano como ameaça ao sistema opressor

Em tempos de construção de uma educação para resistência, retomar o discurso freireano e, por assim sendo, o discurso da educação, sobre educar para a liberdade é descortinar os motivos pelos quais Freire é visto como ameaça quando defende que educar é um ato de liberdade.

Comprometido com os movimentos populares, Paulo Freire compreende que a educação não poderia ser reduzida a um processo neutro ou técnico, mas deveria ser concebida como prática política e emancipatória. Para o educador, era inviável pensar a formação humana a partir de propostas que reproduzem os ideais de dominação historicamente impostos pelas classes patronais sobre as classes trabalhadoras. Essa compreensão o levava a defender a necessidade de romper com os modos de dominação sustentados por estruturas de opressão, alienação e exclusão social. Essa ruptura, segundo Freire, só poderia se efetivar por meio de uma educação pautada na resistência a toda forma de opressão e de reprodução das desigualdades, resistência que se materializa na promoção da consciência crítica e na ação transformadora dos sujeitos. Nessa perspectiva, a prática educativa deve ser dialógica e

problematizadora, permitindo que educandos e educadores se reconheçam como agentes históricos capazes de intervir no mundo, transformando-o e percebendo a educação como um ato político.

Assim sendo, além de defender que o processo de ensino e de aprendizagem deveria acontecer considerando o universo de interesse dos estudantes, Freire defendia também a conscientização crítica e política do povo, para que este pudesse fazer uma (auto)reflexão e romper com padrões de dominação. O conceito de conscientização crítica ocupa um lugar central no pensamento pedagógico de Paulo Freire, sendo compreendido como o processo pelo qual os sujeitos desenvolvem a capacidade de perceber, problematizar e transformar a realidade social, política, econômica e cultural em que estão inseridos. Trata-se de um movimento que ultrapassa a aquisição de informações, exigindo a articulação entre reflexão e ação, a práxis, como forma de superar situações de opressão. Essa visão de educação é defendida em obras como *Educação como prática da liberdade* (1967) e *Pedagogia do Oprimido* (1968), como forma de sinalizar que a educação não pode ser ingênua, mas sim comprometida com o questionamento das estruturas de poder.

Se de um lado temos a elite mantenedora do poder, do outro lado temos a classe trabalhadora produtora de todos os bens de consumo e distante de qualquer diálogo sobre as estruturas impostas a ela. Segundo Freire,

> [...] infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado, temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade. Ao mesmo tempo, porém, inclinando-se a um gregarismo que implica, ao lado do medo da solidão, que se alonga como "medo da liberdade", na justaposição de indivíduos a quem falta um vínculo crítico e amoroso, que a transformaria numa unidade cooperadora, que seria a convivência autêntica (Freire, 1967, p. 44).

O medo da liberdade, ao qual Freire se refere, está enraizado na manipulação opressora que tenta impor às classes populares padrões de subserviência, disseminando a ideia de que não devem romper com um sistema supostamente maior que elas e que devem aceitar pacificamente a condição a elas imposta, sem questionar a ordem natural das coisas. Em contrapartida a esse medo da liberdade, temos o educar para a liberdade que propõe a superação do estado de objeto manipulável para ser humano engajado. Para Freire

> Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua "conivência" com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão para que seja práxis (Freire, 1987, p. 112).

A conscientização crítica dos indivíduos, visa combater a alienação das massas e sugere um processo de emancipação dos sujeitos e rompimento com o sistema opressor. A palavra, no sentido apreendido por Freire de não ser apenas um conjunto de letras ou um meio neutro de comunicação, mas sim com um sentido político, ético e libertador, em vez de estar à serviço das ideologias alienantes, deve estar à serviço da transformação do mundo, do homem e da sociedade. Evidenciamos, então, o potencial emancipador da palavra, que transcende sua função meramente instrumental ou ideológica, assumindo uma dimensão de ação transformadora e de conscientização crítica.

Ao contrário de uma visão instrumentalista, na qual a palavra é utilizada para reproduzir e legitimar as estruturas de poder e dominação, Freire propõe que a linguagem deve ser um instrumento de libertação, capaz de promover a reflexão, o diálogo e a ação coletiva. Nesse sentido, a palavra deixa de ser uma ferramenta passiva de manipulação ideológica para se tornar um meio de conscientização, de questionamento das condições de opressão e de mobilização para a transformação social. Essa concepção está alinhada à ideia de que a linguagem é constitutiva da práxis, ou seja, da ação-reflexão-ação que visa à transformação do mundo e dos sujeitos.

Nesse sentido, compreendendo que as práticas educativas são realizadas dentro da instituição escolar, esta deve ser um espaço no qual as relações são construídas de maneira horizontal, proporcionando a educadores e educandos a produção de conhecimentos coletivos. Porém, historicamente, a escola se apresenta como uma espaço de reprodução de ideologias dominantes, representando, como nos diz Althusser (1985), um dos Aparelhos Ideológicos do Estado[32], AIE de agora em diante, uma vez que esta propaga as ideologias através de mecanismos de reprodução e conformismo. Para Althusser (1985, p. 57-58)

[32] Para Althusser (1985), os Aparelhos Ideológicos de Estado compreendem instituições como a escola, a igreja, a família, os meios de comunicação, os sindicatos e as organizações culturais. Seu funcionamento se baseia na interpelação dos indivíduos como sujeitos, ou seja, na internalização das normas, valores e representações dominantes, de modo que estes passem a agir conforme os interesses da classe hegemônica sem a necessidade de coerção física. Esse conceito amplia a discussão de Althusser sobre os Aparelhos Repressores de Estado (como polícia, exército e sistema judiciário) que utilizam da força física para coerção dos indivíduos.

> [...]o que se aprende na Escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto, algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de "cultura científica" ou "literária" diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se, portanto "saberes práticos" (des "savoir faire") [...] Mas, por outro lado, ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as "regras" dos bons costumes, isto é, do comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a "bem falar", a "redigir bem", o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e seus servidores) a "mandar bem", isto é (solução ideal) a "falar bem" aos operários, etc. (Althusser, 1985, p.57-58).

Nesse contexto, Althusser identifica a escola como o principal AIE. Diferentemente da família e da igreja, que historicamente desempenham esse papel de exercer o domínio, a escola é o espaço institucionalizado no qual se formam as competências técnicas e, simultaneamente, se transmitem valores e ideologias que sustentam a ordem capitalista. Dessa forma, a escola não representa um espaço de neutralidade, pois, nas palavras de Andrade e Souza (2023, p. 137) "Ao pensar o papel da escola na sociedade capitalista, é necessário rejeitar a ideia equivocada de que a escola é neutra, a instituição escolar não está desconectada da estrutura social na qual se estabelece. A ideologia dominante propaga a ideia de que a escola é neutra".

Enquanto espaço prioritariamente transmissivo, a escola permanece corroborando com as ideologias dominantes e favorecendo a continuidade do sistema capitalista. Um estudo realizado por Andrade (2021), revela as disparidades entre o ensino da escola pública e privada. Em seu recorte, faz um comparativo entre respostas de docentes de instituições públicas e privadas a questionários e entrevistas. Indagados sobre questões como: "Em sua opinião, qual o papel da escola na vida das pessoas na sociedade?"; "Qual a importância do professor e do aluno para esta função?"; "Para você, como é desenvolvido o trabalho pedagógico nas escolas públicas e privadas? Há diferenças?", os docentes se posicionaram e os dados apresentados reforçam a compreensão da escola como uma instituição voltada à reprodução e preservação das divisões de classe. Embora os docentes percebam grandes diferenças na qualidade do ensino entre as redes pública e privada, não conseguem explicar de forma precisa suas origens. Para Andrade (2021, p.385)

> [...] o que vimos até o momento, a partir das releituras teóricas, se complementa com as falas das docentes de ambas as instituições. A escola é vista como o único meio pelo qual a criança tem o acesso à aprendizagem, e o sistema vigente impõe quais saberes serão válidos e quais não.

Neste sentido, a escola pode ser vista como uma espaço no qual as ideologias dominantes se legitimam e têm espaço de continuidade. Assim como nos diz Almeida (2002, p. 255):

> A escola é produtora de sujeitos sociais e a sua função não deve ser ou não deveria ser a de camuflagem ou legitimização de uma ideologia de função social e produção de indivíduos programados para a continuidade social do sistema capitalista. Nesta perspectiva, nos parece ser impossível que a escola seja um "veículo" para a não formação de futuros trabalhadores "alienados", porque no campo educacional o educador também é um trabalhador comum e seus alunos, meros produtos capitalistas.

Compreendemos a visão sobre escola evidenciada por Freire, quando em entrevista concedida ao programa Escola Viva, em 1993, ao ser questionado sobre que tipo de cidadão a escola brasileira estava formando, Freire se situou contrário a uma escola que não promovesse um nível de construção coletiva que permitisse ao estudante se rebelar diante do mundo. Transcrevemos, na tabela 1, o trecho no qual fica evidenciada sua fala para compreendermos como ele se posiciona firmemente contra uma escola/educação que não valorize a emancipação dos sujeitos.

Tabela 1 - Fala de Freire em entrevista ao programa Escola Viva[33]

Paulo Freire	"Olha eu acho que essa escola, eu não te diria que tem formado isso aquilo, pois sem estudos objetivos. Mas eu acho que essa escola pode formar rebeldes e pode formar apáticos. Pode formar adaptáveis, gente silenciosa ou gente barulhenta. O que ela é dificilmente forma é gente crítica. É o que deveria se formar, gente crítica, curiosa, gente indagadora, gente atuante, gente participante, gente que gosta de mudar o mundo. O que essa escola está criando é ou é gente que puramente se rebela ou é gente que puramente se ajusta O que é uma lástima".

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

A afirmação de Freire, ao dizer que "essa escola pode formar rebeldes e pode formar apáticos", convida-nos a uma reflexão sobre o papel da educação na formação humana. Ao contrapor o "rebelde" ao "apático", nos faz pensar sobre os diferentes modos como os sujeitos se posicionam diante da realidade e como a escola, nesse sentido, não é um espaço neutro, uma

[33] Vídeo da entrevista na íntegra disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bwvHZJLfhYE&t=109s> , disponibilizado em 14 de set. de 2021 e com 43.005 visualizações. Acesso em 27/06/2025.

vez que nela se constroem consciências, despertam inquietações ou cultivam conformismos. Formar "rebeldes" significa promover o pensamento crítico, a capacidade de questionar e transformar o mundo, já formar "apáticos" é perpetuar a indiferença e o silêncio diante das injustiças. Assim, Freire nos provoca a repensar que tipo de educação estamos construindo: uma que emancipa ou uma que adormece?

A reflexão de Freire revela uma compreensão sobre a natureza da educação e sua força transformadora. A escola, para ele, é um espaço em disputa, um território onde se decide entre a domesticação e a libertação do ser humano. Formar "apáticos" é se submeter à lógica da passividade, à reprodução das verdades impostas, à aceitação silenciosa do mundo como ele é. Formar "rebeldes", ao contrário, é despertar o ser humano para a consciência crítica, para o inconformismo diante da injustiça. Ele nos faz pensar que a educação nunca é neutra, afinal ela sempre serve a um projeto de sociedade numa perspectiva em que ou mantém as estruturas de poder ou as desafia. Sua pedagogia é, portanto, um chamado à esperança, à construção de uma escola que forme mentes vivas, inquietas e comprometidas com a transformação do mundo.

Assim, a instituição escolar, para Freire, ainda é um lugar da burguesia, no qual as relações capitalistas estão em evidência, e compreende que para se ensinar e aprender é preciso agregar conhecimentos populares. Assim sendo, defende que os educadores busquem "[...] seu desenvolvimento próprio e a libertação coletiva para combater a alienação das escolas, propondo o redescobrimento da autonomia criadora" (Gadotti, 2016, p.155).

Temos como centro dessa autonomia criadora: *a problematização, o diálogo, o comprometimento tanto de educadores quanto de educandos, o pensamento solidário.* Esses ideais são contrários ao que a classe dominante perpetua: *visão única, conhecimento linear, individualização*. Assim sendo, para que haja a possibilidade de se romper com a alienação e com a hierarquização do modelo vigente, o (re)conhecimento de que se faz parte dessa ordem e não de que se está alheio a ela, deve ser oriundo da educação. Segundo Meksenas

> Podemos afirmar que na sociedade capitalista existe ideologia: uma imposição dos valores e ideias da classe empresarial (classe dominante) como sendo a única visão correta de sociedade e a consequente tentativa de fazer com que a classe trabalhadora pense com os valores da classe dominante (Meksenas, 2003, p. 66).

Romper com as ideologias que defendem um ensino descontextualizado, que não consideram o educando como ser social e atuante, que permite as relações de opressão, é uma forma de resistir a um sistema que insiste em segregar e transformar pessoas em produtos.

Educar para a liberdade é permitir que os educandos sejam desafiados a pensar, e, mediante reflexão, possam se desalienar. Para Freire

> Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada (Freire, 1987, p. 45).

A visão assumida por Freire, de uma educação problematizadora, e que vai de encontro à visão capitalista sobre educação, permitiu que ele fosse visto como doutrinador[34], uma vez que se posiciona em meio à luta de classes, na qual se defende que o proletariado só será capaz de romper com uma ordem político-econômica se o trabalhador compreender, por meio da educação, que é possível vencer a opressão da burguesia. No entanto, para que haja uma revolução, não é possível haver ingenuidade, uma vez que a educação faz parte de uma superestrutura que mantém o controle e os privilégios de uma minoria dominante e que permite a perpetuação da ideologia desta minoria, como seria possível transpor esta superestrutura?

É necessária uma mudança de consciência, um rompimento com o pré-determinado pela burguesia, sendo que tal mudança só pode ser alcançada a partir da politização dos indivíduos. A politização promove transformações, tanto no que diz respeito ao ser em si quanto a este ser como membro de uma sociedade. Segundo Scocuglia (1999)

> Parece-nos fundamental destacar que o pano de fundo da arena da mudança social estar excessivamente consagrada às transformações internas dos seres humanos ou, em outras palavras, através das transformações da "consciência individual" mudanças nas quais a educação e, especialmente para Freire a Alfabetização de Adultos, tinha posição de vanguarda (Scocuglia, 1999, p. 325).

A educação como mudança é, nas palavras de Freire, um ato comprometido. O ato comprometido vem da ação-reflexão-ação e nos permite não somente estar no mundo, mas pertencer a ele, e, pertencendo a ele nos perceber como seres sociais, críticos, políticos, atuantes e não passivos. Segundo Freire

[34] Apesar de não caminharmos para desenvolver as teorias marxistas, entendemos que a concepção de educação problematizadora de Paulo Freire estabelece um diálogo evidente com a perspectiva marxista, especialmente no que se refere à centralidade da luta de classes na compreensão da realidade social. Assim como Karl Marx identifica a estrutura econômica e as relações de produção como determinantes das desigualdades e dos conflitos sociais, Freire reconhece que a educação está intrinsecamente vinculada a essas relações e que, em sua forma tradicional, tende a reproduzir a ideologia dominante.

> É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar. (Freire, 1987, p. 19)

Sendo assim, discutiremos no tópico a seguir algumas questões referentes à perspectiva dialógica que está intimamente relacionada às ideias pedagógicas freireanas. Em contraposição ao que defende a educação tradicional que é baseada em transmissividade, defendemos que educar politicamente para a liberdade tem sua base no diálogo, na reflexão, na criticidade.

1.3 Educação e dialogismo: pensamento crítico e reflexivo em oposição à educação bancária.

Tendo em vista a história da educação no Brasil, podemos dividi-la em quatro períodos[35]: *1- entre 1549 e 1759; 2- entre 1759 e 1932; 3- entre 1932 e 1969 e 4- entre 1969 e 2001*.

O primeiro período nos remete à época da colonização e, portanto, reporta-nos a uma educação fundamentada nos preceitos religiosos e na pedagogia tradicional. Os responsáveis pelo processo de conversão dos indígenas ao catolicismo, religião seguida pelo rei de Portugal, foram os Jesuítas. Ao chegarem ao Brasil, em 1549, criaram escolas, colégios e seminários, com o intuito de colonizar, educar e catequizar (Saviani, 2007).

Evidentemente a educação citada neste período não estava baseada em princípios dialógicos, mas sim em estratégias de controle e dominação e para tanto a religião[36] cumpriu papel fundamental neste processo. Para dominar, era preciso fazer com que os povos originários deixassem de existir enquanto povo, sendo o processo de aculturação dos indígenas e negros implementado a partir da educação jesuítica.

A educação, que de início teve como prioridade exercer a autoridade de colonizador para colonizado, transformou-se ao longo desse período em uma educação não popular. Em vez de indígenas e negros, temos os filhos dos colonos ocupando os espaços escolarizados e, portanto, o currículo muda. Nas palavras de Saviani, a pedagogia desenvolvida nessa época e conhecida hoje como tradicional

> [...] caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essencial universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, a criação divina.

[35] A divisão baseou-se na obra de Demerval Saviani, História das Ideias Pedagógicas no Brasil.

[36] Evidenciamos o aspecto religioso na breve retomada sobre a história da educação, pois compreendemos ser esta categoria uma das mais fortemente presentes ao longo de nosso trabalho, inclusive nos ataques feitos a Paulo Freire.

> Em consequência, o homem deve empenhar-se em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural (Saviani, 2007, p.58).

Se a educação é concebida como instrumento para moldar o indivíduo segundo um padrão previamente estabelecido, não há espaço para o debate de ideias, o diálogo ou a construção coletiva do conhecimento. Parte-se da premissa de que existe um modelo ideal a ser seguido, capaz de conduzir o sujeito à suposta perfeição. Esse entendimento, consolidado nas bases do tradicionalismo educacional que se instaurou naquele período, permanece enraizado em muitas práticas pedagógicas no Brasil. Assim, qualquer tentativa de transformação, mesmo quando amparada pelos documentos oficiais que orientam a educação nacional, tende a ser interpretada como ato de subversão ou ameaça à ordem considerada natural das coisas.

Analisando o segundo período, entre os anos de 1759 e 1932, com as reformas do Marquês de Pombal alguns intelectuais contribuíram para que fossem pensados caminhos para a educação. Houve reformas nos estudos primários e superiores, também a implementação de concursos para professores régios, no lugar da educação jesuítica. No entanto, o que mais colabora com nossa pesquisa é o pensamento disseminado sobre quem deveria ter acesso ao ensino. Ao pobre era destinado o trabalho, ao rico o estudo, inclusive defendendo que para o pobre seriam perda de tempo as horas que estivesse dedicado aos livros, pois, como diz Mandeville “para fazer feliz a sociedade e manter contentes as pessoas, ainda que nas circunstâncias mais humildes, é indispensável que o maior número delas seja pobre, e ao mesmo tempo, totalmente ignorante” (Mandeville, 1982, p.190).

Ao resgatarmos o pensamento da extrema direita brasileira, que constantemente execra Paulo Freire e sua pedagogia crítica, torna-se possível compreender as bases ideológicas que sustentam essa rejeição. A partir do pensamento hegemônico evidenciado nas formulações de Mandeville, segundo o qual às classes populares caberiam apenas as atividades laborais, é possível identificar a permanência de uma lógica que naturaliza as desigualdades e deslegitima projetos educativos emancipatórios. Nessa perspectiva, compreende-se que a cultura de ódio dirigida a Paulo Freire e à sua obra não se limita a divergências pedagógicas, mas expressa um movimento político mais amplo de defesa da ordem social excludente, historicamente reproduzida pelos governos que buscaram reprimir a pedagogia freireana e sua potência transformadora.

Seguindo com o percurso histórico da educação brasileira, chegamos ao terceiro ciclo, que compreendeu os anos de 1932 e 1969. Com a modernização e ascensão da agricultura

cafeeira e a industrialização, ocorreram diversas mudanças na educação, através de decretos e a educação passou a ser considerada uma questão nacional, ou seja, o Estado era o responsável pela educação do povo. O rompimento com o ensino confessional dado no ciclo anterior, deu espaço ao decreto que regulamentou o ensino religioso nas escolas, mais uma vez com intuito de doutrinação, não mais para colonizar, mas para combater os ideais revolucionários que ganhavam força.

Apesar de a educação bancária, com foco na transmissão de conhecimentos e valores, sem base na reflexão, e considerando o estudante como um ser passivo, ter sido até então a forma com a qual a educação era defendida, houve, durante esse período, um grupo de intelectuais que começou a pensar a educação sob outro viés. Dentre eles, Paulo Freire, com a defesa da educação popular, do diálogo, do pensamento crítico e reflexivo. A experiência exitosa de Angicos, ocorrida em um momento marcante da história política do Brasil, na qual ganhava força o movimento popular e a visão da educação como possibilidade de ascensão, fez com que Freire modificasse a forma de conceber educação.

Freire defende que a classe trabalhadora é fundamental para o progresso da sociedade. Seu legado está ligado à criação de ambientes que promovam a autonomia das pessoas oprimidas, e isso acontece principalmente por meio da educação formal. Assim sendo, no lugar da transmissão de conhecimentos, muitas vezes sem sentido para os educandos, e em oposição à educação bancária, ele defende a construção coletiva de saberes a partir das vivências e experiências dos educandos. Segundo Freire

> Quanto mais analisamos a relação educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis, (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante - o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito - o narrador - e em objetos pacientes e ouvintes - os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta - narrar, sempre narrar. Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação (Freire, 1987, p.33).

Desse modo, Freire rompe, em sua proposta com essa educação estática e prioritariamente narrativa e dá espaço aos Círculos de Cultura. Assim denominados, os Círculos de Cultura, enfatizavam o diálogo, a descoberta e a participação como meios de construção do conhecimento coletivamente, Freire propunha uma maneira diferente de construir conhecimento. Segundo Saviani (2007, p 325-326),

> O trabalho pedagógico nos círculos de cultura se iniciava pela projeção, com o uso de slides ou cartazes, da situação contendo a primeira palavra geradora. Após amplo debate sobre as várias implicações da situação analisada, chegava-se, mediante o processo de decodificação propiciada pela análise, à visualização da palavra geradora. Esta, projetada em novos slides ou cartazes, aparecia, primeiro, isolada do objeto, mas por inteiro; depois, separada em sílabas e, daí, às famílias fonêmicas, cuja ficha foi designada de "ficha da descoberta". Para ilustrar o procedimento, o autor lançou mão da palavra "tijolo". No primeiro passo, essa palavra era apresentada numa situação do trabalho em construção. Discutida essa situação, visualizava-se a palavra, que depois era apresentada sem o objeto: Tijolo. Numa nova projeção, ela aparecia desmembrada em suas sílabas: ti-jo-lo. Daí se chegava às famílias fonêmicas: ta-te-ti-to-tu; ja-je-ji-jo-ju; la-le-li-lo-lu. Finalmente, apresentava-se a projeção da "ficha da descoberta" contendo as três famílias fonêmicas em conjunto: ta-te-ti-to-tu; ja-je-ji-jo-ju; la-le-li-lo-lu (SAVIANI, 2007, p. 325-326).

Os Círculos de Cultura representavam a construção de uma educação diferente, na qual as experiências informais ganham relevância e superam o tradicionalismo. De acordo com Freire (1996, p. 50),

> Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que vários gestos de alunos, do pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzaram cheios de significação.

A proposta de educar utilizando uma metodologia que engaja educadores e educandos horizontalmente, superando os métodos tradicionais de outrora nos quais a hierarquia vertical de ensino prevalecia. Dessa maneira, a importância dos círculos de cultura para a educação libertadora compreende a capacidade de fomentar a autonomia dos indivíduos, uma vez que ao estimular a troca de experiências e conhecimentos, essa prática permite que os participantes se tornem protagonistas de seu próprio aprendizado, desenvolvendo consciência crítica sobre sua realidade social, política e econômica, sendo indispensável à formação de cidadãos questionadores e, consequentemente, transformadores da sociedade.

A proposta freireana foi interrompida durante o golpe militar, conforme já mencionamos, uma vez que suas práticas ficaram no radar dos militares por configurarem uma ameaça ao controle social estabelecido. Visto como subversivo, transgressor, perigoso, inimigo teve seu projeto educacional interrompido e em seu lugar o ensino tecnicista, produtivista passou a ser disseminado.

Chegamos, então, ao período de *1969 a 2001,* no qual a pedagogia tecnicista, pautada na produtividade, eficiência e racionalidade. Nesse momento, nem o professor assume mais o papel de fazer as escolhas sobre o ensino, nem o estudante participa mais ativamente do processo de aprendizagem. O ensino passa a ser escolhido e pensado por técnicos habilitados

para tal função, ficando a cargo de educador e educando o cumprimento do que é previamente planejado e elaborado.

A garantia de eficiência é o objeto de desejo da educação tecnicista, conseguindo entregar menos pensamentos críticos e reflexivos e mais produtividade. Como nos diz Saviani

> Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são às condições de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção (Saviani, 2007, p. 380).

Compreendemos, então, que dentre os períodos expostos, foi, a partir do discurso educacional freireano, que a educação de fato foi pensada como direito universal e, consequentemente, considerada a partir de uma propositura dialógica, popular, transformadora, contestadora, emancipadora. Desse modo, inquieta-nos refletir, no tópico subsequente, sobre como essa educação, direito de todos, pode ser ferramenta de emancipação.

1.4 Educação como direito de todos e ferramenta de emancipação: protagonismo político do povo.

Com Freire, a educação vive um marco histórico e revolucionário: alfabetizar todos os brasileiros independentemente de sua classe social. Tendo sido vista até então como direito de poucos e atendendo aos interesses da elite, Freire a transformou em um movimento popular, direito de todos os cidadãos.

Sua proposta, conforme já exposta anteriormente, não somente abrange mudanças nos métodos tradicionais de ensino e de alfabetização, mas revela que a educação não poderia mais servir apenas para produção de mão de obra, para uma visão tecnicista do ensino, mas sim uma educação que considere a necessidade de cada ser em sua particularidade, que desperte a consciência crítica (Freire, 1979). É nesse ponto que se destacam não somente a concepção de educação freireana, mas também a concepção de homem e sociedade.

Para Meneghetti, (2012, p. 128) o homem é a “unidade de ação histórico-espiritual constituída por um projeto ôntico em acontecimento terrestre, com faculdades ou funções

inteligentes, racionais, emocionais, biológicas". Já a sociedade representa a convivência harmônica ou não entre esses homens. A sociedade, dessa maneira, se constitui como uma totalidade dotada de existência própria, capaz de exercer forte influência sobre os indivíduos por meio de normas, valores e instituições. Assim sendo, o ser humano nasce em um contexto social já estruturado, no qual se processa sua socialização primária e secundária, mediada pela família, escola, grupos e demais instâncias formadoras. Dessa maneira, não se pode conceber homem sem sociedade, nem tampouco a sociedade sem o homem.

Nessa relação dialética entre homem e sociedade, o homem, visto como um ser inacabado, não é apenas produto da sociedade, mas também sujeito social e histórico, capaz de recriá-la. Saviani retoma Freire para situar essa construção histórica e dialógica entre homem e sociedade. Nas palavras de Saviani (2007, p.05)

> Vê-se que Paulo Freire entendia a pessoa humana como um ser de relações que se afirmava como sujeito de sua existência, construída historicamente em comunhão com os outros homens, o que o definia como um ser dialogal e crítico. Todavia, essa "vocação ontológica de ser sujeito" esbarrava numa realidade social que a contradizia, já que às forças dominantes interessava manter a maioria dos homens em situação de alienação e dominação.

Essa perspectiva dialógica e que evidencia o humano no centro de todos os processos: *educacionais, políticos e sociais,* exprime uma disparidade, apontada por Freire, da sociedade nos anos 60: uma educação à serviço da alienação/domesticação ou da conscientização/ libertação? (Saviani, 2007).

Entendemos que tal disparidade não estava presente apenas nos anos 60, mas se perpetua na sociedade atual, uma vez que o discurso sobre a educação, vindo dos grupos dominantes, ainda revela o desejo pela manutenção do poder nas mãos de grupos específicos e a doutrinação e alienação das massas.

Na concepção da dominação, a educação, utilizada como um instrumento de controle social, promove a perpetuação das desigualdades sociais, reforçando hierarquias existentes e limitando o pensamento crítico. O conhecimento é transmitido de forma unilateral, com foco nos valores e princípios determinados pela classe dominante, o que acaba por tentar moldar os estudantes para se conformarem com as normas sociais e econômicas estabelecidas. Dessa maneira, a educação prioriza a obediência e a aceitação passiva, em vez de fomentar a autonomia e a criatividade.

Freire (2000, p.40) nos diz que "(...) o autoritário ou o licencioso, trabalham contra a urgente formação e contra o não menos urgente desenvolvimento da mentalidade democrática entre nós". O desenvolvimento de uma mentalidade democrática apresenta ameaças para

governos que têm o desejo de manter o poder e o controle sobre o povo, uma vez que quanto mais desenvolvido o senso crítico, mais se questionam as estruturas hierárquicas de poder, apresentando, então, riscos à sustentação de governos com características mais autoritárias.

Assim sendo, a educação para a libertação, que vai na contramão do que a educação para alienação enaltece, busca empoderar os indivíduos, promover a conscientização crítica e reflexiva, ampliando a capacidade de questionar e também de transformar a realidade. A educação pautada na emancipação, enfatiza a importância do diálogo, da reflexão e da ação. É vista como um processo colaborativo, no qual educadores e educandos co-criam conhecimento, a partir do desenvolvimento de habilidades que os permitem desafiar estruturas opressivas e buscar mudanças sociais. Sendo assim, a educação é vista como um meio de emancipação, promovendo a justiça social e a equidade.

Neste sentido, enquanto a educação a partir da perspectiva de dominação pode reforçar desigualdades e limitar o potencial humano, a educação para a libertação e para a emancipação busca transformar indivíduos e sociedades, a partir do desenvolvimento da autonomia, da justiça social, da participação ativa e efetiva nas decisões econômicas, políticas e sociais.

Partindo do viés de justiça social e de educação popular, Freire acaba por estar na mira dos poderosos que o enxergavam como subversivo, como uma praga comunista[37]. A experiência de alfabetização de adultos conduzida por ele em Angicos foi mais do que ensinar a ler e escrever as palavras, mas sim ensinar a ler e escrever o mundo. Os fazendeiros, para os quais os trabalhadores alfabetizados trabalhavam, percebem que o movimento coordenado por Freire foi um movimento também de politização. Sendo politizados, críticos, conscientes e reflexivos, os trabalhadores deixam de ser massa e passam a ser cidadãos inconformados com o que lhes era imposto.

Segundo Freire (1980, p.20) “uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar possibilidades de escolher o próprio caminho”. Assim sendo, o discurso educacional de Freire defende que não era preciso apenas alfabetizar para transformar o trabalhador em um leitor decodificador, mas sim alfabetizar para transformar o trabalhador em leitor crítico, consciente e participativo.

[37] Esse termo está relacionado à primeira greve registrada em Angicos (RN), em maio de 1963, município onde Paulo Freire desenvolvia a experiência de alfabetização de adultos que se tornaria um marco em sua trajetória. A mobilização dos trabalhadores rurais, impulsionada pelo processo de conscientização promovido pelas aulas, provocou forte reação das elites locais. Os fazendeiros passaram a rotular a iniciativa de Freire como uma “praga comunista”, expressão que sintetiza o temor das classes dominantes diante do potencial emancipador da educação crítica.

Essa pretensão de transformar a educação/alfabetização em uma prática significativa e libertadora, ficou evidenciada nas falas dos estudantes, resgatadas pelo documentário produzido, em 2013, pela Assessoria Comunicação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa) "40 Horas na Memória: Resgate da Experiência dos Alunos de Paulo Freire em Angico/RN". O documentário tem como protagonistas os 19 ex-alunos dessa experiência que em suas falas evidenciam a situação de precariedade e de ausência de direitos do povo daquela comunidade. Evidenciam também a importância do projeto freireano em suas vidas, tanto no que diz respeito às aprendizagens significativas, quanto ao processo educativo baseado na amorosidade.

Maria Eneide, hoje formada em pedagogia, professora e servidora pública, relata, no documentário, que frequentou as aulas junto ao pai e à mãe e que, como as palavras geradoras estavam presentes na realidade deles, sentiu muito orgulho em perceber que ao estudar sobre a palavra "tijolo" o pai sabia como era feito e para que servia. Entendemos pelo relato que as aprendizagens estavam cercadas de significados e que o discurso educacional das elites que tende a afastar os saberes populares deu espaço a um processo de ensino que valorizava o saber popular. A reflexão crítica, a politização também ficam evidentes na fala de Maria Eneide quando nos diz que sua mãe escreveu uma carta dizendo "Eu agora não sou massa, sou povo".

Fruto das reflexões vividas, o processo de politização em Angicos fica evidente. E perguntamo-nos: a quem interessa a educação das massas? A quem interessa a politização do povo? A partir do processo de conscientização/politização/emancipação o poder, de fato, começa a emanar do povo. Segundo Freire (2020, p.48)

> As massas passam a exigir voz e voto no processo político da sociedade. Percebem que outros têm mais facilidade que elas e descobrem que a educação lhes abre uma perspectiva. Às vezes emergem em posição ingênua, de rebelião e não revolucionária, ao se defrontarem com os obstáculos. Começam a exigir e criar problemas para as elites. Estas agem torpemente, esmagando as massas e acusando-as de comunismo. As massas querem participar mais na sociedade. As elites acham que isso é um absurdo e criam instituições de assistência social para domesticá-las.

A educação problematizadora, questionadora não é valorizada pelas elites, pois atua nas fragilidades da própria elite. Esta só conserva o *status quo* por esmagar as massas e uma das formas que consegue fazer isso é através de uma educação antidialógica. Assim sendo,

> A tarefa de educar os alunos e alunas para que se convertam em agentes críticos que se questionam e discutam, de maneira ativa, a relação entre a teoria e a prática, entre a análise crítica e o sentido comum, entre a aprendizagem e a transformação social. A pedagogia crítica nega as mentiras oficiais do poder e a noção totalmente reducionista de ser um método. […] A pedagogia deveria proporcionar as condições para que os alunos e alunas sejam capazes de formular em consciência a sua própria relação com

> o projeto de construção de uma democracia que todavia não está terminada! (Giroux, 2008, p. 18)

Neste ponto, Freire assume um papel fundamental, uma vez que acredita na democracia e na politização do povo como um projeto de luta e de transformação social. Nas palavras de Giroux

> Ocupando o espaço entre o político e o possível, Paulo Freire passou a maior parte de sua vida trabalhando na crença de que vale a pena lutar pelos elementos radicais da democracia, que a educação crítica é um elemento básico da mudança social e que a forma como pensamos sobre a política é inseparável de como compreendermos o mundo, o poder e a vida moral que aspiramos a levar (Giroux, 2010a, p. 113).

Considerando que a educação desempenha um papel central na consolidação e na manutenção da democracia, compreende-se que uma sociedade democrática, caracterizada pela consciência crítica e pela recusa à acomodação, requer uma prática educativa de natureza libertadora e problematizadora. Essa perspectiva pedagógica deve ser capaz de responder aos desafios da atualidade, cada vez mais complexos, que atravessam as esferas social e política. Nessa direção, a educação comprometida com a emancipação humana deve valorizar a libertação, a conscientização e o direito à indignação como princípios orientadores do processo formativo e da participação cidadã.

Diante do exposto e compreendendo a educação, na perspectiva freireana, como um ato de liberdade e de rompimento com a dominação imposta, torna-se necessário refletir, no tópico a seguir, sobre esta educação como uma luta contra-hegemônica, no sentido de que a educação não deve ser um instrumento de reprodução das desigualdades sociais ou de manutenção do status quo, mas sim um espaço de conscientização crítica, onde os sujeitos possam questionar, desafiar e transformar as relações de poder que os oprimem. Nesse sentido, a educação se configura como uma luta contra-hegemônica, na qual o processo pedagógico atua como uma ferramenta de resistência às ideologias alienantes e às estruturas de dominação que sustentam a ordem social excludente.

1.5 Educação como ato de liberdade e não de dominação: a luta contra-hegemônica de Paulo Freire.

Considerando a etimologia da palavra democracia, em que *demos* significa “povo” e *kratos*, “poder”, entende-se que, em um país que se autodenomina democrático, como o Brasil, o poder deveria emanar do povo. No entanto, esse conceito fundamental nos leva a refletir

criticamente sobre as contradições presentes nas relações sociais brasileiras. Embora o regime democrático pressuponha a participação ativa da população nos processos decisórios, a liberdade de expressão, a igualdade de direitos e o respeito à vontade popular, observa-se, na prática, uma realidade que se distancia desses princípios. O que se configura, muitas vezes, é uma forma de democracia restrita, em que o poder permanece concentrado nas mãos de grupos hegemônicos que desconsideram as reais necessidades sociais. Nessa perspectiva, a participação popular torna-se limitada e, em grande medida, ilusória, a liberdade civil é cerceada e as desigualdades sociais e econômicas se intensificam, revelando os limites de uma democracia apenas formal.

Torna-se necessário rememorar o processo de democratização no Brasil que foi marcado por tensões históricas e fragilidades institucionais que se mantém até os dias atuais. Embora o país adote formalmente um regime democrático desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, encontra obstáculos para que os princípios constitucionais sejam efetivados. As heranças autoritárias que estão nas raízes da fundação do país se perpetuam e se consolidam fomentando um ciclo de autoritarismo e desrespeitos aos princípios democráticos.

Um dos períodos necessários que deve ser retomado para compreensão das estruturas autoritárias do país é a República Velha. O período, que foi de 1889 a 1930, representou restrições significativas à participação política da população, como o voto censitário e o coronelismo. Com a formalização da abolição da escravização dos povos negros, em 1888, as condições sociais impostas não lhes garantia boas condições de vida, nem acesso aos direitos fundamentais e, por este motivo, muitos retornavam ao trabalho em fazendas, com condições precárias e sem acesso à educação e moradia. Dessa maneira, o ciclo de exploração se perpetuava, uma vez que, sem remuneração adequada, os trabalhadores se submetiam aos coronéis que se comportavam ainda como seus donos.

O coronelismo, evidenciado na República Velha, fundamentava-se nas relações pessoais de dependência, troca de favores e coação, que sustentavam os processos eleitorais e os mecanismos de tomada de decisão. Essa dinâmica mantinha uma política do voto de cabresto,[38] na qual os eleitores eram induzidos a votar conforme os interesses dos coronéis, mediante uma política de clientelismo, manipulação e, muitas vezes, violência.

[38] Para saber mais sobre voto de cabresto acessar <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Dezembro/voce-sabe-o-que-era-o-voto-de-cabresto-o-glossario-explica> Acesso em 06 de nov de 2025.

Durante esse período, as ações que perpetuavam a exclusão e a concentração de poder nas mãos de grupos específicos, geraram insatisfações em outros grupos sociais. Em vez de dar continuidade à política do café com leite, Washington Luís, presidente da república, quis implementar a política do café com café rompendo com Minas Gerais e iniciando o período conhecido como a Revolução de 1930 que pôs fim à República Velha. A queda da República Velha, portanto, representa tanto o fim de um modelo oligárquico sustentado pelo coronelismo e voto de cabresto, quanto o início de um processo de modernização política, marcada por centralização do poder e ruptura com práticas coronelistas tradicionais, ainda que resquícios dessas práticas tenham persistido nas relações políticas locais.

No entanto, esse processo não garantiu a democracia brasileira que só conseguiu ganhar maior força a partir de 1945. O período conhecido como democracia das massas[39] foi marcado pelo avanço do número de eleitores, inclusive das mulheres. Diversos segmentos sociais, incluindo trabalhadores, artistas e intelectuais, engajaram-se ativamente no planejamento de demandas sociais e políticas que refletiam as aspirações de ampliação da justiça social e da soberania nacional.

Esses grupos demonstraram entusiasmo e mobilização na defesa de pautas necessárias como a ampliação dos direitos trabalhistas, que visava assegurar melhores condições de trabalho e proteção social para a classe operária; a implementação das reformas de base, propostas estruturais destinadas a promover a redistribuição de terras, a reforma educacional e a modernização agrária; além da adoção de uma política externa independente, que buscava afirmar a autonomia do Brasil nas relações internacionais, valorizando os interesses nacionais. Essa participação articulada contribuiu para fortalecer o debate público e pressionar as instituições a incorporar as reivindicações no âmbito do projeto democrático brasileiro.

No entanto, esse período desagradou os setores conservadores que, nas palavras de Gomes e Ferreira (2023, p.254)

> pode-se dizer que, nesse período, o Brasil estava construindo uma experiência de democracia representativa. Aliás, justamente porque se estava avançando e caminhando em direção à ampliação de direitos de cidadania, a Terceira República foi interrompida pelo golpe de 1964.

Ainda que se reconheça um período em que a democracia parecia ganhar maior espaço no cenário nacional, é necessário compreender que os eventos históricos de dominação

[39] O termo é utilizado pelo Memorial da Democracia, página que pode ser consultada para ampliar as ideias a respeito de como se deu a construção da democracia no Brasil. Disponível em <https://memorialdademocracia.com.br/timeline/democracia-de-massas/abertura#card-1> Acesso em 11/08/2025.

anteriormente mencionados, somados ao golpe militar de 1964, comprometeram de forma significativa a consolidação de uma democracia efetiva no país. Isso porque a democracia, para além de uma forma de governo, deve ser entendida como um sistema político que se sustenta na participação ativa dos cidadãos, na garantia da igualdade de direitos e na promoção da justiça social.

Nesse sentido, além do conceito de democracia, que nos remete aos direitos fundamentais dos cidadãos a partir do exercício pleno desses direitos, torna-se necessário discutir o conceito de hegemonia[40] que diz respeito ao controle de determinado grupo social não apenas por meio da força, mas também através da construção de consensos e da legitimação de suas práticas e valores. A tensão entre hegemonia e democracia é evidenciada na observação entre as relações de poder e as práticas democráticas, uma vez que as estruturas hegemônicas podem moldar as instituições democráticas, influenciar a formação da opinião pública e restringir a capacidade de mobilização social. A promoção de uma democracia resistente requer a desconstrução das hegemonias existentes e a criação de espaços para a expressão autêntica e a participação cidadã, visando uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse sentido, temos entre a hegemonia e a democracia um campo que pode se contrapor às tensões que é o campo da educação. Falar sobre educação como prática de liberdade, como já trouxemos na perspectiva freireana, é compreender que esta educação está para promoção de autonomia, democracia, reflexão, debate, luta de classe. É fundamental reconhecer que a luta contra-hegemônica implica uma postura de resistência ativa, na qual o educador e o educando se engajam em um processo dialógico de construção de conhecimento, que valoriza as experiências de vida e as vozes marginalizadas. Essa prática pedagógica visa desconstruir as narrativas dominantes, desvelar as relações de poder e promover uma conscientização crítica capaz de fomentar ações emancipadoras. Assim, a educação freireana se apresenta como uma prática educacional politizada, no sentido de desafiar as formas tradicionais de autoridade e promover a autonomia dos sujeitos, fomentando uma práxis de transformação social e de superação das estruturas de opressão.

Entendemos, portanto, que há discursos hegemônicos e discursos contra-hegemônicos. Enquanto os primeiros dão conta de naturalizar a manutenção do poder, os segundos dão conta de se opor a esse poder. Dessa maneira, o poder é o modo pelo qual se exerce e reproduz no/pelo discurso a soberania de um grupo em detrimento de outro.

[40] Discutiremos o conceito de hegemonia, a partir de Fairclough e Gramsci, no capítulo 2 deste trabalho.

Para a ACD, nos postulados de Fairclough, o poder não é estável e pode se desconstruir nas relações entre linguagem e sociedade. Assim sendo, ele não está relacionado a um indivíduo isoladamente, mas sim a grupos que se relacionam discursivamente e é nesse ponto que os conceitos de hegemonia e poder se difundem, uma vez que podem favorecer a manutenção de um status social a determinados grupos em desfavor de outros.

Localizamos um paralelo também entre hegemonia, poder e liberdade, e é neste paralelo que a figura de Freire trava uma luta contra-hegemônica na tentativa de promoção de uma educação pautada em ideais libertários. De um lado Freire com sua proposta de educação preconizando a criticidade, reflexão e libertação, de outro segmentos sociais e políticos conservadores e reacionários na luta pela manutenção de seus privilégios.

Enquanto os grupos dominantes estruturam a educação de maneira a servir de manipulação da realidade, a fim de manter a estrutura de hierarquia social, a educação freireana afronta essa dominação por permitir a reflexão crítica e a transgressão. Como nos diz Dijk

> (...) a manipulação é uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que servem à reprodução do seu poder. Esses grupos dominantes podem fazer isso também de várias (outras) formas, por exemplo, através da persuasão, fornecendo informações, educação, instrução e outras práticas sociais que objetivam influenciar o conhecimento, as crenças e (indiretamente) as ações dos receptores (Djik, 2015, 237).

No momento em que defende uma educação para todos, Freire passa de educador revolucionário à doutrinador comunista. Afinal, ensinar a ler, para além das palavras, configura-se como uma estratégia de subversão da estrutura social vigente, a qual se encontra rigidamente articulada para beneficiar uma minoria privilegiada. Indagamo-nos, então, a quem interessava romper com o ciclo dominador-dominado?

A prática educativa libertadora de Freire seguia o oposto do ofertado até então no que diz respeito à educação bancária, na qual o estudante, ser passivo, recebia informações do professor, detentor do saber, sem espaço para reflexões, trocas e pensamentos críticos. Para Freire

> Na visão "bancária" da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 2022, p. 81).

Partindo do princípio de que era necessário superar a contradição educador-educando e promover uma educação para a liberdade na qual todos se façam educadores e educandos ao

mesmo tempo, aprendendo e ensinando, a educação assume seu principal papel que é o de humanização em vez de domesticação (Freire, 2022).

O discurso da educação defendido na pedagogia freireana é centrado no diálogo, na percepção do outro, na construção coletiva dos saberes, na promoção da emancipação, na liberdade, na participação. Essa forma de pensar educação valoriza a consciência crítica e faz com que os sujeitos se tornem questionadores de estruturas de poder, o que acaba sendo visto como uma educação subversiva, esquerdista e comunista pelos grupos que estiveram no poder no Brasil, tanto na época da ditadura militar, em 1964, quanto na época do governo de Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022

Assim sendo, o professor que segue a pedagogia da libertação é visto como inimigo por esses governos e a figura de Freire, sendo relacionada aos professores de maneira geral, é alvo de ataques, descredibilização e desvalorização. Entendemos que estes ataques não são gratuitos, uma vez que o pensamento crítico é ameaçador às estruturas dominantes, conforme já pontuamos. Afinal, a estrutura que sustenta o país, desde sua invasão, tem como base a dicotomia opressor x oprimido, dicotomia basilar do pensamento freireano. Ainda que legalmente e constitucionalmente, em nosso país, seja garantida a igualdade de direitos entre os sujeitos, a distância entre o que está previsto e o que se tem na prática é fato.

Segundo o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 constituem-se como direitos fundamentais "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Dessa maneira, se a educação é um direito social garantido constitucionalmente para todos, qual o interesse em descredibilizar uma educação que pretende romper com a dicotomia opressores x oprimidos? Acreditamos que o desejo pela manutenção do poder, a necessidade de controle dos meios de produção e apropriação cultural e simbólica seja a motivação para a negação da proposta freireana.

A neutralidade defendida em movimentos como Escola Sem Partido[41], que ganharam força nos últimos anos governados pela extrema direita do país, é uma neutralidade rejeitada por Freire, uma vez que a natureza da prática educativa é essencialmente libertadora e, por tanto, não pode ser politicamente neutra, mas sim pautada na conscientização. Segundo Freire

> A ação cultural para a libertação é a "práxis" das mulheres e dos homens em vista da superação das alienações e limitações às quais eles estão submetidos e sua afirmação

[41] O Movimento Escola Sem Partido é um movimento que supostamente defende a neutralidade da educação brasileira, sendo esta livre de quaisquer interferências ideológicas, garantindo assim, segundo seus defensores, o livre direito de aprender. No entanto, os líderes de tais movimentos são, em sua maioria, políticos vinculados aos partidos de extrema direita.

> enquanto sujeitos conscientes e criadores de seu próprio futuro histórico. A conscientização é o seu método de trabalho. É uma pedagogia política, uma práxis de libertação que pode ser definida pela oposição que é à educação sistemática tradicional. Esta se baseia na transferência autoritária do saber do professor todo poderoso para os estudantes absolutamente ignorantes. A conscientização ao contrário, se apresenta como um processo educativo em um sentido mais amplo. Ela recusa esta transmissão de um saber acabado. Em uma perspectiva libertadora, a educação é um ato de conhecimento, cujo objeto é o mundo real, a realidade vivida cotidianamente pelas mulheres e os homens que deve ser conhecida e transformada. (Ceccon e Freire, 1997, p. 1).

Este mundo real, dito por Freire, requer por parte dos cidadãos que as estruturas sejam questionadas, sejam elas governamentais, midiáticas ou econômicas, com foco na garantia dos direitos fundamentais. Educar, na perspectiva freireana, é educar contra a apatia social, a subserviência, a passividade e a favor da autonomia intelectual, da resistência e da transformação.

Compreender a educação freireana como uma luta contra-hegemônica implica reconhecer seu potencial de ruptura com as estruturas de poder e de promoção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, na qual a liberdade e a autonomia dos sujeitos sejam efetivamente garantidas. Compreendendo, ainda, que essa luta contra-hegemônica de Paulo Freire foi implementada a partir da conscientização e da emancipação dos indivíduos, por meio da educação, torna-se necessário refletir sobre o porquê de regimes autoritários perceberem esse discurso e prática educacionais com foco na educação libertadora como uma ameaça à sua autoridade. Assim sendo, o tópico a seguir rememora as mentiras disseminadas pelos governos autoritários contra o educador Paulo Freire.

1.6 Os governos ditatoriais e a guerra contra Freire: a mentira como tática de governo.

Sabemos que a proposta de educação defendida por Freire, conforme já reiterada nesta tese, tem um caráter emancipador, reflexivo e de posicionamento político e que tal proposta foi e continua sendo vista, por parte de alguns governos, de maneira negativa. Torna-se necessário compreender em quais momentos de nossa história a educação emancipadora e libertadora foi alvo de perseguição, buscando identificar as nuances ideológicas contidas nessa perseguição. Afinal, a quem pode interessar descredibilizar uma proposta de educação marcada pelo desejo de mudança social?

Reconhecido mundialmente por acreditar na educação como arma[42] essencial para transformação social e utilizando um método de alfabetização que parte da realidade do estudante, que enfatiza não somente a leitura automática das palavras, mas principalmente a reflexão sobre elas, que evidencia o conhecimento de mundo, que promove o pensar sobre os sistemas de poder e as possibilidades de se rebelar contra eles, Paulo Freire foi visto como ameaça pelos que tinham interesse[43] na manutenção da opressão.

Retomaremos, para compreensão sobre as mentiras que envolvem a pedagogia freireana, dois momentos históricos nos quais Paulo Freire sofre com perseguições, acusações e discurso de ódio: *o golpe militar de 1964* e *o governo antidemocrático de Jair Messias Bolsonaro.*

Sabemos que *o golpe militar[44] de 1964* foi orquestrado como resposta ao crescente movimento de participação democrática do povo. As classes dominantes, incomodadas com a politização das classes trabalhadoras, alegavam que os movimentos sociais eram baderna, anarquia, subversão e comunização do país. Além disso, havia também uma rejeição às reformas sociais e políticas propostas e, portanto, a tomada do poder à força e de maneira brutal buscava se justificar como necessidade de retomada da ordem nacional.

Criou-se o imaginário de que apenas os militares seriam capazes de manter a ordem e o controle e, portanto, livrar o país da ameaça do comunismo. Segundo Fausto (2019)

> O núcleo básico da doutrina de segurança nacional, no contexto da Guerra Fria, e, em especial, da vitória da Revolução Cubana, consistia numa visão global em que, paralelamente à divisão do mundo em dois campos irredutíveis, estava em curso, nos então chamados países subdesenvolvidos, uma guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo. A guerra revolucionária abrangia todos os níveis da sociedade e utilizava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso, era necessário opor a ela uma ação determinada e da mesma amplitude, em que as Forças Armadas deveriam ter um papel permanente, com o objetivo de derrotar o inimigo interno, apoiado externamente, e garantir a segurança e o desenvolvimento da nação. (Fausto, 2019, p. 130).

Foram 21 anos de ditadura e neste período houve uma interrupção na democracia, que vinha tentando se consolidar desde sua implementação em 1889. O estado democrático de

---

[42] A escolha lexical "arma" não foi aleatória e tem como intenção levar à reflexão sobre o que se tem propagado como cultura armamentista nos últimos anos no Brasil.

[43] Apesar de sabermos a quem nos referimos quando enfatizamos que Freire ameaçava/ameaça a manutenção de um sistema instituído, deixamos claro que o movimento educacional de Angicos ficou conhecido como "praga comunista". Essa associação ainda hoje é feita a Freire.

[44] Assumimos a defesa de que foi um golpe e não uma revolução, pois este se deu infringindo os princípios democráticos fundamentais. Foi uma tomada de poder brutal, desconsiderando a humanidade e pactuando com torturas e exílios.

direito foi substituído pela suspensão de direitos fundamentais como liberdade de expressão e de informação, educação sem censura, direitos humanos e liberdade de oposição política.

Dessa maneira, durante o período ditatorial[45], vivido de 1964 até 1985, se estabeleceram em nosso país muitas limitações e imposições. O direito ao livre pensar/falar/agir foi cerceado dando espaço à perseguições, mortes e expatriações. Considerando que, conforme já foi dito, a instalação da ditadura se deu como resposta aos movimentos sociais e interrompeu o processo de democratização, temos o temor dos poderosos em perder seus bens para um suposto comunismo, além do patrocínio dos Estados Unidos para que não houvesse, no Brasil, a implementação de governo de esquerda que ameaçavam o controle capitalista. Como nos diz Nunes

> Apoiavam o governo militar ou a intitulada "Revolução", empresários, governantes, setores conservadores da Igreja, proprietários rurais que temiam pela desapropriação de suas terras com a possibilidade da instauração de um governo comunista no país, além do apoio externo oferecido pelos Estados Unidos, que saudavam o golpe como forma necessária para inviabilizar a inserção de um governo de esquerda no Brasil, como o ocorrido em Cuba e na China (Nunes, 2018, p.26).

Em um contexto marcado pelo golpe, o campo educacional foi intensamente atingido, uma vez que a educação constitui um dos principais instrumentos de formação crítica e de desenvolvimento da capacidade reflexiva dos sujeitos. Assim sendo, optou-se pela extinção de algumas matérias de caráter mais reflexivo, como Sociologia e Filosofia, que objetivavam o pensamento crítico, e estas deram lugar a disciplinas como Moral e Cívica que enfatizavam o culto à pátria, aos símbolos e às tradições das instituições.

A forma de ensinar de Paulo Freire passou a ser objeto de crítica dos militares e, com o Golpe de Estado de 1964, houve a defesa de que seu o "método"[46] apresentava uma ameaça. Destacamos que a ameaça ofertada pela educação libertadora de Freire diz respeito aos privilégios das elites, uma vez que ele ensinava aos trabalhadores a liberdade na/pela palavra. Segundo Freire

> O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de cerca de 70 dias (com muitos outros, comprometidos no mesmo esforço). Fui submetido durante quatro dias a interrogatórios, que continuaram depois no IPM do Rio. Livrei-me, refugiando-me na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964. Na maior parte dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar, além de minha "ignorância absoluta" (como se houvesse uma ignorância ou sabedoria

[45] Situamos como período de governo ditatorial o Golpe Militar de 1964 que retirou do poder de maneira não democrática o então presidente João Goulart, passando a assumir o comando do país presidentes militares.
[46] Utilizamos a palavra método entre aspas por defendermos que não há um método atribuído a Freire, mas sim uma proposta pedagógica pautada em princípios dialógicos e populares.

> absolutas; esta não existe senão em Deus), o que se queria provar, repito, era o perigo que eu representava (Freire, 1979, p.10).

A implementação do PNA, conforme já mencionado, que baseava-se nos Círculos de Cultura propostos por Freire em Angicos, foi extinta pelo governo ditatorial em 14 de abril de 1964. Além da extinção do programa, seu criador, que já estava no radar dos militares, passa a ser alvo de perseguição. Nas palavras de Haddad

> O novo governo aproveitou para fazer duras acusações ao trabalho que Paulo e sua equipe vinham desenvolvendo; apontaram o material didático produzido como contrário aos interesses da nação e acusaram seus autores de querer implantar o comunismo no país (Haddad, 2019, p. 14).

Os Círculos de Cultura deram espaço à Alfabetização das Massas. Enquanto a primeira forma de ensino se preocupava em fomentar conhecimento de forma dialógica, incentivando a participação social ativa com exercício de cidadania e com consciência crítica, a segunda objetivava ensinar o básico de leitura e escrita através de um ensino mecânico. O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) constituiu uma iniciativa concebida e implementada pelo regime militar com o objetivo de assegurar os interesses da classe dominante. Embora se apresentasse com a justificativa de erradicação do analfabetismo, a verdadeira preocupação do programa estava vinculada ao ensino da leitura e da escrita, desconsiderando a formação integral do indivíduo e a promoção de uma consciência crítica. Temos, então, um fracasso no que diz respeito à alfabetização em nosso país, pois como nos diz Sauner (2002)

> Uma das causas do fracasso do MOBRAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava - se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um“cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBRAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram (Sauner, 2002, p.59).

Entendemos que a retomada da educação bancária era um perceptível rompimento com o que estava sendo desenvolvido por Freire em suas vivências educacionais, demonstrando uma negativa da pedagogia freireana e uma ruptura com a possibilidade histórica de mudanças no âmbito educacional, o que deixa de ter sentido para os educandos. Nas palavras de Freire

> A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio (Freire, 1996, p. 121).

A luta pela liberdade e contra a opressão, a propositura de que existe um direito de escolha, o livre direito de pensar e questionar, fizeram com que Freire fosse alvo dos militares e, por isso, perseguido, exilado e silenciado. Como uma praga comunista precisava ser

combatida e eliminada para que não se espalhasse por toda a população e viesse a se tornar incontrolável.

Na ditadura, prezava-se por uma educação excludente e não inclusiva, uma vez que as estruturas de poder autoritárias da época eram refletidas e reforçadas através das práticas educacionais desenvolvidas. O regime militar implementou, portanto, políticas educacionais que visavam não apenas a alfabetização, mas também a conformação ideológica dos cidadãos, limitando o acesso ao conhecimento crítico e à formação de uma consciência política. A educação excludente desse período se manifestou em diversas dimensões, incluindo a censura de conteúdos curriculares, a repressão a movimentos estudantis e a marginalização de grupos sociais historicamente desfavorecidos.

Em entrevista concedida ao programa Matéria Prima da TV Cultura, em 1989, Freire fala sobre suas percepções acerca da desestruturação causada pela ditadura no contexto educacional brasileiro após ser indagado por uma jovem sobre o que foi a ditadura para a educação brasileira. A tabela 2, a seguir, traz o trecho da entrevista e nos permite compreender a posição social, histórica, filosófica e educacional de Freire.

Tabela 2 - Fala de Paulo Freire em entrevista ao programa Matéria Prima[47]

Paulo Freire	"Mas eu acho que muitos de vocês devem ficar curiosos com relação a, por exemplo, o que aconteceu em 64 e com um cara que porque estava preocupadíssimo em desenvolver um plano, um programa de alfabetização de adultos para o país e foi preso por causa disso. Quer dizer, eu realmente me lembro de que quando eu fui para o exílio e comecei a discutir na América Latina, discutir na Europa, nos Estados Unidos, as razões do meu exílio, as razões porque eu fui preso, fui expulso da universidade e os caras não podiam entender, não podiam compreender. Evidentemente eu fui preso e eu fui exilado por causa da ditadura. Quer dizer, a ditadura considerou, a ditadura militar de 64, considerou e não só considerou, mas disse por escrito, publicou que eu era um perigoso, subversivo internacional, um inimigo do povo brasileiro e um inimigo de Deus. Quer dizer, ainda arranjaram essa carga para mim de ser inimigo de Deus. E, puxa! A ditadura, eu acho que a ditadura estragou esse país da gente durante muito tempo e continua estragando hoje. Quer dizer, evidentemente que a ditadura militar não inaugurou no Brasil o autoritarismo, mas o autoritarismo está entranhado na natureza mesma da nossa sociedade. O Brasil foi inventado autoritariamente, mas os militares deram uma indiscutível contribuição ao autoritarismo. Quer dizer eles ajudaram muito a crescer o autoritarismo, a violência, a mentira. Foi uma coisa trágica.

[47] Trecho disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Sm60vrDLI3M> , publicado em 14 de set. de 2021 e com 393 visualizações . Acesso em 27/06/2025.

	Eu acho que esse período de ditadura no Brasil, Deus queira, agora diria eu, jamais se reinvente. Quer dizer, que o meu gosto é que nós todos, brasileiras e brasileiros, meninos, meninas, velhos, maduros, que nós todos tomemos gosto pela liberdade, um tal gosto pela presença no mundo, pela pergunta, pela criatividade, pela ação, pela denúncia, pelo anúncio que jamais seja possível no Brasil a gente voltar aquela experiência do pesado silêncio sobre nós".

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

O trecho "um cara que porque estava preocupadíssimo em desenvolver um plano, um programa de alfabetização de adultos para o país e foi preso por causa disso" nos leva a uma reflexão profunda sobre o sentido da educação e sobre o poder transformador do ato de ensinar. A prisão de Freire não representa apenas a punição a um educador, mas simboliza o medo que o pensamento crítico desperta em regimes autoritários. Sua preocupação com a alfabetização de adultos não se limitava a ensinar letras, mas a despertar consciências, a fazer com que cada sujeito pudesse ler o mundo antes mesmo de ler a palavra.

É justamente esse gesto libertador que o torna perigoso para quem teme a emancipação do povo. Há, portanto, uma contradição na forma como se enxerga e percebe a educação, pois o homem que buscava iluminar mentes foi silenciado por aqueles que temiam a luz. Ensinar, na perspectiva freireana, é um ato político e ético, sendo um ato de coragem diante das forças que preferem manter o povo na sombra da ignorância e da submissão. Freire, ao afirmar que foi preso e exilado por causa da ditadura, não fala apenas de um fato histórico, mas de uma repressão, do preço pago pela ousadia de sonhar com uma nação alfabetizada e consciente. Sua trajetória revela o incômodo que a liberdade provoca em tempos de opressão.

O regime o chamou de "perigoso", "subversivo", "inimigo do povo brasileiro" e até "inimigo de Deus". As palavras ao mesmo tempo que o condenavam, revelavam também o medo que o poder autoritário tem da consciência crítica. Ao refletir sobre o Brasil, Freire reconhece que o autoritarismo não nasceu com a ditadura, mas foi por ela alimentado e enraizado. Além disso, o autoritarismo não é apenas um sistema político, mas uma mentalidade que habita nossas relações, nossas escolas, nossas palavras e, portanto, nossos governos. A ditadura apenas ampliou esse traço autoritário, tentando transformar a obediência, a violência e a mentira em virtudes nacionais. Freire nos convida, portanto, a romper esse silêncio. A liberdade, para ele, não é um dom, mas uma construção coletiva e permanente. É preciso tomá-la com gosto, com coragem e com ternura. Em cada palavra sua ressoa a certeza de que educar

é um ato de resistência, e pensar criticamente é o primeiro passo para permanecer humano em tempos desumanos.

Assim sendo, e, situando Freire neste espaço de resistência, o espaço cronológico de mais de cinquenta anos separa o homem perseguido pelo golpe militar de 1964 e o homem que volta a ser perseguido pelo governo de extrema direita. Mesmo com uma carreira consolidada e reconhecida, nacional e internacionalmente, ganhando prêmios, títulos, e sendo um dos teóricos mais estudados e pesquisados na área da educação, a sombra dos governos antidemocráticos ainda estava presente. Em 2018, com a vitória do pleito presidencial por Jair Messias Bolsonaro, Freire volta a ser alvo de perseguição.

Não era mais possível exilar e silenciar o homem, como fez a ditadura, mas era possível disseminar ódio e inverdades a seu respeito, tentar descredibilizar suas ideias educacionais, promover e incitar o desrespeito. Ainda que o homem Paulo Freire já não estivesse mais em vida para ser objeto de perseguição, suas ideias significavam, mais uma vez, uma ameaça à manutenção dos interesses de uma minoria privilegiada. Então, a estratégia da vez foi o ataque à memória desse homem e ao seu discurso educacional, a perseguição às suas ideias e a tentativa de exílio/isolamento da sua importância para a educação brasileira.

O governo Bolsonaro usou como tática de governo a mentira, assim como no período da ditadura militar. Enquanto nesta última, dizia-se que Freire era uma ameaça à ordem, no governo bolsonarista se dizia que as propostas educacionais de Freire não surtiam nenhum efeito positivo para a educação nacional. Ao contrário, os professores seguidores de Paulo Freire foram fortemente atacados e associados à esquerda como doutrinadores, comunistas, esquerdistas, marxistas, seguidores de Paulo Freire, responsáveis pelo fracasso escolar e pelos baixos índices de desempenho.

A rejeição ao legado de Paulo Freire por parte de grupos conservadores, especialmente da extrema-direita, revela uma disputa ideológica acerca dos objetivos e funções da educação na sociedade atual. Para esses setores, as propostas freireanas, que sistematizam uma educação popular voltada à conscientização crítica e à emancipação, são vistas como ameaças ao status quo, pois promovem uma pedagogia que desafia as estruturas tradicionais de poder e autoridade.

Ao enfatizar a autonomia do sujeito aprendiz e a capacidade dos estudantes de compreenderem e questionarem as condições históricas e sociais que os oprimem, essa abordagem educativa subverte a lógica autoritária que fundamenta muitos sistemas

educacionais tradicionais. Nesse sentido, a crítica conservadora não se limita a uma oposição pedagógica, mas se configura como uma resistência política que visa preservar uma ordem social hierarquizada.

A educação freireana, ao estimular a reflexão crítica e a ação transformadora, empodera os estudantes a reconhecerem que a mudança social não depende de intervenções externas, mas da capacidade coletiva e individual de romper com os mecanismos de dominação. Além disso, essa rejeição insere-se em um contexto mais amplo de polarização política e cultural, onde o campo educacional se torna um terreno de disputa simbólica sobre a construção da identidade nacional e dos valores. A demonização das ideias freireanas por esses grupos expressa o receio frente a uma democratização do conhecimento que poderia desafiar privilégios estabelecidos e reconfigurar as relações de poder. Portanto, o antagonismo em relação à pedagogia crítica reflete uma luta por hegemonia, na qual a educação se torna um campo estratégico de manutenção ou transformação das estruturas sociais.

Durante a ditadura militar, as narrativas sobre Paulo Freire contribuíram para seu afastamento dos espaços educacionais e para a consolidação de um modelo de controle da educação sustentado pela coerção e pela repressão. De modo análogo, observou-se, no governo Bolsonaro, a reatualização desse movimento, em que o discurso político pautado na oposição entre amor e ódio ganhou centralidade, articulando-se à defesa do armamento da população e à implementação das escolas cívico-militares como instrumentos de disciplina e controle ideológico.

Nesse cenário, emergem as chamadas notícias falsas ou fake news, que veiculam um discurso de ódio, difamação e distorção político-ideológica, comprometendo o ideário libertador. Ataques à ideologia de gênero, discursos homofóbicos, misóginos, xenofóbicos, racistas e, também, antidemocráticos foram veiculados reiteradamente e a educação não ficou distante disso. Na tentativa de descredibilizar professores que se mantinham na luta progressista, afastando-os, mais uma vez, como uma ameaça à ordem, o governo de Bolsonaro espalhou mentiras sobre a educação, sobre os professores, fazendo graves acusações à classe[48].

Esse movimento contra a educação libertadora teve seu ápice no governo bolsonarista, no entanto, não é exclusivo dessa época, já que em 2010 observamos uma crescente mobilização de setores da extrema-direita e de grupos conservadores no cenário político e social brasileiro,

[48] As acusações e mentiras contra a educação e contra os professores serão demonstradas ao longo da tese.

que vêm articulando uma agenda de resistência às propostas de uma educação emancipadora. Essa tendência se manifesta por meio de ações coordenadas, discursos ideológicos e políticas públicas que visam reforçar uma visão de mundo conservadora, muitas vezes associada a valores religiosos, nacionalistas e anti-intelectuais.

A figura 1, a seguir, demonstra uma manifestação ocorrida em 2015, contra a então Presidenta da República Dilma Rousseff, e reitera o ódio a Freire e a suas práticas educativas progressistas. Ela ilustra a campanha contrária à pedagogia freireana, recaindo, inclusive, na ignorância, já que compara a proposta de Freire a uma doutrinação sendo que esta, em seu sentido etimológico nos remete à catequização, ao adestramento, o que se opõe às ideias de Freire, mas se aproxima do que a direita conservadora pretende no sentido de menos livros e reflexão e mais repetição e aceitação.

Figura 1 - Movimento contra Dilma Rousseff



Fonte: Santiago 2015

Em contrapartida a esse movimento de negação, de crítica a Paulo Freire, tivemos respostas, também nas ruas, em protestos ocorridos em 2019 contra os cortes na educação pública feitos pelo governo Bolsonaro. Essas manifestações representam uma resistência coletiva de luta por direitos sociais e por uma concepção de educação que transcenda a

reprodução de valores conservadores, reafirmando a centralidade do papel da escola como espaço de formação de cidadãos críticos e autônomos. Nesse sentido, as mobilizações de 2019 evidenciam uma resistência social que se contrapõe às tentativas de deslegitimação da educação pública, de corte de verbas, de sucateamento das instituições de ensino, de restrição ao conhecimento crítico. Os cartazes reafirmam que Freire continuará presente nas escolas, na educação como um todo e que a arma dos estudantes e professores contra o autoritarismo é a educação, ficando evidenciada uma crítica à política armamentista defendida pelo então governo.

Figura 2 - Protestos ocorridos contra os cortes na educação durante governo Bolsonaro



Fonte: Cesar Diniz, 2019

A figura 2 nos faz compreender o quanto a educação para a emancipação nos traz efeitos sociais, afinal diante de um governo que nega a importância de Freire para a educação, que ridiculariza suas práticas e descredibiliza seus métodos, o cartaz demonstra resistência à opressão, além de uma determinação em não permitir que a educação seja transformada em um campo de guerra.

Diante do discutido até então, fica evidente que sempre houve, em nosso país, uma resistência à instalação de governos de esquerda, sendo estes vistos como produto da desordem. Fica evidente também que a negativa a tais governos se dava por grupos que sempre se

beneficiaram com políticas majoritariamente voltadas para a elite, promovendo a manutenção das desigualdades e a centralização do poder.

Situando Freire nesse espaço de luta e de resistência à opressão ditatorial, tanto no regime militar quanto no governo antidemocrático de Bolsonaro, ressaltamos que mesmo com um histórico de perseguição e exílio, suas produções nunca foram neutras ou passivas, mas sempre contribuíram para reflexões sobre práticas educativas libertadoras, convidando-nos a refletir sobre com quais concepções de educação pactuamos e o que fazemos na prática para romper com as amarras da educação bancária[49] e promover uma educação reflexiva que preze pela redução das desigualdades sociais.

Assim sendo, indagamo-nos sobre quais os motivos de uma prática educativa que evidencia o estudante como reflexivo, tem como premissa a mudança social e é, sobretudo, um ato político, ser vista como prejudicial e/ou nociva.

Elencamos alguns dos pontos que podem nos encaminhar para respostas plausíveis à nossa indagação e que tentaremos compreender ao longo de nossas análises, dentre eles:

1- o desejo pela manutenção das desigualdades sociais para que se continue com um acúmulo de renda nas mãos de uma minoria, enquanto a maior parte da população vive em condições de miséria;

2- a concepção de educação com uma perspectiva competitiva e mercadológica, na qual o pensar/refletir/agir dá espaço ao reproduzir/mecanizar/competir;

3- a tentativa de limitar o acesso às práticas reflexivas para que não haja espaço de questionar/pensar/lutar contra um sistema capitalista que mantém e reforça as desigualdades.

Para Freire

> Seria ingenuidade pensar que as forças contrárias à mudança não percebem que a mudança de uma parte promove a mudança de outra, até que chega a mudança da totalidade, como seria ingenuidade também não contar com a reação , sempre mais fortes a estas transformações parciais. (FREIRE, 2019, p. 71)

Neste sentido, as forças contrárias à mudança, nas palavras de Freire, são vistas por nós como dois grupos muito bem delimitados: o governo e a elite. Torna-se evidente que uma população com capacidade crítica e reflexiva tende a questionar as imposições, resistir a formas de dominação e promover transformações. Esse potencial emancipatório, contudo, nem sempre é visto de maneira positiva pelas elites políticas e econômicas, já que um povo consciente representa a possibilidade real de mudança, algo que interessa, sobretudo, ao próprio povo.

[49] A educação bancária é um conceito trazido por Freire, no qual se defende que o estudante não é passivo e apenas recebe informações repassadas pelos professores.

A manutenção do poder destacada neste texto, é percebida na análise dos discursos de ódio que nos propusemos fazer. Os discursos dos que têm o poder se confundem com os discursos do povo, demonstrando o que nos diz Djik

> O abuso de poder não apenas envolve o abuso de força, por exemplo, em uma agressão de policiais contra jovens negros, e pode não resultar no cerceamento da liberdade de um grupo específico, mas também, e de modo crucial, pode afetar as mentes das pessoas. Isto é, através de um acesso especial ao discurso e à comunicação públicos bem como de um controle sobre eles, os grupos ou instituições dominantes podem influenciar as estruturas do texto e da fala, de modo que, como resultado, o conhecimento, as atitudes, as normas, os valores e as ideologias dos receptores sejam mais ou menos indiretamente afetadas tendo em vista o interesse do grupo dominante. (Djik, 2015, p. 88,89)

Dessa maneira, ao nos depararmos com os discursos de ódio dirigidos a Paulo Freire, é inevitável questionar quais formações discursivas os sustentam e de que modo contribuem para construí-lo como inimigo. Durante a ditadura militar, essa hostilização decorreu do fato de que sua proposta educativa ameaçava a manutenção de privilégios e promovia a democratização do saber como um ato político. No governo Bolsonaro, observa-se a (re)atualização desse processo, uma vez que Freire é novamente representado como inimigo a ser eliminado, em um movimento que reforça a tentativa de silenciar práticas pedagógicas emancipadoras. Torna-se, portanto, imprescindível refletir sobre os interesses que permeiam a negação de sua relevância, de seus ensinamentos e de sua contribuição para a formação crítica da sociedade.

Nesse sentido, compreender os discursos que sustentam o ódio dirigido a Paulo Freire exige uma análise que ultrapasse o nível superficial das manifestações individuais e alcance as estruturas simbólicas e ideológicas que as produzem. É nesse ponto que o referencial teórico desta pesquisa se torna fundamental, pois permite interpretar os discursos como práticas sociais atravessadas por relações de poder, dominação e resistência. O capítulo 2 busca traçar o panorama teórico-metodológico assumido durante as análises que serão realizadas nesta tese.

CAPÍTULO 2

Fundamentos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional

"Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação".
Paulo Freire

O capítulo 2 desta tese, tem como propósito apresentar o referencial teórico que fundamenta nossas análises. Os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que têm uma proposta multidisciplinar, possibilitam compreender as relações entre linguagem, poder e ideologia, tomando o discurso como uma prática social que (re)produz significados, identidades e relações hegemônicas.

A partir da perspectiva da ACD, conforme desenvolvida por Fairclough (2001, 2003a), o discurso é compreendido como uma forma de ação na sociedade e que reflete como as estruturas sociais acontecem. É na e pela linguagem que as estruturas de poder podem ser mantidas e/ou alteradas. Nesse sentido, as análises dos discursos realizadas não se restringem ao texto, mas consideram os processos de produção, circulação e interpretação dos sentidos, revelando como a linguagem se vincula às práticas ideológicas e às relações de poder.

Já a LSF, proposta por Halliday (1994), oferece instrumentos para descrever a materialidade linguística do discurso, compreendendo o texto a partir das metafunções, ideacional, interpessoal e textual, que expressam as formas de representar o mundo, construir relações sociais e organizar o dito.

O diálogo entre essas duas correntes teóricas favorece uma leitura crítica das representações sociais que emergem nos textos analisados. Para tanto, serão mobilizadas categorias analíticas fundamentais, sendo elas: *ideologia, intertextualidade, interdiscursividade, hegemonia, poder simbólico, metafunções e representações sociais*. Discorreremos sobre estas categorias ao longo deste capítulo, delimitando quais teóricos orientarão a análise do corpus, possibilitando identificar os modos pelos quais os discursos se articulam, se confrontam e (re)produzem determinadas visões de mundo.

Assim, este capítulo busca não apenas apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam as análises, mas também delinear as categorias que servirão de base para compreender como os discursos investigados materializam e disputam sentidos no campo social, político e educacional. Daremos início, com a ACD e seu percurso histórico e metodológico.

2.1 ACD: um caminhar pela teoria

A ACD constitui-se como um campo multidisciplinar que surge a partir da relação entre linguística, sociologia, filosofia e teoria social, tendo como principal objetivo compreender as relações de poder, dominação e ideologia que se manifestam nas práticas discursivas (Chouliaraki & Fairclough, 1999). Para compreendermos a escolha pela linha teórico-metodológica da ACD nesta pesquisa, faz-se necessário retomar suas origens, seus pressupostos teóricos e os fundamentos epistemológicos que a sustentam. Essa retomada permite situar a análise discursiva como uma prática social, em que a linguagem não se limita a um instrumento neutro de comunicação, mas se configura como meio de construção, manutenção e transformação das estruturas sociais. Assim, ao adotar a ACD como base analítica, busca-se compreender de que modo as construções discursivas revelam e reproduzem relações de poder e opressão, desvelando os mecanismos ideológicos que permeiam os discursos e suas materializações linguísticas.

Neste sentido, trataremos, no tópico a seguir, dos fundamentos da ACD e suas bases conceituais, buscando situar essa perspectiva teórica no campo das ciências da linguagem e evidenciar suas contribuições para os estudos discursivos Ao revisitar esses fundamentos, pretende-se discutir como a ACD se propõe a revelar as formas pelas quais o discurso atua na construção, manutenção e contestação das desigualdades sociais e políticas, compreendendo o texto não apenas como um conjunto de enunciados linguísticos, mas como um espaço de luta e negociação de sentidos, no qual se manifestam as vozes de diferentes sujeitos, bem como se assumem as diferentes posições ideológicas.

2.1.1 Fundamentos da ACD

A ACD[50] emerge entre as décadas de 1980 e 1990 como um campo multidisciplinar direcionado à investigação das relações entre linguagem, poder e ideologia. Seu surgimento está associado ao contexto europeu pós-guerra, principalmente ao avanço das teorias sociais críticas e às transformações nos estudos da linguagem, que passaram a considerar o discurso em uma amplitude maior e não apenas como estrutura textual. É a partir dos estudos críticos da linguagem que a noção de discurso como prática social surge e essa mudança paradigmática rompeu com o formalismo estruturalista, deixando de ver apenas o sistema de códigos, ma ampliando seu escopo para uma abordagem que reconhece o papel ativo da linguagem na construção e manutenção das desigualdades sociais.

Do ponto de vista epistemológico, a ACD é influenciada, dentre inúmeros campos do saber, pela tradição crítica da Escola de Frankfurt, pela Linguística Crítica e pelo conceito de hegemonia em Gramsci. Além disso, dialoga com a LSF de Halliday (1994), que fornece categorias linguísticas para a análise de base textual. Essa multidisciplinaridade assumida pela ACD confere um caráter dinâmico e comprometido com a transformação social, na medida em que a crítica ao discurso é entendida como instrumento de desvelamento das ideologias que naturalizam o poder. Reconhecemos que diante do caráter multidisciplinar da ACD, diversas correntes teóricas influenciaram sua base metodológica, no entanto, situamos para esse recorte de pesquisa, as bases que mais têm relação com nossas análises.

Assim sendo, retomamos brevemente cada uma das influências citadas para justificarmos as bases epistemológicas da ACD. Iniciamos com a Escola de Frankfurt que foi um movimento intelectual surgido na Alemanha, no início do século XX, e que deu origem à Teoria Crítica da Sociedade. A Escola de Frankfurt buscava articular conhecimento e emancipação social, propondo uma análise que denunciasse os mecanismos de alienação e controle nas sociedades industrializadas, na tentativa de entender criticamente as transformações da sociedade moderna, especialmente o avanço do capitalismo e das formas de dominação ideológica.

Os principais teóricos desse movimento são Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse, cujas reflexões constituem a base crítica da chamada Teoria Crítica da

[50] Adotamos, nesta pesquisa, a abordagem ACD como opcional, apesar de reconhecermos que há a nomenclatura, adotada por alguns teóricos, ADC.

Sociedade. Entre os conceitos desenvolvidos por eles, destaca-se o conceito de indústria cultural, formulado por Adorno e Horkheimer (1947), que denuncia o modo como a cultura, a partir do domínio capitalista, é produzida e consumida segundo a lógica mercadológica. Essa lógica converte a cultura em mercadoria, transformando o entretenimento em instrumento de dominação ideológica, na medida em que promove a homogeneização dos gostos e a adaptação dos indivíduos ao *status quo* (Horkheimer; Adorno, 1985).

Nessa perspectiva, a indústria cultural não apenas reproduz os valores dominantes, mas também neutraliza o potencial crítico da arte e da razão, subordinando-os ao consumo e ao lucro. Segundo Adorno (1999), o sujeito, imerso em uma cultura massificada e padronizada, tende a perder a capacidade de reflexão autônoma e de resistência, tornando-se prisioneiro de um sistema que oferece a ilusão de liberdade enquanto reforça a conformidade. Marcuse (1964) complementa essa análise ao afirmar que o capitalismo produz uma sociedade unidimensional, na qual o pensamento crítico é substituído pela racionalidade técnica e instrumental que governa todas as áreas da vida social.

Desse modo, a lógica do capital determina a indústria cultural e, consequentemente, as formas de subjetivação. O consumo cultural, longe de promover a emancipação, tende a reforçar a alienação e a passividade social, uma vez que os indivíduos são conduzidos a um processo de identificação com os valores e ideais veiculados pelos meios de comunicação de massa, internalizando-os como naturais e desejáveis (Adorno; Horkheimer, 1985). Assim, a produção cultural, em vez de possibilitar o exercício da crítica, atua como mecanismo de controle, comprometendo o desenvolvimento de sujeitos autônomos e críticos e reduzindo sua capacidade de formular julgamentos e tomar decisões conscientes.

Retomamos esse aspecto por compreender que os meios de comunicação de massa, que podem ser demarcados pelas redes sociais no âmbito do governo de Jair Messias Bolsonaro, cumpriu uma função determinante na propagação dos discursos de ódio analisados, uma vez que ao se difundir rapidamente na sociedade e retomar discursos anteriores, conseguiu criar consensos e verdades absolutas sobre o ser professor na sociedade brasileira. Esse processo dialoga com o conceito de indústria cultural, uma vez que os valores morais de um determinado grupo passaram a ser disseminados como verdade absoluta e como valores desejáveis para toda sociedade, reduzindo o espaço de diálogo apenas a determinação de comportamentos que deveriam ser seguidos para garantir uma sociedade supostamente livre.

Na continuidade das influências para o surgimento da ACD, entendemos que, além da influência da Escola de Frankfurt com a noção de que a linguagem é um meio de exercício e reprodução do poder social, a Linguística Crítica (LC), desenvolvida principalmente na década de 1970 por teóricos como Roger Fowler, Gunther Kress, Bob Hodge e Tony Trew, que demonstraram, no livro *Language and Control*, a relação entre análise textual vinculada aos conceitos de poder e ideologia, exerceu forte influência nos estudos da análise crítica do discurso. A LC inaugura, assim, uma abordagem que combina o estudo criterioso da linguagem à perspectiva sociopolítica, influenciando a formulação posterior da ACD proposta por Teun van Dijk, Ruth Wodak e Norman Fairclough, sendo este último o teórico de base para nossas análises.

Conforme aponta Wodak (2001), a LC apresentava limitações teóricas e metodológicas, principalmente pela ênfase excessiva na estrutura linguística e pela insuficiente consideração dos contextos históricos e socioculturais em que os discursos são produzidos e interpretados. Evidentemente a materialidade linguística é parte fundamental para uma analista crítico do discurso, e, por esse motivo, adotamos a perspectiva de análise textualmente orientada que tem bases na LSF e não desconsideramos aspectos estruturais da linguagem durante nossas análises. No entanto, apesar de partirmos do texto, defendemos que a materialidade linguística sem a articulação com os contextos de produção, de circulação e das relações sociais não é suficiente para analisar um discurso em sua amplitude.

A ACD surge, portanto, como uma continuidade ampliada da LC, incorporando contribuições de outras áreas como sociologia, filosofia e psicologia, permitindo compreender o discurso como uma prática social interdiscursiva, permeada por relações de poder, hegemonia e resistência e por aspectos que ultrapassam a estrutura linguística. No que diz respeito à resistência, queremos destacar que este é um dos aspectos que nos interessa especialmente, uma vez que para além de compreender as relações de poder e de dominação, evidentes nos discursos, pretendemos demonstrar que a resistência é parte integrante na desnaturalização de discursos odiosos e que, no que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa que é o professor, ao se perceber como alvo de discursos odiosos é necessário reagir e desmobilizá-los.

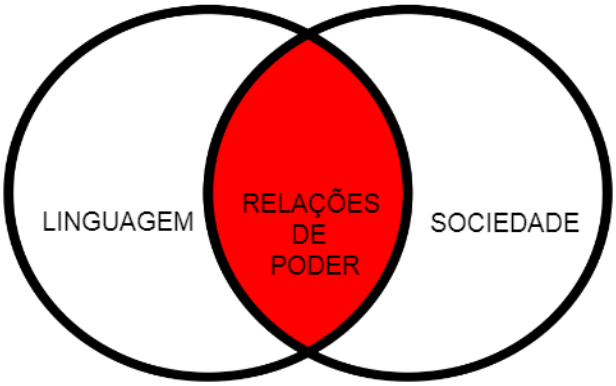
Assim, de acordo com Wodak (2001a), a ACD mantém a postura crítica e o compromisso com a transformação social que caracterizavam a LC, mas avança para uma abordagem que articula micro e macro análises que vão desde as estruturas linguísticas aos

processos sociopolíticos que as sustentam. Essa perspectiva é percebida no modelo sociocognitivo de Teun van Dijk e no modelo tridimensional de Norman Fairclough, sendo este último o que integra análise textual, prática discursiva e prática social. Dessa maneira, o discurso deve ser analisado à luz de seus contextos de produção e de sua historicidade, evidenciando como os significados se constroem e se transformam ao longo do tempo, revelando os interesses e as intencionalidades a partir das diferentes perspectivas de uso da linguagem (Wodak, 2001a; 2001b; Fairclough & Wodak, 1997; Wodak, 1990).

Assim, a ACD representa uma continuidade da LC na medida em que se revela como um desdobramento teórico e metodológico que preserva o modelo crítico da LC, mas amplia seu propósito analítico ao integrar a multidisciplinaridade e reconhecer a centralidade do contexto sociopolítico na produção de sentidos. Trata-se, portanto, de uma evolução paradigmática que consolida a ACD como uma abordagem que alia o rigor da análise linguística à profundidade da crítica social (Wodak, 2001a).

Como já dissemos, a ACD tem bases sólidas em outras áreas do saber para além da linguagem. No entanto entendemos que a linguagem cumpre papel fundamental para os analistas do discurso, uma vez que é na/pela linguagem que os conflitos surgem. A ACD colabora com as investigações científicas que têm como questões centrais o âmbito social, a linguagem e as relações de poder, conforme podemos observar na figura 3:

Figura 3 - Questões Centrais na ACD



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Nesse sentido de compreender a linguagem como prática social, é imprescindível retomar, ainda que brevemente, o percurso histórico dos estudos linguísticos que deslocaram o

foco da estrutura para o uso, do formalismo para a interação. Nesse contexto, os estudos bakhtinianos[51], constituem um marco fundamental ao romperem com a concepção objetiva, isolada e descontextualizada da língua[52], típica das abordagens estruturalistas. Para Bakhtin (2002, p. 96), "a separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato". Assim, a linguagem passa a ser concebida não como um sistema autônomo de signos, mas como uma forma de interação social vinculada às condições históricas, culturais e ideológicas de sua produção.

A partir dessa perspectiva dialógica e interacional, as investigações acerca do discurso emergem como uma tentativa de superar o paradigma formalista da linguagem, uma vez que o estudo exclusivo da forma não contempla as interfaces entre língua, poder e sociedade. Como observa Melo (2009, p. 3)

> [...] o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas (MELO, 2009, p.3).

Dessa forma, torna-se evidente que os estudos discursivos não se restringem ao conteúdo explícito do que é dito, mas buscam compreender os sentidos produzidos e reproduzidos no interior de formações discursivas que articulam ideologia, poder e identidade. O discurso, portanto, é simultaneamente instrumento e produto de relações sociais, podendo tanto reforçar estruturas de dominação quanto operar como forma de resistência.

É nesse horizonte epistemológico, que alia análise e intervenção social, que se constitui a ACD. Segundo Souza et al. (2022, p.32) "(...) a ADC está interessada em investigar a relação que se estabelece entre discurso e estrutura social, centrando-se na investigação de problemas sociais que têm uma faceta discursiva/semiótica". Assim, a ACD não se limita a descrever e interpretar os discursos, mas busca compreender as práticas discursivas enquanto práticas sociais, comprometendo-se com uma postura ética e política voltada para a denúncia de desigualdades e formas de opressão linguística, simbólica e ideológica.

Para Kress (1990, p. 85) "os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais

[51] Referimo-nos aos estudos de Bakhtin apenas como retomada histórica e não utilizando a sua teoria em nossas análises, o que configuraria uma análise dialógica do discurso. Assim sendo, sua teoria aparece na construção de conceitos essenciais como dialogismo e intertextualidade, mas não será ampliada a discussão de sua teoria.

[52] Referimo-nos aos estudos saussurianos sobre *objetivismo abstrato* que veem a língua como algo pronto e acabado e sobre a qual os falantes e suas ideologias não interferem.

abrangentes de poder e dominação". Essa perspectiva evidencia que a linguagem não é neutra, pois ela constitui um campo de disputa simbólica, no qual se negociam significados e se produzem formas de legitimidade social. Nesse sentido, a ACD assume uma postura crítica e emancipatória, ao compreender o discurso como espaço de luta ideológica e instrumento de transformação social.

A pertinência dessa abordagem para nossa tese se manifesta na análise do discurso de ódio contra Paulo Freire e suas repercussões ideológicas e intertextuais. Os discursos analisados, configuram-se como práticas discursivas que reforçam formas de controle e de deslegitimação da docência, revelando processos de institucionalização da violência discursiva e de repressão aos professores e professoras. Nas palavras de Gomes

> Em uma classificação bem ampla, podemos agrupar na ACD os analistas que investigam o que costuma ser tratado como problemas sociais relevantes como os relacionados ao racismo, sexismo, (des)legitimação do poder, (re)produção de dominação entre grupos, bem como desigualdades no acesso à comunicação e à informação. Nesse sentido, a ACD se estabelece como crítica por dessacralizar o que pode ser selecionado como *corpus* de análise discursiva, ao ir além do discurso político, sobretudo (GOMES, 2013, p. 30,31).

Entendemos como um problema social relevante, além dos citados por Gomes, os discursos de ódio destinados aos professores e a Paulo Freire, uma vez que podem ser vistos como uma tentativa de descredibilizar a atuação docente e manter a supremacia da classe dominante. Os ataques à imagem de Paulo Freire, podem ser compreendidos como uma tentativa de enfraquecer um projeto de educação emancipadora que propõe a conscientização crítica e o rompimento com a alienação social. Esse processo discursivo se alinha à lógica da indústria cultural (Adorno; Horkheimer,1947), na medida em que busca homogeneizar o pensamento e a reflexão autônoma, convertendo o espaço educacional em instrumento de reprodução ideológica.

Nesse sentido, a ACD permite identificar como o discurso de ódio dirigido aos educadores não é apenas uma expressão de intolerância individual, mas um fenômeno sociopolítico que se ancora em relações hegemônicas revelando que o controle ideológico se dá também pela produção de consensos discursivos que legitimam as visões da classe dominante. Assim, ao deslegitimar o magistério e os princípios freireanos, esses discursos contribuem para o enfraquecimento do pensamento crítico e para a consolidação de uma cultura de submissão e apatia social.

Ao adotar a ACD como orientação teórico-metodológica, esta pesquisa busca compreender as relações entre discurso, poder e ideologia, percebendo como as práticas discursivas no espaço público contribuem para a manutenção ou contestação das hegemonias sociais. A ACD articula pressupostos do materialismo histórico-dialético, da teoria da hegemonia de Gramsci e das macrofunções da linguagem de Halliday, configurando-se como um campo multidisciplinar que problematiza o papel da linguagem na constituição da realidade social.

Dessa forma, ao longo deste tópico, foram apresentados alguns fundamentos teóricos e metodológicos da ACD, destacando como esta abordagem permite investigar as relações entre linguagem, poder e ideologia, situando o discurso como prática social e instrumento de reprodução ou contestação das estruturas de dominação. Compreender esses alicerces é essencial para a análise de discursos na atualidade, uma vez que permite identificar mecanismos de construção de significados e de manutenção de hierarquias sociais.

Partindo desses fundamentos, o próximo tópico busca articular os princípios da LSF com a ACD, uma vez que a primeira serve de base para a segunda, no sentido de uma análise textualmente orientada, estabelecendo um diálogo metodológico capaz de ampliar a compreensão dos processos discursivos. Essa aproximação possibilitará não apenas a descrição linguística dos textos, mas também a interpretação crítica das funções sociais e ideológicas que as enunciações desempenham, oferecendo uma perspectiva integrada entre análise linguística e análise do poder contido nos discursos.

2.1.2 Análise Crítica do Discurso em Fairclough e a Linguística Sistêmico-Funcional em Halliday

A LSF tem como pressuposto olhar para os aspectos linguísticos não somente a partir do viés formal da linguagem, mas também reconhecendo os seus usos e significados diante desses usos. Para essa perspectiva teórica nossas escolhas lexicais não são gratuitas e servem para difundir significados específicos em contextos também específicos.

Nesse sentido, a LSF considera as interações sociais, o contexto e o texto como formas atuantes da linguagem em uso. A linguagem é modelada a partir dos usos e intencionalidades e não o inverso. Nas palavras de Halliday (1994, p. 27) o que faz sentido é “aplicado ao invés do puro, o retórico ao invés do lógico, o real ao invés do ideal, o funcional ao invés do formal, o texto ao invés da sentença”.

Em sua obra *An Introduction to Functional Grammar*, Halliday (1994) propõe que a linguagem realiza três metafunções principais quando em uso, sendo elas: *ideacional, interpessoal e textual*, sendo expressas pelas estruturas gramaticais interdependentes. Torna-se necessário compreender cada dimensão dessas metafunções e como eles refletem a complexidade da interação comunicativa.

Para Halliday e Hasan (1989), a noção de função ultrapassa a ideia meramente estrutural ou gramatical da linguagem, assumindo o sentido de uso, ou seja, de como os indivíduos mobilizam os recursos linguísticos disponíveis para atuar socialmente no mundo. Essa concepção funcional da linguagem demonstra que toda escolha linguística é motivada por propósitos comunicativos específicos e está vinculada a contextos situacionais e culturais concretos. Assim, a linguagem é compreendida como um sistema de escolhas semânticas que permitem aos sujeitos construir significados e desempenhar funções sociais por meio do discurso.

Os estudos críticos da linguagem devem considerar as funções que ela realiza nas interações humanas, e não apenas sua forma. A linguagem, portanto, é vista como uma prática social, que atua na representação da experiência (função ideacional), na construção das relações interpessoais (função interpessoal) e na organização textual do discurso (função textual). Dessa forma, compreender a função da linguagem como uso significa reconhecer que falar, escrever e interagir são atos (con)textualmente orientados, nos quais se revelam as intenções, os valores e as ideologias dos sujeitos em sociedade (Halliday e Hasan, 1989).

Nesse sentido, então, precisamos situar cada metafunção proposta e sua importância para uma análise textualmente orientada. No que diz respeito à metafunção *ideacional*, está vinculada à capacidade de a linguagem representar experiências, sejam elas de ordem externas ou internas. Pode ser subdivida em dois aspectos: experienciais, relacionados a como o falante estrutura os processos (verbos), os participantes (sujeito, complementos) e circunstâncias (adjuntos) e lógicos, relacionados às relações de causa e consequência, mecanismos de coordenação e subordinação. A metafunção ideacional é um conceito central para descrição de eventos, ações e estados (Halliday, 1994).

Dentro da metafunção *ideacional*, há seis tipos que estruturam a realidade e organizam a experiência por meio de sua presença nas construções linguísticas, sendo três tipos principais

de processos, os materiais, os mentais e os relacionais e três tipos secundários, os verbais, os comportamentais e os existenciais (Halliday, 1994). Assim sendo,

> A função ideacional da linguagem é sua função de *representação* da experiência, um modo de modelar a 'realidade' na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana por meio de relação simbólica. Essa função trata da expressão lingüística do conteúdo ideacional, presente em todos os usos da linguagem – independente do uso que se faz da linguagem, os recursos ideacionais são explorados em seu potencial para expressar um conteúdo (Resende, 2006, p. 1071, grifos da autora).

Com relação à metafunção *interpessoal*, a linguagem assume o papel de mediadora das relações sociais, determinando como os falantes se posicionam nos atos de fala. Para Halliday (1976, p.136) "a linguagem serve para estabelecer e manter relações sociais: para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem". Assim sendo, a linguagem realiza funções relacionadas com declarar, ordenar, expressar atitudes, juízos de valor. Através do modo ou da modalidade, os falantes negociam significados, exercem poder ou solidariedade (Halliday, 1994). Dessa maneira,

> A função interpessoal refere-se ao significado da perspectiva de sua função no processo de interação social, da língua como *ação*. Essa função, que trata dos usos da língua para expressar relações sociais e pessoais está presente em todos os usos da linguagem, assim como a função ideacional (Resende, 2006, p. 1071, grifos da autora).

Já a metafunção *textual* possibilita a coerência e a coesão dos textos, organizando as informações numa sequência lógica e com sentido, propiciando ao ouvinte ou leitor o entendimento da mensagem. Aspectos como tema e rema são fundamentais para o nível textual, uma vez que o primeiro guia a progressão temática de um texto ou discurso e o segundo se traduz em uma informação nova ou relevante sobre o que se quer comunicar. Outros mecanismos textuais como anáforas, catáforas, substituições garantem a continuidade do texto. Na função textual

> aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, que devem ser analisados no texto com vistas ao fator funcional, uma vez que a seleção de estruturas textuais relaciona-se a contextos sociais de interação. A gramática é o mecanismo lingüístico que opera ligações entre as seleções significativas derivadas das funções lingüísticas, realizando-as em estrutura unificada (Resende, 2006, p. 1071).

Ao considerar as metafunções linguísticas propostas por Halliday, a linguagem deixa de ser compreendida como um sistema de regras gramaticais ou de combinações de palavras e passa a ser vista como uma prática social complexa, carregada de significados. Cada

metafunção, *ideacional, interpessoal e textual*, oferece uma lente específica para a análise da linguagem, permitindo revelar diferentes dimensões de sua utilização e propósito.

A metafunção ideacional possibilita a percepção de como os falantes constroem e representam a realidade, expressando processos, participantes e circunstâncias que refletem sua visão de mundo e sua compreensão dos eventos. Por meio dela, o discurso deixa transparecer intenções e escolhas que carregam valores e perspectivas culturais. Já a metafunção interpessoal foca nas relações sociais que se estabelecem na comunicação, evidenciando como os falantes negociam poder, autoridade, solidariedade ou confronto, por meio de recursos linguísticos que orientam a interação e regulam o comportamento do falante. Assim, a linguagem é um meio de influenciar, persuadir, afirmar identidade e construir papéis sociais. Por fim, a metafunção textual organiza o discurso, garantindo coesão e coerência, conectando elementos de maneira significativa e adequada ao contexto. Essa função permite que os significados construídos nas outras duas metafunções sejam estruturados e apresentados de forma funcional, integrando o texto à situação comunicativa e aos objetivos do falante.

A análise das metafunções revela que a linguagem é um meio de representar o mundo, de interagir socialmente e de estruturar significados dentro de um contexto específico. Ela evidencia que toda escolha linguística revela as intencionalidades e está imersa em práticas sociais, reforçando a concepção de que a língua é um instrumento de construção de sentido e não um conjunto de normas aleatória e descontextualizadas da realidade. O esquema 1, a seguir, ilustra uma síntese, baseada em Halliday (1994), sobre as metafunções, sua definição, contexto e finalidade (Halliday e Matthiessen, 2004).

Diagrama 1 - Metafunções, definições, contexto e finalidade.

Metafunção	Definição	Elemento do Contexto	Finalidade
Ideacional	Falar sobre o mundo	Campo	Expressar experiências e ideias
Interpessoal	Estabelecer relações	Relações	Construir relações sociais
Textual	Organizar a linguagem	Modo	Estruturar o discurso

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da teoria de Halliday & Matthiessen (2004)

Na análise textualmente orientada, as metafunções podem e devem ser articuladas para a construção dos sentidos, uma vez que

> todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, serve simultaneamente a diversas funções. Nesse sentido, a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas lingüísticas não 'selecionam' funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado (Resende, 2006, p. 1071).

Diante disso e compreendendo que a LSF é considerada uma teoria social e serve de embasamento linguístico para a ACD, uma vez que se preocupa com os aspectos materiais da linguagem em uso, Fairclough (2003a) busca expandir a relação da ACD com a LSF e em vez de tratar das metafunções *ideacional, interpessoal e textual* (Halliday e Matthiessen, 2004) traz os *significados do discurso* e subdivide-os em *acional* (os modos de agir), *representacional* (os modos de representar) e *identificacional* (os modos de ser).

Na abordagem dialético-relacional assumida por Fairclough (2003a), os significados do discurso devem ser compreendidos em estreita relação com as dimensões de gênero, discurso e estilo. Essa perspectiva enfatiza que o discurso é simultaneamente produto e processo social, ou seja, é moldado por estruturas sociais já existentes e, ao mesmo tempo, contribui para a sua reprodução ou transformação. O conceito de gênero se refere às formas que os textos assumem e às práticas discursivas socialmente reconhecidas, cada um com suas convenções e funções comunicativas específicas. Já o discurso se constitui como a prática linguística concreta, na qual os significados são produzidos, negociados e interpretados, refletindo relações de poder, normas sociais e valores culturais. Por fim, o estilo diz respeito às escolhas linguísticas que permitem a expressão da identidade, das intenções e das posições sociais do sujeito, evidenciando como questões pessoais se articulam com estruturas mais amplas.

Dessa forma, conforme ilustrado na figura 4, há uma correspondência intrínseca entre os significados do discurso e essas três dimensões (gênero, discurso e estilo), já que os significados não existem de maneira autônoma, mas emergem de sua interação dinâmica revelando a complexidade das práticas comunicativas e a interdependência entre linguagem e sociedade. O gênero organiza as formas de ação social, o discurso materializa diferentes perspectivas ideológicas e o estilo expressa identidades e posicionamentos individuais e coletivos. A articulação entre essas dimensões revela, portanto, a complexidade das práticas comunicativas e a profunda interdependência entre linguagem e sociedade, permitindo compreender como os textos refletem, reforçam ou contestam estruturas de poder e hegemonia.

Figura 4 - Correspondência entre os significados do discurso e gênero, discurso e estilo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Temos então, os gêneros discursivos como aqueles com os quais agimos no mundo. Toda comunicação é feita a partir de um gênero do discurso e dessa maneira a seleção dos gêneros a serem usados têm relação com a práticas sociais nas quais os indivíduos estão imersos. Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 62) “Quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos”.

Além de o *significado acional* estar relacionado aos gêneros do discurso, ele também expressa a intertextualidade, conceito que será discutido posteriormente neste capítulo. A intertextualidade expressa nos gêneros nos permite perceber as diferentes vozes que se apresentam no texto, as retomadas discursivas, reforçando o aspecto dialógico.

Nesse sentido, o significado *acional* “focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais” (Resende, 2006, p.1073) o que implica compreender a linguagem como uma prática social situada na qual, por meio do texto, os sujeitos constroem, negociam e reproduzem relações sociais. Assim, o significado *acional* evidencia o papel do discurso na configuração das ações sociais, pois cada escolha linguística está revestida de uma intencionalidade e orientação voltada para a realização de propósitos comunicativos específicos. O texto, a partir

dessa noção, é entendido como uma forma de agir sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmo, contribuindo para a manutenção ou transformação das estruturas sociais.

Já no que diz respeito ao *significado representacional*, que está relacionado ao discurso, temos a perspectiva de mundo de cada indivíduo em evidência. Para Fairclough

> Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, de suas identidades pessoal e social, e das relações sociais que elas estabelecem com outras pessoas (Fairclough, 2003a, p.124).

Nesse momento de análise, entram as ideologias assumidas pelos atores sociais do discurso e podemos entender, no caso mais específico de nossa análise, o discurso de ódio destinado a Freire como um modo particular de representar o mundo. Como nos diz Silva

> De acordo com suas posições, dentro de qualquer prática, os atores sociais percebem e representam a vida social, com diferentes discursos e produzem representações de outras práticas, bem como representações 'reflexivas' de sua própria prática. Tais representações são configuradas, para esses atores, em consonância com o modo como eles se posicionam e são posicionados (Silva, 2009, p.03).

Dessa maneira, o significado *representacional* "enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional (Resende, 2006, p. 1073). Essa dimensão diz respeito à forma como a linguagem constrói, organiza e atribui sentido à experiência humana, permitindo que os sujeitos representem a realidade por meio de processos, participantes e circunstâncias que compõem o conteúdo ideacional das sentenças. Trata-se de compreender como os discursos configuram modos específicos de ver, interpretar e significar o mundo.

No que concerne ao *significado identificacional*, que está associado ao estilo, temos a representação da identidade dos atores sociais. O *significado identificacional* "refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária" (Resende, 2006, p.1073). Assim sendo, este significado do discurso nos ajuda a compreender as identidades dos atores sociais produtores dos discursos, mas também como estes discursos interferem na construção das representações sociais sobre a docência no Brasil.

Assim sendo, através das escolhas linguísticas e discursivas, os indivíduos constroem modos de ser e de se apresentar nas interações sociais, evidenciando que a identidade é um processo dinâmico e situado, constantemente (re)construído em contextos específicos de comunicação. A perspectiva tridimensional de Fairclough (2003a), aliada à LSF, oferece um arcabouço teórico e metodológico para compreendermos, no campo representacional, as

estratégias linguísticas e semióticas utilizadas para representar os professores e o legado freireano, evidenciando que essas estratégias demonstram uma visão particular e ideologicamente orientada por um grupo que visa a manutenção do poder em detrimento das políticas públicas educacionais de valorização docente e de qualificação da educação.

Já a dimensão acional, permite-nos observar como o discurso de ódio se materializa como prática social, como ele é legitimado e naturalizado e como age para reforçar hierarquias e para manter determinadas estruturas de poder. Ações discursivas como insultos, ironias, desqualificações, estratégias de silenciamento podem revelar como o discurso opera de maneira a legitimar posições de dominação, em diversos campos da vida pública, inclusive no campo educacional que nos interessa.

No que diz respeito à dimensão identificacional, sua base é essencial para compreender como as identidades dos sujeitos são construídas e negociadas no discurso. Essa dimensão evidencia que Paulo Freire e os professores que se alinham à sua prática pedagógica são representados de formas que repercutem identidades desvalorizadas e marginalizadas. Assim sendo, a análise dessa dimensão possibilita discutir como as identidades docentes são afetadas por práticas discursivas de ódio, que buscam fragilizar sua credibilidade, sua função social e representam efeitos socialmente negativos.

Diante do exposto, elencaremos as categorias analíticas que serviram de base para nossas análises e que foram definidas a partir dos pressupostos supracitados, de modo a possibilitar uma leitura aprofundada dos discursos analisados. A seleção dessas categorias tem como propósito garantir a coerência entre os objetivos da pesquisa e o corpus analítico, permitindo a identificação dos modos pelos quais os significados são produzidos, reproduzidos e transformados nos textos. Assim, as categorias de análise constituem a base estruturante que orientará a interpretação dos dados e a compreensão crítica das práticas discursivas em análise.

2.2 Categorias Analíticas

As categorias analíticas, nas pesquisas em ACD, constituem-se como instrumentos fundamentais que orientam a investigação de natureza textual e discursiva. Inseridas na perspectiva tridimensional proposta por Fairclough (2003a) e LSF proposta por Halliday (1994), essas categorias direcionam nosso olhar, assegurando que a análise do corpus ultrapasse

uma descrição superficial ou uma interpretação subjetiva. Dessa forma, promovem uma análise sistemática, criteriosa e ancorada em fundamentos teóricos sólidos, permitindo a articulação entre texto, práticas discursivas e práticas sociais.

Ao estabelecer parâmetros analíticos, tentamos assegurar que a análise não se restrinja à subjetividade ou às projeções ideológicas que assumimos enquanto seres sociais, incorrendo no risco de ser rotulada como uma análise marcada por ideologias assumidas pelo analista. Evidentemente, nossas posturas enquanto seres sociais contribuem para um olhar mais atento para questões relativas à manutenção do poder, mas não podem ser determinantes para as análises. Nosso propósito é de que a pesquisa se fundamente em critérios empíricos e teóricos consistentes. Assim sendo, conforme defendemos ao longo desta pesquisa, não há neutralidade nas análises realizadas, mas ao embasá-las em categorias, mantém-se o rigor científico necessário para confiabilidade dos dados.

Essa sistematização é o que confere à ACD seu caráter crítico e científico, uma vez que permite revelar os modos pelos quais os discursos produzem e reproduzem sentidos socialmente. Desse modo, as categorias analíticas orientam a leitura do texto e viabilizam a compreensão das condições sociais de sua produção e circulação, possibilitando a explicitação de como o discurso atua na manutenção ou transformação das estruturas sociais.

Nas palavras de Vieira e Resende (2016, p.115)

> Uma análise discursiva crítica não se confunde com simples leitura e interpretação. Isso porque contamos com conceitos associados a categorias analíticas aplicadas sistematicamente. A escolha de categorias utilizar para a análise de um texto não pode ser feita a priori. É sempre uma consequências do próprio textos e das questões/preocupações de pesquisa.

Assim sendo, o quadro 1, apresentado por Vieira e Resende (2016) e baseado em Fairclough (2003a), demonstra direcionamentos de aspectos discursivos e textuais, bem como questionamentos que podem conduzir a escolha das categorias analíticas utilizadas ao longo das análises dos dados de pesquisas em ACD. Embasamo-nos no quadro para elencar algumas de nossas categorias e para basear nossos questionamentos.

Quadro 1 - Questões para análise textual

Aspectos discursivos/textuais	**Questionamentos**
	De outros textos/vozes relevantes, quais são incluídos? Quais são significativamente excluídos? Como outras vozes são incluídas? São atribuídas?

Intertextualidade	Se sim, especificamente ou não especificamente? As vozes atribuídas são relatadas diretamente (citação) ou indiretamente? Como outras vozes são tecidas em relação à voz do/a autor/a e em relação umas com as outras?
Interdiscursividade	Que discursos são articulados no texto e como são articulados? Há uma mistura significativa de discursos? Quais são os traços que caracterizam ou discursos articulados (relações semânticas entre palavras, colocações, metáforas, presunções, traços gramaticais)?
Representação de eventos/atores sociais	Que elementos dos eventos sociais representados são incluídos ou excluídos? Que elementos incluídos são mais salientes? Quão abstrata ou concretamente os eventos são representados? Quais são os tipos de processos predominantes (material, mental, verbal, relacional, existencial)? Há instâncias de metáfora gramatical na representação de processos? Como atores sociais são representados (ativado/passivado, pessoal/impessoal, nomeado/classificado, específico/genérico)?
Identificação	Que estilos são articulados no texto? Como são articulados? Há mistura significativas de estilos? Quais são os traços que caracterizam os estilos articulados (‘linguagem corporal’, pronúncia e outros traços fonológicos, vocabulário, metáfora, modalidade, avaliação)?
Modalidade	Como os autores se comprometem em termos de verdades (modalidades epistêmicas)? Em termos de obrigação e necessidade (modalidades deônticas)? Em que extensão as modalidades são categóricas (afirmação, negação, etc)? Em que extensão são modalizadas (com marcadores explícitos de modalidade)? Que níveis de comprometimento observam-se (alto, médio, baixo) quando há marcadores explícitos de modalidade? Quais são os marcadores de modalização (verbos modais, advérbios modais, etc)?
Avaliação	Com que valores (em termos do que é desejável ou indesejável) o/a autor/a se compromete? Como valores são realizados - com afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, afirmações com processos mentais afetivos, valores presumidos?

Fonte: Adaptado de Vieira e Resende (2016), baseado em Fairclough (2003a).

Diante do exposto, delineamos, neste momento, as categorias analíticas que orientam a investigação do corpus, tanto para o bloco analítico 1, quanto para o bloco analítico 2 e que

serão fundamentadas, explicitadas e discutidas ao longo do referencial teórico deste capítulo. Buscamos, a partir da delimitação de categorias analíticas, assegurar a coerência entre os pressupostos teóricos e os procedimentos interpretativos. Assim, ao mobilizá-las, buscamos garantir uma leitura crítica, sistematizada e empiricamente sustentada dos dados discursivos que compõem o objeto de estudo.

Dessa maneira, definimos nossas categorias analíticas como:

a) intertextualidade e interdiscursividade;

b) ideologia;

c) hegemonia

d) poder simbólico (Bourdieu-presidente e ministro);

e) metafunções

f) representações sociais

As metafunções já foram apresentadas anteriormente, inclusive estabelecendo uma associação entre as metafunções e os significados dos discursos propostos por Fairclough (2003a). Discorremos sobre as demais categorias ao longo dos próximos tópicos, iniciando pela noção de ideologia, conforme a teoria faircloughiana.

2.2.1 Noções de ideologia

O conceito de ideologia tem percurso complexo nas diferentes ciências como filosofia, política e sociologia. Sua origem, datada do final do século XVIII, está relacionada ao filósofo francês Destutt de Tracy que, no contexto iluminista, utilizou o termo pela primeira vez buscando "explicações lógicas, seculares, científicas e racionais para o mundo" (Vasco, 2019, p.24). Sua intenção era, em um primeiro momento, compreender de forma racional e científica como se formavam as ideias humanas, articulando filosofia, psicologia e pedagogia. Nessa primeira noção, a ideologia tinha caráter neutro e descritivo, vinculada a uma epistemologia iluminista. Ao ser preso, Tracy elaborou o conceito do que posteriormente chamaria de ideologia, apresentando-o mais tarde ao Instituto Nacional de Paris. Nas palavras de Vasco (2019, p.24-25)

> No cárcere, Destutt de Tracy começou a elaborar o projeto de uma ciência que pudesse fazer uma análise sistemática das ideias. Seria uma ciência capaz de mapear, de forma racional, a origem e o desenvolvimento de todas as ideias, assim como as suas combinações e consequências. Acreditava que, se todas as ciências partiam sempre de ideias preconcebidas, então o seu projeto não seria apenas "a ciência de todas as

> ciências", mas também promoveria uma racionalização sistemática no desenvolvimento do Estado, das leis, das maneiras de se conduzir um governo e da sociedade de uma maneira universal.

Com o passar dos anos Tracy, que era apoiador de Napoleão Bonaparte e defensor de suas ideias, passou a discordar e se opor ao seu regime. Dessa forma, Tracy passa de aliado do poder à opositor e inimigo. Dessa maneira, a partir do século XIX, o termo ideologia passou a adquirir uma conotação depreciativa, uma vez que Napoleão utilizava o termo "ideólogos" como referência aos intelectuais que, segundo ele, eram afastados da realidade e incapazes de compreender as demandas práticas da política. Vê-se que esta noção é frequentemente utilizada pelo grupo da extrema-direita brasileira associando o termo ideologia apenas ao grupo da esquerda e mantendo o tom de depreciar as crenças e valores assumidos pelo grupo opositor.

Essa mudança de sentido assumida por Napoleão foi fundamental para o desenvolvimento posterior do conceito de ideologia, que se desloca progressivamente para um campo de disputa político-discursiva. Para Vasco (2019, p. 26)

> A partir daí houve uma mutação de sentido, e a palavra ideologia passou a significar um pensamento especulativo e abstrato, pois, naquela época, Napoleão tinha mais poder político e "ideológico" e, portanto, foi a sua maneira de se referir ao termo que entrou para o linguajar corrente. Ou seja, Destutt de Tracy e seus colaboradores – que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos –, tiveram suas autoimagens invertidas ao serem chamados de tenebrosos metafísicos e meros produtores de especulações abstratas.

Ao passar dos anos, o conceito de ideologia foi (re)formulado e ganhou diferentes conotações. No entanto, foi com Karl Marx e Friedrich Engels[53], que o conceito adquiriu sua formulação mais influente. Em obras como *A ideologia alemã* (1845-1846), a ideologia é compreendida como um sistema de representações ilusórias que encobre as contradições da sociedade e legitima a dominação de classe. Dessa maneira, a ideologia representa o falso consciente, mecanismo pelo qual a classe dominante universaliza seus interesses particulares como se fossem os interesses de toda a sociedade.

Na perspectiva de Marx e Engels, o conceito de ideologia surge como crítica a formas de pensamento automáticas da realidade concreta, apresentando-se como entidades puras, desligadas das condições materiais de existência. Assim, doutrinas como as filosóficas e religiosas, ao se constituírem como sistemas abstratos, deixam de refletir as determinações

[53] Trouxemos Marx e Engels como forma de situar historicamente o conceito, mas não iremos aprofundar as bases conceituais de suas teorias.

sociais e históricas que lhes dão origem, projetando-se como verdades universais. Esse processo faz com que os sistemas produzam aquilo que os autores denominam de *ideias falsas* sobre os homens e sobre o mundo. Falsas porque mascaram as relações de dominação que estruturam a sociedade (Marx e Engels, 1982: 1.049).

A ideologia funciona, dessa forma, como uma inversão da realidade, uma vez que ao apresentar idealizações sobre o ser humano, a moral ou a vida social, ela desvia a atenção das contradições concretas da luta de classes. Assim, o conceito se torna central na crítica marxista, pois revela como a superestrutura, vinculada a aspectos culturais, religiosos e morais, opera para sustentar a infraestrutura econômica. Nas palavras de Marx e Engels

> na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, ENGELS, 1977, p.301).

Já no século XX, a concepção de ideologia ganha novas conotações importantes, sendo uma delas proposta por Antonio Gramsci que associa o conceito de ideologia à noção de hegemonia. A hegemonia é entendida como a capacidade da classe dominante de obter o consenso social através da difusão de valores, crenças e práticas que se tornam naturais e espontâneas, como se esse consenso seguisse a ordem natural das coisas sem dar espaço à contestação. A ideologia, nesse sentido, não é apenas ilusão, mas uma prática cultural e política que está enraizada nas instituições como família, escola, igreja e mídia. Assim sendo, a ideologia é "(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas" (Gramsci, 1978 p. 16).

Vista a partir dessa perspectiva, a ideologia é uma possibilidade real de mudança e de postura contra-hegemônica, uma vez que é a partir da consciência individual e coletiva que se pode ser contrário às condições de dominação da elite. Neste sentido, as ideologias "organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc" (Gramsci, 1978 p. 62).

A concepção de ideologia defendida por Louis Althusser (1970), em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, amplia ainda mais a discussão ao propor que a ideologia não distorce a

realidade, mas constitui os sujeitos. Para o autor, somos interpelados pela ideologia antes de termos consciência de nós mesmos, já que as instituições sociais nos moldam e reproduzem sua lógica dominante. Assim, a ideologia não seria uma falsa consciência, mas o horizonte inevitável da experiência social. Para Althusser (1967, p. 204)

> [...] uma ideologia é um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias ou conceitos se-gundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada [...] a ideologia como sistema de repre-sen-tações se distingue da ciência visto que a sua função prático-social tem preeminência sobre a função teórica (ou função de conhecimento).

Outro aspecto fundamental é que a ideologia, para Althusser, não pode ser superada simplesmente pela crítica racional, como sugeriram algumas leituras iluministas, uma vez que ela é condição inevitável da experiência social, não havendo, portanto, sujeito que não carregue consigo nenhuma carga ideológica e que se apresente de maneira neutra, como tentam disseminar alguns grupos político-partidários. Assim, se todos os sujeitos são sempre constituídos por discursos e práticas ideológicas, o espaço da política se desloca para a disputa entre ideologias, com vistas a transformar as condições de reprodução do poder. Dessa maneira

> [...] a ideologia é um sistema de representações que em todas as socie-dades assegura a relação dos indivíduos com as tarefas fixadas pela estrutura do todo social, este sistema não é, pois, um sistema de conhecimento. Pelo contrário, é o sistema de ilusões necessárias aos sujeitos históricos; em segundo lugar, em uma sociedade classista, a ideologia recebe uma função suplementar: manter os indivíduos nas posições determinadas pela dominação de classe; e, em terceiro, o princípio de subversão dessa dominação pertence ao oposto da ideologia, isto é, a ciência (Ranciere, 1970, p. 228).

Compreendemos o caráter político da ideologia, na medida em que ela atua como instrumento de controle e como espaço de disputa entre diferentes projetos de poder. Nessa perspectiva, o discurso ideologicamente marcado expressa visões de mundo, organiza e regula as práticas sociais, contribuindo para a manutenção ou a transformação das estruturas existentes. Assim, a crítica científica desempenha um papel fundamental ao possibilitar novas formas de subjetivação, capazes de questionar os mecanismos de dominação e instaurar caminhos para a emancipação dos sujeitos.

Diante do resgate teórico traçado até então, buscamos uma conceituação do que é a ideologia, sob uma perspectiva crítica, sendo fundamental retomar as contribuições de dois importantes teóricos que oferecem uma noção mais aprofundada deste conceito: Thompson e Fairclough. Evidentemente, consideramos historicamente as demais concepções, mas nos

aproximamos de Thompson e Fairclough, uma vez que nossa pesquisa tem bases sólidas na perspectiva crítica.

Neste sentido, a ideologia, para Thompson, não é apenas um conjunto de crenças ou ideias isoladas, mas uma construção social que opera através de práticas culturais, discursos e formas de comunicação, desempenhando um papel fundamental na manutenção e legitimação das relações de poder existentes na sociedade. Thompson conceitua ideologia como as formas pelas quais

> [...] o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer* e *sustentar* relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 79, *grifos do autor*).

Na perspectiva evidenciada por Thompson, a ideologia está à serviço da manutenção e reprodução das relações de poder. A ideologia, assim, funciona como uma forma de orientar a compreensão dos acontecimentos e das estruturas sociais, muitas vezes de maneira inconsciente, reforçando os interesses de grupos dominantes ao naturalizar certas visões de mundo. Assim sendo, ao afirmar que as ideologias servem para estabelecer e sustentar as relações de dominação ele reforça que as ideologias cumprem uma função política e estrutural fundamental que visa garantir a ordem social a partir da aceitação, na maioria das vezes inconsciente, das relações desiguais de poder. As ideologias dominantes acabam por, de tão naturalizadas, passarem a representar que a dominação e a hierarquização social é um fenômeno natural, inquestionável, inevitável.

Ao conceituar ideologia, Thompson discute também o conceito de formas simbólicas como um "amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e pelos outros como construtos significativos" (Thompson, 2011, p. 79).

As formas simbólicas têm forte influência na produção e reprodução de significados culturais e na legitimação de estruturas de poder e de dominação, funcionando como instrumentos de representação que, ao serem internalizados pelos indivíduos, contribuem para a construção de identidades coletivas e para a manutenção de determinados valores e normas sociais. Além disso, as formas simbólicas não são estáticas, uma vez que estão inseridas em processos históricos dinâmicos, refletindo as transformações sociais e os conflitos de poder presentes em diferentes contextos. Dessa maneira, as formas simbólicas serão entendidas como

ideológicas, na medida em que contribuem para a reprodução de estruturas de dominação e subordinação na sociedade.

Apesar de se manifestarem de maneira despretensiosa ou desinteressada, as formas simbólicas representam um modo de pensar e de agir de uma ideologia dominante para uma classe dominada, sendo, nas palavras de Bourdieu, uma violência simbólica na medida em que

> [...] servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (Bourdieu, 1989: 10)

Evidentemente a violência simbólica se materializa em interesses particulares da classe dominante que representam o desejo de permanecer no domínio, extinguindo qualquer possibilidade de que as classes dominadas se rebelem/mobilizem na luta por desarticular as hierarquias socialmente impostas.

Partindo das reflexões sobre ideologia fomentadas pela teoria de Thompson, torna-se necessário ampliar a discussão a partir da teoria crítica evidenciada por Fairclough que, ao desenvolver a ACD, percebe a ideologia para além de um conjunto de ideias ou crenças, concebendo-a como uma prática social que se manifesta a partir da linguagem e dos discursos, refletindo e reproduzindo relações de poder e dominação presentes na sociedade. Queremos situar que esta concepção é a concepção assumida nesta pesquisa, uma vez que as ideologias da extrema-direita cumprem o propósito de manter a opressão e se firmar em um conjunto de práticas autoritárias. Para Fairclough as ideologias:

> (...) são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Fairclough, 2001, p.117).

Dessa maneira, concebemos a ideologia vinculada às relações de poder e de dominação. Uma ideologia dominante para se manter dominante precisa ser considerada como verdade absoluta e essa estratégia é percebida na produção e disseminação rápida do discurso de ódio. Quando utilizado com o propósito de (re)produzir relações de dominação, o discurso de ódio não é apenas uma expressão de intolerância individual, mas uma estratégia discursiva que reforça e perpetua estruturas de poder e dominação. Portanto, consideramos a ideologia do

discurso de ódio como uma estratégia política que visa influenciar a opinião pública e moldar comportamentos sociais.

O poder nos remete à hierarquia e as ideologias que o mantém estão configuradas em um mundo socialmente hierárquico, no qual quem consegue se manter no poder estabelece um jogo de privilégios. Como nos diz Souza

> A questão do poder é a questão central de toda sociedade. A razão é simples. É ele que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. O dinheiro, que é uma mera convenção, só pode exercer seus efeitos porque está ancorado em acordos políticos e jurídicos que refletem o poder relativo de certos estratos sociais. Assim, para se conhecer uma sociedade, é necessário reconstruir os meandros do processo que permite a reprodução do poder social real (Souza, 2017, p. 11).

Assim sendo, a ideologia está vinculada à manutenção do poder, sendo aspecto fundamental na construção de sociedades que pretendem unificar os pensamentos e estruturar as relações a partir do autoritarismo. Para Fairclough (2001, 2003a), as ideologias operam na relação entre discurso e poder, constituindo-se como formas de significação que legitimam e naturalizam as relações sociais, tornando-as aparentemente inevitáveis. A força ideológica do discurso está na capacidade de converter relações históricas e arbitrárias em algo percebido como natural, mascarando as desigualdades e sustentando posições de dominação.

Dessa maneira, a ideologia não pode ser entendida como algo externo à linguagem, mas como um elemento que se materializa nos textos, nas práticas discursivas e nos modos de interação social, atuando a partir de estruturas linguísticas, escolhas lexicais e padrões de representação, que refletem e reproduzem visões de mundo particulares, muitas vezes, visões dos que ocupam posições privilegiadas nas hierarquias sociais. Assim, o discurso se torna um instrumento de poder ideologicamente carregado, capaz de moldar percepções, orientar comportamentos e delimitar o campo do que é considerado legítimo dizer e pensar e quem está autorizado a dizer e pensar.

Quando uma ideologia se estabelece como dominante, tende a promover a adesão (in)consciente de valores e crenças que reforçam a ordem vigente. Com base nessa compreensão, a ACD busca tornar visíveis essas operações ideológicas, desvelando como determinados discursos buscam impor uma visão única de mundo e silenciar outras possibilidades de interpretação e resistência. Essa leitura permite compreender que o poder não se exerce apenas pela coerção, pelo uso da força física ou pela violência explícita, mas também,

e sobretudo, pela construção discursiva do consenso, pela naturalização dos significados e pela legitimação das desigualdades sociais.

Diante do exposto, compreendemos a categoria da ideologia na perspectiva da ACD como essencial para nossas análises, uma vez que a partir dela compreendemos o discurso de ódio como uma forma de imposição ideológica que representa o grupo da extrema-direita a partir da naturalização da violência. Aproximando esse conceito de Paulo Freire, as ideologias dominantes expurgam Paulo Freire por ele representar uma ameaça a sua manutenção social.

Em continuidade ao desenvolvimento teórico das nossas categorias analíticas, discutiremos, no tópico a seguir, sobre a intertextualidade e interdiscursividade como categorias fundamentais para a compreensão sobre a retomada de textos e discursos como dispositivo de amplificação e formação de supostas verdades.

2.2.2 Noções de intertextualidade e interdiscursividade

A concepção de dialogismo desenvolvida por Mikhail Bakhtin (1929)[54] constitui um dos pilares fundamentais para os estudos do discurso e da linguagem. A compreensão desse conceito demanda, preliminarmente, a explicitação da noção bakhtiniana de discurso, concebido não como manifestação individual de um sujeito isolado, mas como prática social. O discurso, em Bakhtin, é

> a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos, abstraídos pela linguística, os que têm importância primordial para nossos fins. (Bakhtin, 2008, p. 207)

Dessa maneira, Bakhtin contraria a visão de língua de Saussure[55], uma vez que esta não pode ser concebida como um sistema imutável ou alheio às práticas sociais. Dessa maneira, o discurso não é concebido como um ato individual, autônomo e isolado, mas como um evento essencialmente social, inscrito em uma cadeia ininterrupta de enunciações.

Todo enunciado responde a enunciados anteriores e antecipa enunciados futuros, configurando-se, assim, em um processo de interação dialógica permanente. O dialogismo,

[54] A teoria do dialogismo desenvolvida por Mikhail Bakhtin data de 1929.

[55] Para Saussure (1916) a língua é um sistema estável, enquanto a fala é a realização desse sistema em práticas sociais. Com sua conceituação, ele estabelece uma dicotomia entre langue e parole.

portanto, não se reduz a uma troca entre interlocutores imediatos, mas designa a constituição do discurso pela presença constante da voz do outro no interior daquilo que se diz, já que "toda a enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal" (Bakhtin, 1988, p. 98).

Assim sendo, o dialogismo consiste na presença de um texto dentro de outro texto ou de um discurso dentro de outro discurso, dando espaço também para que haja a polifonia que são outras vozes com as quais se conversam dentro de um texto ou de um discurso. A teoria da polifonia, proposta por Bakhtin, pressupõe que todo enunciado carrega traços das vozes prévias que o constituem, bem como expectativas de respostas e/ou retomadas futuras. O discurso, a partir dessa perspectiva, é concebido como espaço de circulação e negociação ideológica. A polifonia evidencia que as enunciações nunca são unívocas, uma vez que nelas se entrelaçam posições sociais, valores culturais e intencionalidades individuais. Essa leitura dialógica permite investigar como os falantes mobilizam repertórios verbais distintos para legitimar opiniões, afirmar identidades e disputar posições sociais.

Os conceitos de dialogismo e polifonia, remetem-nos à percepção de que os enunciados estão sempre carregados de interferências de outros enunciados realizados anteriormente, formando redes discursivas situadas em contextos históricos e sociais específicos e influenciadas por relações de poder e ideologia.

Essas redes discursivas revelam que o discurso é concebido como prática social que articula linguagem, poder e ideologia (Fairclough, 2001). Assim sendo, as redes discursivas se configuram como sistemas de relações entre gêneros, estilos e discursos, estruturados por condições históricas e institucionais específicas. Nesse sentido, enfatiza-se a dimensão interdiscursiva, uma vez que se concebe que os discursos não emergem de maneira autônoma, mas são constantemente recontextualizados, reorganizados e retomados em redes que reproduzem e transformam as estruturas sociais.

Assim sendo, o discurso é um processo dinâmico de construção de sentidos produzidos nas relações entre enunciados atuais e anteriores. Essa concepção nos aproxima da noção de intertextualidade, formulada inicialmente por Julia Kristeva, ao reinterpretar o dialogismo bakhtiniano, segundo a qual "cada texto é construído como um mosaico de citações, cada texto é a absorção e transformação de outro texto"[56] (Kristeva, 1969, p. 85). Nessa perspectiva, o

[56] Tradução nossa.

discurso é sempre heterogêneo, pois sua significação resulta da interação com vozes já existentes.

Além da concepção trazida por Kristeva, temos o conceito de intertextualidade também no âmbito da Linguística Textual. Para essa teoria, entende-se a intertextualidade como constitutiva do próprio texto, uma vez que

> Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos, que lhe dão origem, que o pré determinam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe (Koch, 2000, p. 46).

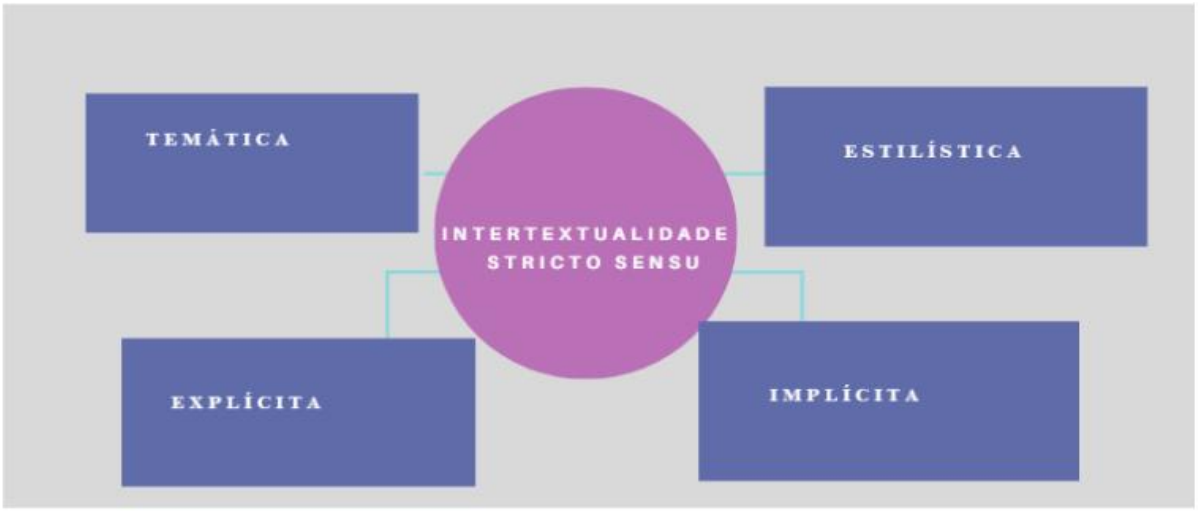
Na concepção de Koch, considera-se improvável um texto ou discurso não se remeter a outros, uma vez que não há enunciado autônomo ou totalmente original e todo texto ou discurso é construído na relação com outros textos, explícita ou implicitamente. A subdivisão proposta por Koch, Cavalcante e Bentes (2007) nos revela que há dois tipos de intertextualidade: *stricto sensu e lato sensu*. No primeiro caso, a *intertextualidade stricto sensu* se refere à presença explícita e identificável de um texto em outro, de modo que o leitor consegue reconhecer a fonte ou o enunciado recuperado. Trata-se de ocorrências em que há marcas formais ou estilísticas que evidenciam essa relação, como citações, paráfrases, alusões diretas, epígrafes ou paródias. Nessa perspectiva, o texto original pode ser localizado e estabelecido como intertexto, o que confere caráter verificável ao fenômeno.

Já a *intertextualidade lato sensu* amplia esse propósito, concebendo a intertextualidade como um traço constitutivo do discurso, ou seja, como a inserção inevitável de um texto em redes de outros textos, vozes e discursos que o antecedem e o atravessam. Nesse caso, todo dizer é permeado pela alteridade, de forma que os sentidos são sempre produzidos no entrecruzamento de múltiplas vozes sociais e históricas.

Assim, a intertextualidade *stricto sensu* evidencia os casos concretos e textualmente marcados de retomada de outros enunciados, enquanto a *lato sensu* enfatiza a dimensão constitutiva e implícita da linguagem como fenômeno dialógico. Essa distinção, proposta pelas autoras, é fundamental para a análise do discurso, uma vez que permite articular tanto os aspectos formais da relação entre textos quanto o caráter mais amplo da dialogicidade discursiva, a partir da noção bakhtiniana de polifonia.

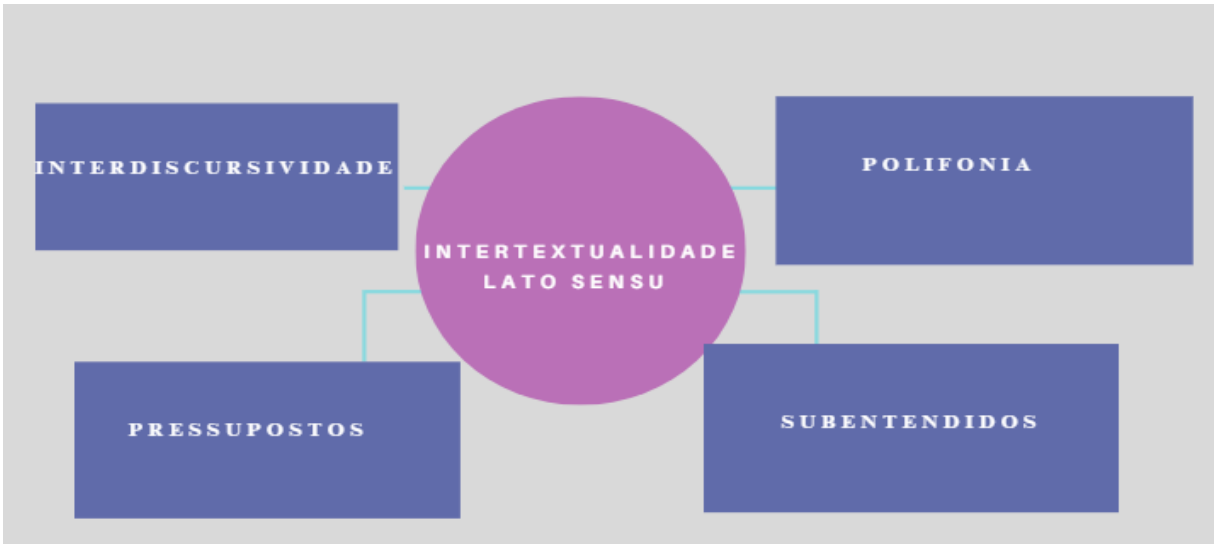
Os diagramas 1 e 2, a seguir, foram construídos baseados nos conceitos das autoras supracitadas, resumindo a concepção de intertextualidade *stricto sensu e lato sensu*, observando suas especificidades.

Diagrama 2 - Intertextualidade Stricto Sensu



Fonte: Elaborado pela autora

Diagrama 3 - Intertextualidade Lato Sensu



Fonte: Elaborado pela autora

Diante das noções oriundas da linguística textual, com vistas a determinar o conceito de intertextualidade e como esta se manifesta em nossas práticas sociais, torna-se relevante compreender esse conceito no âmbito da ACD, especialmente em Fairclough (2001). Ocupando um lugar central nos estudos do discurso, a intertextualidade é compreendida como a presença explícita ou implícita de vozes, textos e discursos anteriores na produção discursiva, revelando o caráter dialógico e histórico da linguagem, sendo um mecanismo analítico que permite

identificar como diferentes discursos se articulam, se sobrepõem ou se confrontam. Assim sendo, a intertextualidade é entendida como

> a propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser ou não delimitados explicitamente ou mesclados e que pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante (Fairclough, 2001, p. 29).

Retomando a noção de Koch, no que se refere à intertextualidade implícita e explícita, Fairclough (1995) associa a estas, duas outras noções: *intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva*. No que se refere à *intertextualidade manifesta*, esta é percebida como a forma mais evidente da intertextualidade, uma vez que, especialmente no âmbito acadêmico ela serve para validar o dito. Esse conceito destaca o modo como o discurso revela, de forma direta e reconhecível, sua vinculação a enunciados anteriores, seja por meio de citações, alusões, paráfrases ou menções diretas a vozes externas.

Nesse sentido, a *intertextualidade manifesta* desempenha papel fundamental na construção de sentidos, tornando visível a heterogeneidade discursiva e possibilitando a identificação das fontes que dialogam no interior do texto. Diferentemente de formas mais implícitas de intertextualidade, que podem operar no nível dos pressupostos ou da memória discursiva, a *intertextualidade manifesta* é marcada por elementos que sinalizam de forma clara a interdependência entre os discursos.

Já com relação à *intertextualidade constitutiva*, Fairclough (1995) observa que os textos são inevitavelmente atravessados por pressuposições, uma vez que o enunciado não se constrói em isolamento, mas em constante relação com conhecimentos, valores e discursos previamente apropriados pelo sujeito. Desse modo, os pressupostos constituem uma forma específica de intertextualidade, pois estabelecem conexões entre um texto e a rede discursiva mais ampla que o antecede e o sustenta. Não se trata, portanto, de uma referência direta a determinados enunciados, mas da vinculação das redes intertextuais em que circulam saberes, práticas sociais e ideologias.

A *intertextualidade constitutiva* opera de forma menos visível e mais profunda, referindo-se à maneira como discursos são moldados por outros discursos em sua própria constituição sem que haja, necessariamente, marcas explícitas na superfície textual. Trata-se, portanto, de um nível de intertextualidade que atua na formação das categorias, dos conceitos e dos modos de dizer, revelando a inserção de cada enunciado em uma rede discursiva mais ampla. Esse conceito demonstra a interdependência entre os discursos, mostrando que nenhum texto se produz de forma isolada, mas sempre em relação a formações discursivas anteriores.

Nas palavras de Fairclough (2001, p. 134) "(...) enunciados - 'textos' em meus termos - são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos".

Diante do exposto, torna-se evidente que a intertextualidade não se limita a um recurso linguístico acessório, sendo um mecanismo fundamental para compreender a composição dos sentidos nas práticas discursivas. A análise de suas formas, sejam elas explícitas ou implícitas, permite revelar a pluralidade de vozes que atravessam os textos e a forma como essas vozes se articulam na produção de significados.

Essa constatação requer um aprofundamento sobre a função estruturante da intertextualidade em contextos específicos de uso da linguagem, como no campo político. Traremos a intertextualidade como condição constitutiva do discurso político[57], observando de que modo os discursos políticos se sustentam na incorporação e na ressignificação de enunciados anteriores, revelando não apenas a heterogeneidade discursiva, mas também os jogos de poder e de legitimação que atravessam sua produção.

Vale ressaltar que o conceito de interdiscurso se entrelaça ao de intertextualidade, já que os discursos podem estabelecer entre si relações dialógicas que se configuram tanto pela convergência quanto pelo confronto de ideias. A presença da multiplicidade de vozes em um mesmo enunciado acontece através da articulação de diferentes formações discursivas e é definida por Fairclough (2003a) como interdiscursividade. O conceito de interdiscursividade amplia a noção de intertextualidade ao enfatizar a maneira como diferentes discursos sociais, oriundos de campos distintos, como o político, o educacional, o midiático ou o religioso, são articulados e ressignificados em um dado contexto.

Para Fairclough (2003a), a interdiscursividade é um fenômeno linguístico, social e ideológico, uma vez que cada discurso é constituído por valores, posições e relações de poder. A análise interdiscursiva, portanto, busca reconhecer quais discursos são mobilizados em um texto e de que modo são articulados, seja pela reprodução de hegemonias ou pela abertura de espaço para resistências. Nesse processo, as escolhas lexicais e estilísticas indicam quais perspectivas são privilegiadas, naturalizadas ou marginalizadas no interior do enunciado.

Assim, compreender a interdiscursividade significa também compreender as condições de produção e circulação do discurso, bem como as disputas simbólicas que nele se inscrevem. Desse modo, a proposta de Fairclough se aproxima da ACD ao evidenciar que a linguagem não

[57] Essa discussão sobre intertextualidade será retomada no capítulo 4.

é um reflexo da realidade, mas um campo de luta no qual diferentes vozes se entrecruzam, negociam sentidos e disputam posições de poder.

Diante do exposto, torna-se necessário construir o conceito de hegemonia a partir das contribuições de Gramsci e Fairclough, compreendendo-o não apenas como um mecanismo de dominação política, mas como um processo complexo de produção de sentidos e de disputa simbólica no interior da sociedade.

2.2.3 Hegemonia

Ao falarmos sobre a luta contra-hegemônica de Paulo Freire, no capítulo 1, assumimos a postura da ACD que se apropria da noção gramsciana para compreender como o discurso atua na manutenção e na disputa pelo poder social, mostrando que as relações de dominação não se sustentam apenas pela força ou coerção, mas principalmente pela produção e naturalização de sentidos.

A hegemonia, seria em sentido mais amplo, a direção moral e intelectual que uma classe exerce sobre a sociedade, por meio do consenso e da persuasão. Essa hegemonia se manifesta na cultura, na educação, na religião, na linguagem e no discurso. É através da hegemonia que a classe dominante mantém seu poder, uma vez que consegue disseminar sua visão de mundo como a única possível, internalizando valores e crenças da elite como verdades universais. Nas palavras de Gruppi (1978, p.67)

> uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.

Desse modo, a ACD herda de Gramsci a compreensão de que o poder não é fixo nem absoluto, mas constituído nas interações sociais e nas práticas linguísticas, buscando revelar como certos modos de falar, pensar e agir no mundo se impõem como legítimos, enquanto outros são marginalizados ou silenciados. Esse conceito de imposição está vinculado à supremacia que para Gramsci

> se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter

> também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados (Gramsci, 2002a, p. 62).

Fairclough (2001;2003), ao dialogar com Gramsci, reforça essa perspectiva ao compreender que a linguagem é um espaço privilegiado da luta hegemônica. Por meio dos discursos, as relações de poder se articulam, se reproduzem e se transformam. Assim, o discurso é um campo de disputa no qual se travam batalhas ideológicas pela manutenção ou pela subversão da ordem socialmente vigente.

Essas batalhas ideológicas fragilizam a democracia, uma vez que na disputa hegemônica o grupo dirigente sobrepõem suas vontades ao grupo dirigido. Nas palavras de Gramsci

> Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, na medida em que [o desenvolvimento da economia e, por conseguinte] a legislação [que exprime este desenvolvimento] favorece a passagem [molecular] dos grupos dirigidos ao grupo dirigente (Gramsci, 2007, p.1056).

Assim sendo, falar sobre hegemonia é falar sobre dominação, uma vez que as práticas hegemônicas se relacionam intimamente com controle social, cultural e ideológico de uma supremacia dominante em detrimento de minorias oprimidas. Para Gramsci

> A direção política torna-se um aspecto de domínio, quando a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação dessas e à sua impotência. Pode e deve ser uma 'hegemonia política', mesmo antes da chegada ao Governo, e não necessita contar somente com o poder e a força material que ele dá para exercitar a direção ou hegemonia política (Gramsci, 2007, p.41).

Entende-se, então, por hegemonia as formas estáveis que equilibram as práticas sociais, que estabelecem o consenso, ainda que não haja uma lei que determine esse consenso. O conceito de hegemonia é perpassado também por relações de dominação, uma vez que a hegemonia

> (...) está ligada à liderança e dominação nos vários níveis da sociedade, ao que a influência hegemônica se torna presente na economia, na política, na cultura e nas ideologias que a compõem. Essa liderança e dominação é exercida, segundo o autor, pelas classes mais estabilizadas economicamente na sociedade e define a hegemonia como o poder dessas classes sobre o todo da sociedade e que desfrutam de um certo prestígio entre as outras classes devido às suas posições no mundo da produção (Silva, Maia, Muller, 2020, p. 94).

Dessa forma, ao compreender a hegemonia a partir das contribuições de Gramsci e Fairclough, evidencia-se que o poder se materializa nas práticas discursivas e nas relações sociais por meio da construção e manutenção do consenso. A hegemonia não se limita ao campo político, mas se estende ao domínio simbólico, onde os sentidos são disputados, sustentando formas de dominação que se apresentam como legítimas. Nessa perspectiva, o discurso assume

um espaço estratégico de luta ideológica, em que diferentes vozes se posicionam travando lutas pela imposição de significados e pela construção de uma visão de mundo dominante. Assim, a hegemonia pode ser compreendida como processo discursivo e social.

Diante do exposto, o próximo tópico abordará o conceito de poder simbólico, com base em Pierre Bourdieu, a fim de aprofundar a análise sobre os mecanismos de legitimação e reprodução das desigualdades por meio da linguagem.

2.2.4 Poder Simbólico

O conceito de poder simbólico em Pierre Bourdieu (1989) tem bases na sociologia, com Émile Durkheim[58] e na linguística com Ferdinand de Saussure[59]. Compreendido como uma forma de poder que atua no campo invisível, a partir das percepções e/ou crenças dos indivíduos sobre o mundo, o poder simbólico só consegue existir e atuar se for validado, reconhecido e aceito por grupos que o legitimam.

O poder simbólico pode se revelar em várias esferas sociais, sendo as mais frequentes a política, a religião, a mídia e a educação. Uma vez que nossa pesquisa é construída em torno dos discursos produzidos na relação entre essas esferas sociais citadas, o conceito de poder simbólico constitui parte fundamental de nossa pesquisa.

O poder, historicamente conquistado pela força física e coerção, passa a ser conquistado através do campo simbólico. Uma das suas estratégias para se compor é a linguagem, construindo significados, impondo-os como legítimos e socialmente aceitáveis. Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade social que atua definindo o modo como o mundo é percebido, compreendido, interpretado e construído. Dessa maneira, ele é ao mesmo tempo um instrumento de dominação e de reprodução das estruturas sociais que atua de forma sutil, mascarando as relações de poder a partir de um suposto consenso e legitimidade. Assim, o poder simbólico é

> um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, 'uma concepção homogêneo do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências' (Bourdieu, 1989, p.9, grifos do autor).

[58] Não iremos entrar na teoria de Durkheim, retomando apenas para justificar as bases conceituais do poder simbólico em Pierre Bourdieu.

[59] Não iremos entrar na teoria de Saussure, retomando apenas para justificar as bases conceituais do poder simbólico em Pierre Bourdieu.

Os discursos políticos, amplamente difundidos pelos meios de comunicação e pelas redes sociais, são um exemplo claro de como o poder simbólico se concretiza. Líderes partidários e grupos ideológicos constroem narrativas que moldam o imaginário social, produzindo identificação e consenso, construindo sentidos sobre quem representa o povo, quem é honesto ou corrupto, quem defende a família ou a destrói, quem luta pela pátria ou a prejudica.

Nesse sentido, o poder simbólico é um poder "[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]" (Bourdieu, 1989, p.14). Essa noção revela como o poder simbólico pode ser percebido como uma forma de dominação que atua sobre as percepções e representações do mundo, garantindo a manutenção da ordem social por meio do consentimento e não da imposição direta.

Compreendido como essa forma de dominação, torna-se imprescindível

> [...] descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

Enquanto poder invisível, uma das formas pelas quais o poder simbólico opera para cumprir seus efeitos é na e pela linguagem. Ao naturalizar determinadas formas de falar, pensar e agir, o poder simbólico consolida hierarquias sociais e reforça desigualdades, já que aqueles que dominam os códigos legítimos de expressão, muitas vezes, são também os que têm autoridade e prestígio social. Assim, a lógica eficiente do poder simbólico está em seu caráter de dissimular força revestida de bem comum e social.

Ao se impor sem coerção explícita, o poder simbólico acaba por ser aceito como legítimo pelos próprios dominados, que internalizam as estruturas de poder como processos naturais e/ou necessários à manutenção da ordem social. Desse modo, a linguagem se torna um campo privilegiado de reprodução das relações sociais, onde se produzem e se legitimam as crenças, os valores e as verdades que sustentam as relações de poder. Para Bourdieu (2014, p. 230)

> Ao inculcar - em grande parte pelo sistema escolar- estruturas cognitivas comuns, tacitamente avaliativas, [...] ao produzi-las, ao reproduzi-las, ao fazê-las reconhecer profundamente, ao fazê-las incorporar, o Estado dá uma contribuição essencial à reprodução da ordem simbólica, que colabora de maneira determinante para a ordem social e para sua reprodução. Impor estruturas cognitivas e avaliativas idênticas é fundar um consenso sobre o sentido do mundo. O mundo do sentido comum [...] é um mundo sobre o qual as pessoas se põem de acordo sem sabê-lo, fora de qualquer contrato, sem sequer saber que afirmaram o que quer que seja relativo a esse mundo. O Estado é o principal produtor de instrumentos de construção da realidade social.

A reflexão de Bourdieu nos leva a compreender que o Estado, especialmente por meio do sistema educacional, desempenha um papel determinante na formação de indivíduos não apenas em termos de conhecimentos acadêmicos, mas também na transmissão de modos de pensar, sentir e avaliar o mundo. Ao inculcar "estruturas cognitivas comuns, tacitamente avaliativas" (Bourdieu, 2014, p. 30), a escola se torna um instrumento estratégico para a difusão de padrões de percepção e julgamento socialmente reconhecidos como legítimos.

Há um projeto deliberado, por parte da extrema-direita, de utilizar o espaço escolar como mecanismo de socialização simbólica, pelo qual grupos sociais detentores de poder buscam consolidar sua visão de mundo, moldando os hábitos, valores e expectativas dos indivíduos de maneira a garantir a reprodução das hierarquias sociais existentes. Assim, a educação deixa de ser um espaço de reflexão, debate e conhecimento partilhado e passa a funcionar como um veículo de reprodução cultural, no qual o poder simbólico se manifesta ao naturalizar certas formas de pensar e avaliar como universais, mesmo quando refletem interesses específicos de determinados grupos sociais.

Dessa forma, a análise da categoria de poder simbólico possibilita compreender como o governo de Jair Messias Bolsonaro mobilizou mecanismos de influência e autoridade para exercer domínio sobre o campo educacional. Esse processo envolveu a configuração da escola de acordo com princípios de tecnicismo e de uniformização de práticas, ao mesmo tempo em que restringiu ou dificultou a atuação de professores que adotavam métodos pedagógicos voltados para a participação, a reflexão crítica e o reconhecimento da diversidade. A partir dessa perspectiva, o poder simbólico se manifesta na capacidade de instituir normas, valores e modos de pensar reconhecidos como legítimos, configurando a escola como espaço de reprodução de relações de poder e determinando quais práticas e saberes são valorizados ou marginalizados.

Caminhamos, a seguir, para a última categoria analítica, que se articula aos conceitos de representações sociais propostos por Moscovici (1978) e aprofundados por Van Leeuwen (1996, 1997, 2008). Essa categoria permite compreender como certos significados, valores e interpretações do mundo social são construídos, compartilhados e mantidos entre grupos, funcionando como referência para a percepção, a comunicação e a ação coletiva.

2.2.5 Teoria das representações sociais

A teoria das representações sociais, formulada por teóricos como Moscovici (1978), constitui um marco teórico fundamental de nossa tese, no que diz respeito a compreender como o conhecimento do senso comum é produzido, partilhado e utilizado socialmente na interpretação da realidade. Para Moscovici (1978), as representações sociais não são apenas reflexos da realidade, mas sistemas simbólicos que organizam e orientam as condutas e as práticas, além de definir identidades coletivas. Emergem na interface entre o individual e o social, atuando como mediadoras entre o conhecimento científico e a experiência cotidiana, traduzindo o novo e o abstrato em imagens concretas e comunicáveis. Assim sendo, a teoria das representações sociais estabelece uma relação entre sujeito e sociedade, "tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura" (Moscovici, 1978, p. 45).

A partir da visão de Moscovici (1978), o fenômeno das representações sociais pode ser compreendido a partir dos processos de ancoragem e objetivação. A ancoragem diz respeito ao sistema de crenças já existente, enquanto que a objetivação "faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material" (Moscovici, 1978, p. 110). Assim sendo, a teoria das representações sociais concebe o sujeito como aquele capaz de produzir representações sobre um objeto, sendo determinante questões relacionadas ao contexto discursivo.

Dessa maneira, nas palavras de Crusoé (2004, p.110)

> [...] o referencial teórico das Representações Sociais, ao atuar na dinâmica entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento científico, oferece amplas possibilidades de investigação sobre a realidade educacional, numa perspectiva que contempla a compreensão do individual/social, enquanto elementos que só podem existir em sua inter-relação.

Além da teoria de Moscovici, outro teórico que também trata das representações sociais é Van Leeuwen (1996; 1997; 2008). Ele nos oferece um aporte teórico essencial para a compreensão das formas pelas quais os atores sociais são representados discursivamente e inseridos em relações de poder. Enquanto Moscovici nos permite compreender como os significados compartilhados se constituem e se estabilizam socialmente por meio das representações, Van Leeuwen amplia essa reflexão ao investigar como essas representações são

linguisticamente e discursivamente materializadas, revelando processos de inclusão, exclusão e hierarquização que estruturam o imaginário social. Sua abordagem, vinculada à LC e ACD, permite examinar as estratégias pelas quais determinados grupos ou sujeitos são silenciados, marginalizados ou (des)legitimados nos textos e nas práticas discursivas.

Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) propõe categorias analíticas como a exclusão, supressão, abstração, ativação e passivação que permitem identificar quem fala, quem é silenciado e de que forma as ações sociais são atribuídas ou negadas aos sujeitos. Dessa maneira as representações, de acordo com a intenções pretendidas, podem ser includentes ou excludentes (Van Leeuwen, 2008, p. 28).

Assim, ao mobilizar essas categorias, torna-se possível perceber que a representação negativa atribuída ao professor não é apenas um reflexo de percepções sociais difusas, mas é resultado de uma produção discursiva hegemônica, sustentada por estratégias de poder que delimitam o lugar do docente na sociedade. Vale ressaltar que qualquer prática contra-hegemônica exercida pelos professores, pode ser acusada de subversiva, destruidora e ameaçadora, gerando uma representação social de exclusão da classe docente.

Isso pode ser evidenciado nos discursos analisados, quando se tenta atribuir ao professor a culpabilização pelos baixos índices educacionais, fomentando no imaginário social que esses baixos resultados se devem a caminhos pedagógicos supostamente falidos, como a perspectiva crítica e libertária defendida por Paulo Freire.

A articulação entre a teoria das representações sociais de Moscovici (1978) e a teoria da representação dos atores sociais de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008), portanto, revela-se produtiva para compreender o processo de formação e circulação das representações sociais sobre a docência. Enquanto Moscovici enfatiza os processos psicossociais e culturais que sustentam o imaginário coletivo, Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) oferece ferramentas para desvelar as operações discursivas concretas por meio das quais essas representações ganham visibilidade, autoridade e materialidade nos textos.

Assim sendo, após compreendermos sobre a base teórica de nossa pesquisa, discutiremos, no capítulo seguinte, sobre as ideologias do discurso de ódio contra Paulo Freire, buscando perceber os motivos pelos quais ele, os professores e a educação são alvos desses discursos.

CAPÍTULO 3

As ideologias do discurso de ódio contra Paulo Freire.

"Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se geram os "demitidos da vida", os esfarrapados do mundo. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram."

Paulo Freire.

Para compreender o discurso de ódio, entendido como práticas discursivas que promovem a exclusão, segregação e violência, torna-se imprescindível investigar suas origens. Ele emerge da convergência entre as estruturas históricas de dominação, os processos coloniais de racialização, hierarquização social e disputas ideológicas que marcaram a constituição da sociedade brasileira. Do ponto de vista da ACD, esse discurso deve ser compreendido em sua historicidade e condições de produção.

O presente capítulo propõe um resgate das estruturas que articulam o discurso de ódio às suas origens na sociedade brasileira, além de observar como o discurso sociopolítico de ódio tem potencializado e naturalizado a disseminação da violência através dos eventos discursivos. Além disso, interessa-nos identificar, ao longo da história do Brasil, quais os contextos que favoreceram a manifestação de discursos odiosos de forma mais frequente, objetivando compreender os atores que se beneficiam dessas manifestações, bem como os motivos pelos quais as instituições educacionais se tornam, frequentemente, alvo de ideologias que o promovem. O movimento Escola Sem Partido (MESP), o ataque às universidades públicas, o discurso anti-intelectual, o negacionismo educacional no período da pandemia da COVID-19, são exemplos de como a educação brasileira se tornou alvo recorrente de discursos de ódio.

Para compreender as articulações do discurso de ódio com o âmbito educacional, é fundamental perceber como ele é produzido como forma de manutenção do poder. A compreensão de categorias conceituais, já trabalhadas no capítulo 2, como *ideologia, poder simbólico, hegemonia,* pode nos permitir uma interpretação mais ampla dos interesses dos

grupos sociais que se beneficiam de sua propagação, bem como das suas bases de sustentação ideológica.

Além disso, analisar os discursos de ódio a partir de uma perspectiva social e histórica, possibilita-nos repensar como estes funcionam enquanto estratégias de controle social, especialmente quando direcionados à educação e como podem influenciar os processos de formação de valores, identidades e cidadania. Ao investigar esses aspectos, buscamos contribuir para a compreensão do papel do discurso de ódio na dinâmica social, suas implicações na esfera política e educacional, além de ampliarmos a discussão sobre as possíveis formas de resistência e enfrentamento a essas manifestações, considerando sua complexidade.

Iniciaremos a discussão, portanto, a partir do resgate histórico sobre os discurso de ódio no Brasil na busca por respostas de como ele se dissemina e se enraíza com certa facilidade na sociedade;

3.1 Raízes epistemológicas e origens históricas do discurso de ódio no Brasil

O discurso de ódio é um fenômeno social, inscrito em relações de poder e em estruturas históricas de exclusão e opressão. Entender o discurso de ódio como um fenômeno social que está à serviço de legitimar as hierarquias sociais, implica compreender que ele não é elaborado e propagado de maneira gratuita.

A dimensão do poder é essencial para percebermos esse fenômeno, uma vez que o discurso de ódio não se sustenta apenas em palavras violentas, mas em práticas discursivas que reforçam desigualdades históricas. Esse processo remonta a heranças coloniais e patriarcais que classificaram e subjugaram grupos a partir de critérios dicotômicos como superioridade/inferioridade, civilização/barbárie, humano/subumano.

Dessa maneira, entendemos por discurso de ódio as formas de comunicação “que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (Trindade, 2022). Sabendo que o discurso de ódio busca discriminar, hostilizar, violentar minorias, podemos dizer que o Brasil teve sua construção histórica e social com bases no discurso de ódio, mesmo sendo a discussão conceitual sobre este tema algo mais recente.

Evidenciamos que em diversos momentos históricos, conforme resgatamos em nossa introdução, houve a manifestação do discurso de ódio no Brasil, quase sempre alinhado às lógicas de poder e controle social. No Brasil colonial, por exemplo, para construir a hierarquia

entre colonizador e colonizado. o discurso produzido em torno da ideia de que os povos originários, bem como os negros escravizados, eram povos intelectualmente inferiores, aculturais, desprovidos de saberes, e incapazes de se auto-governar, visava reduzir seu valor e justificar as ações arbitrárias de domínio do colonizador (Santos, 2007).

As práticas discursivas predominantes no período colonial não se limitaram ao controle físico dos corpos dos povos colonizados, mas também objetivaram a construção de uma representação social que sustentasse, justificasse e legitimasse os processos de exploração e de opressão. Essas práticas discursivas contribuíram para a formação de uma ideologia que naturaliza as desigualdades e hierarquias sociais, promovendo uma visão de mundo que justifica a dominação colonial. Dessa forma, o discurso desempenhou um papel fundamental na manutenção do poder colonial, ao promover uma narrativa que desumaniza os colonizados e reforça a sua subordinação, ao mesmo tempo em que consolidava a estrutura de exploração econômica e social. Nas palavras de Bragato e Silva (2021)

> [...] o poder do colonizador de falar sobre o outro permitiu a construção de representações sobre o colonizado que foram utilizadas para legitimar a experiência colonial. O discurso colonial, por meio das estratégias de estereótipo e ambivalência, concedia a populações colonizadas características fixas negativas e concebidas aprioristicamente. Negros e indígenas eram reconhecidos como bestiais, sexuais, selvagens, místicos, primitivos.

Diante de um período no qual a dominação predominava, entendemos que uma das maneiras mais eficazes de controle da população é o poder. Enquanto se preocupavam em dominar os corpos dos colonizados, preocupavam-se também em justificar tal domínio violento como necessário, uma vez que compreendiam a dicotomia entre colonizador e colonizado a partir de uma lógica hierarquizada.

O sistema escravocrata, legitimado por uma complexa justificativa ideológica que desumaniza os povos nativos e posteriormente os africanos escravizados, baseava-se na premissa de que esses sujeitos eram destituídos de valores morais, espirituais e culturais, sendo, portanto, incapazes de autogoverno ou de participação plena na vida social. A partir dessa lógica, construiu-se um imaginário de que o colono europeu era portador de civilização, racionalidade e progresso, cabendo-lhe a missão de educar, controlar e explorar os negro, considerados inferiores. Essa construção discursiva não apenas naturalizou as relações de dominação e violência, mas também fundou as bases do que hoje se reconhece como

colonialidade do poder[60], um processo que articula raça, exploração econômica e produção de saberes hierarquizados. Assim, a ideologia escravocrata funcionou como mecanismo de hegemonia cultural, garantindo a reprodução de desigualdades e a consolidação de estruturas sociais que ainda se sustentam no Brasil.

Nesse sentido, o sistema escravocrata compreendia o colonizado, então, como um "mal absoluto". Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (Fanon, 1968, p. 31)." Essa caracterização, como observa o autor, não se restringe à descrição pejorativa, mas constitui uma produção discursiva que inferioriza o colonizado, inscrevendo-o em um campo semântico de desumanização. Nessa lógica, a construção de estereótipos cumpre papel central na naturalização da posição do dominador, uma vez que o estereótipo, conforme demonstram os estudos da linguística, é um recurso linguístico e cognitivo que organiza sentidos, fixa identidades e orienta práticas sociais.

Do ponto de vista das ciências da linguagem, o estereótipo funciona como um ato de categorização discursiva (Amossy e Pierrot, 2005), uma vez que determinados traços são selecionados, amplificados e reiterados para reduzir a complexidade do sujeito representado. O estereótipo é essencialmente ideológico, pois sua repetição constante no discurso contribui para consolidar imagens sociais determinadas. Assim, quando o colonizado é reiteradamente descrito como mal, cria-se um imaginário que legitima a dominação, tornando-a aparentemente natural e inevitável.

Ainda no que se refere à construção de estereótipos, estes cumprem função ideológica ao legitimar a dominação do colonizador. Essa articulação entre representação e poder tem sido observada em contextos atuais, como demonstrado por Santana e Blanco (2022) no estudo sobre manuais de Português como Língua Estrangeira, nos quais a cultura brasileira é construída a partir de estereótipos recorrentes, ignorando aspectos inerentes à formação da população brasileira como questões étnicas, históricas e culturais.

O estereótipo se insere também no processo de produção e reprodução da ideologia (Fairclough, 2001), pois constitui uma prática linguística que estabiliza desigualdades históricas, uma vez que permite ao grupo dominante construir sua própria identidade positiva de civilizado, racional e superior em oposição ao outro estigmatizado que é frequentemente

[60] O conceito de colonialidade do poder foi elaborado por Aníbal Quijano (2022) e tem como base três eixos principais: capitalismo, racismo e eurocentrismo.

associado ao selvagem, irracional e inferior. Essa dinâmica reforça a violência simbólica colonial, na qual o discurso se torna instrumento de desfiguração do colonizado e de legitimação do colonizador.

Já nas primeiras décadas do século XX, o discurso de ódio se apresenta com características de marginalização de grupos vistos como inferiores e domínio da vida desses grupos. Esse domínio, que não mais é conquistado através da força física, remete-nos ao biopoder que é compreendido como uma forma de poder concentrada na gestão e controle da vida das populações (Foucault, 2012). A classe dominante reafirma o controle e a dominação, através da defesa da homogeneização social, o que podemos observar em discursos segregacionistas, como o discurso racista.

Com a abolição formal[61] da escravização, em 1888, emergiram discursos na tentativa de apagar a violência histórica sofrida pelos povos originários e pelos negros. A violência outrora defendida com a justificativa de superioridade foi substituída por narrativas de mestiçagem e harmonia racial (Freyre, 1933). Segundo a teoria, negros e indígenas não passaram por um processo de discriminação, mas sim eram incapazes de ascender socialmente por suas próprias condições intelectuais desfavoráveis.

O insucesso social do negro, na visão segregacionista da elite, não era compreendido como produto de um sistema historicamente excludente e racialmente hierarquizado, mas como decorrência de suas próprias insuficiências morais, intelectuais ou culturais. Essa construção ideológica em torno da culpabilização da vítima, desloca a responsabilidade da estrutura social para o indivíduo, sustentando a ideia de que a sociedade brasileira dispunha de oportunidades igualitárias a todos os cidadãos, independentemente de questões de raça. Essa visão ainda é reafirmada na sociedade atual, quando nos deparamos com os defensores da meritocracia.

Esse mecanismo ideológico invisibiliza o racismo estrutural, naturaliza a desigualdade e reforça o mito da meritocracia, segundo o qual o êxito ou o fracasso dependem exclusivamente do esforço pessoal. A meritocracia continua sendo defendida em discursos partidários que visam a negativa de oportunidades e ampliação de ofertas com equidade para todos os cidadãos brasileiros.

Ao construir o negro como responsável pelo seu próprio fracasso, esse discurso representa uma violência simbólica, uma vez que legitima a posição de privilégio dos grupos dominantes e silencia a memória histórica da escravidão, da marginalização econômica e da

[61] Optamos pelo uso do termo abolição formal da escravização, por compreendermos que há ainda muitas práticas escravocratas no Brasil.

exclusão educacional. Observa-se, então, um processo de culpabilização da vítima, no qual a linguagem atua para reproduzir e mascarar relações desiguais de poder. Nas palavras de Andrews

> Se os negros fracassaram em sua ascensão na sociedade brasileira, evidentemente isso foi por sua própria culpa, pois essa sociedade não reprimiu nem obstruiu de modo algum o seu progresso. A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da ideia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira (Andrews, 1991, p.36).

O mito da democracia racial funcionou como estratégia discursiva de ocultação das desigualdades. O ódio, embora não explicitamente nomeado, continuou presente nas práticas de exclusão racial, de classe e de gênero. Neste sentido, o discurso de ódio, está relacionado ao conceito de hegemonia gramsciano[62], uma vez que marginaliza negros, indígenas, pobres, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, na tentativa de manter os privilégios, sem necessariamente fazer uso da força física.[63]

Nesse movimento de segregação e de invisibilização social, com foco na tentativa de manutenção das desigualdades e, consequentemente, dos privilégios da elite, caminhamos para outro momento histórico que cumpriu papel essencial para consolidar o discurso de ódio em nosso país. No período ditatorial (1964 a 1985), revestindo-se da ideia de manutenção da ordem, da moral e da segurança nacional, a ditadura atuou como ferramenta de repressão política e social. O regime legitimava suas ações se afirmando como guardião da estabilidade social e da proteção contra supostas ameaças comunistas, anarquistas ou subversivas. A retórica da defesa da pátria e da preservação dos valores tradicionais funcionava como um dispositivo ideológico que buscava naturalizar a presença da censura, do autoritarismo e da violência de Estado.

Dessa maneira, o regime militar incorporou em seus discursos um movimento antagônico entre bons e maus, sendo os primeiros os que se alinhavam ao governo ditatorial e os segundos seus opositores. Neste sentido, o discurso de ódio cumpre o papel de desumanizar os opositores, transformando-os em inimigos subversivos e perigosos ao bem-estar social.

Revestidos de conservadorismo, o governo militar adotou uma postura anticomunista, apoiada por aliados internacionais, especialmente os Estados Unidos, que viam na luta contra

---

[62] O conceito de hegemonia, já discutido no capítulo 2, remete-nos ao controle social não apenas pelo uso da força, mas a partir da construção de consensos.

[63] Nossa fala não exclui as formas de violência física destinadas às populações mencionadas, no entanto reforçamos que o discurso cumpre papel central na disseminação das violências.

o comunismo[64] uma prioridade na política externa e interna. Essa construção discursiva associava o comunismo a uma ameaça à soberania nacional, à estabilidade econômica e à ordem social, retratando-o como uma força subversiva capaz de desestabilizar o país e instaurar o caos. A estratégia de rotular grupos políticos, estudantes, intelectuais, sindicalistas e militantes de esquerda como comunistas ou simpatizantes do comunismo foi fundamental para justificar ações repressivas, incluindo prisões, torturas e desaparecimentos. Cria-se o antagonismo amigo-inimigo e este

> [...] destina-se a indicar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, uma associação ou dissociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, necessariamente, tenham de ser empregadas todas aquelas distinções morais, estéticas, econômicas e outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não precisa ser um concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele. Ele é precisamente o outro, o estranho, e basta à sua natureza que ele seja, em sentido especialmente intensivo, algo existencialmente diferente e estranho, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral feita com antecedência, nem através do dizer de um terceiro "não-envolvido" e, por isso, "imparcial" (Schmitt, p. 14-15, 2020).

Os discursos de ódio são alimentados como uma política repressiva que impacta a produção de uma cultura do medo e a legitimação de práticas autoritárias, muitas vezes justificadas pela necessidade de proteger o país de uma ameaça comunista iminente. A demonização do comunismo cria no imaginário social uma luta entre o bem e o mal. Nas palavras de Mariani (1998, p. 227):

> No vocabulário político brasileiro, colocado em circulação na enunciação jornalística, as denominações comunismo/comunista instauram uma ilusória estabilidade de sentidos e uma não menos ilusória literalidade. A estabilidade referencial, instituindo discursivamente o comunismo como lugar do inimigo, silenciou a possibilidade de outros sentidos; apagou, enfim, a possibilidade da discussão política no discurso jornalístico.

O comunismo, neste período, foi discursivamente instituído como metonímia do mal, associado à desordem, à violência e à ameaça à nação. Essa referência reduziu a palavra comunismo a um marcador negativo, criando um imaginário de que essa concepção não deveria ser debatida, mas sim extinta. Dessa maneira, a visão reducionista sobre o comunismo, reduzia-o a uma categoria homogênea e demonizada e não a uma corrente complexa, com propostas distintas.

[64] Comunismo é uma corrente política e filosófica plural que ganhou diversas compreensões ao longo da história. Para Marx e Engels, o comunismo propõe a construção de uma sociedade igualitária e justa, visando superar o capitalismo.

O resultado desse processo foi o silenciamento da pluralidade política. Como ressalta Mariani (1998), o discurso jornalístico, ao operar com essa construção de demonização do comunismo, deixou de ser espaço de diálogo ou contestação e passou a atuar como AIE, reforçando a lógica do bem versus mal, amigo versus inimigo, que sustentava o regime autoritário. O jornalismo, assim, não apenas informava, mas funcionava como instrumento de legitimação da hegemonia, naturalizando o inimigo e justificando a repressão.

Ao reduzir o comunismo a algo negativo, inviabilizou-se o debate democrático, substituindo a disputa política pela retórica da guerra. O outro político deixou de ser interlocutor e passou a ser inimigo, configurando um terreno fértil para a intolerância e o discurso de ódio. Evidentemente, compreendemos que essa visão demonstrada, especialmente na mídia, foi permeada por medo, censura e coação a disseminar as notícias viáveis ao regime, uma vez que uma das classes perseguidas durante a ditadura foi a classe jornalística, conforme já discutimos anteriormente neste trabalho.

Entendemos que para ser considerado amigo do regime, o cidadão deveria ser adepto da moral tradicional, da ordem, dos bons costumes e alinhado ao projeto de nação defendido pelos militares. Situando Freire neste espaço de amigo-inimigo, a partir de um projeto de educação popular, fundamentado no diálogo, na consciência crítica e na emancipação das classes oprimidas, Freire foi interpretado pelas elites e pelo regime como uma ameaça subversiva. A pedagogia freireana, ao propor que os sujeitos se percebessem como protagonistas da transformação social, era vista como instrumento de mobilização política perigosa, pois desestabiliza a lógica de submissão e silenciamento sobre a qual se sustentava a ditadura.

Dessa maneira, o discurso de ódio que antes se materializou pela força e violência, retoma seu espaço com violação de direitos, violência física e psicológica, exílio, mortes, silenciamentos e desaparecimentos. O tratamento dispensado a Paulo Freire pelo regime militar exemplifica como o discurso de ódio opera na política, uma vez que, na tentativa de dar continuidade a um projeto hegemônico, percebe quem trava lutas contra-hegemônicas como um mal a ser combatido. Se de um lado, há quem merece confiança (amigo), de outro há quem deve ser combatido (inimigo). Paulo Freire, nesse contexto, não foi apenas um educador, mas tornou-se alvo no campo da disputa política, sendo objeto frequente de discursos odiosos que transcendem sua prática educativa e o colocam em um lugar de subversão.

Com o fim do regime ditatorial e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, novos sujeitos políticos ganharam espaço na estruturação de políticas públicas que visam minimizar os efeitos negativos da política pensada para privilegiar os grupos hegemônicos:

homens, brancos e proprietários. Dessa maneira, mulheres, negros, povos indígenas, comunidade LGBTQIPNA+, emergiram como protagonistas na luta por reconhecimento e redistribuição, influenciando a agenda política e exigindo que o Estado assumisse responsabilidades diante das desigualdades históricas.

A partir desse marco histórico, surgiram políticas públicas voltadas à promoção da equidade, tais como a criação da *Secretaria de Políticas para as Mulheres,* em 2003[65], a implementação do *Estatuto da Igualdade Racial*, em 2010,[66] *a demarcação de terras indígenas,* regulamentada pelo Decreto nº 1775/96[67], *o fortalecimento do movimento de pessoas com deficiência com o Estatuto da Pessoa com Deficiência,* em 2015,[68] *o reconhecimento de direitos da população LGBTQIAPN+, como o reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal,* em 2011[69], e *o direito à identidade de gênero,* em 2018[70]. As conquistas supracitadas demonstram que a redemocratização possibilitou a emergência de um cenário político plural e multicultural, no qual grupos que estavam marginalizados e condenados à negativa de seus direitos, ressurgem a partir de uma noção ampliada de cidadania e de garantia de direitos, com vistas à minimização das diferenças historicamente silenciadas.

Contudo, o fortalecimento desses grupos gerou reações violentas, por parte de grupos que se autointitulam conservadores. Para esses grupos, o discurso de ódio se tornou uma estratégia para a disseminação de estereótipos, preconceitos históricos e retóricas religiosas ou moralistas, buscando deslegitimar os novos sujeitos políticos, construindo-os como inimigos da nação, da família e da moral. Na política, esse embate se tornou perceptível em movimentos como: a associação do feminismo à destruição da família brasileira, os movimentos negros

---

[65] Criada com a missão de desenvolver e coordenar políticas públicas que resultem na diminuição das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Fonte <https://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoSPM.aspx#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Pol%C3%ADticas%20para%20as%20Mulheres%20foi%20criada%20no,e%20mulheres%20na%20sociedade%20brasileira.> Acesso em 29 de agosto de 2025.

[66] A lei Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. O estatuto é o principal instrumento normativo com vistas à garantia dos direitos da população negra, bem como o combate à discriminação. Para saber mais, acessar a lei, disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em 29 de agosto de 2025.

[67] O decreto nº 1775/96 define os limites territoriais para demarcação das terras indígenas. Para saber mais, ler o decreto na íntegra. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm> Acesso em 29 de agosto de 2025.

[68] Para saber mais sobre os direitos das pessoas com deficiência, acessar a lei na íntegra em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 29 de agosto de 2025.

[69]Para saber mais sobre o reconhecimento dos direitos civis de um casal homoafetivo, acessar <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1>. Acesso em 29 de agosto de 2025.

[70] Em julgamento do Supremo Tribunal Federal, foi garantido o direito de alteração de nome e gênero no registro civil. Disponível em <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/dia-da-visibilidade-trans-decisoes-do-stf-garantem-direitos-de-travestis-e-transexuais/> Acesso em 29 de agosto de 2025.

sendo deslegitimados ao conferir a eles uma narrativa de vitimismo, a luta LGBTQIAPN+ como uma ameaça à moral cristã. Já no que diz respeito ao campo educacional, as ofensivas discursivas se expressaram em iniciativas como o MESP, que acusa educadores e intelectuais de promoverem uma doutrinação ideológica esquerdista, demonizando especialmente o legado pedagógico de Paulo Freire.

A busca por recuperar ou manter uma hegemonia cultural e política, abalada pelos avanços democráticos, faz com que os grupos conservadores utilizem o discurso de ódio como estratégia de dominação e poder. Assim como, na fundação deste país, o discurso odioso garantiu a repressão, a violência e o silenciamento, esta mesma estratégia tem sido utilizada para mobilizar medo, ressentimento e indignação, transformando a diferença em ameaça.

O discurso de ódio atua como estratégia discursiva de (re)atualização da dominação, que busca negar a legitimidade das novas vozes no espaço público. Trata-se de um processo em que ele opera não apenas como expressão de intolerância, mas como instrumento político de contenção da democracia, buscando reforçar as hierarquias históricas de gênero, raça, classe e sexualidade.

Durante esse resgate histórico a respeito das origens do discurso de ódio e de sua disseminação no Brasil, torna-se evidente que, na contemporaneidade, a internet e as redes sociais desempenham um papel central na reconfiguração dos espaços de circulação discursiva. Esses ambientes digitais não apenas potencializaram a propagação de discursos de ódio, por meio do anonimato e do alcance massivo, mas também criam ecos que reforçam percepções homogêneas, legitimando práticas discriminatórias entre sujeitos discursivamente alinhados. Além disso, os algoritmos das plataformas digitais favorecem conteúdos polarizadores, o que intensifica a visibilidade e a permanência desses discursos na esfera pública.

Nesse sentido, a internet não pode ser compreendida apenas como canal de expressão, mas como um dispositivo político-discursivo que transforma o ódio em capital simbólico, permitindo que grupos conservadores e extremistas ampliem sua capacidade de mobilização social. A violência verbal, antes restrita a círculos privados ou a veículos tradicionais de mídia, agora se inscreve em redes horizontais de comunicação, ganhando status de verdade compartilhada e dificultando a construção de consensos democráticos. Assim, a consolidação dos discursos de ódio no espaço digital evidencia um novo regime de circulação discursiva, no qual fronteiras entre esfera pública e privada se diluem, ampliando tanto o alcance quanto os efeitos sociais da intolerância.

Assim sendo, torna-se relevante, para nossa pesquisa e para a construção dos significados do discurso de ódio, compreendermos as dimensões ideológicas do discurso de ódio, especialmente a partir da abordagem da LC, na qual nossa pesquisa se insere.

3.2 As dimensões ideológicas do discurso de ódio: uma abordagem a partir da LC

Para compreendermos as dimensões ideológicas do discurso de ódio, torna-se imprescindível analisar suas especificidades. O discurso de ódio é uma manifestação ideológica complexa que objetiva a reprodução e o fortalecimento de estruturas de intolerância, exclusão, discriminação, marginalização. Quando falamos sobre ideologia, temos por base a construção de um sistema de ideias, crenças e valores que moldam a percepção da realidade, influenciando a formação de identidades coletivas e justificando relações de poder assimétricas. Nesse contexto, o discurso de ódio emerge como uma ferramenta ideológica que dissemina narrativas desumanizadoras, as quais visam legitimar ações discriminatórias, violentas e de marginalização contra grupos específicos, muitas vezes vulneráveis, minoritários e/ou que representam risco à manutenção do poder vigente.

Ao adotarmos uma perspectiva crítica é possível perceber que o discurso de ódio não diz respeito apenas a uma expressão isolada de intolerância, mas também a uma construção social que reforça desigualdades estruturais enraizadas na organização social, atuando como um mecanismo de manutenção de hierarquias sociais, raciais, de gênero ou de orientação sexual. Assim, o discurso de ódio funciona como uma ideologia que naturaliza a exclusão, contribuindo para a reprodução de preconceitos, estereótipos e desigualdades.

Dessa maneira, o discurso de ódio representa uma ideologia que favorece o status quo do poder. Utilizado para atingir, descredibilizar, segregar e fomentar uma falsa verdade, pode ser visto como ferramenta ideológica de controle social. Politicamente, a ideologia do discurso de ódio reforça propositadamente estereótipos como forma de se manter contrário a agendas progressistas e assim manter uma base aliada que resiste ao progresso e que resiste às transformações que possam vir a mudar a ordem estabelecida e as estruturas de poder.

Outro aspecto relevante a ser considerado quando nos referimos à ideologia do discurso de ódio é que quase sempre ela está revestida de liberdade de expressão. Historicamente as leis brasileiras têm protegido a liberdade de expressão para evitar situações nos quais a censura seja legitimada. A Constituição Federal de 1988, em seus artigo artigo 5º, incisos IV, VI, IX, XIV,

reforça a liberdade de expressão como um direito fundamental preconizando que todos são iguais perante a lei

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> [...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
> [...] VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias
> [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
> [...] XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, 1988).

O que temos observado é que, assegurando-se nos termos legais que garantem o direito ao livre pensar, agir e falar, as ideologias políticas revestidas de atos odiosos assumem a interpretação que lhes é mais conveniente para criar no imaginário social que determinados atos/falas são passíveis de serem aceitos, pois estão resguardados como direitos fundamentais do cidadão.

No entanto, estando à serviço de espalhar mentiras, segregação, preconceitos, o discurso de ódio não pode ser considerado liberdade de expressão, pois esbarra nos direitos humanos que servem como forma de assegurar que violências não sejam naturalizadas e justificadas usando para tanto a justificativa da liberdade de expressão. A liberdade de expressão é um direito fundamental, mas deve ser exercido de maneira socialmente responsável, considerando seus impactos e os limites ético-jurídicos que a regulam, especialmente se ela estiver sendo utilizada na propositura de conflitos.

Dessa maneira, a liberdade de expressão não deve ser usada como justificativa para a propagação de discursos que promovem a naturalização da violência social, especialmente em discursos políticos, uma vez que estes devem promover a manutenção da ordem social e não contrariar os princípios basilares dos direitos humanos. Buscando recordar e contextualizar nossa afirmação, situamos cinco temáticas que devem ser tratadas com respeito, inclusive para não incorrer na violação de direitos humanos conquistados historicamente, e que foram abordadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro de maneira a naturalizar preconceitos, incitar

desrespeitos e promover violências. São elas: *1- ódio às mulheres; 2- racismo; 3- insulto aos nordestinos; 4- desrespeito à comunidade LGBTQIAPN+*[71]*; 5- ataque aos professores.*

No que diz respeito ao *ódio às mulheres,* o discurso disseminado desde a época em que era deputado é de constante desrespeito, chegando ao limite de dizer a uma companheira de parlamento que esta não merecia ser estuprada por ser feia.[72] No trato com as jornalistas mulheres durante o seu governo, além de se referir com menosprezo, por algumas vezes, também fez uso de piadas de cunho sexual, como no caso da jornalista Vera Magalhães, a qual ele insinuou que dormia pensando nele[73]. Podemos resgatar também sua polêmica fala da "fraquejada", referindo-se ao fato de ter tido quatro filhos homens e na última ter fraquejado e ter sido pai de uma menina[74]. Para entendermos que a questão é discursiva, ideológica e prática, no governo de Bolsonaro as políticas públicas voltadas para o combate à violência contra as mulheres teve um decréscimo de 94%.[75]

Em relação ao *racismo* evidenciamos algumas falas que não deveriam ser ditas por nenhum cidadão comprometido com a luta antirracista, menos ainda por quem assumia a responsabilidade de representar uma nação. Destacamos o episódio de comparar a pesagem de pessoas afrodescendentes a pesagem de animais e ressaltamos que Bolsonaro não somente falou isso enquanto era deputado, mas também repetiu, em tom de "brincadeira", a mesma fala três anos depois, quando já era presidente.[76] Quanto às políticas públicas para negros durante seu governo, evidenciou-se que a população negra foi a que mais sofreu as consequências da grave crise sanitária oriunda da pandemia do coronavírus e que o governo fez muito pouco para minimizar tais efeitos[77].

No que tange ao povo nordestino, que sofreu e sofre um processo histórico de xenofobia, o ex-presidente reafirmou os preconceitos e reacendeu a segregação do país. Os *insultos aos nordestinos* não foram poucos e perpassaram desde características físicas até associar o

---

71 A sigla LGBTQIAPN+ representa o movimento social que defende a diversidade, a partir da sua representatividade. Cada letra está associada a um grupo de pessoas, por exemplo, o L significa "Lésbicas", o G "Gays" e assim sucessivamente.

72 Matéria disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html> Acesso em 11/01/2023.

73 Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=awCoNidq8BI> Acesso em 11/01/2023.

74 Matéria disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-moreno/post/em-video-de-palestra-bolsonaro-diz-que-ter-filha-foi-fraquejada.html> Acesso em 11/01/2023

75 Matéria dispobível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-levantamento.ghtml> Acesso em 11/01/2023

76 Matéria disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contra-negros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/> Acesso em 11/01/2023.

77 Matéria disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/12/politicas-para-negros-sofrem-asfixia-desde-antes-da-covid-19-aponta-debate> Acesso em 11/01/2023

analfabetismo ao nordeste por ser esta a região na qual ele teve uma votação inexpressiva ou chamar os nordestinos de "pau de arara" fazendo clara menção ao processo de migração que o povo do nordeste era obrigado a realizar para fugir da seca, da fome e buscar melhores condições de vida[78].

Com relação às manifestações de desrespeito dirigidas à comunidade LGBTQIAPN+, observa-se a presença de uma quantidade significativa de discursos absurdos e desrespeitosos, os quais contribuem para a perpetuação de uma cultura de intolerância e discriminação. Tal fenômeno evidencia a necessidade de uma análise aprofundada acerca das formas de expressão e dos discursos que, muitas vezes, reforçam estereótipos e preconceitos. Além de "piadas" desagradáveis como dizer que vai virar "boiola" como o maranhense por tomar um refrigerante cor de rosa, assistimos também por inúmeras vezes a claras associações de culpabilização da ideologia de gênero à destruição da família tradicional brasileira (indagamo-nos sobre qual seria esse modelo defendido por ele, uma vez que a sua própria família não preenche os requisitos que julga defender, já que o próprio Bolsonaro está em seu terceiro casamento, tem filhos envolvidos em escândalos e investigações sobre os crimes de peculato, estelionato e lavagem de dinheiro.). Vale ressaltar que em seus discursos já declarou que o pai deve bater no filho até que ele vire heterossexual e que preferia ver um filho morto do que homossexual. Para finalizar e seguir para o próximo tópico de nossa discussão, queremos lembrar do famoso "Kit Gay" que foi objeto de sua campanha política, ainda que comprovadamente nunca tenha existido com o propósito divulgado, sendo distorcido e utilizado um termo depreciativo para falar sobre um material que objetivava combater a homofobia.[79]

No que concerne ao *ataque aos professores*, o governo Bolsonaro sempre demonstrou seu descontentamento com a classe docente. Evidentemente compreendemos que esse descontentamento faz parte de seu projeto de governo que visava desmontar a educação pública do país. Para relembrarmos algumas vezes em que houve um claro ataque aos docentes, elencaremos algumas falas destinadas aos professores: *1- "Bolsonaro acusa professores de doutrinação ideológica e orienta estudantes a gravarem seus professores em sala de aula"; 2- "Bolsonaro afirma que professores não querem trabalhar durante a pandemia" e 3- "Bolsonaro diz que excesso de professores atrapalha".*

78 Matéria disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/confira-os-10-piores-insultos-de-bolsonaro-aos-nordestinos-594b> Acesso em 11/01/2023

79 Matéria disponível em <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/comportamento/relembre-as-polemicas-de-jair-bolsonaro-com-a-comunidade-lgbtqia> Acesso em 11/01/2023

Na fala *1*[80], percebemos que o ex-presidente trava uma guerra com os docentes quando incita estudantes a se voltarem contra os professores, aos quais acusa de doutrinadores, mandando que estes filmem as aulas e divulguem na internet. Bolsonaro ainda afirma que os professores terão uma "surpresinha" em evidente tom de ameaça. O que o ex-presidente acusa ser doutrinação, entendemos como liberdade de pensamento crítico, reflexão e emancipação dos sujeitos. Neste ponto, aproximamos o teor de nossa pesquisa, que enfatiza a perseguição a Paulo Freire a partir do discurso de ódio, uma vez que um governo que não valoriza a liberdade de ensinar não tolera o grande idealizador de tal prática educativa.

Na fala *2*[81], Bolsonaro cria uma rivalidade entre professores, através da classe sindical que é quem os representa, e sociedade quando diz que as aulas não foram retomadas durante o período da pandemia por ideologias de esquerda radical, uma vez que tais ideologias, segundo ele, defendem o "fique em casa", pois é muito bom ficar em casa sem trabalhar, além de dizer que os professores não têm interesse que os estudantes não aprendam.

Na fala *3*[82], Bolsonaro, em conversa com apoiadores, diz que não há mais livros aos quais ele gostaria que os estudantes tivessem acesso. Nesse momento, ele é interpelado por uma voz que diz "a Bíblia" e quando retoma sua fala diz que no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff foi realizado um concurso grande para professores e denomina este como desnecessário, pois excesso de professores atrapalha.

Compreendemos, a partir do exposto, que os grupos da extrema direita têm um programa específico de governabilidade sustentado fortemente em ideologias de ódio, de expurgo, de segregação, de violências das mais diversas. Essa negação às políticas públicas, materializa a ideologia do discurso de ódio quando, durante a campanha presidencial, Jair Messias Bolsonaro questiona a existência do sistema de cotas[83], política pública de igualdade racial, que visa atenuar a dívida histórica que temos, enquanto brasileiros, com os afrodescendentes. Durante entrevista concedida à TV Cultura[84], em 30 de julho de 2018, Bolsonaro questionou a

---

[80] Bolsonaro pede que alunos gravem aulas para poder perseguir e processar professores. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Bolsonaro-pede-que-alunos-gravem-aulas-para-poder-perseguir-e-processar-professores>

[81] Bolsonaro pede volta às aulas e critica sindicato dos professores. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MX7EWRZC7KQ>

[82] Bolsonaro diz a apoiadores que há excesso de professores. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IV8bs6CD8ms>

[83] Política pública criada e implementada nos governos de Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016) do PT.

[84] O vídeo da entrevista, no canal oficial do Roda Viva no Youtube, teve 11.620.300 visualizações. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lDL59dkeTi0&t=18s>Acesso em 16 de julho de 2025.

necessidade de continuidade das políticas de igualdade racial quando disse: “Que dívida histórica é essa que temos com os negros? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida (...) O negro não é melhor do que eu e nem eu sou melhor do que o negro (Roda Viva, 2018)”.

Fica evidente que, além de negar a necessidade de continuidade da política pública, sua fala cumpre o propósito de desconsiderar a história do povo negro. Reconhecer a dívida histórica é entender que o sistema social, econômico e político foi construído de forma a privilegiar alguns (brancos) e oprimir outros (negros), e que as políticas afirmativas são uma tentativa de reparação de injustiças. Além disso, ao dizer que não deve nada a ninguém, “nunca escravizou ninguém” propaga um discurso que não visa a coletividade (história de todo um povo), mas sim suas convicções pessoais.

Discursos como esses citados anteriormente, recorrentes na agenda da extrema direita, parecem ser despretensiosos, o que nos retoma o conceito de violência simbólica, e revestidos apenas de opiniões pessoais, mas estão enraizados em ideologias que negam ações conscientes de reparação e reconhecimento dos direitos das minorias. A negação do racismo estrutural representa a política discriminatória, marca da extrema direita que tem se alinhado ao discurso ideologicamente carregado de ódio e segregação.

Evidentemente, não podemos desconsiderar o fato de que todas as falas observadas até então, estão configuradas como discurso de ódio, uma vez que são direcionadas às minorias. Reiteramos que este é um consenso acadêmico quanto à categorização do que seria ou não considerado um discurso de ódio (Meyer-Pflug, 2009; Diaz, 2011; Silva, 2011; Rios, 2008; Sarmento, 2006; Brugger, 2007). No entanto, nossa pesquisa reflete, analisa, questiona, se de fato o discurso dirigido a Paulo Freire e, consequentemente, aos professores, pode ser nomeado como discurso de ódio, uma vez que este tenta descredibilizar, anular, silenciar e negar a sua importância social.

Diante desta discussão, percebemos que a estratégia política de disseminação de discursos odiosos adotada nos últimos anos, especialmente por meio das plataformas digitais e mídias com grandes acessos, é uma forma de manutenção do poder vigente. A propagação rápida, massiva e, muitas vezes, anônima dessas narrativas de ódio potencializa seu impacto ideológico, consolidando visões de mundo que tentam justificar a marginalização, a violência e a segregação de minorias. Neste sentido, perceber o papel da ideologia na produção e circulação do discurso político de ódio pode nos permitir perceber também quem são as vítimas da propagação destes discursos.

3.3 O papel da ideologia na produção e circulação do discurso político de ódio

Falar sobre a ideologia do discurso de ódio ainda é um tema relativamente recente nos estudos da linguagem, uma vez que o discurso de ódio tem se difundido de maneira acelerada nos meios de comunicação em massa, especialmente na internet durante os últimos anos. O termo discurso de ódio é novo, mas as práticas que o envolve são antigas: intolerância, preconceito, desrespeito. Como nos diz Müller

> Ainda que o ato em si possa ser tão antigo quanto a própria linguagem, o termo "discurso do ódio" é relativamente novo. Ele surgiu no final dos anos de 1980, nos Estados Unidos, possivelmente vinculado ao aparecimento de outra expressão: "crime de ódio" (Müller, 2019, p.92).

Para que haja o discurso de ódio é preciso que alguém se sinta superior e externe essa suposta superioridade de maneira desrespeitosa, inferiorizando o outro. Segundo Silva et al

> O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. A fim de formar um conceito satisfatório, devem ser aprofundados esses dois aspectos, começando pela externalidade (Silva et al, 2011, p.447).

Apesar de sabermos que há pensamentos divergentes em uma sociedade, entendemos o discurso de ódio como uma forma de manifestar essas divergências de maneira desrespeitosa, intolerante e segregacionista. Os discursos discriminatórios, depreciativos ou que inferiorizam pessoas e/ou grupos de pessoas podem e devem ser considerados discursos de ódio. Como nos dizem Oliveira e Júnior

> O discurso de ódio é apenas uma das instâncias da violência social. Assim, enquanto violência simbólica, ele atua submetendo suas vítimas a um sofrimento "invisível" e foi naturalizado devido à relação atravessada que mantém com os diversos tipos de preconceitos (Oliveira e Júnior, 2022, p.105).

Situando nossa discussão no discurso político de ódio e nas suas repercussões sociais, têm-se instalado no Brasil, especialmente nos últimos pleitos eleitorais, a idealização de um grupo do bem (a extrema-direita) que duela com o grupo inimigo (a esquerda). Os ataques cumprem a finalidade de manipular a opinião pública e cada vez mais incorporar aliados que além de pactuarem com os discursos de ódio proferidos, perpetuam esses discursos transformado-os em verdade absoluta. Apesar de a teoria política nos dizer que esse jogo do inimigo é comum e até certo ponto possível de existir, ele não deve ser utilizado de modo a

criar um mal a ser combatido, mas sim para justificar os lados opostos que os políticos assumem. Nas palavras de Schmitt

> O inimigo não é, portanto, o concorrente ou o opositor em geral. O inimigo também não é o opositor privado que se odeia com sentimento de antipatia. O inimigo é, apenas, uma totalidade de homens pelos menos eventualmente combatente, isto é, combatente segundo uma possibilidade real, a qual se contrapõe a uma totalidade semelhante. O inimigo é apenas o inimigo público, pois tudo aquilo que tem relação com uma tal totalidade de homens, em particular com todo um povo, se torna por isso público (Schmitt, 2020, p.52).

Os valores ideológicos presentes no discurso de ódio criam, no imaginário social de determinados grupos, verdades absolutas, uma vez que propagam crenças, reforçam estereótipos, estigmatizam grupos específicos, apenas por considerar que estes seriam responsáveis pela desordem social que coloca em perigo a manutenção dos privilégios da elite. Neste sentido, Schäfer, Leivas e Santos (2015, p. 147) nos dizem que o discurso de ódio "está dirigido a estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação. Para isso, entoa uma fala articulada, sedutora para um determinado grupo, que articula meios de opressão".

Outro aspecto relevante a considerar é o fato de que, muitas vezes, as ideologias do discurso de ódio cumprem o propósito de manter em evidência políticos que são considerados de segundo escalão, como até então era Jair Messias Bolsonaro. Ao utilizar-se de discursos discriminatórios, ele gera pauta midiática, provoca discussões em torno de temáticas relevantes, incentiva as pessoas a se posicionarem, reforçando a polarização, uma vez que ou se era contrário ou favorável às ideias defendidas por ele. Com os discursos de ódio, Bolsonaro não somente conseguiu se manter em evidência, mas "alcançou não só visibilidade, mas também influência sobre a agenda pública, ao conseguir lançar debates sobre estas pautas na mídia" (Sponholz, p.228, 2021).

Neste sentido, o discurso de ódio deve ser analisado como um modo de externar os preconceitos e as intolerâncias e como uma estratégia discursiva que constrói antagonismos, como no caso dos grupos políticos adversários. Esse antagonismo revela a rivalidade entre a direita e a esquerda, a incompatibilidade de suas propostas políticas, culminando na polarização e nas agressões que podem ser verbais, físicas, psicológicas. Para Dijk (2000), o discurso de ódio é uma manifestação de ideologias que naturalizam desigualdades e justificam a violência simbólica e, por vezes, física. Nesse sentido, a circulação em massa desses discursos contribui para a polarização ao criar fronteiras discursivas rígidas, onde o nós versus eles alimentam uma lógica de conflito permanente.

A polarização, por sua vez, é alimentada por uma estratégia discursiva que busca consolidar identidades coletivas em torno de valores e interesses específicos, muitas vezes associados à extrema-direita. Essa estratégia se apoia na simplificação de narrativas, na demonização do adversário e na legitimação de ações que reforçam a exclusão social. Como aponta Foucault (2008), o discurso de ódio funciona como uma forma de exercício de poder, na medida em que delimita os limites do aceitável e do inaceitável, moldando o campo discursivo e social de acordo com interesses ideológicos específicos.

Ao analisar a circulação desses discursos, observa-se que as plataformas digitais desempenham papel central na sua difusão e amplificação. Redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas criam ambientes de rápida propagação, nos quais algoritmos tendenciosos favorecem conteúdos polarizadores, reforçando a visibilidade de discursos de ódio e extremistas. Essa dinâmica contribui para a formação de espaços de disseminação de ideologias, nos quais os indivíduos são expostos a informações que reforçam suas posições e dificultam o diálogo plural e democrático.

Quando falamos na manutenção da agenda da extrema-direita, o discurso de ódio atua como ferramenta de mobilização e consolidação de bases eleitorais. Ao explorar medos, inseguranças, ressentimentos, crenças, esses discursos criam um ambiente propício à legitimação de políticas autoritárias, xenofóbicas e nacionalistas extremadas. Assim, a circulação do discurso de ódio serve aos interesses de grupos políticos que buscam consolidar o poder por meio da exclusão e da demonização do outro.

Essa dinâmica possui implicações permanentes para a democracia, uma vez que a polarização legitima o discurso de ódio, ameaça os princípios de pluralidade, liberdade de expressão e respeito às diferenças. Dessa forma, compreender os mecanismos discursivos e ideológicos que sustentam essa relação é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de resistência e de políticas públicas que promovam o combate à disseminação do ódio.

Quando os discursos de ódio são produzidos, externados e disseminados, colocam em risco a estabilidade institucional, a convivência social e a qualidade do debate democrático, levando ao enfraquecimento das instituições democráticas ao gerar desconfiança e colaborar com a deslegitimação dos processos eleitorais e políticos. Sendo construídos, muitas vezes, em torno de falsas acusações e mentiras, permitem que o autoritarismo, as ações repressivas ou a desconsideração pelos direitos humanos, sejam validadas e justificadas como se fossem proteção do bem comum, quando na verdade estão sendo usados em nome de interesses ideológicos partidários.

Vale destacar ainda que uma das formas de materialização do discurso de ódio é a linguagem. A produção e disseminação destes discursos com vistas à desmerecer as ideias e/ou os valores do grupo oponente, utilizam-se de artefatos linguísticos, imagéticos, audiovisuais, ganhando maior alcance e estabelecendo uma rede de compartilhamentos. Os formatos multimodais que ganham destaque através de vídeos, memes, imagens, ampliam o alcance do discurso de ódio, tornando-o viral e conferindo-lhe o caráter de verdade. O anonimato, a facilidade de compartilhamento, a segurança que gera estar por trás das telas, fez com que o espaço cibernético se transformasse em um facilitador na propagação dos discursos odiosos que são produzidos com foco na garantia de rotular, demonizar, demarcar um inimigo e uma ameaça a ser combatida.

É preciso refletir sobre a circulação de discursos de ódio e informações falsas que têm se intensificado, impulsionada pelo crescimento das plataformas digitais. Essas plataformas, muitas vezes revestidas de cargas ideológicas específicas, atuam como intermediárias na disseminação de ideias extremistas, contribuindo para a polarização social e política. Torna-se necessário, então, repensar o papel das redes sociais, da mídia tradicional e dos discursos políticos na circulação de notícias falsas e na construção de um ambiente propício à propagação de discursos de ódio.

Redes sociais, como Facebook, Twitter e WhatsApp, tornaram-se espaços privilegiados para a circulação de informações e opiniões, uma vez que a estrutura algorítmica destas plataformas favorece conteúdos que geram maior engajamento, muitas vezes priorizando informações sensacionalistas. O discurso de ódio, muitas vezes, encontra nesses ambientes uma audiência receptiva e amplificada, já que não há uma política que regulamente os conteúdos veiculados.

Além disso, plataformas ideologicamente carregadas tendem a criar espaços isolados de informação, nos quais os usuários são expostos, predominantemente, a conteúdos alinhados às suas crenças, reforçando preconceitos e facilitando a disseminação de notícias falsas. Os ambientes polarizados, especialmente os que contém ideologias partidárias, são favorecedores para a circulação e disseminação de notícias falsas, o que acaba contribuindo para a radicalização de opiniões.

A mentira sempre esteve presente na política e em outros espaços privilegiados de poder. No entanto, a internet possibilitou que estas mentiras fossem produzidas e difundidas

com maior velocidade. As notícias falsas ou Fake News[85] são notícias que são divulgadas de maneira intencional de modo a enganar os leitores (Allcott, 2017). O propósito das notícias falsas é inventar fatos, transformando-os em verdades ou distorcer fatos com a finalidade de enganar e confundir quem tem acesso às notícias veiculadas.

Os discursos políticos desempenham papel central na produção e circulação de notícias falsas, especialmente em períodos eleitorais ou em períodos nos quais as crises sociais estão em evidência. Líderes e figuras públicas, ao se utilizarem de notícias falsas, buscam enganar os eleitores e conseguir adesão para suas pautas. Dessa maneira, ao produzir e disseminar as notícias falsas, conseguem unir aliados, mobilizar grupos que se alinham ideologicamente, deslegitimar adversários e consolidar bases de apoio, criando uma rede de desinformação que se torna ferramenta de manipulação e controle social, contribuindo para a formação de uma fábrica de notícias falsas alimentada por interesses políticos e ideológicos.

Apesar de as notícias falsas, que muitas vezes estão revestidas de discursos de ódio, serem frequentemente vinculadas ao ambiente virtual, a mídia tradicional, embora regulamentada por critérios jornalísticos bem definidos, também desempenha papel na circulação de discursos de ódio, especialmente quando se alia a interesses políticos ou econômicos. A cobertura sensacionalista e a ênfase em narrativas polarizadoras podem contribuir para a legitimação de discursos extremistas, ampliando seu alcance.

A união entre o contexto digital, a partir de plataformas como Facebook, WhatsApp, Instagram, e a mídia tradicional, através do rádio e da televisão, potencializa a disseminação de notícias falsas, uma vez que a manipulação de informações reforça a circulação de discursos de ódio, em resposta ao que é falsamente veiculado.

Alguns exemplos de notícias falsas que promovem um espaço de incertezas e podem fomentar práticas odiosas estão listadas nos tópicos que seguem: *1- fraude nas urnas eletrônicas; 2- fake news sobre a eficácia da vacina contra a Covid-19 e 3- narrativas contra movimentos sociais.*

No que diz respeito à suposta *fraude nas urnas eletrônicas* (2018–2022), houve uma campanha nas redes sociais com a ideia de que as urnas eletrônicas foram manipuladas e, portanto, as eleições não eram legítimas. Esse movimento de desinformação demonstra uma estratégia de ataque às instituições democráticas, especialmente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As autoridades eleitorais foram alvo do discurso de ódio, sendo acusadas de conspirar

[85] O termo Fake News ganhou evidência durante o governo de Jair Messias Bolsonaro.

contra a vontade do povo, o que favorece um clima de hostilidade e rivalidade entre o povo e as instituições democráticas. A tabela 3, a seguir, revela as principais notícias falsas veiculadas e em contrapartida o que de fato ocorreu, para que possamos visualizar a manipulação de dados promovida no intuito de causar desinformação e insegurança.

Tabela 3 - Circulação de Fake News sobre fraude nas urnas eletrônicas[86]

FATO	***FAKE***
Algoritmo não ditou percentual dos votos recebidos por candidatos à Presidência	Haveria um algoritmo capaz de ditar o padrão de funcionamento da votação, inclusive com travamento no recebimento de votos provenientes da região nordeste.
A funcionalidade da mensagem "confira seu voto" é de apenas minimizar a ocorrência de enganos na hora da votação.	A mensagem "confira seu voto" foi estratégia utilizada para induzir os eleitores a pressionar a tecla "Confirma" antes do tempo e, dessa forma, fazer com que o voto não fosse contabilizado.
Hackers russos não invadiram sistema de totalização, nem avisaram Exército sobre esquema que beneficiava candidato.	Em formato de áudio e vídeo, espalhou-se que o grupo da Rússia descobriu um suposto esquema para beneficiar um dos candidatos ao cargo de presidente. Segundo eles, o Exército foi o responsável por impedir a consolidação do plano.
A Polícia Federal não realizou conferência nos equipamentos utilizados em 2022. Não há, no site da instituição, nenhum registro sobre irregularidades ou recolhimento de urnas eletrônicas.	Descoberta de urnas com votos previamente inseridos pela Polícia Federal.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

As *Fake News a respeito da vacinação contra a COVID-19 (2020–2022),* que incorporam afirmações como "vacina transforma pessoas em jacaré", "contém chips de controle social" ou "causa infertilidade", prestaram um desserviço à sociedade, gerando desconfiança na ciência, favorecendo ataques aos profissionais de saúde e pesquisadores, inclusive associado

[86] Para saber mais sobre as notícias falsas veiculadas sobre fraude nas urnas, acessar <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/fato-ou-boato-justica-eleitoral-desmentiu-as-principais-fake-news-sobre-o-processo-eleitoral-em-2022> Acesso em 01/09/2025.

estes a uma conspiração global. A tabela 4, que segue, demonstra algumas das Fake News espalhadas sobre o assunto.

Tabela 4 - Circulação de Fake News sobre eficácia da vacina contra Covid-19[87]

FATO	***FAKE***
A técnica do RNA mensageiro é inédita e permite que nosso corpo aprenda a se defender contra o vírus, mas não modifica nosso DNA.	A vacina contra a Covid-19 vai modificar o DNA dos seres humanos
Não existem chips líquidos.	A vacina contra a Covid-19 tem chip líquido e inteligência artificial para controle populacional
Não há uma relação causal entre o HIV e a vacinação contra a Covid-19.	Imunizantes contra Covid-19 estão relacionados à transmissão de HIV
As vacinas não possuem qualquer nanopartícula ou ingrediente com propriedades magnéticas.	Vacinas contra Covid-19 criam campo magnético no corpo de quem é imunizado

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Sobre as narrativas disseminadas contra os movimentos sociais, as notícias falsas associaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a ações criminosas como terrorismo e tráfico de armas. Já os povos indígenas foram retratados como obstáculos ao progresso ou povos manipulados por ONGs estrangeiras. Esses enunciados fomentam o ódio de classe e o racismo estrutural, legitimando políticas de expropriação de terras e repressão policial. A tabela 5 exemplifica algumas notícias falsas veiculadas e demonstra o quanto a disseminação rápida dessas informações prejudica a construção de uma sociedade pautada na verdade e na garantia de direitos.

[87] Para saber mais sobre as fake news sobre a vacina contra COVID 19, acessar a página https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora/2021/11/11/top-5-fake-news-mais-absurdas-sobre-a-vacina> Acesso em 01/09/2025

Tabela 5 - Circulação de Fake News sobre MST[88]

FATO	***FAKE***
Ação da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para explodir balsas de garimpeiros ilegais no rio Madeira em outubro de 2022.	Legendas e áudios afirmam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) implodiu uma balsa matando mais de 50 pessoas.
O MST não reconheceu nenhum protesto contra a transposição, inclusive o movimento sempre defendeu a destinação das águas para pequenos agricultores.	MST bloqueou o fluxo de água da transposição do Rio São Francisco.
Apuração da Folha de São Paulo aponta que não há envolvimento do MST em ataque à plantação de mamão e café na cidade de Aracruz, no norte do Espírito Santo.	MST atacou e destruiu uma plantação de mamão no Espírito Santo.
Em nota, a Diocese de Marabá, no Pará, afirma que nenhum movimento social ou de reforma agrária tem envolvimento com o ocorrido, descartando também motivações políticas.	MST incendiou carros usados pela Diocese de Marabá.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Neste sentido, para Quadrado e Ferreira (2021, p. 425) as

> fake news, consistem em notícias falsas veiculadas no ciberespaço com a intenção de auferir lucros com as curtidas recebidas na postagem. Dessa forma, o fake news vira a não-notícia e pode ser dividida em quatro categorias de acordo com a intenção de quem a veicula: (I) os que intencionalmente buscam enganar através de manchetes tendenciosas; (II) os de reputação razoável que compartilham boatos em larga escala sem verificar corretamente os fatos; (III) os que relatam de forma tendenciosa fatos reais, manipulando a informação; e (IV) os que humoristicamente trabalham com situações hipotéticas.

Diante do exposto, o discurso de ódio representa desafios à democracia brasileira, uma vez que pode causar conflitos e enfraquecer as instituições democráticas. Neste sentido, refletimos sobre o papel da educação na construção de um debate que visa estabelecer uma convivência democrática, atenuando os efeitos do discurso de ódio. A promoção de uma educação que valoriza o diálogo, a tolerância, o respeito às diferenças, pode colaborar com o

[88] Para saber mais sobre as fake news sobre o MST, acessar a página <https://mst.org.br/2022/10/25/combata-fake-news-mst-e-alvo-do-bolsonarismo-na-reta-final-da-campanha-elencamos-as-verdades-de-cada-caso/> Acesso em 01/09/2025

fortalecimento das instituições democráticas e com a criação de mecanismos que combatam o discurso de ódio, garantindo que a liberdade de expressão seja exercida de forma responsável. Apenas uma educação libertadora, crítica, emancipatória, reflexiva, poderia colaborar no combate às ideologias odiosas que têm sido manifestadas nos últimos anos, e que, com a tecnologia, têm se espalhado rapidamente. Neste sentido, buscamos, no tópico a seguir, entender as motivações que levam a educação a estar na mira dos discursos odiosos.

3.4 Educação brasileira como alvo de discurso de ódio: contextos recentes

Nos últimos anos, a educação brasileira tem se configurado como um dos principais alvos de discursos de ódio, compreendidos como práticas discursivas sistemáticas de deslegitimação, estigmatização e violência simbólica dirigidas a sujeitos, instituições e formas de produção do conhecimento. Esses discursos não surgem ao acaso, mas se articulam a um cenário mais amplo de polarização política e ideológica, no qual a construção de inimigos simbólicos como professores, universidades, especialmente em determinados campos de saber, como as ciências humanas e sociais, cumpre função estratégica de manutenção de hegemonias conservadoras.

Nesse processo, a circulação de informações falsas se materializa como dispositivo de ataque à credibilidade das instituições escolares e à função social que exercem enquanto lugar de emancipação crítica, pluralidade e formação cidadã. Desse modo, o discurso de ódio voltado à educação assume caráter estruturante na tentativa de esvaziamento da democracia no espaço escolar, convertendo-o em território de disputa ideológica e de legitimação de projetos políticos excludentes.

Nossa discussão, propõe-se a observar e descrever três ramificações destes discursos no que se refere ao campo educacional, sendo elas: *1- ataque às universidades e discurso anti-intelectual; 2- negacionismo educacional durante a pandemia da Covid-19; 3- ofensiva contra a educação crítica e Paulo Freire.*

Com relação *aos ataques às universidades e a disseminação de discursos anti-intelectuais,* observamos que ao classificar esses espaços como “lugar de balbúrdia”, “desperdício de recursos públicos” e “antro de militância ideológica” esses ataques foram amplificados, ganhando destaque em declarações de figuras políticas, em posts virais nas redes sociais como Facebook, Twitter e WhatsApp, que disseminavam imagens manipuladas e frases de efeito. Um exemplo são os memes que retratavam estudantes em festas ou protestos, acompanhados de legendas como: *“É para isso que servem nossas universidades?”*,

construindo a representação de que os recursos públicos são mal utilizados e servem para festas, em vez de aulas.

A pesquisa de Tomás e Tomás (2023) resgatou algumas das desinformações disseminadas contra as universidades públicas, dividindo-as em 4 categorias: *vandalismo/desordem; drogas; outros e corpo e normatização.* Baseados na pesquisa, elencamos, no tabela 6, a correlação entre estas categorias e os sentidos pretendidos com a disseminação dessas desinformações.

Tabela 6 -Relação entre as categorias de desinformação e os sentidos produzidos, baseados na pesquisa de Tomás e Tomás (2023)[89]

Vandalismo/Desordem	As autoras explicam que nessa categoria, as universidades são associadas a um ambiente no qual a pichação, desordem, vandalismo. Essa associação cria, no imaginário social, um efeito de duvidar dos profissionais formados naquele espaço, questionando-se a validade de seus diplomas.
Drogas	Essa categoria, intimamente relacionada com a anterior, demonstra que a universidade é espaço de uso de entorpecentes, gerando uma ideia de banalização do uso de drogas pelas universidades e pelos estudantes que dela fazem parte.
Outros	Reúne temas variados, mas com o propósito de vincular as universidades a críticas direcionadas ao STF ou ao socialismo.
Corpo e Normatização	Imagens manipuladas e retiradas de seu contexto original, tentam persuadir a população a acreditar que os estudantes das universidades públicas devem ser associados à nudez, ao não pudor com relação ao corpo e à sexualização.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Compreendemos que a circulação de notícias falsas, acusando as universidades federais de manterem cultos satânicos, laboratórios de drogas ou festas financiadas com verba pública, cumprem o propósito de descredibilizar a educação pública e justificar os cortes de verbas destinados à pasta. Além disso, com o rápido alcance das redes sociais, essas desinformações

[89] A pesquisa está disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/61980/44572> Acesso em 01/09/2025.

cumprem o papel de alimentar a ideia de que os espaços acadêmicos são inimigos da moral e da ordem.

Em 2019, declarações oficiais do então ministro da educação, Abraham Weintraub, reforçaram esse imaginário, ao afirmar que determinados cursos e universidades seriam lugar de balbúrdia[90] e, portanto, mereciam corte de verbas. Essas declarações circularam rapidamente em forma de posts, vídeos curtos no YouTube e threads no Twitter, legitimando um discurso de ódio que já estava latente em grupos conservadores.

Esse movimento evidencia o ódio ao saber, isto é, o ataque não apenas a sujeitos ou grupos sociais, mas à produção de conhecimento crítico, sobretudo das ciências humanas e sociais. Imagens descontextualizadas, montagens e prints falsos buscam fragilizar a autoridade das universidades e reforçar o antagonismo entre povo honesto e elite acadêmica.

Outro aspecto relevante de se destacar é o *negacionismo educacional durante a pandemia da Covid-19*. Durante o período de pandemia (2020–2022), o debate sobre a educação remota e o retorno às aulas presenciais foi permeado por discursos agressivos e polarizados. Professores foram acusados de preguiçosos e inimigos das crianças, por defenderem medidas sanitárias que visam o controle da disseminação do vírus e a segurança de todos que fazem parte do ambiente escolar.

A modalidade de Ensino à Distância (EAD), popularizou-se nos últimos anos no Brasil pela necessidade de ampliar o acesso ao ensino técnico e superior. Muitas críticas são feitas a essa modalidade de ensino, principalmente pela visão mercadológica atribuída a ela. Ainda assim, não se pode generalizar e deixar de destacar as contribuições da EAD, quando esta é vista com seriedade. Algumas dessas contribuições são o acesso, a permanência e a democratização do conhecimento.

Mesmo a EAD já sendo uma prática institucionalizada em nosso país, ela tem seu público específico e todo um aparato previamente pensado e planejado para que possa dar certo. No entanto, com a pandemia do novo coronavírus, fomos imersos repentina e rapidamente em uma nova prática de ensino, para a modalidade da educação básica: o ensino remoto. Essa prática, que muitos confundem com a EAD, abrangeu todos os níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Com o distanciamento físico e a impossibilidade do acontecimento das aulas presenciais, tornou-se necessário organizar, ainda

[90] A matéria sobre as falas do então ministro estão disponíveis em <https://www.estadao.com.br/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba/?srsltid=AfmBOooYX4CnSxVj8xA4e5g61R1qaebg7a_D3YJiCQFZxOUFuDuOtNaE> Acesso em 01/09/2025.

que sem muito preparo prévio ou fundamento teórico, práticas de ensino remoto que dessem conta de a educação não parar.

Fica evidente que a pandemia do novo coronavírus envolveu os que fazem parte do sistema educacional brasileiro em novas práticas de ensino e aprendizagem. No entanto, essas novas práticas demonstraram as fragilidades de nosso sistema educacional, uma vez que muitos dos estudantes não têm acesso aos meios que possibilitam a participação efetiva nas aulas: computador, internet, tablet, smartphone.

Diante disso, o docente, imerso em uma situação atípica, precisou se reinventar. É essencial refletir sobre como aconteceu esse processo de reinvenção do professor. Houve apoio das redes de ensino? Houve esforços conjuntos para que os objetivos com as aulas remotas fossem alcançados? Os docentes foram ouvidos ou silenciados durante o processo? Os discursos de valorização dos profissionais da educação ganharam destaque durante o ensino remoto? Como a sociedade percebeu o trabalho do professor durante a pandemia? O ensino remoto contribuiu para a valorização docente ou foi manutenção do processo de invisibilidade pelo qual o professor vem sendo exposto? O professor se sentiu apoiado ou responsabilizado pelo que não aconteceu de maneira eficiente durante o ensino remoto? Os órgãos responsáveis pela criança como o Conselho Tutelar, por exemplo, foram parceiros dos docentes na garantia de que o ensino remoto contemplasse a maior parte possível dos estudantes?

Diante de um cenário tão recente e de tantos questionamentos, torna-se urgente investigar, traçar reflexões, perceber quais os danos e/ou ganhos para a profissão docente durante o ensino remoto. Torna-se ainda mais urgente analisar os discursos que circularam sobre o professor durante esse período e perceber se esses discursos potencializaram a deslegitimação da importância social da profissão docente. Afinal, como nos diz Falcone (2011, p. 16) “Discursos constituem sociedades e têm força para (des)legitimar atores e grupos sociais”.

No que diz respeito aos discursos que circularam sobre o professor durante o ensino remoto, ressaltamos que o discurso governamental funcionou como um movimento de incitação da sociedade contra os professores. Declarações de representantes do poder público e até de diretores de ensino, que acusavam os professores de *ficarem em casa sem trabalhar* ou de *resistirem ao retorno presencial por comodismo,* revelam o quanto este ignorou a letalidade do vírus e seu potencial de perigo para estudantes e professores. O que se tratava de uma defesa da saúde coletiva, com o não retorno às aulas presenciais em meio a uma pandemia, foi transformado em um discurso que vilanizou o profissional da educação por estar casa,

atribuindo a este uma suposta escolha sobre a ida ou não ao trabalho, negando todo o contexto pandêmico. A tabela 7, demonstra alguns discursos que circularam sobre o não retorno ao ensino presencial.

Tabela 7 - Discursos sobre professores durante a pandemia

Diretora de Educação diz que professores não querem trabalhar e nega casos de Covid: 'Muito mimimi'[91]	Priscila Eleutério Gomes afirmou, em live no ano de 2021, que os professores não querem trabalhar e que não há casos de Covid-19 entre eles.
'Só o professor não quer trabalhar na pandemia', diz parlamentar[92]	Ricardo Barros, líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, em 2021, afirmou que os professores não querem trabalhar.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Esses discursos, veiculados tanto por autoridades governamentais e educacionais, bem como por meios de comunicação alinhados a determinadas agendas políticas, reforçam a ideia de que os docentes são descompromissados, preguiçosos e/ou oportunistas. Essa representação profissional ignora os múltiplos fatores que atravessaram o trabalho docente durante o período de ensino remoto, como a intensificação da carga laboral, a precariedade dos recursos tecnológicos disponíveis e as exigências emocionais e sanitárias impostas pelo contexto pandêmico.

Do ponto de vista da ACD, pode-se afirmar que essas enunciações operam como dispositivos de poder, promovendo uma inversão simbólica, já que em vez de reconhecer o professor como ator central no enfrentamento da crise educacional, atribuiu-se a ele a responsabilidade pelo suposto fracasso do ensino remoto. Esse processo discursivo evidencia um movimento de culpabilização individual que mascara problemas de ordem estrutural, como a ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital, falta de investimento em infraestrutura tecnológica e inexistência de suporte psicossocial adequado para profissionais da educação.

[91] O link que segue, traz matéria sobre os discursos que circularam sobre o não retorno do professor ao ensino presencial. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/06/01/diretora-de-educacao-diz-que-professores-nao-querem-trabalhar-e-desmente-casos-de-covid-muito-mimimi.ghtml> Acesso em 02/09/2025

[92] O link que segue, traz matéria sobre os discursos que circularam sobre o não retorno do professor ao ensino presencial. Disponível em <https://cpp.org.br/so-o-professor-nao-quer-trabalhar-na-pandemia-diz-parlamentar/> Acesso em 02/09/2025.

Outro aspecto relevante a ser destacado, no que diz respeito aos discursos sobre o professor em tempos de pandemia, foi a tentativa, por parte de alguns estados da unidade federativa, de redução salarial ou de cortes em gratificações, com a justificativa de que o ensino remoto demandaria menos esforço, mobilizando a população a enxergar o professor como privilegiado em comparação a outros trabalhadores. Em Feira de Santana, BA, tiveram cortes salariais significativos com o início do ensino remoto, o que comprometeu a qualidade de vida dos docentes.[93]

Além disso, nas redes sociais, campanhas governamentais e matérias jornalísticas alinhadas ao discurso oficial reforçaram a ideia de que a escola só cumpria sua função se houvesse a presença física, negando as estratégias criativas e o trabalho invisível realizado pelos docentes. Essas campanhas promovem um ambiente de desconfiança social, no qual pais e responsáveis passaram a cobrar do professor não apenas a execução de suas atividades, mas também resultados imediatos, como se o sucesso ou fracasso do ensino remoto fosse responsabilidade exclusiva da atuação docente. Dessa forma, o professor deixou de ser visto como sujeito comprometido com a educação em um contexto adverso e passou a ser retratado como obstáculo, como alguém que não queria trabalhar, como alguém descomprometido.

Com o acúmulo de tarefas e a cobrança social e governamental por resultados imediatos, a saúde mental do professor foi afetada significativamente. A pesquisa de Rocha e Rosseto (2022), que coletou informações, através de questionários, de 170 professores (10,8% dos professores do município) do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do município de Cascavel/PR. A pesquisa apontou, no que se refere ao bem-estar psíquico, que a maioria apresentou impactos em saúde mental, referentes ao período da pandemia. Nas palavras de Rocha e Rosseto (2022, p. 06)

> No que se refere a este último, solicitou-se aos participantes que descrevessem seu estado de saúde mental durante a pandemia, obtendo-se o seguinte: 40% alegaram ter sentido leves abalos, 37% referiram abalos moderados, 12,4% descreveram saúde mental muito abalada e somente 10,6%, nenhum abalo sobre seu psiquismo. Pode-se dizer que uma parcela significativa de professores relatou sentir, de alguma forma, repercussões sobre a sua saúde mental, compondo quase 90% do total de participantes.

Evidentemente não desconsideramos, nesse contexto, outros fatores relevantes que propiciaram adoecimentos à população. O isolamento social, o medo da contaminação, as

[93] Para saber mais sobre os cortes salariais dos professores de Feira de Santana, ler a matéria disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/06/09/professores-e-prefeitura-de-feira-de-santana-vivem-impasse-por-causa-de-corte-nos-salarios-entenda.ghtml> Acesso em 01/09/2025.

perdas de amigos e parentes, abalaram psicologicamente toda a população que vivenciou esse momento de crise sanitária. Dessa forma, consideramos que

> [...]os abalos à saúde mental docente devem-se às características individuais dos sujeitos, mas também, de forma maior, às determinações materiais da vida social. Quando se faz menção a características individuais, alude-se a aspectos próprios da personalidade do ser humano que facilitam o desenvolvimento das diversas psicopatologias existentes. Por outro lado, quando se menciona as determinações da vida social, retratam-se as propriedades das atividades laborais, a qualidade das interações sociais, a possibilidade de se obter prazer nas atividades cotidianas, a capacidade de desenvolvimento acadêmico, enfim, as condições impostas pela realidade concreta (Rocha e Rosseto, 2022, p. 07).

Esse movimento demonstra como os discursos governamentais não apenas negligenciaram o papel central dos docentes, mas contribuíram para um processo de desvalorização da profissão, transferindo à figura do professor a responsabilidade por uma crise que era estrutural e sanitária, o que afetou significativamente a saúde mental da categoria.

Simultaneamente a esses fatores, discursos negacionistas também desqualificaram a ciência educacional, atacando especialistas em políticas públicas e saúde escolar. Discursos negacionistas não podem ser reduzidos a simples opiniões divergentes, mas devem ser entendidos como práticas discursivas de poder que visam deslocar a centralidade do conhecimento científico na organização social, substituindo-a por discursos de caráter político e ideológico. O resultado é a deslegitimação da ciência educacional, com impactos diretos sobre a formulação de políticas escolares, a percepção pública da docência e a confiança da sociedade na própria instituição escolar.

Diante do exposto, um dos contextos que revelam o quanto o discurso de ódio afeta a educação é a *ofensiva contra a educação crítica e contra Paulo Freire*, sobretudo durante e após o processo eleitoral de 2018. Paulo Freire, patrono da educação brasileira desde 2012, tornou-se alvo de discursos que o associam à doutrinação ideológica e à destruição da qualidade da educação. Esses discursos se materializam em expressões de ódio, tais como “expurgar o marxismo das escolas” ou “acabar com a pedagogia freireana”, difundidas em redes sociais e na retórica de determinados grupos políticos. Na perspectiva da ACD, tratam-se de estratégias de polarização discursiva que opõem a educação crítica ao ensino neutro, embora este último seja uma construção ideológica que mascara interesses hegemônicos.

A busca por espaços escolares cada vez mais tecnicistas, propicia o ataque às propostas pedagógicas que incentivam a reflexão e a análise das condições sociais, políticas e culturais brasileiras. Dessa maneira, cria-se um ambiente hostil à construção da autonomia intelectual,

promovendo uma intimidação para que a escola assuma uma postura voltada apenas à transmissão de conteúdos, em detrimento da formação cidadã e emancipatória.

Nesse sentido, discursos de ódio procuram associar a obra de Paulo Freire à doutrinação ideológica, buscando desqualificar sua relevância científica e pedagógica. Essa estratégia não apenas atinge a memória de Freire, mas também fragiliza os fundamentos da educação democrática. A disseminação de discursos de ódio contra a educação crítica tem como consequência o enfraquecimento da democracia, uma vez que a pluralidade de ideias, condição essencial para a convivência democrática, é substituída por uma lógica de exclusão, intolerância e simplificação dos debates sociais. Esse processo contribui para a consolidação de um imaginário autoritário, no qual a escola é concebida apenas como espaço de reprodução de valores hegemônicos.

Entendemos que uma pedagogia crítica e emancipatória pode viabilizar a reflexão e, por consequência, o combate à desinformação e à mentira. O pesquisador Kleber Silva, da UNB, disse, em entrevista ao jornal El País[94], que os ataques a Freire são oriundos da política da desinformação, pois "Um aluno com consciência freireana lê um texto e reage, não aceita fake news, porque tem senso crítico. Vai captar o que é dito [em uma mensagem falsa] e ver o que está por trás disso, com que interesse foi produzido, em qual contexto".

A análise de Silva evidencia que o projeto freireano, ao propor a leitura do mundo antes da leitura da palavra, rompe com a lógica de passividade e submissão do sujeito ao discurso dominante. Esse aspecto explica, em parte, porque Paulo Freire foi reiteradamente transformado em alvo pela extrema-direita, uma vez que sua pedagogia emancipa, questiona, revela os mecanismos de poder e, sobretudo, forma cidadãos que não apenas consomem informações, mas interrogam os seus sentidos, intenções e implicações sociais. Assim, ao se opor ao modelo de educação bancária e propor a prática dialógica, Freire representa uma ameaça ao projeto político que se sustenta no negacionismo, na disseminação de notícias falsas e na desqualificação do pensamento crítico. Ao atacar Freire, a extrema-direita não ataca apenas um educador, mas a possibilidade de uma educação libertadora que favoreça a resistência contra as formações discursivas da manipulação e do ódio. É por esse motivo que a extrema-direita elegeu Paulo Freire, mais uma vez, como seu inimigo.

[94] Para ler a matéria "Paulo Freire, o patrono da educação duas vezes perseguido pelo autoritarismo" acessar <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-19/paulo-freire-o-patrono-da-educacao-duas-vezes-perseguido-pelo-autoritarismo.html> Acesso em 03/09/2025.

Diante das reflexões expostas, compreendemos que há uma lógica perversa na disseminação de discursos odiosos e essa lógica está à serviço de criar consensos, sejam de ordem racial, de gênero ou de classe profissional. No caso da educação, essa lógica perversa vem deturpando a imagem do professor, muitas vezes através de representantes importantes como é o caso de Paulo Freire. Essas teias discursivas são propiciadas, em grande medida, pelas redes intertextuais que estão alinhadas a um propósito comunicativo maior que é o de criar consensos que favoreçam a manutenção de uma pauta político-partidária específica. Assim sendo, traçaremos reflexões, no capítulo 4, sobre essas redes intertextuais e os interesses da pauta bolsonarista.

CAPÍTULO 4

Redes intertextuais e alinhamento político-discursivo: presidente, ministro e os interesses da pauta bolsonarista

"Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho".

Paulo Freire

A análise das práticas discursivas que permeiam a esfera política brasileira na atualidade exige compreender os enunciados em sua materialidade linguística, sobretudo, os modos como estes enunciados se articulam em redes intertextuais que produzem sentidos, reiteram posicionamentos e consolidam alinhamentos ideológicos. No caso específico do bolsonarismo, torna-se visível a constituição de uma rede discursiva em que o presidente e seus ministros operam como vozes centrais, estabelecendo ressonâncias, ecos e reforços mútuos que visam à legitimação de uma pauta política marcada pela polarização, pela ameaça e pela mobilização de (des)afetos.

Neste capítulo, pretende-se refletir sobre como essas redes intertextuais se organizam, observando os processos de circulação e de (re)apropriação de enunciados no interior do campo político-discursivo bolsonarista. O objetivo é demonstrar que tais redes não se configuram de forma espontânea, mas respondem a estratégias discursivas que buscam produzir coesão ideológica entre as instâncias governamentais, ao mesmo tempo em que delimitam fronteiras de exclusão em relação a seus opositores representados pelos movimentos sociais, imprensa e instituições de garantia do estado democrático.

Interessa-nos perceber a relação presidente e ministro, enquanto sujeitos com espaço privilegiado de enunciação. Nessa rede intertextual, o ministro pode atuar, muitas vezes, como mediador e amplificador da pauta presidencial, reproduzindo enunciados de modo a fortalecer a coerência interna do projeto bolsonarista.

Dessa maneira, este capítulo parte do pressuposto de que os discursos não podem ser compreendidos de forma isolada, mas em seu entrecruzamento com outros textos e vozes, conforme já discutimos no capítulo teórico. A análise do alinhamento político-discursivo entre

presidente e ministro permite identificar os interesses específicos da pauta bolsonarista, bem como compreender os modos de produção, circulação e estabilização de sentidos que constituem a lógica de funcionamento dessa formação discursiva[95].

4.1. A intertextualidade e o interdiscurso como constitutivos do discurso político

O discurso político se configura como um espaço privilegiado para a observação da intertextualidade como condição constitutiva da linguagem. Ao fazer uso de enunciados já existentes, o discurso político se sustenta na lógica de recuperar vozes e posições discursivas já enraizadas socialmente e de ressignificar essas vozes de acordo com interesses ideológicos estratégicos.

Nessa perspectiva, cada enunciado político se configura a partir da união entre múltiplos discursos, sejam eles históricos, institucionais, midiáticos ou populares, evidenciando que a força argumentativa está vinculada à articulação com uma rede de vozes. A intertextualidade, nesse caso, não se manifesta apenas como recurso retórico, mas como princípio estruturante, capaz de alicerçar e manter processos de legitimação, persuasão e disputa hegemônica dentro do campo político.

Sendo assim, estabelecemos a indissociabilidade dos conceitos de intertextualidade e hegemonia, uma vez que esta última não pode ser compreendida como uma dominação absoluta, mas como um processo dinâmico de negociação e disputa na qual diferentes grupos sociais buscam estabelecer e naturalizar suas visões de mundo como consensos sociais. Dessa maneira, a intertextualidade é um recurso para manutenção das ideologias dominantes, já que está condicionada ao poder de quem fala e sobre o que se fala. Nas palavras de Fairclough (2001, p. 135)

> A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para

[95] Nesta tese, adota-se a concepção de formação discursiva proposta por Michel Foucault (2009), compreendida como um princípio organizador que permite identificar regularidades entre enunciados. Nessa perspectiva, o autor afirma que "No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva" (2009, p. 43).

> os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder.

O discurso político constitui um espaço privilegiado de disputa, pois sua eficácia depende da capacidade de articular vozes diversas em um mesmo projeto discursivo, tornando legítima a defesa de determinada agenda política. Se utilizarmos como referência a agenda da extrema-direita, temos na intertextualidade um mecanismo constitutivo da hegemonia, uma vez que ao incorporar seletivamente discursos específicos, o discurso político constrói alianças, legitima posições e produz efeitos de consenso. Isso pode ser percebido, quando um governante mobiliza enunciados da tradição nacionalista, do discurso religioso ou de defesa da família tradicional, já que dessa maneira ele não apenas retoma outras vozes, mas reinsere essas outras vozes em uma nova formação discursiva que busca sustentar um projeto político hegemônico. Dessa maneira, a relação entre intertextualidade, hegemonia e discurso político evidencia como a linguagem reflete relações de poder e as constitui ativamente por meio da circulação, apropriação e reconstrução de discursos.

Podemos exemplificar como se percebe esse recurso intertextual como manutenção da hegemonia, durante a construção discursiva do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. As redes intertextuais às quais ele recorreu, manifestaram aspectos já evidenciados em outros momentos da história política brasileira, demonstrando como a intertextualidade pode manter um discurso que se apropria de hegemonias outrora estabelecidas.

Historicamente, em nosso país, fez-se e faz-se uso do ufanismo e do patriotismo como estratégias governamentais com foco em ideologias ditas nacionalistas, mas que na verdade ocultam o autoritarismo. Enquanto a primeira nos remete a um orgulho exagerado da nação, uma exaltação desmedida da pátria, a segunda nos remete ao respeito à pátria e orgulho pelas conquistas esportivas, econômicas, territoriais. Compreendemos que ambos os conceitos têm íntima relação, uma vez que, enquanto estratégia de Estado, apela-se para o respeito que se tem à pátria como forma de aceitar passivamente os problemas estruturais, sociais e econômicos, independentemente da situação real, resultando assim em um ufanismo desmedido.

Retomamos dois momentos da história do Brasil nos quais ficou mais evidentes o ufanopatriotismo[96] como estratégia de governo e controle social, sendo o primeiro o golpe militar de 1964 e o segundo o governo de Jair Messias Bolsonaro. O golpe militar de 1964 marcou a história como um momento de transformação social, cultural e política de nosso país.

[96] Fizemos uso do neologismo "ufanopatriotismo" como forma de contemplar ambos os conceitos, uma vez que estão intimamente relacionados.

Evidentemente que uma das estratégias para legitimar a tomada de poder e consolidar um projeto de governo autoritário, mas com vestes democráticas, foi o uso de uma série de estratégias discursivas, dentre elas o ufanopatriotismo. Este emergiu como foco da construção da narrativa de unidade nacional, na qual todos estavam juntos com o propósito de transformar o país em uma potência. Ao mesmo tempo que esta narrativa servia de alicerce para construir uma ideia de união nacional, servia também para justificar ações de repressão, silenciamento e promoção de uma cultura do ódio.

O disfarce do ódio, em verde e amarelo, ficou evidenciado em campanhas publicitárias, em letras de músicas e slogans que foram marcantes no período ditatorial. Foucault (1979) destaca que os discursos de ódio não surgem espontaneamente, mas são produzidos por mecanismos discursivos que definem quem é o inimigo, quem deve ser excluído ou eliminado. Nesse processo, o patriotismo é instrumentalizado para criar uma identidade homogênea, excluindo minorias, opositores políticos e qualquer elemento que desafie a narrativa oficial

Assim sendo, o processo de exclusão se deu de maneira violenta, mas também de maneira a dissuadir a população com peças publicitárias, letras de canções, slogans governamentais, disciplinas educacionais que, à primeira vista, assemelhavam-se apenas ao apelo nacionalista, mas que analisado mais profundamente revelam a lógica de exclusão, repressão e ódio.

Apresentando a intervenção militar como uma defesa da nação contra ameaças internas e externas, os discursos patrióticos e ufanistas acabam por legitimar o golpe, uma vez que associam a democracia a uma ameaça à ordem e ao progresso. Para Foucault (1979), os discursos que visam criar uma identidade coletiva de resistência, produzem verdades convenientes apenas para os que se interessam por regimes autoritários, justificando as ações de represália e violência. Os discursos, nesse contexto, não representam apenas palavras, mas também práticas de poder que produzem verdades, normalizam comportamentos e excluem o que é considerado desvio. "O poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império" (Souza, Garcia e Carvalho, 1998:417), e, dessa forma, ele se faz exercer através de dispositivos discursivos que moldam a realidade social.

Um dos aspectos observáveis sobre o discurso político do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro diz respeito justamente à tradição nacionalista que foi utilizada para reforçar a ideia de unidade e identidade coletiva. Essa retomada discursiva do período do golpe militar demonstra que a intertextualidade está fortemente presente, sendo evidenciada já em discurso oficial de posse, quando eleito presidente do Brasil. Bolsonaro discursou reiterando as cores

verde e amarela como simbologia do patriotismo, em contrapartida a cor vermelha que, para ele, é sinônimo de comunismo. Ao dizer "Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela"[97]. Esse discurso mobilizou uma intertextualidade manifesta que não apenas evoca a memória discursiva nacional, mas também busca legitimar seu projeto político como continuidade de uma tradição histórica.

A intertextualidade, nesse caso, atua no fortalecimento de uma hegemonia que traz como inquestionáveis determinados valores como pátria, ordem e progresso, reforçando-os como consensos inquestionáveis. Além disso, fica evidente um discurso de ódio explícito, no jogo de palavras "vermelho" e "sangue", fazendo apologia à violência como forma de manter no poder os que se alinham ao discurso do presidente e exterminar os seus opositores. A violência outrora explícita em repressões, agressões físicas, mortes, como na época do regime militar, perpetua-se lexicalmente a partir do discurso de ódio que incita derramamento de sangue para manter o Brasil supostamente livre.

Outro aspecto intertextual entre o governo Bolsonaro e a ditadura militar e que conversa especificamente com nosso objeto de pesquisa diz respeito à perspectiva educacional. Durante o período ditatorial também foi evidente a presença de movimentos revestidos de patriotismo em práticas educativas. Segundo Júnior e Estrada (2022, p.03)

> (...) o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que foi regulamentado pelo Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, teve como objetivo a reformulação da Educação Moral e Cívica (EMC), incluindo-a como disciplina obrigatória no ensino primário, além das disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), no ensino secundário, e de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), no ensino superior.

Criada com o objetivo de promover valores considerados essenciais pelo regime como patriotismo, obediência, respeito às instituições e à hierarquia, a disciplina também tinha como foco reforçar a ideia de que o indivíduo deveria estar alinhado aos interesses do Estado. A carga ideológica presente nos desdobramentos da disciplina implementada revelava a rigidez do governo militar, o respeito às autoridades e o controle social. Nas palavras de Júnior e Estrada

> Certamente, os artigos 1º e 2º do Decreto demonstram a influência ideológica da Ditadura Militar sobre a educação, pois estabeleciam que a disciplina de Educação Moral e Cívica seria obrigatória, a qual tinha como finalidade, dentre outras, a preservação do espírito religioso, do amor à liberdade, desde que fosse mediante inspiração religiosa; além disso, que houvesse a preservação, fortalecimento e

[97] O discurso da cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial, em 01/01/2019, pode ser lido na íntegra em <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019> Acesso em 12/09/2025.

> projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade e, ainda, culto à pátria, aos seus símbolos e tradições, assim como a preparação das pessoas para o casamento, para valorizar a família em sociedade (JUNIOR e ESTRADA, 2022, p.03).

Do ponto de vista ideológico, a disciplina era usada como um instrumento de legitimação do regime militar, uma vez que usava a escola para disseminar a obediência, subserviência e aceitação do que estava imposto, sem espaço para debate e pluralidade das ideias. A relação entre religiosidade, nacionalidade e valores morais são evidenciados como pressupostos para governabilidade em governos autoritários.

Com a visão de um ensino estruturado para minimizar debates ideológicos e evitar manifestações estudantis, vistas como ameaças à segurança nacional, o ensino passa a ser tecnicista e voltado para formação de mão de obra, o que é o extremo oposto de uma pedagogia pautada na discussão, na reflexão, na luta contra as formas de opressão.

A ameaça à educação, a qual nos referimos no período ditatorial, foi rememorada também no governo de Jair Messias Bolsonaro, que resgatou práticas, discursos e estratégias características do regime militar. Revestida de preocupação com os índices de aprendizagem dos estudantes, sua retórica se alinha à lógica disciplinadora da ditadura, reafirmando simpatia pela disciplina Educação Moral e Cívica, instituída no regime autoritário como instrumento de doutrinação ideológica, e pela expansão das escolas cívico-militares, concebidas como espaços de formação centrados na obediência e na hierarquia.

Ao reivindicar essas práticas, Bolsonaro não apenas ecoa, mas também (re)inscreve no presente as marcas discursivas do autoritarismo, configurando uma intertextualidade direta entre os dois períodos históricos. Essa aproximação evidencia uma tentativa de naturalizar valores de ordem, repressão e controle social com o pretexto de promover qualidade educacional. No entanto, apesar de construir uma imagem pública de defensor da educação nacional, o que se observa em seus discursos e políticas, bem como de seus apoiadores, é a ênfase em uma educação baseada na disciplina rígida, na hierarquia militarizada e no silenciamento do debate, o que implica a negação da pluralidade de vozes e a desvalorização do pensamento crítico, elementos fundamentais para uma pedagogia democrática e emancipatória.

Além dos aspectos referentes ao discurso nacionalista e que implicou em práticas autoritárias dentro do universo educacional, evidenciamos a apropriação de discursos religiosos, em contextos políticos, como uma intertextualidade manifesta com vistas à utilização de passagens bíblicas ou expressões do campo da fé, para estabelecer conexões entre

a agenda política e os valores morais compartilhados pela extrema-direita. Esse movimento intertextual amplia a legitimidade do discurso ao alinhar projetos de poder com crenças religiosas, funcionando como estratégia para consolidar hegemonias em sociedades marcadas pela religiosidade.

Retomamos o mesmo discurso proferido por Bolsonaro na data de sua posse como presidente do Brasil e que trouxe afirmações como “Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso”; “guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração” e “Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.”. Nos trechos mencionados do discurso de Jair Bolsonaro, observa-se uma mobilização recorrente de referências religiosas, materializadas na menção explícita a “Deus”, evocada sete vezes ao longo de sua fala. A partir da perspectiva da intertextualidade, essa estratégia discursiva não se limita à expressão de uma crença pessoal, mas constitui a incorporação de uma voz socialmente legitimada e reconhecida no imaginário coletivo brasileiro. A invocação de “Deus” conecta o discurso político a uma tradição discursiva do campo religioso, cuja autoridade simbólica já se encontra consolidada historicamente, funcionando como elemento de intertextualidade manifesta, dado o caráter explícito e reiterado dessas alusões.

A recorrência da linguagem religiosa cumpre, nesse contexto, uma função de reforço hegemônico. Ao inserir a voz de Deus no interior do discurso político, Bolsonaro retoma elementos de uma formação discursiva religiosa, associando-os ao campo político e vinculando sua liderança a valores de ordem moral. Essa apropriação intertextual confere ao discurso uma dimensão de legitimidade que se ancora em valores espirituais compartilhados por grupos sociais.

Por meio dessa operação discursiva, Bolsonaro (re)afirma sua liderança como dotada não apenas de legitimidade política, mas também de legitimidade moral e espiritual, mobilizando um ethos de governante escolhido e protegido por Deus. Assim, a intertextualidade é uma estratégia discursiva de poder que visa consolidar hegemonias ao articular o campo político com tradições discursivas religiosas, ampliando o alcance social do enunciado.

Diante dos aspectos elencados até o presente momento, especialmente das retomadas intertextuais e interdiscursivas que evidenciam como o discurso político mobiliza sentidos históricos e sociais, torna-se possível compreender de maneira mais ampla os mecanismos de legitimação e de manutenção de determinadas ideologias no espaço público. Essas articulações discursivas recuperam práticas autoritárias e conservadoras de outros períodos históricos e produzem novas formas de naturalização de relações de poder e exclusão.

Nesse cenário, abre-se espaço para uma reflexão sobre outras dimensões que se entrelaçam a esse processo e que reforçam a complexidade da análise: a corrupção política e religiosa no Brasil durante o governo Bolsonaro. Essas questões constituem o próximo eixo de nossa investigação, no qual buscaremos evidenciar como a apropriação do discurso religioso, aliada a práticas políticas marcadas por interesses privados e patrimonialistas, torna-se necessária para compreender as redes de poder e de sentido que estruturaram e reforçaram o período bolsonarista.

4.2 Religião e o comportamento do eleitorado brasileiro: entre a identidade de fé e a retórica do ódio

O apelo ao sagrado sempre foi valorizado no âmbito da política brasileira, mesmo sendo o Brasil um estado laico[98]. Basta lembrar alguns episódios emblemáticos que evidenciam essa relação entre religião e política. Na década de 1980, líderes evangélicos participaram ativamente do processo de redemocratização, utilizando púlpitos e canais de rádio e televisão para apoiar candidatos que defendem seus interesses institucionais. Já nos anos 2000, a chamada *bancada evangélica* se consolidou no Congresso Nacional como forte força política, influenciando votações em temas ligados a costumes e direitos civis.

Recentemente, durante o governo Bolsonaro, a instrumentalização do sagrado atingiu níveis inéditos com orações e cultos passando a integrar agendas oficiais do presidente, transmissões ao vivo em que pastores eram convidados a abençoar o governo, slogans de campanha com *Deus acima de todos*. Essas referências reforçaram a associação entre fé e política e mobilizaram o imaginário social no que diz respeito a um discurso que manipula a simbologia do sagrado.

Evidentemente, percebemos que houve uma mudança significativa no perfil do eleitorado brasileiro nos últimos anos[99], principalmente no que tange ao perfil religioso desse eleitorado e sua proximidade com a extrema-direita da política brasileira. Atraídos pelo discurso da moralidade, dos preceitos familiares, os evangélicos se tornaram aliados na garantia da força

[98] O título II da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5ª, parágrafo VI, garante o direito ao livre culto religioso.

[99] Na obra O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018, Jairo Nicolau resgata alguns perfis relativos à escolaridade, gênero, idade e religião. Optamos por nos debruçarmos sobre o aspecto religião, pois este deveria se opor fortemente ao discurso de ódio em nosso país.

discursiva da extrema-direita, defendendo pautas de manutenção da moral, mas com um viés excludente e violento.

Segundo dados de Nicolau (2020), desde os anos de 1990 houve um avanço significativo de pessoas que se declaram evangélicas. Em 1989 tínhamos um percentual de 9% de pessoas que se declararam evangélicas e trinta anos depois esse número representa 30%. Ainda que este perfil de eleitorado tenha tido, ao longo da história das eleições presidenciais do país, outros representantes, questionamo-nos as motivações que permitiram Jair Messias Bolsonaro a se alinhar com eles e ganhar boa parte de seus votos.

Em um breve resgate histórico, dos últimos trinta anos, sobre os perfis de candidatos à presidência do país que se declararam evangélicos, listamos alguns de seus perfis a seguir:

1- Marina Silva (2002 pelo PT como vice, 2010, 2014 e 2018 candidata): Constitui um dos exemplos mais notórios da inserção evangélica no cenário da política nacional. Ex-senadora pelo Acre, sua trajetória combina ativismo socioambiental e identidade religiosa pentecostal. Sua vinculação à Assembleia de Deus, a partir de 1997, repercutiu diretamente em seu discurso político, que passou a articular princípios éticos de matriz cristã com preocupações globais acerca da sustentabilidade. Em suas candidaturas (2010, 2014, 2018), Marina buscou conciliar fé, ambientalismo e política. Ainda assim, enfrentou críticas tanto de setores progressistas, que a acusavam de conservadorismo moral, quanto de grupos evangélicos mais tradicionais, que a consideravam moderada em pautas de costumes. As pautas valorizadas por Marina, não faziam forte apelo a questões relativas à sexualidade ou discurso de moral e bons costumes, mas se compromete com causas verdadeiramente importantes para o bem estar da população e do planeta, mas ainda assim não conseguiu engajamento dos evangélicos em seus discursos e campanhas.

2- Everaldo Pereira (candidato pelo PSC em 2014): O Pastor Everaldo foi o primeiro líder evangélico pentecostal a disputar oficialmente a presidência e sua candidatura representou um marco na visibilidade política do segmento evangélico, ao mesmo tempo em que evidenciou os limites da representatividade religiosa no cenário nacional, visto que obteve apenas 0,75% dos votos válidos. Seu perfil esteve vinculado à defesa explícita da família tradicional, da moral cristã e do liberalismo econômico. Diferentemente de Marina Silva, cuja candidatura buscava universalizar o discurso, Everaldo assumiu um posicionamento identitário, apresentando-se como porta-voz direto da comunidade evangélica. Ainda assim, interessa-nos pensar as

motivações para que, mesmo defendendo uma pauta de moralidade, não tenha conseguido unir aliados para ter representatividade e expressão em um cargo de presidência. Uma das hipótese mais válidas para sua pouca expressividade é a da mudança no perfil do eleitorado ao longo dos últimos anos, o que acabou propiciando engajamento em candidaturas futuras que se alinham ao discurso moral.

3- Jair Messias Bolsonaro (candidato eleito em 2018 e candidato em 2022): A trajetória de Jair Bolsonaro ilustra um fenômeno peculiar, pois embora de origem católica ele foi batizado, em 2016, no rio Jordão por um pastor evangélico, gesto que consolidou sua aproximação com o segmento pentecostal e neopentecostal. Em suas campanhas de 2018 e 2022, Bolsonaro se projetou como um defensor da fé e dos valores cristãos, mobilizando redes de apoio evangélico, sobretudo através de líderes midiáticos como Silas Malafaia e Edir Macedo. Essa associação fez com que seu discurso incorporasse uma moralidade cristã e, diferentemente de Marina Silva e Pastor Everaldo, ele conseguiu transformar uma identidade religiosa em capital político, tornando-se o primeiro presidente do Brasil eleito com forte base evangélica organizada. No entanto, apesar de usar palavras e expressões de efeito como “Deus”, “moral”, “defender as famílias”, a retórica de seus discursos se fundamenta em expressões de ódio, guerra, armamento, morte, o que contrasta com o que se espera dos evangélicos que é a defesa da vida. Nas palavras de Nicolau (2020, p. 75) “Uma das hipóteses sobre a opção dos evangélicos por Bolsonaro é a existência de uma afinidade em relação ao conservadorismo no campo comportamental”.

Os gráficos 1 e 2, apresentados a seguir, evidenciam a expressiva mudança e disparidade nas escolhas feitas pelo eleitorado evangélico ao longo das eleições presidenciais de 2010 a 2018 e permitem estabelecer um contraste relevante com o comportamento do eleitorado católico no mesmo período, especialmente em 2018. O que se observa é que, enquanto os católicos, historicamente majoritários no Brasil, apresentaram um padrão de voto relativamente mais disperso e alinhado a candidaturas de centro e centro-esquerda (notadamente nos pleitos de 2010 e 2014), o eleitorado evangélico demonstrou uma tendência crescente de homogeneização política e de aproximação com candidaturas de direita.

Essa mudança pode ser entendida dentro de um quadro mais amplo de transformações sociais e religiosas. De um lado, o desgaste da hegemonia católica, que já não exerce sobre o eleitorado a mesma capacidade de orientar preferências políticas. De outro, a ascensão do campo evangélico, caracterizada pela organização institucional das igrejas, pelo uso intensivo

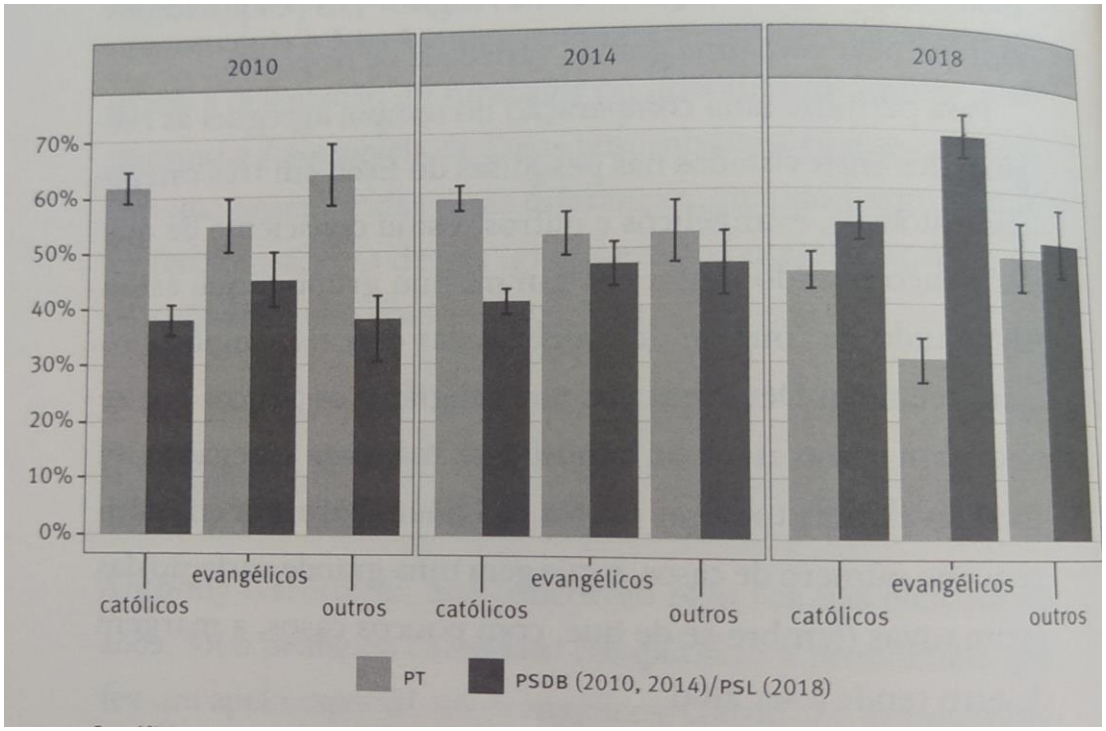
da mídia eletrônica como rádio, televisão, redes sociais, cultos, marchas, encontros religiosos e pela formação de lideranças capazes de mobilizar fiéis em torno de pautas morais e políticas específicas.

No caso das eleições de 2010, pesquisas de opinião indicavam que os evangélicos ainda se dividiam em suas preferências, havendo significativa presença de votos para candidaturas de centro-esquerda, como a de Dilma Rousseff, especialmente entre os segmentos pentecostais de baixa renda. Contudo, em 2014 já se observa um processo de mudança, uma vez que a candidatura de Marina Silva, evangélica de tradição pentecostal, atraiu de início grande parte do eleitorado religioso, ainda que posteriormente sua base tenha se fragmentado, migrando majoritariamente para Aécio Neves no segundo turno. Essa movimentação sinaliza um (re)direcionamento ideológico do voto evangélico, orientado por lideranças religiosas que associavam o PT e seus aliados a um suposto risco moral e ameaça aos valores cristãos.

O pleito de 2018 constitui a consolidação desse processo, uma vez que Jair Bolsonaro articulou um discurso moralizante e de defesa da fé cristã contra um inimigo político construído como portador de ameaças à família e à religião, embasado em discursos como “kit gay” ou “mamadeira de piroca”. O eleitorado evangélico apresentou um nível de alinhamento inédito e pesquisas apontam que cerca de 70% dos evangélicos declararam voto em Bolsonaro no segundo turno, configurando uma base eleitoral mais homogênea. Em contrapartida, o eleitorado católico, embora ainda numericamente superior, revelou maior fragmentação sendo percebido que parte significativa apoiou Bolsonaro, mas outra manteve fidelidade ao PT, o que evidencia sua menor capacidade de mobilização por diretrizes institucionais ou religiosas.

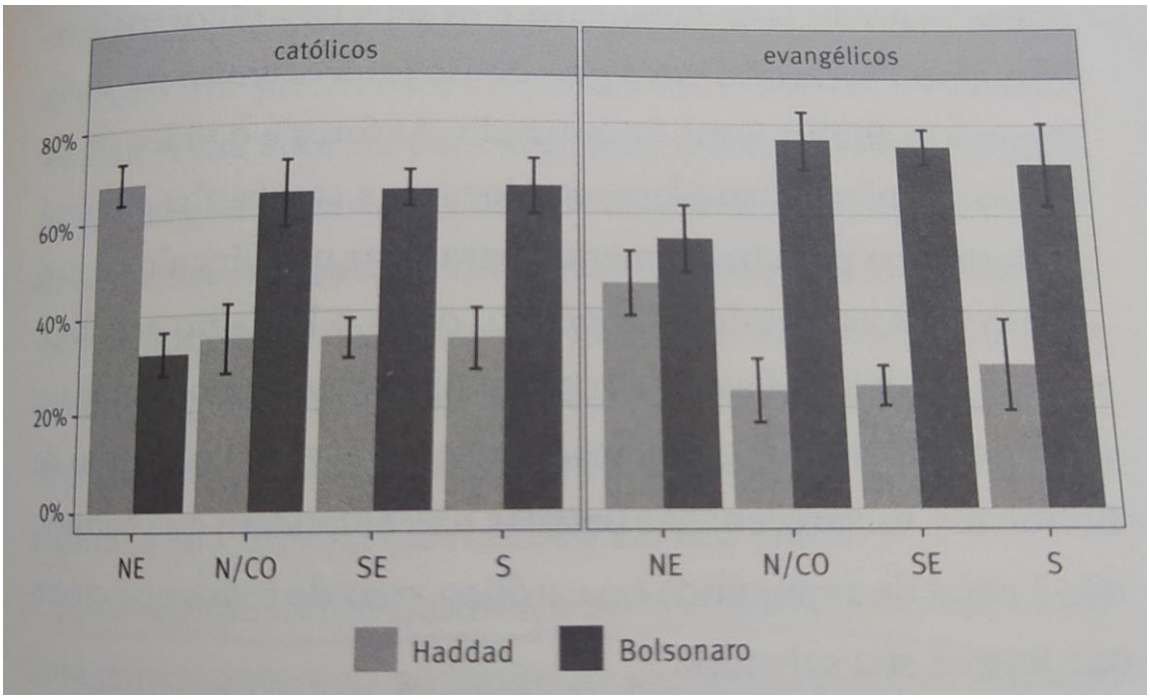
A comparação entre os perfis evangélico e católico de 2010 a 2018 demonstra a consolidação de um voto religioso evangélico orientado por lideranças e pautas morais, além do enfraquecimento da influência política da Igreja Católica como instituição que direciona as preferências eleitorais, outrora estabelecida na história do Brasil. O resultado é uma nova forma de composição do campo religioso brasileiro no espaço político, na qual os evangélicos emergem em uma coletividade mais organizada e capaz de produzir impactos decisivos nos resultados eleitorais.

Gráfico 1- Relação entre religião e voto para presidente no segundo turno de 2010 a 2018



Fonte: Nicolau, 2020

Gráfico 2- Relação entre religião e voto para presidente de acordo com as regiões do país



Fonte: Nicolau, 2020

O gráfico 2, além de reafirmar aspectos já mencionados, merece uma observação específica, pois destaca um aspecto que não poderíamos deixar de considerar no que se refere à notória diferença de apoio a Jair Messias Bolsonaro na região nordeste. Enquanto nas outras regiões ele tem apoio em massa dos evangélicos, no nordeste esse apoio não foi tão significativo, nem apresentou tamanha disparidade em relação ao outro candidato, Haddad. Esse aspecto demonstra e justifica os ataques sofridos pelos nordestinos ao longo do seu mandato, aos quais não nos debruçamos nesta pesquisa.

Assim sendo, entendemos que a relação entre a construção e manutenção da fé tem levado a caminhos questionáveis quando nos deparamos com a retórica do ódio construída por Bolsonaro. No plano discursivo, observa-se que a religião tem sido mobilizada como recurso simbólico de legitimação política, funcionando como fonte de autoridade moral e como instrumento de construção de identidades coletivas. No entanto, a retórica do ódio, entendida como prática discursiva que produz e reforça antagonismos, atribuindo a determinados grupos sociais ou ideológicos a condição de ameaça aos valores sagrados ou ao modo de vida da comunidade, acaba por contradizer os princípios humanistas e de fé.

Podemos observar que esse movimento entre política e religião reflete crenças, molda percepções de mundo e legitima projetos políticos. A retórica do ódio, ao ser veiculada em nome da defesa da religião, ganha uma dimensão de autoridade moral, apresentando-se como natural e inquestionável (Fairclough, 2003a).

A política marcada pela dimensão do antagonismo e pela construção de fronteiras simbólicas entre os adversários confere uma carga transcendente ao embate político. Se de um lado temos o opositor, que deixa de ser apenas adversário eleitoral e passa a ser visto como inimigo da moral, da família ou de Deus, do outro temos o salvador, o Messias, que vem para libertar o povo de seu inimigo. Isso explica como a retórica do ódio religioso pode se converter em uma ferramenta de mobilização afetiva eficaz, capaz de consolidar blocos eleitorais coesos.

Assim, todo discurso que recusa a legitimidade do outro configura-se como antagônico, uma vez que, ao mesmo tempo em que estabelece a linha de separação que define seu adversário, afirma também a sua própria existência. Dessa forma, a exclusão do outro representa simultaneamente a condição de afirmação identitária do sujeito e a negação da possibilidade de o antagonizado construir plenamente a sua própria identidade (Laclau e Mouffe, 2015).

A relação entre política, religião e retórica do ódio não é acidental, mas estrutural, uma vez que ela se inscreve no modo como o discurso organiza percepções sociais, mobiliza afetos e legitima práticas de poder. No caso brasileiro, essa relação produziu efeitos significativos no

comportamento eleitoral entre 2010 e 2018, sobretudo entre o eleitorado evangélico, que passou a aderir a projetos políticos que se legitimam por meio da defesa da fé, mas com uma retórica da exclusão, violência e ódio.

Entendemos que, na construção dessa retórica do ódio, houve o fomento de redes intertextuais explícitas e implícitas que se articulam de maneira estratégica no espaço público, mobilizando símbolos, narrativas e práticas discursivas de natureza religiosa. Essas redes reforçaram sentidos de pertencimento coletivo, funcionando como mecanismo de legitimação e de ocultamento, na medida em que a religiosidade foi instrumentalizada para disfarçar práticas de corrupção política e para neutralizar críticas a atores e instituições envolvidos em escândalos. A retórica religiosa, nesse contexto, operou como recurso discursivo duplo, conferindo isenção moral às ações políticas e silenciando ou relativizando denúncias que poderiam fragilizar lideranças no poder.

Essa dinâmica nos remete, portanto, à necessidade de aprofundar o debate sobre como as redes intertextuais da corrupção política e religiosa se consolidaram e se ampliaram durante o governo Bolsonaro. Ao recorrer sistematicamente a referências bíblicas, à linguagem de guerra espiritual e à associação entre fé e projeto de poder, o bolsonarismo concebeu uma complexa ligação entre religião e política, que produziu efeitos diretos no comportamento do eleitorado e na legitimação de práticas autoritárias e segregacionistas. No próximo tópico, discutiremos como essas redes intertextuais da corrupção política e religiosa se estruturaram nesse período específico, percebendo seus discursos, atores envolvidos e estratégias de mobilização.

4.2.1 As redes intertextuais da corrupção política e religiosa no Brasil durante o governo Bolsonaro

Durante seu mandato como presidente da república, entre 2019 e 2022, Jair Bolsonaro mobilizou os símbolos religiosos do cristianismo evangélico, como um aparato estratégico de apoio político-partidário com vistas à consolidação de sua base eleitoral e para se manter no poder. Catalogamos, a seguir, algumas maneiras pelas quais ele fez isso: *1- coalizão com líderes evangélicos; 2 discurso moral, religioso, familiar e educacional; 3- posicionamento contra o ensino formal; 4- uso de referências religiosas; 5-resistência a críticas*

1. Coalização com líderes evangélicos - Bolsonaro estabeleceu alianças estratégicas com líderes e pastores evangélicos de ampla influência política e midiática, dentre os quais se

destacam Silas Malafaia, pastor da Igreja Assembleia de Deus, Marco Feliciano, deputado federal e pastor da Igreja Pentecostal do Avivamento, e Magno Malta, senador e pastor da Igreja Batista. As referidas alianças não se restringiram a relações pessoais ou de afinidade ideológica, mas se constituíram como parte de um projeto político mais amplo, voltado à mobilização das massas religiosas como base de sustentação de poder. Ao participar ativamente de cultos, congressos e eventos organizados por essas lideranças, Bolsonaro construiu e reforçou uma imagem pública de defensor dos valores cristãos, mobilizando simbolicamente a fé como recurso de legitimação política e eleitoral.

Entretanto, essa associação entre política e religião não resultou em fortalecimento da ordem democrática ou da ética pública, pois, ao contrário disso, o produto dessas alianças frequentemente se traduziu em práticas que geraram instabilidade institucional e contribuíram para a (des)ordem, uma vez que a retórica religiosa foi mobilizada para encobrir, relativizar ou naturalizar práticas de corrupção e favorecimento político. Nesse contexto, a interdiscursividade se manifesta na articulação entre discursos de moralidade cristã, pautados em valores como família, honestidade e retidão, e discursos políticos centrados em estratégias de manutenção do poder por meio do clientelismo, da apropriação de recursos públicos e da consolidação de redes de privilégio.

A afinidade discursiva entre Bolsonaro e essas lideranças religiosas, configura-se como um pacto pragmático que alia interesses religiosos, políticos e econômicos. O discurso que os une é orientado por objetivos comuns como a legitimação de um projeto de poder marcado pelo conservadorismo moral e a instrumentalização da fé, mas atravessado por práticas de corrupção e apropriação indevida do espaço público. Desse modo, as alianças estabelecidas revelam a sobreposição entre religião e política no Brasil, desvelando o paradoxo do bolsonarismo que pode ser entendido como a utilização da moralidade cristã para sustentar práticas que enfraquecem os princípios éticos e democráticos e favorecem a corrupção.

2. Discurso moral, religioso, familiar e educacional - O ex-presidente, ao recorrer constantemente a uma fala fundada na moralidade cristã e nos valores familiares tradicionais, inscreve-se em um campo discursivo em que a política se combina com referências religiosas e morais. Essa estratégia discursiva legitima seu posicionamento diante de parte expressiva da população e mobiliza um imaginário coletivo no qual a defesa da família, concebida a partir da heteronormatividade e do patriarcalismo, assume caráter quase sagrado. A oposição a pautas como a legalização do aborto e a introdução da discussão sobre gênero nas escolas reflete,

portanto, uma tentativa de alinhar sua ação política a princípios morais de forte ressonância junto a setores conservadores da sociedade, vinculados a grupos religiosos de tradição cristã.

Ao articular sua crítica à chamada ideologia de gênero no ambiente escolar, o ex-presidente desloca o debate educacional para o campo da disputa moral e religiosa, transformando professores em alvos de desconfiança social. Nesse sentido, o discurso de ódio direcionado a Paulo Freire, e que se destina também a toda a categoria docente, emerge como um desdobramento da tentativa de desqualificar práticas pedagógicas críticas e emancipadoras, acusadas de serem contrárias à ordem moral e familiar. Com o pretexto da defesa da neutralidade e da preservação da infância contra a doutrinação ideológica, o ex-presidente reforça uma lógica de controle discursivo que instrumentaliza a religião e a moralidade para justificar ataques à liberdade de cátedra e ao pluralismo educacional.

Esse movimento evidencia como a política, quando fundamentada em discursos de caráter religioso e moral, tende a reforçar fronteiras entre o certo e o errado, o moral e o imoral, atribuindo à educação a função de preservar uma suposta ordem familiar e social. Nesse processo, o espaço escolar é reduzido a um campo de vigilância ideológica, no qual professores deixam de ser reconhecidos como mediadores do conhecimento para se tornarem suspeitos de ameaçar a estrutura moral da sociedade. Evidencia-se, assim, que a retórica presidencial não apenas operava como instrumento de legitimação política, mas também como mecanismo de exclusão e estigmatização dos docentes, sustentado por valores religiosos e familiares que, ao serem politizados, assumem contornos de disputa cultural e ideológica.

3. Posicionamento contra o ensino formal - No que diz respeito às políticas públicas educacionais, observa-se que algumas das propostas do ex-presidente foram explicitamente moldadas por uma perspectiva religiosa, traduzindo-se em uma tentativa de institucionalizar valores cristãos no âmbito educacional e social. A defesa do *homeschooling*, prática que propõe a retirada das crianças do sistema escolar formal para que sua educação seja conduzida em casa, sob supervisão familiar, ilustra como os princípios morais e religiosos interferem na condução da educação que deveria ser escolarizada. A defesa do *homeschooling* não apenas reflete as demandas de sua base evangélica, mas também se alinha às agendas promovidas por lideranças ultraconservadoras e pela bancada evangélica no Congresso Nacional, que veem na educação domiciliar um meio de preservar uma concepção tradicional de família, religiosidade e moralidade.

Contudo, ao mesmo tempo em que mobiliza discursos sobre liberdade religiosa e autonomia familiar, a defesa do *homeschooling* confronta diretamente o marco legal vigente. A

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Título III, artigo 4º, estabelece como dever do Estado assegurar, de forma obrigatória, a matrícula escolar de crianças a partir dos 4 anos de idade em instituição escolar. Essa tensão demonstra um conflito de interesses entre a intenção de promover valores morais e religiosos específicos e a obrigação legal de garantir o acesso universal à educação formal, levantando questões éticas sobre a instrumentalização da educação em detrimento de uma agenda ideológica.

A adoção de políticas educacionais fundamentadas em princípios religiosos produz debates sobre a pluralidade de valores na sociedade e sobre o papel do Estado em mediar a diversidade de concepções morais. A tentativa de consolidar uma visão cristã unilateral na educação implica a exclusão de outras perspectivas culturais, sociais e religiosas, configurando um discurso que, embora se apresente como protetor da moral familiar, restringe a liberdade pedagógica e a diversidade educativa previstas na CF. Assim, a vinculação entre religião, moral e política educacional se revela como um mecanismo estratégico de controle social e cultural, ao mesmo tempo que impõe reflexões éticas sobre direitos, cidadania e pluralismo de ideias.

4. Uso de Citações Religiosas - O ex-presidente Jair Bolsonaro, em inúmeras ocasiões, recorreu a referências bíblicas e aos ensinamentos cristãos como recurso para legitimar suas ações e decisões políticas, construindo em torno de sua autoridade um vínculo moral e religioso da tradição cristã. Essa estratégia consolidou sua imagem junto à base evangélica, reforçando a ideia de que sua atuação política estaria em consonância com princípios éticos e espirituais. Discursos em eventos públicos, lives e cerimônias religiosas frequentemente incluíam citações de versículos bíblicos ou menções a valores cristãos, como família, honestidade e fé, como forma de ancorar moralmente suas posições políticas.

Esse aparato discursivo apresenta uma tensão significativa quando se confrontam as referências religiosas com outras posturas e declarações defendidas pelo ex-presidente, especialmente no que se refere ao uso da violência e flexibilização do acesso ao armamento. Bolsonaro reiteradamente manifestou apoio à flexibilização do porte e posse de armas, argumentando que cidadãos armados poderiam se defender de criminosos, chegando a afirmar publicamente que não tinha problema nenhum com a morte de pessoas envolvidas em atividades criminosas. Os posicionamentos contrastam com os preceitos cristãos que valorizam a vida, o perdão e a não violência, como evidenciado nos ensinamentos dos textos do cristianismo sobre amar o próximo e não recorrer à violência.

A contradição entre a construção simbólica de um líder que se apresenta como defensor da moralidade e da religiosidade e práticas políticas que promovem a agressividade e a punição

violenta, demonstra que o apelo ao sagrado foi estratégico para legitimar ações políticas violentas. Essa contradição pode ser interpretada como uma estratégia discursiva destinada a manter coesa uma base conservadora religiosa, ao mesmo tempo em que flexibiliza normas éticas em nome da segurança pública e da ordem, permitindo uma legitimação seletiva de ações que, do ponto de vista religioso e moral, seriam contestáveis.

Para contextualização de nossas afirmações, resgatamos uma episódio de 2019 ocorrido durante evento com lideranças evangélicas, no qual Bolsonaro afirmou que o cidadão de bem precisa ter arma. Essa afirmação tem por base a alegação de defesa e proteção da família, a mesma família idealizada nos discursos religiosos, criando um tensionamento moral entre a narrativa religiosa e a prática política de defesa da morte. Em outros momentos, durante entrevistas e declarações públicas, Bolsonaro invoca passagens bíblicas sobre justiça e punição, enquanto promove a defesa de políticas de endurecimento penal, mostrando como um discurso revestido de religiosidade pode ser mobilizado para justificar decisões socialmente e eticamente controversas.

5. Resistência a Críticas - Posicionando-se como um defensor da fé, Bolsonaro usou a religião como respaldo para legitimar suas ações e instrumentalizou a moral cristã como estratégia de defesa diante das críticas de seus opositores. Ao se apresentar como um guerreiro em defesa dos valores cristãos, construiu um imaginário de vítima diante de qualquer contestação a suas políticas ou declarações, sendo estas interpretadas como um ataque à fé e à moralidade tradicional que ele afirmava representar. Essa construção discursiva opera como mecanismo de proteção, de poder simbólico (Bourdieu, 1989) deslegitimando críticas e posicionamentos divergentes, ao enquadrá-los não como debates políticos legítimos, mas como ameaças à ordem moral e religiosa que Bolsonaro diz defender.

O recurso à imagem de perseguição moral e espiritual não se restringiu ao ex-presidente, mas foi reproduzido e amplificado por seus aliados políticos e religiosos. Diversos líderes de sua base, incluindo parlamentares e pastores influentes, reforçaram o repúdio ao que era visto como ataques sofridos por Bolsonaro, alegando que estes constituíam perseguições religiosas, despertando uma identificação emocional do público com o líder, homem de Deus, injustamente atacado. Esse padrão discursivo cria um efeito de coesão entre seus seguidores, transformando críticas racionais ou análises acadêmicas em supostos ataques à fé cristã, e posicionando opositores como inimigos não apenas do político, mas dos princípios morais e espirituais que ele afirma defender. Nas palavras de Lopes *et al* (2025, p. 09)

> A interferência da religião na política brasileira assumiu um papel definidor da ascensão da extrema-direita ao poder no Brasil e da difusão de valores baseados na moral cristã, que tem se traduzido cada vez mais nos discursos e no caráter das políticas públicas adotadas, sinalizando fragilidades da laicidade do Estado e até mesmo da secularização.

Essa estratégia evidencia uma instrumentalização da religiosidade como ferramenta de poder e manutenção da hegemonia, uma vez que ao mobilizar a fé para neutralizar críticas, o discurso protege o líder de confrontos públicos e questionamentos, além de fortalecer a polarização social, caracterizando adversários como ameaças aos valores sagrados da comunidade cristã. A religião é mobilizada como recurso simbólico capaz de conferir autoridade moral e justificar posições políticas contraditórias, ao mesmo tempo em que limita o espaço de debate crítico e democrático.

Durante os posicionamentos contrários à gestão de Bolsonaro ou a sua postura pública, aliados próximos frequentemente afirmavam que as críticas representavam perseguição à família e à fé cristã, reforçando que a oposição política não atacava apenas o político Bolsonaro, mas a totalidade de valores morais e religiosos que ele representava. Dessa forma, foi criada uma rede de proteção de práticas defendidas pelo ex-presidente e que outrora poderiam ser vistas como inadequadas.

Além de todos os aspectos já mencionados desse movimento de união entre religião e política, torna-se necessário falar sobre a relação entre política, religião e corrupção. Denúncias de corrupção envolvendo pastores intermediando verbas no Ministério da Educação (MEC) evidenciaram a conversão da religião em moeda de troca para obtenção de vantagens ilícitas. Segundo dados apresentados pela CNN,[100] há registros de que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura estiveram em pelo menos 28 ocasiões no Palácio do Planalto entre os anos de 2019 e 2022 e estariam envolvidos em recebimento de propina para que recursos federais fossem liberados para prefeituras específicas, a pedido do então presidente Jair Bolsonaro.

Compreendemos esses dados como contraditórios, uma vez que os pastores citados colaboraram para manutenção de uma rede de corrupção, contrastando com o que se espera de um perfil de liderança religiosa no que diz respeito a ser exemplo pelas ações, cuidar de suas comunidades, garantir os direitos fundamentais, primar pela qualidade de vida de suas comunidades. O contraste é revelado quando estes utilizam de sua função para ganhos pessoais

[100] A matéria sobre a investigação dos pastores em recebimento de propina na íntegra está disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pastores-envolvidos-em-escandalo-do-mec-foram-28-vezes-ao-planalto/> Acesso em 25 de setembro de 2025.

indevidos e incorrem, inclusive, na retirada de direitos das populações mais vulneráveis com o desvio de verbas de pastas importantes como saúde e educação, por exemplo.

A partir dessa constatação, torna-se imprescindível analisar como a presença de lideranças religiosas em espaços estratégicos do poder político contribuiu para a naturalização de práticas clientelistas e para a legitimação de uma rede de corrupção estruturada sob o disfarce da moralidade cristã. O caso envolvendo os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura faz parte de um pacto mais amplo em que a intermediação religiosa foi transformada em capital de ascensão política e econômica. Essa prática se revela grave porque compromete a integridade das instituições públicas ao direcionar recursos mediante esquemas ilícitos e desacredita a religiosidade ao instrumentalizar a fé para assegurar privilégios individuais.

Nesse sentido, observa-se que a rede de corrupção fomentada por determinados líderes evangélicos durante o governo Bolsonaro foi sustentada pela intertextualidade de discursos que mesclavam fé, patriotismo e combate à corrupção, ao mesmo tempo em que se beneficiavam de práticas opostas a esses ideais. O combate à corrupção, amplamente utilizado como bandeira política do bolsonarismo, mascarou estratégias de favorecimento e distribuição irregular de verbas públicas, em áreas socialmente importantes, como a educação, transformando políticas públicas em moeda de troca eleitoral.

O uso da religião como legitimadora dessas práticas evidencia que alguns líderes religiosos atuam como mediadores entre o Estado e o povo, atribuindo-lhes uma autoridade que ultrapassa a esfera política, além de reconfigurar a percepção social da corrupção, disfarçada de ajuda às comunidades locais, dificultando o seu enfrentamento crítico. Assim, o poder simbólico exercido por pastores e líderes evangélicos se converteu em um mecanismo de blindagem contra denúncias, alimentando uma rede de proteção mútua entre esferas políticas e religiosas.

Embora se apresentassem como portadores de moralidade e ética, na prática o esquema que uniu religião e política sustentou apropriação ilícita de recursos públicos e fragilizou a credibilidade das instituições democráticas. A dinâmica do chamado *orçamento secreto*[101] constitui uma nova forma de patrimonialismo religioso-político, uma vez que ao destinar recursos públicos sem critérios objetivos de distribuição e com reduzida fiscalização, o governo criou um mecanismo de favorecimento que atendia às demandas parlamentares e às expectativas de líderes religiosos aliados. Dessa forma, consolidou-se uma rede de troca de

[101] Para saber mais sobre o que é o orçamento secreto ler a matéria disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62792795> Acesso em setembro de 2025.

benefícios que se revestia de legitimidade ao ser apresentada em defesa da fé e dos valores cristãos.

Esse processo retoma práticas históricas de patrimonialismo, mas com a peculiaridade de estar ancorado em discursos de natureza moral e espiritual. Ao mobilizar a religião tentaram se blindar de críticas e desviar o foco das práticas ilícitas que permeavam o uso do orçamento público. Esse quadro compromete a credibilidade das instituições democráticas, ao passo que reforça a captura do Estado por interesses privados disfarçados de valores coletivos. A apropriação de recursos públicos por meio do *orçamento secreto* evidencia o quanto a lógica patrimonialista permanece atualizada, reinventando-se em novos contextos. Se, no passado, ela se vinculava diretamente a estruturas oligárquicas de poder econômico e político, hoje se articula também com estruturas simbólicas, como a religião, ampliando o seu alcance e dificultando sua contestação.

Diante das constatações, discutiremos a seguir sobre o uso da religião na política como um movimento que visa à despolitização e ao enfraquecimento do pensamento sobre os deveres públicos a partir do viés moral e sagrado. Ao recorrer a valores religiosos como fundamento da ação política, o bolsonarismo desloca o debate público do campo racional e deliberativo para o terreno da crença e da emoção, criando uma atmosfera em que a fé se sobrepõe à reflexão crítica. Esse deslocamento promove uma naturalização das desigualdades sociais e políticas, uma vez que transforma questões estruturais, como pobreza, violência e exclusão, em problemas de ordem espiritual, desresponsabilizando o Estado por suas obrigações constitucionais.

4.3 A instrumentalização do discurso religioso como mecanismo de despolitização

A apropriação do discurso religioso pela pauta bolsonarista opera como um mecanismo estratégico de despolitização da esfera pública. Ao deslocar o foco do debate político para temas de ordem moral e espiritual, o governo construiu uma narrativa capaz de mobilizar afetos e crenças, enquanto oculta contradições estruturais de sua gestão, como o aumento da desigualdade social, a precarização do trabalho e a deterioração das políticas públicas. A retórica da defesa da fé e da família tradicional funciona, assim, como estratégia de dissimulação, que neutraliza o pensamento crítico e dificulta a construção de uma consciência política coletiva. Nesse sentido, o discurso religioso é instrumentalizado como ferramenta de

persuasão e controle social, sustentando a hegemonia de um projeto político autoritário e neoliberal.

Nas palavras de Barba e Massuchin (2024, p. 08)

> o ativismo religioso, especialmente no caso brasileiro, se deu por lideranças evangélicas considerarem Bolsonaro o representante de seu valores, capaz de vencer o petismo e o comunismo, assim como a perseguição aos cristãos e a destruição da família.

Diante desse cenário de polarização, utilizou-se de discursos disfarçados de moralidade para conduzir o ativismo religioso a defender um candidato e/ou presidente que estivesse supostamente alinhado ideologicamente com o grupo. Essa estratégia buscou legitimar projetos políticos específicos por meio da linguagem da fé, mobilizando símbolos e valores religiosos como instrumentos de persuasão e de construção de identidades coletivas. Assim, questões políticas passaram a ser tratadas como batalhas espirituais, nas quais o apoio ao líder político se confundia com a defesa da própria religião. Essa instrumentalização da fé através da política contribuiu para a consolidação de um governante apresentado como escolhido por Deus e o adversário como inimigo dos valores cristãos, reforçando a divisão social e o engajamento acrítico de fiéis em torno de pautas ideológicas.

A adesão popular conquistada por Bolsonaro se baseou em dogmas cristãos, sendo reproduzidos reiteradas vezes, sustentando e reforçando o discurso político. Muitos eleitores passaram a não distinguir mais entre a verdade religiosa (da fé) e a (in)verdade política (do candidato). Nas palavras de Vianna e Mendonça (2023, p.13)

> Essa estratégia retórica de adotar dogmas evangélicos para legitimar o candidato e suas propostas foi replicada em diversos outros textos e doutrinas do credo cristão, visando a criar uma amálgama indistinguível entre a verdade crida pelos religiosos e aquela promulgada pelo candidato. A propósito, esse caráter autoritativo do discurso bolsonarista – no qual sua verdade tem o poder de associar indivíduos em prol de uma causa comum e dispersar seus opositores – apresenta uma mimética notável em relação a um conceito-chave no conjunto dogmático judaico-cristão: o profeta.

Outro aspecto importante de ressaltar é que essa construção em torno do líder político, unificando-o a um líder que supostamente representaria a religiosidade, chegamos em uma construção simbólica muito demarcada em torno de Bolsonaro: a criação do mito. Para Vianna e Mendonça (2023, p.09)

> [...] o conceito de mito, utilizado para designar uma narrativa que confere sentido a uma realidade. Aqui é importante salientar a distinção do uso científico do termo em relação à sua acepção coloquial de algo “fictício”. Em seu uso nas ciências antropológicas, “mito” significa “a grande narrativa em que a história está inserida, a narrativa pela qual a história e as histórias de vidas humanas são interpretadas”.

Essa dinâmica de atribuir o sentido de mito a uma figura política pode ser compreendida a partir da noção de poder simbólico (Bourdieu, 1989), segundo a qual o poder político se manifesta também na capacidade de impor significados e produzir crenças. O discurso bolsonarista, nesse sentido, mobiliza representações simbólicas que ultrapassam a racionalidade política e se inserem no campo da fé e da identidade. O pode ser visto como um mecanismo de legitimação e de adesão que mobiliza adesão por meio da emoção, da moral e da crença.

É notório também que a construção do mito foi amplificada pelos meios digitais, especialmente pelas redes sociais, que funcionaram como instrumentos de circulação de discursos enfáticos sobre a figura de Bolsonaro. De acordo com Barba e Massuchin (2024), os atravessamentos religiosos nas campanhas eleitorais brasileiras evidenciam como o uso de signos da religiosidade evangélica, orações, bênçãos, referências bíblicas e expressões como "Deus acima de todos", serviu para produzir um vínculo entre fé e identidade política.

A mitificação de Bolsonaro representa uma tentativa de

> [...] requerer de seus partidários e ouvintes em geral um comportamento acrítico, de plena aceitação e efusiva anuência – como quem recebe uma iluminação divina sobre o desconhecido. Bolsonaro emite livremente suas opiniões a respeito da história política brasileira, da geopolítica internacional, das pautas ambientais, das alianças político-partidárias e afins, sem quaisquer comprovações científicas ou provas robustas. Ao ser questionado, sua resposta é "E precisa prova disso aí?"11, como se seu discurso jamais pudesse ser posto a prova (Vianna e Mendonça, 2023, p.).

Ao apropriar-se de elementos do imaginário cristão, especialmente do sofrimento e da perseguição, Bolsonaro é retratado por seus seguidores como um redentor, cuja missão seria salvar a nação da corrupção. Isso evidencia como a religiosidade é instrumentalizada como estratégia discursiva de poder e legitimação política. Nas palavras de Vianna e Mendonça (2003, p. 15)

> Nessa linha, Bolsonaro dá um passo adiante: seu discurso pretende gozar da fé cega que só se deve a uma divindade. Sua rejeição e seu escárnio, portanto, assemelha-se àqueles dos profetas incompreendidos e socialmente inconvenientes do Antigo Testamento, ou mesmo de Cristo, o líder revolucionário martirizado em prol da manutenção do status quo do Império de Roma sobre o Patriarcado de Jerusalém.

Considerando os aspectos mencionados sobre uma construção discursiva governamental que fez uso da fé como forma de sustentação das violências e da corrupção, torna-se necessário compreender como esse governo tratou os professores, aspecto que conversa diretamente com nossa tese. Compreender os atos governamentais, sejam de ordem institucionalizada ou discursiva, que fomentem no imaginário social uma visão sobre o ser

professor no Brasil, permite-nos repensar políticas que objetivem a defesa da educação pública e do ser professor no Brasil. Assim sendo, discutiremos, no capítulo 5, sobre a deslegitimação do professor no governo Bolsonaro e como é possível resistir diante de uma tentativa de desmonte da carreira docente.

CAPÍTULO 5

Entre a deslegitimação e a resistência: a docência sob o governo Bolsonaro

"Enquanto educador progressista não posso reduzir minha prática docente ao ensino de puras técnicas ou de puros conteúdos, deixando intocado o exercício da compreensão crítica da realidade."

Paulo Freire

O professor ocupa, historicamente, lugar central na formação da cidadania brasileira, seja como mediador de saberes, seja como agente de transformação social. Esse papel encontra respaldo em documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que estabelecem a docência como função estratégica para a consolidação da qualidade educacional, da equidade e do direito à educação. No entanto, no período do governo Bolsonaro (2019–2022), evidenciou-se uma deslegitimação da prática docente marcada por discursos que associavam os professores a uma ameaça ideológica. Por outro lado, os professores, símbolo de resistência, continuaram a resistir através de suas práticas cotidianas, movimentos sociais e entidades acadêmicas que buscavam reafirmar a dignidade e a relevância do trabalho docente.

Esse cenário foi fruto de um movimento histórico que remonta às tensões entre políticas públicas e visões ideológicas sobre o papel da escola. Durante o bolsonarismo, essas tensões se intensificaram, revelando um projeto de governo que se apropria de discursos moralizantes e anticientíficos para enfraquecer a credibilidade dos docentes e da própria instituição escolar. Um dos indícios dessa política é a alta rotatividade nos cargos de gestão da educação, que expressa uma instabilidade administrativa na tentativa de implementar uma agenda ideológica em detrimento de políticas pedagógicas mais consistentes e que promovem mudanças educacionais tão necessárias.

As consequências desse processo foram inúmeras e, dentre elas, destacamos que no campo das representações sociais, instaurou-se uma imagem do professor como doutrinador e inimigo dos valores familiares e religiosos, reforçando a retórica de polarização e desconfiança. No plano concreto, os efeitos de sentido dessa deslegitimação se refletiram em depressão, adoecimento psíquico, desgaste profissional, precarização salarial e doenças incapacitantes,

elementos que fragilizam a relação entre docentes e estudantes. Esses efeitos foram agravados pela escalada da violência nas escolas, traduzida em episódios de agressões, assassinatos e invasões a instituições de ensino, fenômenos que se intensificaram nos últimos anos.

Em contrapartida, a resistência dos professores também se manifestou em múltiplas frentes, como na produção acadêmica, nos sindicatos, nas associações de classe, em redes de solidariedade e na continuidade do trabalho pedagógico em condições adversas. Já no governo subsequente, o de Luiz Inácio Lula da Silva (2023 até o presente momento), percebe-se um esforço de ressignificação, sobretudo por meio da formulação de políticas específicas voltadas ao enfrentamento da violência escolar, evidenciando a urgência de reposicionar a docência não como inimiga, mas como protagonista na construção de um projeto democrático de educação nacional.

Assim, este capítulo vai traçar reflexões sobre a construção dessas representações sociais, enfatizando a coexistência de discursos de deslegitimação e resistência. A partir da articulação entre documentos oficiais, teorias críticas e evidências empíricas, busca-se compreender como os professores foram transformados em alvo de disputas ideológicas e quais efeitos simbólicos e materiais que essa disputa gerou para a educação brasileira.

5.1 O papel do professor nos documentos oficiais

Os documentos oficiais que orientam a educação brasileira, reiteram o papel do professor como mediador do conhecimento e agente fundamental no processo de ensino e de aprendizagem. Esses dispositivos legais e normativos atribuem à docência a responsabilidade pelo compartilhamento de saberes e conferem ao professor a função de colaborar na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, favorecendo a formação crítica, ética e cidadã. Ao estabelecerem diretrizes que articulam conteúdos, competências e habilidades, esses documentos legitimam a importância do docente na construção de práticas pedagógicas que possibilitam a efetivação do direito à educação, conforme previsto na CF de 1988. Além disso, documentos como a LDB e a BNCC sinalizam que a atuação do professor ultrapassa a dimensão técnica, assumindo um caráter político, social e cultural, o que exige uma formação sólida, compromisso com a diversidade e capacidade de responder aos desafios da escola brasileira atual. Assim, o professor é representado oficialmente e legalmente como sujeito ativo na mediação de saberes, na promoção de valores democráticos e na construção de processos educativos inclusivos e transformadores.

Dessa maneira, interessa-nos observar em cada documento normativo quais os princípios legais que regem a atuação docente, para situarmos que o professor tem respaldo legal no desenvolvimento de suas práticas. Além disso, é necessário compreender a dimensão social, política e cidadã que reveste a função de ser professor no Brasil. Iniciaremos com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e seus princípios legais, analisando como esta define o papel social do professor

5.1.1. A docência na LDB 9.394/96: princípios legais e papel social do professor

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) diz em seu artigo 1º que "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." Considerando essa afirmativa, compreendemos que a educação ultrapassa os limites do mecanicismo e do formalismo educacional, abrangendo aspectos referentes à vida humana como um todo e, em especial, à vivência em sociedade.

Reconhecendo a educação como um direito de todos e como um dever do estado, a lei preza pela promoção da igualdade entre todos os estudantes e estabelece a responsabilização do estado como promotor do acesso desses estudantes à escola. A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento é defendida e representa o reconhecimento da liberdade acadêmica e da autonomia pedagógica do professor e da instituição.

A defesa da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, prevista na lei, reforça o reconhecimento da autonomia pedagógica do professor e das instituições de ensino, garantindo que a prática docente não seja apenas uma reprodução de conteúdos, mas sim uma atividade reflexiva, crítica e criativa, capaz de promover o pensamento independente dos estudantes e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Nesse contexto, o papel social do professor se apresenta de forma a não se limitar à transmissão de conteúdos curriculares, envolvendo outras dimensões como a mediação de saberes, a formação integral dos estudantes e a promoção de valores éticos e democráticos. O docente é, portanto, imprescindível na articulação entre educação e sociedade, responsável por transformar espaços de aprendizagem em ambientes que favoreçam a inclusão, a diversidade, o pensamento crítico e a participação cidadã. Assim, a LDB consolida a figura do professor como sujeito político e social, cuja atuação impacta diretamente a qualidade da educação e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A complexidade da atuação do professor, encontra respaldo na lei para sua atuação cidadã, mas esbarra em políticas governamentais que buscam limitar essa atuação apenas ao campo tecnicista. Assim sendo, encontramos resistência no ato de educar para a politização, sendo esta uma categoria necessária para mudanças sociais verdadeiramente comprometidas.

O papel social do professor assume uma dimensão política central no processo educativo, pois ao atuar como mediador do conhecimento contribui para a formação crítica dos estudantes, oferecendo possibilidades para que estes compreendam e questionem as estruturas sociais, econômicas e políticas nas quais estão inseridos. Essa função é essencial para a consolidação de uma cidadania consciente e participativa, uma vez que a educação, quando entendida em sua dimensão social, transforma-se em espaço de reflexão, debate e construção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido, a politização dos estudantes não se reduz à instrução sobre o funcionamento das instituições democráticas, à transmissão de conceitos civis, mas envolve a desconstrução de preconceitos, a análise crítica das desigualdades e a capacidade de ação sobre a realidade social. O professor desempenha papel estratégico nesse processo ao estimular a reflexão crítica, a discussão ética e a tomada de decisão fundamentada, promovendo, assim, a autonomia intelectual dos alunos. Segundo Gadotti, (1998, p. 85):

> Estudante politizado é aquele que atua politicamente dentro e fora da escola. É um estudante que tem motivação pela qualidade, pela relevância social e teórica do que é ensinado. Passa a exigir do professor, tem interesse pelas relações humanas estabelecidas no interior da escola, discute a gestão da escola, o currículo, enfim, o projeto político-pedagógico da escola.

O contexto político e social brasileiro dos últimos anos evidencia a urgência da função social da educação. Em períodos marcados por tentativas de deslegitimação da educação pública ou de controle ideológico sobre o currículo, como ocorreu durante o governo Bolsonaro, o papel político do docente se destaca como mediador de saberes que resistem à imposição de manutenção de privilégios, promovendo o pluralismo de ideias e a consciência crítica. Assim, a docência politicamente engajada fortalece a compreensão da realidade social pelos estudantes, consolidando e fortalecendo a democracia, uma vez que forma sujeitos capazes de intervir de maneira ética, crítica e responsável nos processos coletivos.

Compreendendo o professor como um dos agentes de transformação social e política é reconhecendo que a educação é, por excelência, um espaço de construção de cidadania e participação social, a formação crítica dos estudantes depende diretamente da atuação comprometida, reflexiva e socialmente engajada dos docentes. Posicionar-se contra as

injustiças sociais, contra a corrupção, contra as desigualdades é colaborar para a formação de sujeitos socialmente emancipados. Nas palavras de Gadotti

> Educar nessa sociedade é tarefa de partido, isto é, não educa para a mudança aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca. É tarefa de partido porque não é possível ao educador permanecer neutro. Ou educa a favor dos privilégios ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas. Aquele que se diz neutro estará apenas servindo aos interesses do mais forte. No centro, portanto, da questão pedagógica situa-se a questão do poder (Gadotti, 1998, p. 87).

Dessa maneira, fica evidenciada uma dimensão fundamental da prática educativa que diz respeito a impossibilidade de neutralidade do professor diante das relações sociais e do contexto histórico em que atua. Educar não é transmitir conteúdos ou competências técnicas, mas implica posicionamento ético e político, pois o educador, consciente ou inconscientemente, contribui para a manutenção ou para a transformação das estruturas sociais existentes. Vale ressaltar que quando se fala em "tarefa de partido" (Gadotti, 1998, p.87) não se refere a um partido político específico, mas enquanto intervenção que favorece determinados interesses sociais, valores e formas de poder.

Um dos pontos centrais dessa reflexão diz respeito ao poder, que se manifesta na relação entre ensino e sociedade. A escola e os professores não são neutros, e, portanto, não podem se dissociar dos conflitos sociais que permeiam a realidade de seus estudantes. A tentativa de neutralidade, acaba favorecendo os interesses das classes dominantes, mantendo desigualdades e reproduzindo privilégios, mesmo que de forma não intencional (Gadotti, 1998). Assim, a ação pedagógica consciente exige do docente uma postura crítica, que reconheça as condições históricas e sociais de seus alunos e promova uma educação que possibilite a compreensão das desigualdades e a mobilização para sua transformação.

Dentro desse quadro, o papel social do professor torna-se estratégico para a formação crítica e politização dos estudantes. Ao abordar conteúdos, práticas e debates que se conectam com as experiências de vida dos alunos, o educador contribui para que eles reconheçam os mecanismos de poder, questionem hierarquias injustas e se engajem na construção de uma sociedade mais equitativa.

Compreendendo a educação como esse espaço de disputa e transformação social, é válido pensar sobre o contexto brasileiro do bolsonarismo, marcado por tentativas de deslegitimação da docência e por debates sobre o papel da escola e do currículo na formação de sujeitos críticos como uma forma de neutralizar as práticas docentes e deslegitimar a atuação desses profissionais. No entanto, traremos esse tema em específico ao longo dos próximos

tópicos, uma vez que para ampliar nossas ideias é relevante destacar quais as expectativas da Base Nacional Comum Curricular sobre a atuação docente. Enquanto a LDB traz princípios legais que garantem o direito à educação e posiciona o docente como agente de cidadania, a BNCC reforça competências e habilidades esperadas acerca do professor.

5.1.2. A BNCC: competências, habilidades e expectativas em relação ao docente

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, através da mediação dos professores, desempenha um papel decisivo na orientação das práticas pedagógicas no Brasil, estabelecendo parâmetros que buscam garantir qualidade para a educação básica. Já em seu texto introdutório a BNCC diz que

> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)[1], e está *orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva*, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC, 2018, grifos nossos).

O documento normativo explicita que as habilidades e competências devem ser desenvolvidas de forma a promover a consciência crítica, ética e cidadã dos estudantes, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática. Esse direcionamento desloca a prática pedagógica da transmissão de conteúdos para a promoção de aprendizagens significativas, em que o conhecimento não se esgota em si mesmo, mas se articula à realidade social, cultural e histórica dos sujeitos. Nesse sentido, a BNCC reafirma a centralidade do professor como mediador de saberes, conferindo a sua prática didática a responsabilidade de articular conteúdos curriculares às experiências concretas da vida em sociedade.

No âmbito da educação básica, esse movimento exige que a didática do professor ultrapasse a perspectiva tecnicista e conteudista, valorizando metodologias que estimulem o pensar, o agir e o refletir no e para o mundo. O papel docente, portanto, não se limita ao repasse de informações, mas assume um caráter formativo que implica despertar nos estudantes a capacidade de analisar criticamente o contexto em que vivem, identificar problemas sociais e propor alternativas de transformação. Essa dimensão crítica do ensino evidencia a importância

de práticas pedagógicas dialógicas, participativas e problematizadoras, que reconheçam a pluralidade dos estudantes e possibilitem a construção coletiva do conhecimento. Para Libâneo (2004, p.5-6), a prática pedagógica divide-se em

> [...] duas crenças: uma, que a escola continua sendo uma instância necessária de democratização intelectual e política; outra, que uma política educacional inclusiva deve estar fundamentada na idéia de que o elemento nuclear da escola é a atividade de aprendizagem, lastreada no pensamento teórico, associada aos motivos dos alunos, sem o que as escolas não seriam verdadeiramente inclusivas.

Assim, a BNCC, ao mesmo tempo em que define parâmetros e diretrizes, abre espaço para a valorização da didática como prática social e política. O professor da educação básica deve se respaldar nesses referenciais de forma criativa e contextualizada, buscando desenvolver nos estudantes competências que não apenas respondam a demandas escolares imediatas, mas que os preparem para atuar como sujeitos ativos e conscientes em uma sociedade democrática. Dessa forma, a prática docente assume papel estratégico na articulação entre os objetivos normativos da BNCC e as necessidades reais dos estudantes, transformando a sala de aula em um espaço de formação integral, crítica e emancipatória. Nessa perspectiva, Freire nos diz que

> É essa percepção do homem e da mulher como seres "programados, mas para aprender" e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos (Freire, 1996, p. 142).

Além disso, a BNCC demonstra em algumas de suas competências alinhamento à prática pedagógica freireana, uma vez que reitera questões relativas à autonomia e à consciência crítica. Vejamos, na íntegra, as competências gerais 6, 9 e 10 do documento

> 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao *exercício da cidadania* e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
>
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos *direitos humanos*, com acolhimento e *valorização da diversidade* de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
>
> 10. Agir pessoal e coletivamente com *autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação*, tomando decisões com base em *princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários* (Brasil, 2018, p. 9-10, *grifo nosso*).

Percebemos que, quando um documento oficial preconiza aspectos referentes à autonomia, à democracia, aos princípios da ética e da cidadania, está reafirmando um compromisso com um pensamento educacional plural, que reconhece a diversidade social, cultural e histórica presente no contexto brasileiro. Ao propor essas diretrizes, a BNCC explicita

uma concepção de educação que não se restringe ao domínio de conteúdos disciplinares, mas que valoriza a formação integral do sujeito, considerando-o em sua complexidade e em sua inserção na vida social. Essa orientação revela que, mesmo que alguns governos, como o de Jair Messias Bolsonaro, ou alguns movimentos, como o MESP, promovam discursos que associam escola à doutrinação, o que de fato acontece é a promoção de pensamento crítico, embasado na lei, não se limitando a um modelo de educação tecnicista e conteudista. A educação, que segue o previsto nas leis e normativas, busca integrar dimensões cognitivas, éticas e cidadãs, alinhando-se a um projeto de sociedade democrática. Ao legitimar a autonomia, a pluralidade de vozes e a convivência com a diferença, o documento oficial coloca em evidência a necessidade de práticas pedagógicas que estimulem o diálogo, a criticidade e a responsabilidade social dos estudantes.

Apesar da valorização do papel docente nos documentos oficiais, o período bolsonarista contradisse de maneira explícita esses fundamentos ao reduzir o professor à figura de inimigo ideológico. Esse movimento se configurou como um processo de deslegitimação da profissão docente, marcado por discursos governamentais que associavam a prática pedagógica a uma suposta doutrinação ou à tentativa de imposição de uma agenda político-partidária de esquerda nas escolas. Essa construção discursiva de culpabilização docente não apenas ignora a função social do professor como mediador do conhecimento e formador de cidadãos críticos, mas também tensiona os princípios de autonomia, ética e democracia presentes em documentos normativos como a LDB e a BNCC.

Esse processo de criminalização/culpabilização do professor se constituiu em uma política sistemática, reforçada por declarações oficiais que estimulavam o controle e a vigilância sobre a prática docente. Ao invés de reconhecer a pluralidade educacional defendida nos marcos legais, o governo buscou impor uma visão restritiva, autoritária e homogênea de educação, tentando limitar os espaços de diálogo e de reflexão crítica nas escolas. Essa postura governamental revela um antagonismo entre o discurso oficial, que reafirma a valorização do professor como sujeito central no processo educativo, e a prática política concreta, que o estigmatizou e enfraqueceu enquanto autoridade pedagógica. Dessa forma, torna-se importante observar, no tópico a seguir, a construção da deslegitimação docente não como um movimento governamental despretensioso, mas como uma política de governo.

5.2. A construção da deslegitimação docente como política de governo

O bolsonarismo, durante o período em que esteve no poder, utilizou estratégias deliberadas de deslegitimação do professor, marcada por discursos ofensivos, rotatividade no MEC e moralização do debate educacional. Essas estratégias ancoradas em uma política de negação à autoridade profissional do professor construiu um imaginário de que estes são inimigos a serem combatidos, silenciados e marginalizados.

A construção simbólica do professor como inimigo se deu de maneira intencional e cumpriu propósitos previamente definidos no que diz respeito à descredibilizar o professor, construir representações sociais que o associam a uma imagem negativa e atacar sua autoridade pedagógica. Nesse sentido, compreender os discursos de ataque ao professor como doutrinador é essencial para analisar o modo como o bolsonarismo transformou o espaço escolar em um campo de disputa ideológica e moral. Nas palavras de Nascimento, Díaz e Amorim (2022, p.33)

> Com o avanço das direitas no Brasil na última década, e em especial após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pode-se observar entre os professores um crescente mal-estar. O pânico moral criado pelas direitas em torno da transmissão da ideologia de gênero ou da doutrinação marxista, supostamente feitas por professores em sala de aula, adicionaram à já condição de desvalorização da profissão docente, em termos salariais e de prestígio, novas camadas de paranóia e vigilância.

Se historicamente professores já travam lutas por melhores condições de trabalho, valorização salarial e reconhecimento da sua função para a vida em sociedade, compreendemos que a situação se agravou significativamente quando além desses aspectos o professor passa a ser acusado e vigiado em sua prática cotidiana. Assim sendo, o tópico a seguir faz um paralelo entre as raízes dessa construção do professor como inimigo a partir do rótulo "professor doutrinador", buscando analisar o discurso de ataque que retoma o cenário político atual, mas que já esteve presente no regime militar.

5. 2.1. Discursos de ataque: o professor como doutrinador

Quando falamos em doutrina, podemos atribuir a esse vocábulo significados amplos e vinculações a diferentes campos da vida social. Sua origem etimológica vem do latim *doctrina*, derivada de *docere*, que significa "ensinar", "instruir". Inicialmente, o termo estava ligado diretamente ao campo do conhecimento, representando o conjunto de ensinamentos, saberes ou orientações transmitidos de um mestre a seus discípulos. Essa raiz já revela uma característica fundamental do conceito que é a ideia de transmissão de princípios, valores e conhecimentos.

Com o passar dos tempos, a doutrina ficou vinculada aos campos assim listados: *filosofia, teologia, direito, política, sociologia e educação.* No *campo da filosofia*, a doutrina aparece como corpo organizado de ideias que estrutura uma visão de mundo, podendo se manifestar nas escolas filosóficas da antiguidade, como o estoicismo, o epicurismo ou o platonismo, cada qual com seus fundamentos éticos, ontológicos e epistemológicos. Nesse sentido, a doutrina não é apenas o ensino, mas um arcabouço conceitual que orienta a vida prática e o pensamento teórico.

Já para o *campo da teologia*, o termo doutrina ganha centralidade, especialmente no cristianismo, representando o conjunto de princípios de fé, normas morais e preceitos religiosos a serem seguidos pela comunidade. Assim, falamos em doutrina cristã como os fundamentos que sustentam a prática e a identidade do cristão, transmitidos pela tradição, pelas escrituras e pelo ensinamento eclesiástico. Essa dimensão religiosa da doutrina destaca o caráter normativo do termo, pois se espera que os fiéis incorporem os ensinamentos em suas vidas cotidianas. Podemos considerar como exemplos de doutrinas cristãs: *crença na santíssima trindade, crença no batismo, crença na ideia de pecado.* Como conjuntos de crenças, limita-se a ser seguida e não questionada, o que nos possibilita levantar hipóteses sobre a ligação teológica e a vinculação negativa do termo doutrina ao campo educacional.

No *campo jurídico*, a doutrina adquire um entendimento mais técnico, uma vez que corresponde à produção intelectual de juristas, professores e estudiosos do direito, cujas interpretações, comentários e análises fundamentam a compreensão das leis e a aplicação da justiça. Embora não tenha força normativa como a lei, a doutrina jurídica orienta a prática dos tribunais e influencia a formulação de novos ordenamentos legais. Nas palavras de Engel

> Pode-se dizer que, em Direito, a Doutrina é o resultado do estudo de caráter científico que os pensadores - juristas, políticos do Direito e jusfilósofos - fazem a respeito do Direito e que serve de base para o sistema jurídico. É este o conceito operacional adotado para os efeitos das idéias expostas neste texto. A Doutrina pode ser considerada, de maneira mais completa, como o conjunto de idéias, princípios, juízos críticos, conceitos e reflexões teóricas que os juristas desenvolvem e defendem, na sistematização, interpretação e ensino do Direito vigente e na concepção de novas normas e institutos, exigidos pelo momento histórico. Acresce enfatizar, portanto, que a Doutrina, cujas diretrizes, prescrições e formulações já foram até obrigatórias tem fundamental importância tanto na interpretação e aplicação da norma jurídica pelos tribunais, quanto na elaboração da mesma (Engel, 2001, p.87).

Já no *campo político e social*, especialmente a partir da modernidade, o conceito de doutrina pode ser associado também a sistemas ideológicos, como a doutrina liberal, a doutrina socialista ou a doutrina conservadora. O termo, então, refere-se aos princípios que norteiam ações coletivas e moldam políticas públicas, servindo de condutor para práticas de governo e

organização social. A doutrina passa, então, a ter íntima relação com questões ideológicas, podendo haver uma relação entre a doutrina conservadora com a doutrina religiosa.

No *campo educacional*, a doutrina passa a assumir uma dualidade de sentidos. De um lado, remete-nos ao processo legítimo de sistematização e compartilhamento de conhecimentos, em consonância com a etimologia de *docere*. Já do outro lado, o termo assume um caráter pejorativo, associando à docência ao perigo de imposição ideológica do professor, enaltecendo que a neutralidade deveria prevalecer nas práticas pedagógicas.

Evidentemente, os sentidos construídos em torno da doutrinação pedagógica, especialmente no governo de Jair Bolsonaro, foram intencionais e buscaram descredibilizar a atuação dos professores. Associações ao comunismo, marxismo e pedagogia freireana com conotação negativa, buscam implementar no imaginário social a desconfiança e a vigilância do professor. Evidentemente, não podemos atribuir o termo apenas ao bolsonarismo, uma vez que este foi vinculado à prática docente pelo MESP que "ao defender uma suposta neutralidade pedagógica, acusa educadores de influenciar seus alunos exercendo sobre eles um poder de persuasão comparado a uma patologia" (Passos e Mendonça, 2021, p.7).

Esse cenário, criado em torno de um jogo no qual o professor é inimigo, encontra apoio e sustentação não só no campo da política partidária, mas também em setores conservadores vinculados à religião, ao empresariado e à direita intelectual, formando uma coalizão conservadora (Passos e Mendonça, 2021). Essa coalizão tende a criminalizar o professor e acusá-lo de doutrinação, pois busca incutir socialmente as visões de mundo que lhe são úteis como respeito aos preceitos morais defendidos pela religião, ainda que estes sejam questionáveis, educar para a mão de obra, ainda que esta esteja vinculada ao trabalho análogo à escravidão.

A figura do professor como doutrinador não é apenas uma construção discursiva, mas um recurso estratégico que cumpre diferentes funções políticas, ideológicas e sociais. Ao ser rotulado dessa forma, o professor passa a ser situado como um sujeito que ameaça valores tradicionais, um inimigo que precisa ser vigiado, controlado, silenciado e combatido. Esse discurso, amplificado por grupos políticos e religiosos, estabelece uma desconfiança na atuação profissional do professor que enfraquece a legitimidade da escola como espaço de formação crítica e plural.

Além disso, a criação do imaginário de um inimigo se conecta a um movimento de moralização do debate educacional, no qual temas como gênero, sexualidade, diversidade

cultural e direitos humanos são enquadrados como tentativas de desvirtuar os estudantes. Nesse sentido, ao se atacar o professor, também se atacam os conteúdos escolares que estimulam reflexões críticas sobre a sociedade, transformando o ato pedagógico em objeto de censura. Essa acusação de doutrinação escolar busca despolitizar o ato educativo, uma vez que, conforme a pedagogia crítica defende, toda prática educativa carrega intencionalidades e valores, não sendo possível haver neutralidade no processo de ensino e de aprendizagem. Assim, quando se constrói a imagem de que os professores estão doutrinando, a coalizão conservadora tenta, na verdade, impor sua própria forma de doutrinação que é marcada por um viés moralizante, religioso e economicista, que reduz a função da escola a um espaço de disciplinamento e preparação de mão de obra submissa.

É necessário refletir que, nesse processo, a figura do professor perde autoridade intelectual e é reposicionada como alvo de vigilância, denúncia e controle. Essa deslegitimação compromete não apenas sua autonomia profissional, mas também a possibilidade de construção de um projeto de educação democrática, crítica e emancipatória, alinhada às diretrizes legais, outrora já citadas, que preconizam a formação integral do estudante para a vida cidadã em sociedade.

Nas palavras de Passos e Mendonça (2021), movimentos de base conservadora, como o MESP, defendem a figura do professor doutrinador como

> (...) aquele que impõe temas e conteúdo que contradizem a vontade e a crença das famílias. Esta visão, de que cabe à família decidir sobre o que os filhos podem aprender ou não —como ressalta um dos slogans do movimento: “meus filhos, minhas regras” — passa a ser um dos eixos estruturantes dessa agenda (Passos e Mendonça, 2021, p.8).

A lógica instaurada é de intimidação e silenciamento, uma vez que o professor é uma ameaça, o que acaba comprometendo a autonomia docente e, por consequência, a qualidade do processo educativo. Essa lógica se perpetua em ações que parecem não intencionais, mas que representam o desmonte da carreira docente e a lógica da não continuidade.

As rupturas históricas percebidas no discurso contrário a Paulo Freire podem ser compreendidas sob uma perspectiva dialética, na medida em que revelam o antagonismo entre dois projetos educacionais distintos. De um lado, encontra-se a proposta freireana, fundamentada em uma educação libertadora, crítica e voltada à formação de sujeitos conscientes de seu papel social e historicamente engajados. De outro, emerge um modelo educacional alinhado à lógica da domesticação, que privilegia a formação instrumental e a

obtenção de resultados mensuráveis, frequentemente associados às demandas do mercado e à racionalidade produtivista defendida por setores vinculados ao bolsonarismo.[102]

Nesse contexto, o embate discursivo não se limita ao campo pedagógico, mas se amplia para uma disputa ideológica acerca do papel social da educação. A perspectiva freireana entende o processo educativo como prática de emancipação e transformação social, enquanto a concepção tecnicista e voltada ao desempenho tende a reduzir a educação a um mecanismo de preparação para o mercado de trabalho, subordinando-a às exigências do capital. Esse antagonismo evidencia a presença de uma relação dialética marcada pela oposição entre projetos que disputam hegemonia no campo educacional.

Essa dinâmica pode ser observada em políticas públicas que priorizam a lucratividade e o fortalecimento de interesses empresariais, como ocorre em determinadas ações associadas à gestão de Tarcísio de Freitas, nas quais se percebe a valorização de parcerias com o setor privado e a adoção de modelos gerenciais que aproximam a educação da lógica mercadológica. Esse direcionamento reforça a compreensão da educação como investimento econômico, deslocando o foco de sua dimensão formativa e social para uma perspectiva orientada pela eficiência e rentabilidade.

Nessa conjuntura, o discurso de ódio se manifesta como estratégia de consolidação dessa disputa, sendo revelado na construção simbólica do outro como inimigo a ser combatido e exterminado. Ao estabelecer disparidades entre grupos, frequentemente representados como defensores de uma educação crítica em oposição àqueles que promovem uma educação voltada à produtividade, cria-se um cenário de polarização que legitima a desqualificação de perspectivas pedagógicas emancipadoras. Assim, o discurso de ódio opera como mecanismo de manutenção de relações de poder, reforçando antagonismos e contribuindo para o enfraquecimento de debates educacionais plurais e democráticos. Nas palavras de Vasconcelos, Dias e Toulhoat (2023, p.05)

> Ao mesmo tempo que se fortalece e se torna progressivamente mais enraizada e diversificada, a pedagogia freiriana dos movimentos populares encontra inimigos muito poderosos. Nesses últimos anos, ficou evidente que neofascismo e neoliberalismo, ambos, tem interesse no enfraquecimento da pedagogia crítica e da educação emancipadora. Contudo, precisamos reconhecer as diferenças entre neofascismo e neoliberalismo, ainda que sejam parceiros na empreitada de destruir a

[102] O governo Tarcísio de Freitas é um exemplo da lógica mercadológica vinculada à educação, além de seguir um modelo punitivista e de vigilância. Para saber mais ler https://www1.folha.uol.com.br/colunas/camila-rocha/2025/10/tarcisio-defende-privatizar-vigiar-e-punir-escolas.shtml Acesso em 09 de fevereiro de 2026.

> luta popular por educação. É fato que neofascismo e neoliberalismo têm estratégias muito diferentes para exterminar a influência de Paulo Freire na educação brasileira e atacar os movimentos sociais. Enquanto o primeiro disseminou o ódio e a difamação contra Freire, o segundo se instrumentaliza de fragmentos e vocabulários da estratégia freiriana para descaracterizá-la com viés de "liberdade de mercado" (como acontece no Novo Ensino Médio). São necessárias mediações táticas diferentes para combater estes dois inimigos da emancipação social - em ambos os casos a educação popular é estratégica.

Conseguimos perceber, durante o governo Bolsonaro, ações orquestradas em favor de uma agenda ultraconservadora na qual a educação deixa de ser ofertada a partir do viés crítico e passa a ser um desejo da família sobre o que o filho deve ou não estudar. Uma das análises plausíveis a ser feita foi a rotatividade nos cargos do MEC e qual a função política ocultada nessa rotatividade. Quais os interesses ocultos na instabilidade ministerial? A serviço de quem ou de que houve tantas mudanças? O tópico a seguir busca relatar como essa rotatividade no Ministério da Educação esteve vinculada à consolidação de uma agenda política ultraconservadora.

5. 2.2. A rotatividade nos cargos do MEC e sua função política

A gestão da educação durante o governo de Jair Bolsonaro foi marcada por uma instabilidade ministerial sem precedentes na história recente da política educacional brasileira. O MEC contabilizou quatro ministros em menos de quatro anos de mandato, além de períodos com gestores interinos. Essa rotatividade não pode ser interpretada somente como resultado de disputas internas de poder ou da ausência de capacidades técnicas consistentes, por parte dos líderes da pasta, mas deve ser compreendida a partir de um projeto político orientado por uma agenda ultraconservadora que vinculava religião, moralidade e interesses empresariais em detrimento de uma concepção democrática de educação.

O primeiro ministro da educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, assumiu o MEC de 1º de janeiro de 2019 a 8 de abril de 2019. De origem colombiana, naturalizado brasileiro, tem um currículo que reúne graduações em Filosofia e Teologia, além de mestrado e doutorado em Filosofia. Sua trajetória profissional é marcada pela docência em ensino superior em diversas universidades brasileiras e estrangeiras, além de ser docente em instituição que atua na formação de oficiais de alta patente.

Sua passagem de 97 dias pelo MEC foi marcada por muitas polêmicas, dentre elas a associação do brasileiro à criminalidade. Segundo a revista Veja[103], em matéria publicada no

[103] A entrevista concedida por Ricardo Vélez pode ser lida na íntegra acessando <https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/#google_vignette> Acesso em 04 de outubro de 2025.

dia 01/02/2019 intitulada “Faxina Ideológica”, o ministro disse que "o brasileiro, viajando, é um canibal" e que o brasileiro "Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola". Após repercussão negativa de suas falas, o ex-ministro se retratou em rede social e disse que sua fala havia sido retirada de contexto pelo veículo de informação, o que foi negado pela revista Veja com divulgação do áudio da entrevista.

Algumas outras temáticas defendidas por ele, na mesma entrevista, dizem respeito ao fim dos sistema de cotas, à privatização das universidades federais e ao retorno da educação moral e cívica nas escolas de educação básica. Esses discursos revelam o alinhamento ideológico com o governo e sua base de apoio, mas não foram suficientes para manter o então ministro no cargo. O clima de disputa de poder que se instalava no MEC entre militares de base e o grupo de Olavo de Carvalho, as sucessivas demissões de secretários da pasta, bem como do presidente do Inep, resultaram no desligamento de Ricardo como ministro da educação, com aval de seu padrinho na pasta, Olavo de Carvalho.

> Ao cortar dos dois lados da briga, Vélez não satisfez seu padrinho na pasta. Na noite de ontem, Olavo apontou sua mira para o ministro numa rede social: “Só a renovação total e sem complacências pode salvar a educação brasileira. Recomendei o ministro Velez, mas, se ele cair no erro monstruoso que mencionei no post anterior, ponham-no para fora”, escreveu, depois de ter se referido a possíveis acordos do ministro com “grupos empresariais ou políticos que tinham alguma influência na educação brasileira” [104](Senado, 2019).

Com o desligamento de Ricardo Vélez, assumiu o comando do MEC Abraham Weintraub de 9 de abril de 2019 a 19 de junho de 2020. Graduado em Ciências Econômicas pela USP e mestre em Administração, seu maior vínculo trabalhista é com o setor executivo, sendo CEO de grandes empresas. Discípulo do escritor Olavo de Carvalho, Weintraub representa, em certa medida, a continuidade da defesa dos interesses do grupo político que se uniu a Jair Bolsonaro com o intuito de promover mudanças radicais na educação.

Com a promessa de pacificação no MEC, Weintraub assume a pasta com um discurso que mais o distancia do que o aproxima de uma gestão democrática, eficiente e alinhada aos princípios educacionais. Em seu discurso, Weintraub travou muitas disputas com as universidades, sendo talvez o maior deles a defesa do corte de verbas por acusação de que a universidade estava sendo lugar de balbúrdia. Em entrevista concedida ao Estado, em abril de

[104] O resumo sobre as divergências entre Olavo de Carvalho e Ricardo Vélez pode ser lido em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/558249/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 05/10/2025.

2019, ele citou algumas universidades que já teriam perdido 30% de suas verbas por práticas de balbúrdia e outra unidade que estaria sob observação. No entanto, com a publicação da entrevista, o ex-ministro voltou atrás e unificou a redução de verbas para todas as universidades públicas como medida de contingenciamento de verbas, resultando em uma redução de R$ 2,4 bilhões de investimentos em educação, comprometendo 30% do orçamento de custeio de todas as universidades e institutos federais do Brasil.

Um vídeo publicado na internet[105], intitulado "Marxismo cultural X Economia", Abraham e Arthur Weintraub revelam as linhas elementares de sua orientação intelectual, bem como a filiação ideológica que compartilha com Jair Bolsonaro. O diálogo sustenta a necessidade de uma batalha contra o chamado "marxismo cultural", tomado como força hegemônica nas universidades brasileiras e também em instituições internacionais de prestígio, como Harvard. Essa construção discursiva evidencia uma leitura seletiva e enviesada de Max Weber, cuja reflexão sobre a ética protestante é instrumentalizada pelos irmãos para a defesa de um protestantismo apresentado como força de resistência frente ao pensamento da esquerda e ao catolicismo, pois estes seriam responsáveis pelo atraso histórico da América Latina. O raciocínio, ao recorrer a exemplos de países como Alemanha, Japão e China, culmina na exaltação de uma política de terra arrasada como suposta via de crescimento, revelando um reducionismo conceitual e uma negligência em relação à complexidade dos processos históricos, sociais e econômicos que moldaram as nações.

Nesse sentido, o discurso em questão não se configura como reflexão acadêmica, mas como propaganda ideológica, pois ignora a diversidade de interpretações no campo das ciências sociais e se ampara em simplificações teóricas para legitimar uma agenda política ultraconservadora, sustentada pela associação entre religião e economia.

Retomando os ataques de Weintraub às universidades, em novembro de 2019, ele afirmou que havia plantações extensivas de maconha, associando os universitários ao uso de drogas ilícitas. Essa declaração provocou reações em alguns setores como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a Comissão de Educação na Câmara dos Deputados, que provocaram a justiça para que o ex-ministro prestasse esclarecimentos sobre suas falas.

Ataques à autonomia das universidades, defesa de que deveria haver policiais nos campus, outros cortes de verbas relacionados às bolsas de pós-graduação, são exemplos do

[105] Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7gLpFgp0ZXA> Acesso em 05/10/2025

desmonte orquestrado por Weintraub contra a educação. A portaria de Nº 2.227, de 31 de dezembro de 2019, revogada em fevereiro de 2020, representou uma ameaça à pesquisa e à divulgação científica, uma vez que limitou a participação de cientistas brasileiros em eventos científicos. Segundo o artigo 55 da portaria

> Art. 55. A participação de servidores em feiras, fóruns, seminários, congressos, simpósios, grupos de trabalho e outros eventos será de, no máximo, dois representantes para eventos no país e um representante para eventos no exterior, por unidade, órgão singular ou entidade vinculada (MEC, 2019).

As reações de órgãos como Academia Brasileira de Ciências (ABC) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mobilizaram-se para que houvesse a revogação da portaria, uma vez que para a academia científica a participação em eventos é de extrema importância como fonte de trocas de saberes e diálogos interinstitucionais.

Percebemos, então, que Weintraub adotou uma postura agressiva contra universidades públicas, intelectuais e movimentos sociais, reforçando a retórica da perseguição ideológica e deslocando o debate educacional do campo pedagógico para o campo da guerra cultural, no qual os professores e as universidades assumem a figura de inimigos da educação.

Apesar de muitas polêmicas, o então ministro cumpria a agenda educacional defendida pela extrema-direita. Seus ataques às universidades, a Paulo Freire, agradavam ao setor mais conservador que acusava os professores de doutrinadores. No entanto, depois de se envolver em escândalos com acusações de racismo e também de ameaças contra o Supremo Tribunal Federal, ao declarar em reunião ministerial em 22 de abril de 2020, que "tem muita gente com agenda própria. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF", Weintraub foi desligado do cargo de Ministro da Educação.

Após a saída de Weintraub, Carlos Alberto Decotelli, teve uma passagem rápida pela pasta entre os dias 25 de junho de 2020 a 30 de junho de 2020. Acusado de mentir sobre seu currículo, houve uma tensão em torno de sua nomeação resultando em sua revogação. Denúncias de plágio, de não concluir cursos acadêmicos foram a motivação para que não pudesse permanecer na pasta. No entanto, além da questão curricular, Decotelli enfrentou resistência de alas mais ideológicas do governo, especialmente do grupo próximo a Olavo de Carvalho, que desconfiava de seu perfil conciliador e técnico, considerado distante da retórica antimarxista e ultraconservadora que havia marcado a gestão Weintraub. Essa sobreposição de

fatores entre o escândalo envolvendo seu currículo, a perda de apoio político e as disputas internas no governo, resultou em sua saída antes mesmo de ser oficialmente empossado.

A breve passagem de Decotelli evidencia não apenas a fragilidade pessoal diante da controvérsia acadêmica, mas sobretudo a dificuldade estrutural do governo Bolsonaro em sustentar ministros da educação que não estivessem integralmente alinhados ao projeto político e ideológico predominante, marcado por forte influência de setores religiosos, militares e do empresariado. O episódio acabou por reforçar a imagem de descontinuidade, improviso e crise permanente na condução das políticas educacionais no período do governo Bolsonaro.

Após o episódio com Decotelli, Milton Ribeiro fica à frente do MEC de 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022. Pastor, teólogo, advogado, professor, possui graduação em Teologia, Direito, mestrado em Direito Constitucional e doutorado em Educação. Representou a face mais explícita da aliança com o setor religioso, priorizando pautas morais, defendendo abertamente a submissão da educação a princípios cristãos e protagonizando escândalos relacionados à intermediação de recursos por líderes evangélicos.

Um dos episódios que envolveram Milton Ribeiro em escândalos no período em que esteve assumindo a pasta da educação, diz respeito a sua declaração, reiterando a fala de Bolsonaro, de que a prova do Exame Nacional do Ensino Médio teria “a cara do governo”. Essa afirmação gerou repercussão midiática, levantando debates sobre a autonomia técnica e pedagógica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da legitimidade do exame como política pública de Estado. O ENEM, criado em 1998, consolidou-se como um dos principais meios de acesso ao ensino superior, sendo utilizado por instituições públicas, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e privadas, em programas como o ProUni e o FIES. Nesse sentido, a tentativa de vincular a elaboração de uma avaliação com tamanha importância a um viés governamental ideológico rompe com a credibilidade e lisura do processo junto à sociedade civil.

A noção de que uma prova nacional deveria “ter a cara do governo” sugere a imposição de valores particulares em detrimento do caráter plural, democrático e científico que deveria orientar o processo avaliativo, fragilizando a ideia de que as políticas educacionais são, por definição, políticas de Estado, e não de governo, implicando uma tentativa de instrumentalização da educação para agendas políticas específicas e nesse caso em específicas, agendas que tendem a segregar e excluir.

A crise instaurada no Inep durante a gestão de Ribeiro, marcada por denúncias de assédio moral, pedidos de exoneração em massa de técnicos e suspeitas de censura em itens do

exame, demonstra os riscos de ingerência política sobre órgãos técnicos cuja função é zelar pela qualidade e transparência das avaliações. A politização do ENEM gerou insegurança entre estudantes e professores sobre a imparcialidade da prova e reforçou a estratégia governamental de mobilizar pautas educacionais como campo de disputa ideológica, aprofundando o processo de deslegitimação da escola e de seus profissionais.

Outro escândalo envolvendo o então ministro revelou como a pauta religiosa foi favorecida por ter um de seus líderes assumindo o comando do MEC. Bíblias com fotos de Milton Ribeiro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, foram distribuídas em evento do MEC.[106] O ex-ministro declarou não ter conhecimento, nem ter dado autorização para que as bíblias fossem distribuídas. No entanto, uma ação como esta gera a desconfiança de que haja favorecimento para os pastores, o que é reafirmado quando estes e o ex-ministro são investigados em casos de corrupção.

Uma das pautas levantadas pelo ex-ministro Milton Ribeiro diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+. Em declaração ao Jornal Estado de São Paulo, afirmou que a sexualidade é uma questão de escolha e que os jovens que optam por divergirem da heteronormatividade são oriundos de famílias desestruturadas. Declarações como "Nós não vamos permitir que o professor chegue na sala de crianças de 6 a 10 anos e diga que 'se ele nasceu homem, se quiser ser mulher, pode ser mulher'" renderam ao ex-ministro uma denúncia do STF por prática do crime de homofobia.[107]

Apesar de todas essas polêmicas, a saída de Milton do ministério ocorreu diante de denúncias de um esquema maior de corrupção envolvendo o MEC[108] e prefeituras ligadas a pastores evangélicos e ao Centrão[109]. As denúncias revelam que estas prefeituras estariam recebendo mais verbas do que outras que não participavam do esquema fraudulento. Apesar de Bolsonaro defender Milton, alegando que confiava plenamente no ministro, os desgastes públicos levaram ao seu desligamento da pasta.

Por fim, Victor Godoy assumiu o ministério da educação, entre 29 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022, em um contexto de desgaste político, mantendo a estrutura da agenda

---

[106] Para ler a matéria que denuncia a distribuição das bíblias com as fotos dos pastores e do ex-ministro Milton Ribeiro em evento de prefeitos, acessar o link <https://www.estadao.com.br/politica/biblias-de-pastores-do-mec-exibem-foto-de-ministro/> Acesso em 05/10/2025.

[107] Para ter acesso a este e outros escândalos que envolveram o ex-ministro Milton Ribeiro, acessar o link <https://www.metropoles.com/brasil/foto-em-biblia-arma-e-homofobia-veja-as-polemicas-de-milton-ribeiro>. Acesso em 05/10/2025

[108] Ler a matéria disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60908879> Acesso em 05/10/2025

[109] Coalizão de partidos de centro-direita no Congresso Nacional.

conservadora, mas com maior discrição. Servidor público de carreira, formado em Engenharia de Redes de Comunicação de Dados, com pós-graduação em Altos Estudos em Defesa Nacional e em Globalização, Justiça e Segurança Humana. Durante sua passagem pelo ministério, tentou minimizar os escândalos envolvendo o ministro anterior e se dispôs a colaborar com as investigações sobre o esquema de fraude que, segundo ele, acontece de maneira velada.

Essa constante mudança de ministros não significou, conforme observamos a partir dos perfis dos ministros que estiveram conduzindo o ministério da educação, rupturas com a orientação da base de governo, mas sim ajustes de um mesmo projeto ultraconservador. Compreendemos que o MEC foi ocupado por duas agendas principais: *o setor religioso*, especialmente lideranças evangélicas que visavam consolidar a educação como espaço de difusão de valores morais e de fortalecimento de sua influência política e o *setor empresarial*, representado por organizações alinhadas à lógica da privatização e da mercantilização da educação. A convergência entre religião e mercado produziu uma política educacional contraditória, uma vez que ao mesmo tempo em que se defendia um resgate moral contra a suposta ameaça ideológica nas escolas, avançava-se em iniciativas de sucateamento do setor público e de estímulo a soluções empresariais para os problemas educacionais.

Sabemos que uma das lutas históricas dos professores diz respeito ao processo de privatização da educação. Assim sendo, as ações orquestradas pelos ministros da educação do governo Bolsonaro, escancararam um projeto político que viabiliza a cultura empresarial e, portanto, um ensino focado na produção de mão de obra trabalhadora. Segundo Araújo e Adrião (2021, p.780)

> (...) o foco do governo Bolsonaro que, distante de se preocupar com a educação e as crianças, apoia um projeto que corrobora com a privatização da educação básica através da transferência de recursos públicos e da renúncia fiscal às instituições privadas de ensino.

A instabilidade ministerial funcionou, no plano discursivo, como um mecanismo de permanente mobilização da base bolsonarista. Cada novo ministro representava a promessa de um endurecimento na luta contra os inimigos, representados a cada novo ministro pelos professores, universidades ou Paulo Freire, o que manteve em evidência o clima de guerra que estruturou o governo. A rotatividade de ministros fragilizou a execução de políticas públicas consistentes, resultando em descontinuidade de programas essenciais para a garantia de uma educação de qualidade. Essa combinação de instabilidade e discurso radical produziu efeitos que desorganizaram as bases educacionais. Precarização da política educacional, esvaziamento

técnico do MEC e avanço de pautas moralizantes que mudaram o foco das reais demandas da sociedade brasileira em termos de equidade, inclusão e qualidade educacional.

Portanto, a mudança constante de cargos no MEC, durante o governo Bolsonaro, não deve ser vista como uma fragilidade ou como uma tentativa de acertar no comando da pasta com vistas à promoção de uma educação que atendesse às demandas sociais, mas como parte fundamental de um projeto ultraconservador que instrumentalizou a educação como trincheira ideológica. O MEC foi transformado em um espaço de lutas ideológicas e de distribuição de recursos estratégicos a grupos religiosos e empresariais aliados, reforçando a tese de que a política educacional no período do governo Bolsonaro foi menos orientada por princípios pedagógicos e mais por uma lógica de rentabilidade política e interesses pessoais.

Nesse sentido, a rotatividade ministerial não comprometeu a coesão da agenda, mas foi a demonstração de uma estratégia de poder que subordinou a educação a uma articulação entre religião, empresariado e ultraconservadorismo político. Ao evidenciarmos a recorrente presença do apelo religioso na pasta do MEC, interessa-nos estabelecer uma associação desta pauta com a tentativa de desmoralização e desqualificação da docência brasileira.

5. 2.3. A instrumentalização da religião e da moral na desqualificação da docência

A interferência da religião na educação brasileira remonta ao processo de invasão, ocorrido em 1500. Sabemos que a religião, conforme já sinalizamos em outros momentos desta tese, busca legitimar as ações de dominação e aparelhar valores morais, ultraconservadores e antidemocráticos. Diante de um cenário no qual discursos religiosos e morais constroem em torno do professor uma associação à ameaça, seja ela comunista, de gênero ou moral, interessa-nos observar como a desqualificação do professor se materializou, através da linguagem, durante o governo Bolsonaro.

As promessas de campanha de Jair Messias Bolsonaro, demonstraram que uma das classes trabalhadoras que mais estariam em sua mira seriam os professores. Com um discurso moralizante, ele atribui aos professores esquerdistas a culpa por estarem desviando as crianças de princípios éticos e morais. Assim sendo,

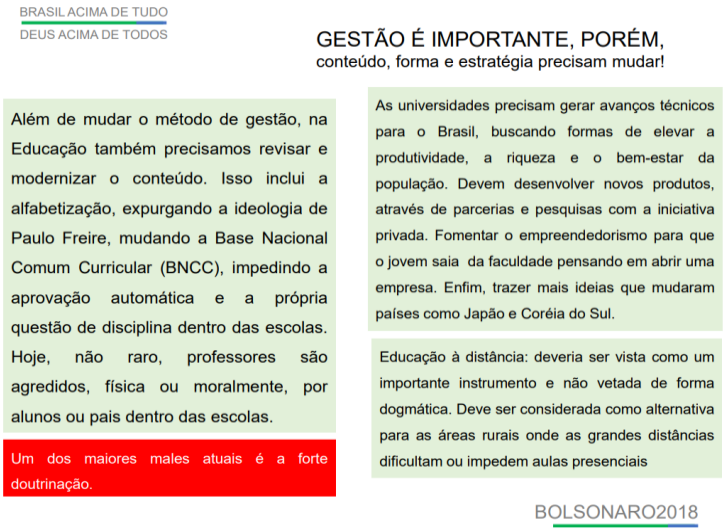
> Já na campanha eleitoral, Bolsonaro pregava que tem que se combater a "ideologização" das crianças para recuperar não só o foco técnico da educação, mas sobretudo, os valores éticos e morais. A ideia de que professores de esquerda estariam "doutrinando" as crianças é o núcleo do discurso de direita que se repete ao redor do mundo para lutar contra o suposto "marxismo cultural". Essa dimensão faz parte da articulação mais ampla de um antiesquerdismo ou anticomunismo que se baseia na

> construção estratégica de inimigos mediante pânicos morais na disputa política. O projeto Escola Sem Partido apresenta um exemplo de como essa visão reacionária e antiemancipatória da educação consegue ter acolhida na sociedade porque mobiliza valores conservadores e medos no tocante à formação dos filhos (Nascimento, Díaz e Amorim, 2022, p.35)

A partir do momento em que a escola é representada como lugar de doutrinação e o professor como responsável por difundir práticas e ensinamentos que corroborem com essa doutrinação, abre-se espaço para a consolidação de um imaginário coletivo que associa o fazer docente à subversão da ordem moral e familiar. Essa lógica se sustenta em torno de narrativas religiosas que reivindicam o retorno de valores tradicionais e cristãos, reforçando a ideia de que o papel do educador deveria se limitar à transmissão neutra de conteúdos, destituída de reflexão crítica ou questionamento social. Assim, a educação é enquadrada em moldes moralizantes, nos quais qualquer prática pedagógica emancipatória é convertida em ameaça aos fundamentos morais da sociedade.

O ataque aos professores, esteve presente em discursos e pautas de campanha, sendo projetado explicitamente no plano de governo de Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018. Traremos a figura 5 que representa o trecho do plano de governo que trata do tema da educação, para compreendermos o quanto o ataque ao professor, através da figura de Paulo Freire foi explícito na campanha presidencial.

Figura 5 - Trecho do Plano de Governo de Bolsonaro - 2018



Fonte: Revista Veja[110]

[110] O Plano de Governo na íntegra está disponível em <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf> Acesso em 05/10/2025

Ao falar em educação, o plano explicita que deve ser expurgada a “ideologia de Paulo Freire”, valoriza a reprovação e fala sobre a “disciplina” dentro das escolas. Além disso, utiliza uma tarja vermelha, que julgamos ter sido escolhida de maneira proposital, para dizer que um dos males da educação brasileira atual é a doutrinação, associando a cor vermelha, que representa o Partido dos Trabalhadores, a uma visão nociva, doutrinadora e prejudicial à educação.

A instrumentalização da religião na educação revela que a intencionalidade do governo Bolsonaro é transformar a educação em uma política de controle ideológico. Essa apropriação do discurso religioso, com aparência de defesa de valores éticos e familiares, tem servido para restringir debates fundamentais à formação cidadã e plural proposta pela CF e pela LDB. Questões de sexualidade e gênero são as mais atacadas pelos setores conservadores, especialmente quando associadas a uma suposta ameaça à moral cristã e à inocência das crianças. Exemplo disso foram os movimentos contrários à inclusão das temáticas de gênero e diversidade nos Planos Municipais e Estaduais de Educação, durante o governo Bolsonaro, baseados no argumento de que esses conteúdos promoveriam a ideologia de gênero. Para Moura e Silva

> Essa inflexão para o controle moral das questões de sexualidade e gênero revela que o fundamentalismo religioso está imbricado nas políticas públicas de modo a repelir a consciência acerca da necessidade de uma educação sexual que confira autonomia às pessoas e considere seus direitos sexuais e reprodutivos (Moura e Silva, 2023, p.14)

Em diversas cidades brasileiras, vereadores e líderes religiosos pressionaram câmaras municipais e secretarias de educação para excluir qualquer menção à igualdade de gênero dos currículos escolares. Além disso, o MESP, reforçou a ideia de que professores estariam doutrinando os alunos para ideologias de gênero, o que buscava silenciar abordagens críticas sobre desigualdade, sexualidade, raça e direitos humanos. Essas ações manifestam que o objetivo não é o de moralizar o ensino, mas de submetê-lo a um projeto hegemônico que retira da escola seu papel emancipador, substituindo-o por uma função disciplinadora e excludente, em consonância com uma visão conservadora de sociedade.

Diante do exposto e compreendendo que o professor passou a ser alvo de um processo de deslegitimação sistemática por parte de lideranças religiosas e movimentos apoiados pelo setor, essas perseguições identificavam, no senso comum, o professor como doutrinador e como ameaça aos valores morais, religiosos e patrióticos da nação. A figura do professor foi ancorada em categorias morais e ideológicas como comunista, inimigo da família, propagador da ideologia de gênero, caracterizando o professor em imagens simbólicas facilmente

reconhecíveis e mobilizáveis nas redes sociais, nos discursos políticos e nos meios de comunicação em massa alinhados ao governo.

Essas representações sociais não se constituíram de forma espontânea, mas foram produzidas e amplificadas em um cenário discursivo cuidadosamente construído, no qual a educação passou a ocupar um lugar estratégico na pauta bolsonarista de guerra cultural dentro da educação. O MESP, as declarações presidenciais e ministeriais sobre o suposto marxismo cultural nas universidades e a censura de conteúdos ligados à diversidade e aos direitos humanos, se configuram como dispositivos políticos de construção e difusão de um imaginário social negativo em torno da docência, produzindo efeitos na percepção social do professor. Assim sendo,

> [...] as representações sociais não são apenas "opiniões sobre" ou "imagens de", mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que 'determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas (Alves-Mazzotti, 2000, p. 59).

Dessa forma, o estudo das representações sociais do professor durante o governo Bolsonaro pode ser compreendido não apenas como uma questão de opinião pública, mas como um dispositivo discursivo de poder que atua sobre o campo educacional, definindo quem tem legitimidade para falar sobre educação, quais discursos são autorizados e quais são interditados.

Diante das reflexões postas até então, interessa-nos observar como o professor foi alvo de violência simbólica no espaço público e midiático durante o governo Bolsonaro e como essa violência compromete a legitimidade social da docência e o reconhecimento do professor como sujeito de saber e autoridade pedagógica.

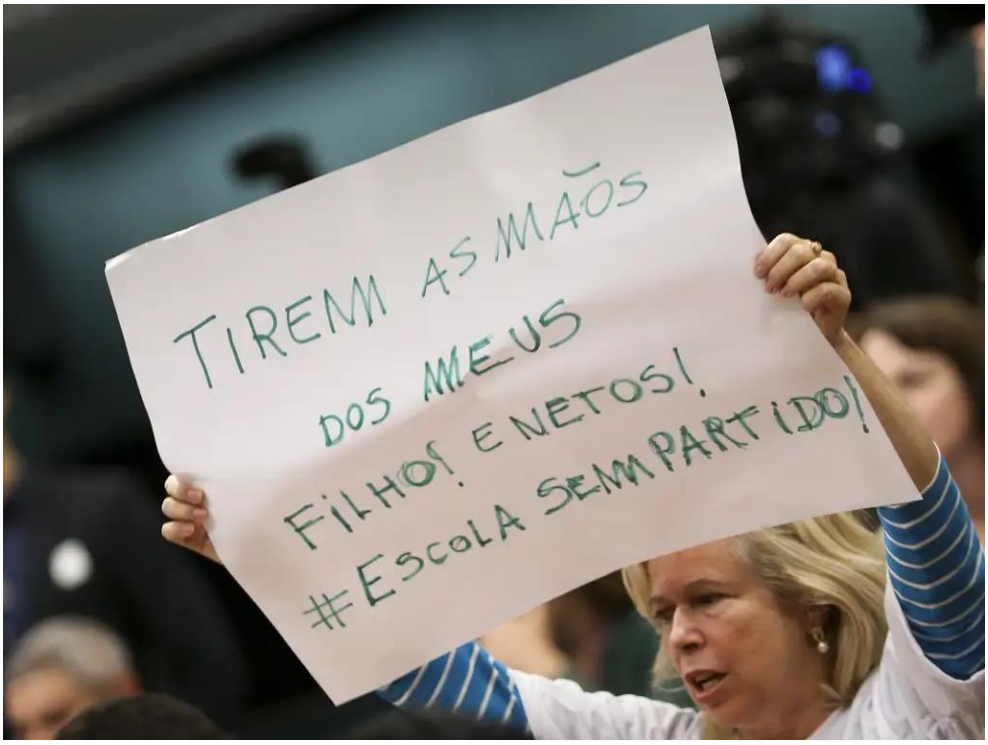
5. 2.4. A violência simbólica contra professores no espaço público e midiático

Os discursos produzidos em torno dos professores, conforme já mencionamos nesta pesquisa, contribuíram significativamente para a ampliação da sensação de insegurança e vulnerabilidade docente dentro das instituições de ensino. Se, em períodos anteriores, a categoria já enfrentava situações de violência verbal e, por vezes, física, provenientes de alunos e de seus responsáveis, o período marcado pela atuação da extrema-direita intensificou as práticas violentas ao consolidar uma rede discursiva que atribuiu ao professor a posição simbólica de inimigo público. Essa construção antagônica operou como mecanismo de validação social das agressões e hostilidades dirigidas à classe.

Nesse contexto, o professor passou a ser representado como uma potencial ameaça que deveria ser vigiada e denunciada. O discurso político e midiático que emergiu nesse período reforçou essa visão ao associar o professor a pautas moralmente condenáveis por grupos conservadores, como a defesa da diversidade, transformando posicionamentos pedagógicos em indícios de militância política e partidária. O discurso de combate ao marxismo, à ideologia de gênero e de defesa das famílias contra a doutrinação passou, então, a orientar as falas de autoridades públicas e o comportamento de determinados segmentos da sociedade civil, que se sentiram autorizados a agir com hostilidade em relação aos docentes, uma vez que o representante da nação agia dessa maneira.

A figura 6, ilustra e comprova o que defendemos, reafirmando como o professor foi situado nesse espaço de antagonismo social e político. Durante um protesto na Câmara dos Deputados, um dos cartazes erguidos trazia uma mensagem explicitamente contrária aos professores. Esse registro não representa um episódio isolado, mas é sintoma de um processo mais amplo de desvalorização da docência, em que o discurso político se materializa em práticas concretas de exclusão, humilhação e violência simbólica.

Figura 6 - Protesto na Câmara em defesa ao MESP.



Fonte: El País

Esses episódios não apenas configuram um ataque pessoal ao professor, mas também um ataque à legitimidade da educação pública como espaço de formação crítica e emancipatória. Ao deslocar o docente para o campo do inimigo, o discurso bolsonarista produziu efeitos duradouros sobre a identidade profissional, sobre as relações escolares e sobre a percepção social do papel do educador, interferindo diretamente nos fundamentos democráticos que sustentam o fazer pedagógico. Assim sendo,

> Nunca foi fácil ser professor de escola no Brasil. Paga-se pouco, as jornadas de trabalho são longas, os recursos pedagógicos são escassos e, como se não bastasse, há alunos que recorrem à violência física ou verbal. A essa rotina, desde sempre estressante e mentalmente desgastante, se soma mais recentemente um novo elemento: o ambiente de ódio político no país e a patrulha ideológica promovida pela extrema direita dentro das salas de aula[111] (El País, 2019).

A violência simbólica se manifesta também na inversão de papéis promovida por esse discurso. O professor, que tradicionalmente ocupa o lugar de autoridade epistemológica e ética, é deslocado para um lugar de suspeita e de censura.

O ódio contra os professores, apesar de não ter sido inaugurado no bolsonarismo, foi institucionalizado durante seu governo, ganhando força e permitindo as diversas formas de manifestações violentas contra os docentes. Enquanto lugar de (re)produção da vida em sociedade a escola e, consequentemente, os professores passam a atuar "na reprodução das estruturas sociais por meio da produção de estruturas mentais que lhes são correspondentes, fazendo perdurar uma lógica de castas sob uma fachada de racionalidade meritocrática" (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 11).

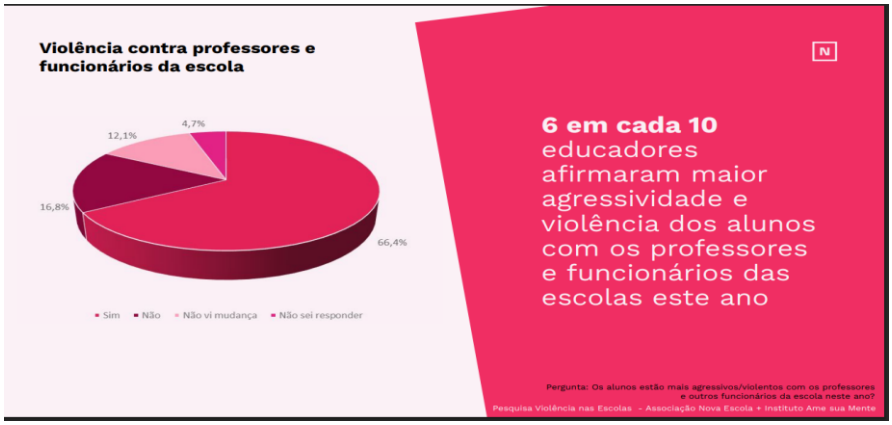
Uma pesquisa realizada pela Nova Escola e o Instituto Ame Sua Mente, em julho de 2023, coletou informações sobre a violência nas escolas e como os professores se sentem diante das ameaças. A figura 7, revela que de 10 professores, 6 afirmam que a violência aumentou no ano de 2023. Algumas variáveis podem ser consideradas para esse aumento e dentre elas ressaltamos a cultura de violência que se instalou entre os anos de 2019 e 2022, tanto pela mídia, quanto pelas redes sociais, o que pode ser confirmado a partir da fala dos próprios professores na figura 8.

Além das questões referentes ao estímulo da mídia e redes sociais, os professores participantes da pesquisa também atribuíram a violência a questões de saúde mental dos estudantes, potencializadas após o período pandêmico, isolamento social e consequente

[111] O trecho faz parte de uma matéria do El País e pode ser lido na íntegra em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html> Acesso em 06/10/2025.

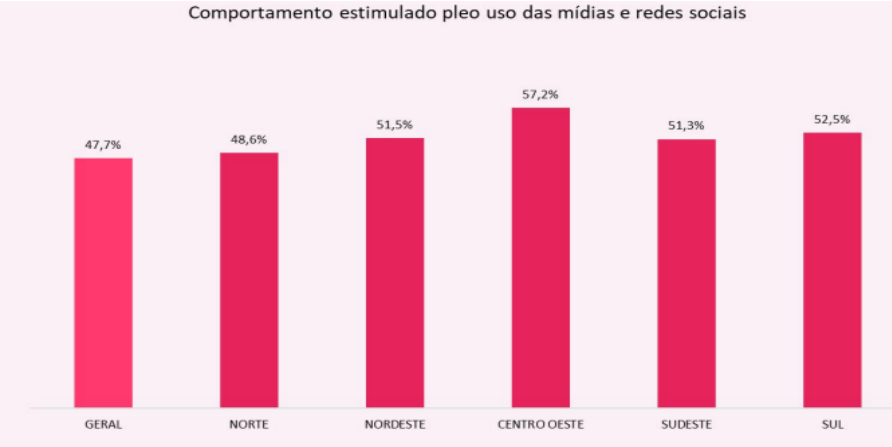
afastamento do convívio escolar. Ainda ficou evidente na pesquisa que a agressão verbal foi a mais sinalizada como forma de violência vivida pelos professores, somando 76,1% das respostas, seguida da violência psicológica moral que foi apontada por 41,5%. Os dados revelam o quanto o discurso de ódio repetido reiteradas vezes pode consolidar no imaginário social uma ideia de consenso e de naturalização, expondo os professores a riscos iminentes em sua prática pedagógica diária.

Figura 7 - Dados da Violência contra Professores[112]



Fonte: Nova Escola e Instituto Ame Sua Mente

Figura 8 - Percentual por região de professores que acreditam que as mídias sociais interferem na violência contra professores



Fonte: Nova Escola e Instituto Ame Sua Mente

[112] A pesquisa pode ser lida na íntegra acessando o link <https://www.amesuamente.org.br/outros/pesquisa-violencia-nas-escolas-07-2023/> Acesso em 05/10/2025

Os dados apontam o medo e a insegurança dos professores. Em entrevista[113] ao El País (2019), a professora e diretora do Sinpro, Sílvia Bárbara, destacou que

> A desvalorização social de nosso trabalho já é antiga, mas essa perseguição e esse ódio são, de fato, mais recentes. Sempre houve conflito entre alunos e professores, mas a novidade é que isso se transformou em perseguição e violência, institucionalizadas pelo presidente e pelo ministro da Educação (El País, 2019).

Essa perseguição institucionalizada pode ser confirmada diante do caso de professores universitários que foram acionados pela Controladoria Geral da União (CGU), após se manifestarem, em uma live, contrários ao governo de Bolsonaro durante a gestão da saúde na pandemia da Covid-19. Um deles, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, é professor e epidemiologista, responsável por uma das mais importantes pesquisas sobre a Covid-19 no Brasil, a Epicovid. Para ele, a condução da pesquisa, que sofreu muitos ataques por parte de Bolsonaro e de seus aliados, pode ter sido seu maior desgaste com a base de governo por representar resistência à ingerência governamental diante das mortes pelo coronavírus.

Não por coincidência, a denúncia contra os professores foi feita por Bibo Nunes (PSL) que acumula uma série de polêmicas ao longo da sua atuação como parlamentar. Uma das polêmicas está relacionada ao etarismo, uma vez que afirmou, em debate, que o "vírus acelera a morte de quem está para morrer. No mundo inteiro, quem morre são idosos, pessoas que já estão sendo encaminhadas para a morte".

Além das denúncias, o professor Hallal também sofreu ataques e boicotes direcionados a sua pesquisa, na tentativa de silenciar os dados sobre a pandemia no país[114]. O professor, que assinou um Termo de Ajustamento de Conduta, foi alvo de perseguição nas redes sociais por parte dos militares apoiadores do governo. No entanto, além das críticas verbais, passou a ser alvo também de ameaças de morte e agressões físicas, revelando o quanto a tentativa de silenciamento pode resultar em violências de diversos tipos.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a violência direcionada aos professores durante o governo Bolsonaro produziu efeitos negativos para a classe docente e para o campo educacional como um todo. Ao serem constantemente deslegitimados em seu saber, desacreditados em sua função social e expostos a discursos que os associavam à doutrinação ideológica, muitos docentes passaram a experimentar sentimentos de medo, de desgaste

---

[113] Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html> Acesso em 06/10/2025.

[114] Disponível em <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/15126/professor-pesquisa-boicote> Acesso em 06/10/2025

profissional e de falta de incentivo para permanência na carreira. Essa conjuntura de hostilidade fragilizou o vínculo de confiança entre professores, estudantes e comunidade escolar, comprometendo a autoridade pedagógica e a liberdade de cátedra que é um princípio fundamental para uma educação democrática. Assim, a violência simbólica direcionada ao magistério feriu a essência da educação como espaço de reflexão crítica e de construção de cidadania.

Dessa maneira, torna-se necessário repensar quais os sentidos produzidos por essa violência direcionada aos professores, compreendendo também quais seus impactos para a atuação da docência, bem como os desafios enfrentados pela classe para realização de um trabalho pautado na democratização dos saberes.

5.3. Sentidos produzidos pela deslegitimação docente

A deslegitimação da docência no Brasil, intensificada durante o governo Bolsonaro, representou uma crise educacional e democrática vivida no país nos últimos anos. O enfraquecimento da autoridade do professor, enquanto mediador do conhecimento, a intensificação das violências no ambiente escolar, a circulação de discursos de ódio e de descrédito contra os docentes, contribuíram para o aumento da insegurança profissional, para o adoecimento mental e para a desmobilização das práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.

Partindo desse princípio, interessa-nos perceber como a rede de discurso de ódio condicionou o professor a um espaço de fragilidade de sua prática, interferindo diretamente em sua saúde física e mental. Os números de professores com problemas relativos à saúde mental têm crescido no país e podem ser oriundos da disseminação de discursos e práticas odiosas contra a docência.

Assim sendo, o tópico a seguir visa traçar reflexões sobre os impactos do discurso de ódio e da violência simbólica e física dirigida aos professores, sobretudo no contexto das políticas e práticas discursivas do governo Bolsonaro. Esses discursos, ao desqualificarem o trabalho docente e associarem o professor a um inimigo ideológico, produzem efeitos na saúde mental dos educadores, gerando sentimentos de medo e insegurança. Esse cenário contribui para o aumento de afastamentos, adoecimento psíquico e desmotivação profissional. Nesse contexto, a necropolítica, compreendida como a política que decide quem pode viver e quem deve morrer, manifesta-se não apenas pela omissão de políticas de cuidado e valorização do professor, mas também pela naturalização do sofrimento e pela gestão da precariedade. Assim, a escola e o corpo docente se tornam alvos de um projeto de governo que, ao negar a vida em

sua plenitude e dignidade, transforma o espaço educativo em território de disputa e sobrevivência.

Nesse sentido, no tópico que segue, vamos abordar o conceito de necropolítica, associando-o ao adoecimento docente e aos impactos que os discursos odiosos assumem sobre a saúde mental do professor.

5.3.1. Necropolítica e o adoecimento docente: os impactos da deslegitimação sobre a saúde mental dos professores

A necropolítica é um conceito oriundo da psicologia e, apesar de já ter se falado sobre as relações entre morte e política em outros momentos históricos, o conceito ganha formulação e embasamento a partir dos estudos do filósofo Achille Mbembe (2018). O conceito de necropolítica está relacionado ao capitalismo e às escolhas soberanas de vida e morte.

Associado ao conceito foucaultiano de biopoder, no que diz respeito ao domínio ou às formas de controle da vida (Foucault, 2012), a necropolítica pode ser compreendida como o exercício do poder soberano de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Nesse sentido, é possível pensar os modos pelos quais o estado, especialmente sob governos autoritários, produz políticas de morte que não se limitam ao extermínio físico, mas que se expandem para o campo simbólico, subjetivo e laboral.

No contexto educacional brasileiro, durante o governo Bolsonaro, a (ir)racionalidade da necropolítica se manifestou na forma de um conjunto de práticas discursivas e institucionais que buscaram precarizar as condições de trabalho docente, deslegitimar o papel social do professor e promover um ambiente de hostilidade. A docência, nesse cenário, converte-se em um espaço de vulnerabilidade e desgaste, onde o adoecimento psíquico é uma das faces mais perversas da necropolítica aplicada à educação. Nas palavras de Nascimento, Díaz e Amorim (2022, p.37)

> Quando pensamos a educação em um nível idealizado, na forma como ela deveria se dar em um estado democrático de direito, como aparece em nossa Constituição ou em boa parte da nossa legislação educacional, podemos até pensar o Brasil como um Estado que põe em ação uma biopolítica – já em si criticável, pela instrumentalização da vida e pelas assimetrias nas relações de poder que produz. Porém, quando pensamos na realidade educacional brasileira, nas salas lotadas e sem recursos em que a aprendizagem significativa é quase impossível, na violência presente no cotidiano das escolas, na interação com a polícia e com o tráfico de drogas, na remuneração dos professores e nas suas condições de trabalho, que se refletem em suas jornadas intensas de trabalho e na sua saúde cada vez mais debilitada, podemos vislumbrar que o que está em jogo aí talvez não seja da ordem de uma biopolítica, mas de uma necropolítica.

Pensar o adoecimento docente a partir da perspectiva da necropolítica é compreender que não se trata apenas de uma questão de saúde mental, mas de um projeto político de gestão do sofrimento. O corpo e a mente do professor se tornam territórios de disputa, nos quais se inscrevem as marcas de um poder que atua pela via da exaustão. A depressão, o burnout e outras doenças incapacitantes são expressões do modo como o estado e o discurso público de ódio têm produzido uma pedagogia da morte.

O projeto da necropolítica em torno da educação, resulta em afastamentos dos docentes por problemas de saúde mental. Em 2023, o estado de São Paulo registrou 112 casos de afastamento de professores por dia[115]. Já em Santa Catarina, pesquisa[116] realizada pelo CNTE em parceria com núcleos de psicologia, revela que ideações suicidas fazem parte da carreira docente.

> Os dados mostram que entre os professores que estiveram em sofrimento mental entre 2021 e 2024, mais de 1/4 tiveram pensamentos suicidas. Em todos os anos em que essa pergunta foi aplicada, os índices foram considerados altos pelos pesquisadores. O estudo também indica que o cansaço ou desgaste físico e emocional (83%), conflitos com colegas (27%), com famílias (28%), com a direção (37%) e com estudantes (68%) são fatores para o adoecimento dos docentes no ambiente escolar. Quando perguntados quais as maiores dificuldades que enfrentam no dia a dia nas escolas, os docentes apontaram que lidar com a defasagem de aprendizagem e com as questões socioemocionais dos estudantes são os problemas mais relevantes, seguidos pela falta de infraestruturas e equipamentos nas escolas catarinenses (CNTE, 2025).

Enquanto a atenção pública é desviada em uma guerra contra o professor, direitos fundamentais como saúde, educação e moradia são negados por políticas neoliberais e por um projeto de poder que opera pela necropolítica, isto é, pela administração da morte e da precariedade de determinados grupos sociais. Assim, a perseguição ao magistério é parte de um projeto maior de desmonte da democracia e de controle social, que transforma o ódio em ferramenta política e o medo em dispositivo de governo. Dessa maneira,

> Acusados de doutrinadores, professoras e professores têm sobrevivido num cenário brasileiro no qual há uma construção política com manipulação de afeto. Famílias são incitadas a odiar e atacar os profissionais da educação, pois estes estariam ameaçando a segurança de seus valores e direitos. Enquanto isso, os direitos básicos, como acesso à saúde, educação e moradia estão ruindo junto com a democracia brasileira (Passos e Mendonça, 2021, p.25).

O adoecimento docente se configura como um dos elementos mais visíveis de um processo mais amplo de extermínio da carreira do magistério no Brasil. A intensificação dos afastamentos por motivos de saúde, associada à queda expressiva na procura por cursos de

---

[115] Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml>Acesso em 06/10/2025.

[116] A pesquisa sobre a saúde mental dos docente de Santa Catarina pode ser lina na íntegra em <https://sinte-sc.org.br/files/1081/5a-Pesquisa-de-Saude-Docente-completo-com-faltas.pdf> Acesso 06/10/2025

licenciatura, revela um cenário de esgotamento coletivo e de descrédito social da docência como campo profissional.

Sob a ótica da necropolítica (Mbembe, 2018), é possível compreender que as políticas e práticas implementadas durante o governo Bolsonaro operaram a partir de uma lógica de gestão da morte social como uma escolha deliberada sobre quais corpos e categorias profissionais deveriam ser expostos ao sofrimento, à precarização e à invisibilidade. No caso dos professores, a necropolítica não se manifesta unicamente na destruição física, mas no apagamento e no silenciamento sistemático de suas vozes, direitos e condições de trabalho que acabam por afetar os professores mentalmente. Assim, a morte que recai sobre o magistério é uma morte política e subjetiva, promovida por mecanismos de desvalorização salarial, de deslegitimação pública e de criminalização discursiva

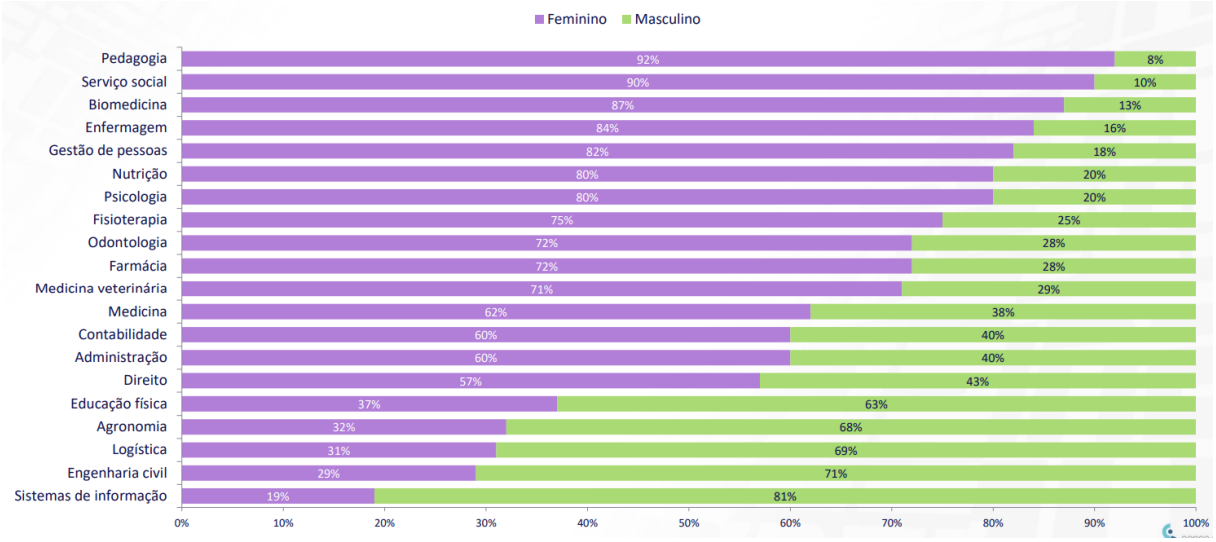
Esse processo evidencia que a necropolítica, ao ser traduzida em políticas educacionais autoritárias e em discursos de ódio, transforma a docência em um território de vulnerabilidade, onde viver e permanecer é um ato de resistência.

Outro aspecto que não podemos deixar de pontuar, embora não seja nosso objetivo principal de pesquisa, é que os dados mais recentes evidenciam três tendências constantes entre os professores brasileiros: 1- predominância feminina na docência; 2- presença significativa de negros e pardos como docentes, embora não tão expressiva quando comparada com a proporcionalidade demográfica e 3- perfil socioeconômico e de formação que revela disparidades históricas quanto ao acesso ao ensino superior e à formação docente.

Com relação ao gênero, o Censo da Educação Superior de 2023 indica que 79,5 % dos docentes da educação básica são mulheres[117]. No nível de direção escolar, 81,6 % dos cargos de gestor são ocupados por mulheres. Nas licenciaturas, a presença feminina é também majoritária, uma vez que 73,9 % das matrículas são femininas, e entre os ingressantes em cursos voltados à docência esse percentual sobe para 75,1 %. A figura 9 ilustra nossa afirmação, quando traz o dado de que 92% dos estudantes matriculados no curso de pedagogia, são mulheres.

[117] Dados do INEP disponíveis em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil> Acesso em 06/10/2025

Figura 9 - Dados de mulheres matriculadas nos curso de pedagogia



Fonte: Inep 2023

Em termos raciais, embora a população preta e parda representam mais da metade do total de brasileiros, apenas cerca de 21% dos docentes do ensino superior se declaram pretos ou pardos, sendo apenas 2,9 autodeclarados pretos[118]. Já no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos ingressantes e estudantes de licenciatura, os cursos de formação docente acolhem parcela significativa de estudantes provenientes de perfis socioeconômicos mais vulneráveis, pois muitos recorrem aos programas de bolsa, financiamentos ou ofertas públicas de vagas para acessarem o ensino superior. Isso revela que as licenciaturas representam, para boa parte dos setores populares, uma via de mobilidade ou de inserção profissional no ensino.

Esses indicadores demonstram que a docência no Brasil é atravessada por determinantes estruturais de gênero, raça e classe, que influenciam tanto a escolha pela profissão quanto as condições de trabalho e reconhecimento dos professores. Ao revelar que o magistério é majoritariamente feminino, composto em parte por docentes negros e de baixa renda, e ainda marcado por lacunas formativas, esses dados ampliam o entendimento das dinâmicas de desigualdade que permeiam o campo educacional. Compreender quem são os professores e professoras que compõem a base da educação brasileira é também compreender as relações de poder, exclusão e resistência que estruturam a escola pública e o projeto de sociedade.

[118] Para saber mais acessar o link <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/18/consciencia-negra-magisterio-superior-conta-com-apenas-2-9-de-professores-autodeclarados-pretos/> Acesso em 06/10/2025.

Enquanto necropolítica, a política de morte implementada pelo bolsonarismo perseguiu mulheres, negros e população de baixa renda. Assim sendo, a perseguição aos professores representou também a perseguição a essas classes que a constituem. Ao criminalizar e estigmatizar professores e professoras, o governo atacava o exercício da profissão e perpetuava mecanismos de exclusão racial, de gênero e socioeconômica, evidenciando a convergência entre necropolítica e manutenção das desigualdades estruturais. A perseguição aos docentes se tornou, assim, uma perseguição às classes sociais e identitárias que constituem o magistério, reforçando uma lógica de vulnerabilização em que o corpo docente, majoritariamente composto por mulheres e por pessoas negras ou de baixa renda, passou a ser deslegitimado e perseguido.

Relacionando a necropolítica mais objetivamente a nossa pesquisa, entendemos que o projeto de poder vinculado ao governo Bolsonaro utilizou uma necropolítica voltada para a morte das ideias emancipatórias que convergem com a pedagogia freireana. De maneira discursiva e prática, o governo instaurou uma onda de ataques a Paulo Freire, orquestrada por Bolsonaro e seus aliados, com vistas a deslegitimar a qualidade do ensino que tenha alinhamento com os princípios freireanos do educar para a liberdade e para emancipação dos sujeitos.

Os ataques a Paulo Freire e aos princípios de sua pedagogia evidenciam a intenção de sufocar a construção de um imaginário social voltado à liberdade, à reflexão crítica e à conscientização política. As ações discursivas e práticas do governo, ao deslegitimarem a pedagogia freireana, buscam instaurar uma cultura educacional marcada pela reprodução acrítica de valores hegemônicos e pelo apagamento de perspectivas que questionem as desigualdades estruturais. Dessa forma, a necropolítica educacional imposta pelo bolsonarismo coloca em risco a qualidade do ensino, além de comprometer a formação de cidadãos críticos, autônomos e capazes de intervir na transformação social.

Além dos aspectos já mencionados, torna-se necessário ampliar a discussão sobre outros panoramas que interferem no bem-estar e na saúde mental dos docentes como condições precárias de trabalho e salários baixos que contribuem efetivamente para a desvalorização e o adoecimento profissional. Trataremos dessas questões no tópico que segue.

5. 3.2. Precarização material: salários, condições de trabalho e desvalorização profissional

A remuneração tem sido um dos principais fatores de precarização do trabalho docente. Estudos apontam que muitos professores recebem abaixo do piso salarial nacional,

especialmente aqueles contratados temporariamente, ainda que este seja um direito garantido pela lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

> Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.
>
> Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei 11.494, de 20 de julho de 2007 (Brasil, 2008).

Mesmo com a garantia legal, os salários dos professores continuam sofrendo defasagem, uma vez que estados e municípios utilizam critérios pouco claros para negar o reajuste anual. Esses critérios, muitas vezes, dizem respeito à progressão na carreira que levam em consideração o aperfeiçoamento através de especializações lato e stricto sensu, quantidade de anos em que está no serviço público com progressões horizontais e verticais. No entanto, muitas redes utilizam dessa progressão na carreira para justificarem o não repasse do reajuste anual. Isso se revela ainda mais crítico quando os profissionais em questão não estão no ensino público em cargos efetivos, ampliando a precarização para professores que trabalham através de contratos temporários.

Entendemos que o desmonte da carreira pública, não apenas na área docente, foi um plano articulado do governo Bolsonaro que em 4 anos de gestão, promoveu apenas 10 concursos públicos federais. Quando comparado aos últimos anos, o governo Bolsonaro e o governo Michel Temer demarcam a visão da direita ao assumir a gestão do país que é a de precarizar a carreira pública. A tabela 8 demonstra os dados de vagas de concursos públicos entre os anos de 2013 a 2023, enquanto a tabela 9 demonstra o acréscimo nas contratações temporárias durante o mesmo período temporal.

Tabela 8 - Vagas ofertadas em concursos públicos entre os anos de 2013 e 2023

Ano	*Vagas Concursos*
2023	**5.880**
2022	**1.699**
2021	**1.188**
2020	**3.000**

2019	**309**
2018	**1.011**
2017	**1.015**
2016	**595**
2015	**1.994**
2014	**3.378**
2013	**7.746**

Fonte: G1

Tabela 9 - Vagas ofertadas em caráter temporário os anos de 2013 e 2023

Ano	*Vagas Concursos*
2023	**8.141**
2022	**0**
2021	**421.488**
2020	**27.120**
2019	**235.060**
2018	**0**
2017	**0**
2016	**276**
2015	**0**

2014	**0**
2013	**0**

Fonte: G1

Apesar de os recortes demonstrados não serem exclusivos da carreira docente, compreendemos que estes abrangem também os profissionais da educação e, portanto, revelam a precarização da carreira. Essa precarização, também tem relação com as condições de trabalho, que têm se deteriorado ao longo dos anos. A sobrecarga de atividades, a falta de infraestrutura nas escolas e a intensificação das jornadas de trabalho têm levado a um aumento significativo de casos de estresse, ansiedade e depressão entre os docentes, conforme já ressaltamos anteriormente.

Esse fato pode estar relacionado aos baixos salários, uma vez que os professores acabam se submetendo a jornadas maiores para conseguir uma renda melhor, o que interfere diretamente na qualidade de vida. Pesquisas indicam que muitos educadores enfrentam dificuldades para conciliar o trabalho com a vida pessoal, resultando em um desgaste emocional considerável. Esse desgaste foi agravado durante a pandemia da Covid-19, pelo contexto novo que os professores vivenciaram com o ensino remoto e as incertezas sobre as questões de saúde pública.

Outro ponto a ser considerado é a desvalorização da profissão que representada pelo não reconhecimento social e profissional da categoria e que tem levado muitos professores a abandonarem a carreira ou a buscarem outras oportunidades de trabalho, especialmente quando se trata da educação básica. Esse fenômeno é ainda mais agravado entre os docentes temporários, que enfrentam insegurança no emprego e ausência de perspectivas de crescimento profissional.

Além do que já mencionamos, outro fato que gera insegurança aos profissionais da educação diz respeito à violência nas escolas. O ambiente de medo e vulnerabilidade favorece formas mais explícitas e efetivas de violência, que ultrapassam o campo linguístico e discursivo e resultam em invasões, agressões e mortes nas instituições. Assim sendo, resgatar os episódios ocorridos no país ao longo dos últimos anos, permite-nos compreender como o discurso de ódio se materializou em violência física.

5.3.3. Violência nas escolas: assassinatos, agressões e invasões

A insegurança dos profissionais da educação diz respeito, além do que já mencionamos, à escalada da violência nas escolas. Invasões, agressões físicas, assassinatos têm se tornado acontecimentos cada vez mais frequentes, revelando o quanto o ambiente escolar vem sendo atravessado por tensões sociais e políticas. O discurso de ódio direcionado aos professores e a naturalização da violência como forma de manutenção da ordem, fortalecidos por narrativas autoritárias e antidemocráticas, contribuíram para a criação de um cenário em que o espaço educativo, antes concebido como lugar de proteção e aprendizagem, transforma-se em território de risco e vulnerabilidade.

Defensor do armamento da população, Jair Messias Bolsonaro não poupou as crianças de seu discurso armamentista, inserindo-as em uma narrativa que naturaliza a presença das armas no cotidiano social. Como se observa na figura 10, durante sua campanha, a apologia ao uso de armas se consolidava como um dos eixos centrais de seu projeto político de governo, apresentando o armamento da população como símbolo de liberdade e segurança individual. Essa estratégia, entretanto, ultrapassava o direito à defesa pessoal, pois se tratava de uma estratégia ideológica que promovia a cultura da violência e a lógica do confronto em detrimento do diálogo e da convivência democrática. Ao incorporar crianças em manifestações que cultuavam o armamento, o discurso bolsonarista reforçava a banalização da violência, normalizando o acesso a instrumentos letais e transformando o armamento em sinal de patriotismo e força moral. Essa construção revela o alcance de uma política voltada à militarização da vida civil, o que repercute na cultura social e nos valores transmitidos às novas gerações.

Figura 10 - Bolsonaro ensina criança a fazer símbolo de arma durante campanha de 2018



Fonte: El País

Além de utilizar o gesto do armamento como símbolo de campanha, ao assumir o poder, Bolsonaro, através de decretos, ampliou o acesso às armas para mais de 20 categorias diferentes, incluindo menores de 18 anos. O que antes exigia autorização judicial para que ocorresse, passa a ser autorizado caso um dos pais do menor conceda esta autorização. O decreto em questão é o decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que entre outras mudanças permitia que menores de 18 anos praticassem tiro esportivo com autorização apenas de um dos responsáveis.

Sabemos o quanto uma ação orquestrada desse tipo está relacionada à cultura do ódio, na qual as crianças em vez de serem protegidas e cuidadas, passam a estar nas trincheiras de guerra. Essa medida, longe de representar uma política de segurança, contribuiu para a banalização do perigo no qual até as crianças são convocadas a participarem de uma guerra política travada em nome da defesa de valores autoritários.

A cultura armamentista pode ter sido um dos gatilhos para o acréscimo em casos de ataques a escolas no Brasil. Mesmo os ataques não sendo um movimento novo, criado pelo bolsonarismo, acreditamos ter sido o bolsonarismo um dos responsáveis pela sua amplificação. Os dados do relatório "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental" revelam que nossa afirmação é coerente.

Segundo o relatório, que resgata as ações violentas nas escolas tanto no território brasileiro quanto no norte-americano, os dados revelam que os ataques às escolas acontecem, em menor escala, desde o século XIX nos Estados Unidos. No Brasil, no entanto, os primeiros registros datam dos anos 2000. A tabela 10, a seguir, resgata os dados sobre os registros de ataques armados às escolas brasileiras.

Tabela 10 - Histórico da Violência às Escolas no Brasil

Local	**Ano**	**Descrição do caso**
Salvador, BA	2002	O estudante E.R, 17, matou uma colega a tiros e feriu outra no colégio Sigma, em Salvador. Ele disparou 4 tiros contra suas vítimas dentro da sala de aula e depois se dirigiu à quadra de esportes da escola para esperar a polícia chegar. A arma usada no crime pertencia a seu pai, que era perito da Polícia Civil.
		W. M. de O., 23 anos, invadiu a Escola Municipal Tasso da Silveira,

Realengo, RJ	2011	em Realengo, onde havia estudado, e matou a tiros 12 alunos adolescentes, com idades entre 13 e 15 anos (10 meninas e 2 meninos). Testemunhas dizem que ele atirava nas meninas para matar e, nos meninos, para ferir.
Suzano, SP	2019	G. T. M., 17 anos, e L. H. de C., 25, invadiram a Escola Raul Brasil e mataram a coordenadora pedagógica, a inspetora, e cinco alunos entre 15 e 17 anos. Além das armas de fogo, a dupla de ex-alunos portava machadinha, arco e flecha, e coquetéis molotov. Antes do massacre, G. T. M. matou seu tio. Há um terceiro adolescente envolvido no massacre, mas a investigação corre em segredo de justiça.
Saudades, SC	2021	Massacre na escola-creche Aquarela. F. K. M., 18 anos, fez cinco vítimas fatais: uma professora, uma agente educacional, e três crianças com menos de 2 anos. F. foi à escola-creche de bicicleta e usou um facão como arma.
Aracruz, ES	2022	Adolescente de 16 anos (nome não divulgado) entrou atirando em duas escolas da cidade de Aracruz, região metropolitana de Vitória, deixando 4 mortos e 13 feridos.

Fonte: Relatório "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental" (2002)

Os dados revelam que, ao todo, foram 16 ataques às escolas no Brasil, com um total de 35 vítimas fatais e 72 pessoas feridas. Inquieta-nos perceber que dentre os 16 ataques, 4 ocorreram no segundo semestre de 2022, um total de 25% dos registros. Uma das nossas hipóteses que podem justificar esse cenário é a defesa pública do armamento e a banalização da vida, questões muito enfatizadas durante o governo de Bolsonaro. Evidentemente não deixamos de pontuar aspectos como bullying, negligência familiar, exposição à violência, uso

irrestrito de redes sociais e jogos violentos, como processos que podem desencadear a violência armada que tem como alvo as unidades de ensino. De acordo com o CNDE

> Casos de ataques com armas de fogo nas escolas praticados por alunos e ex-alunos, em geral, são normalmente associados ao bullying e situações prolongadas de exposição a processos violentos, incluindo negligências familiares, autoritarismo parental e conteúdo disseminado em redes sociais e aplicativos de trocas de mensagem. Os sujeitos, na prática, tornam-se violentos em processo de cooptação pela extrema direita e, ao seguirem rumo aos ataques (seja com uso de armas de fogo, armas brancas ou depredação do patrimônio), procuram a escola com desejo condicionado por associarem-na às condições de exposição. A opção por invadir uma escola não é mera coincidência ou fruto de uma escolha aleatória. As motivações incluem ódio às maiorias minorizadas e aproximação ideológica a teorias nazistas e fascistas (CNDE, 2022, p. 16).

Um aspecto identificado nos recentes episódios de violência em ambientes escolares é a centralidade do professor como alvo das agressões. Nos últimos ataques, não apenas estudantes, mas também docentes foram brutalmente assassinados. Esse fenômeno destaca que o discurso extremista e os ideais de ódio disseminados socialmente extrapolam os grupos historicamente mais atingidos pela violência, como as mulheres, e passam a incidir sobre aqueles que simbolizam o pensamento crítico, a mediação do conhecimento e a formação cidadã. A figura do professor, nesse contexto, torna-se um alvo estratégico dentro de uma lógica necropolítica que busca silenciar vozes dissonantes e enfraquecer instituições educativas.

Vale ressaltar ainda que os alvos a serem atraídos para partilharem do mesmo pensamento do discurso da extrema-direita e que, muitas vezes, são responsáveis pelos casos de massacres, podem ser definidos com um perfil heteronormativo, branco, misógino e intolerante. A cooptação de grupos de jovens pela extrema-direita ocorre por meio de um sofisticado aparato comunicacional, sustentado pelas redes sociais e por estratégias de desinformação, como as notícias falsas, o pânico moral e a manipulação afetiva. A extrema-direita opera pela mobilização de afetos como medo, ressentimento e indignação moral, convertendo frustrações econômicas e sociais em narrativas de perseguição aos inimigos.

Além disso, a cooptação ocorre pela apropriação de pautas legítimas, como segurança pública, liberdade de expressão e proteção da infância, que são distorcidas para justificar práticas autoritárias e de censura. O discurso da extrema-direita no Brasil constrói seus inimigos a partir de critérios morais, raciais, de gênero e ideológicos, ao mesmo tempo em que consegue

agregar parcelas da população a esses discursos por meio da manipulação emocional e da instrumentalização das vulnerabilidades sociais. Segundo o CNDE

> Os alvos de cooptação pelo discurso de extrema-direita são majoritariamente adolescentes brancos e heterossexuais, e a misoginia exerce um papel crucial no processo. Frustração sexual e raiva do mundo, dentre outros processos típicos da adolescência, são mobilizados em espaços de discussão online onde muitos desses jovens se reúnem para desabafar ditas frustrações e confraternizar (CNDE, 2022, p. 17).

Nesse contexto de autoritarismo promovido pela extrema direita, a cooptação de seguidores se configura como uma estratégia fundamental de manutenção e expansão de sua influência na sociedade. As lideranças autoritárias constroem vínculos com seus admiradores por meio de discursos que apelam para emoções e crenças compartilhadas, fomentando um sentimento de pertencimento e lealdade. Assim, observa-se que tais figuras políticas se identificam com um projeto de poder autoritário, sustentado pela adesão afetiva e pela manipulação de interesses coletivos e individuais. Nessa lógica, os sujeitos tendem a "aceitar programas políticos e sociais que acreditam servir a seus interesses econômicos" (Adorno e Horkheimer,1985, p. 83), ainda que, na prática, tais programas reforcem desigualdades e mantenham as estruturas de dominação e controle social.

Diante do exposto, e compreendendo que a exposição dos docentes à violência tem crescido de forma significativa, resultado, entre outros fatores, da intensificação de práticas discursivas extremistas que posicionam o professor como alvo, torna-se imprescindível refletir sobre as formas pelas quais esses profissionais elaboram sentidos acerca de sua própria condição e atuação. A análise das representações sociais construídas pelos professores sobre si mesmos e sobre o contexto de violência em que estão inseridos possibilita compreender os impactos subjetivos dessas experiências, bem como as possíveis estratégias de enfrentamento e resistência produzidas no interior da categoria.

Assim, a seguir, discutiremos como essas representações surgem a partir de práticas discursivas contra-hegemônicas, capazes de reconfigurar o papel docente frente à cultura do ódio e de sustentar formas coletivas de resistência às narrativas extremistas que buscam deslegitimar a educação e os docentes.

5.4 Movimentos de resistência docente

O movimento de resistência docente, no Brasil, configura-se como uma resposta às condições de precarização, desvalorização e violência que têm atingido os profissionais da

educação, especialmente nas últimas décadas. Frente ao avanço de discursos autoritários e extremistas que deslegitimam o papel do professor e atacam os fundamentos democráticos da escola pública, os docentes constroem formas diversas de resistência que vão desde a mobilização sindical e política até práticas pedagógicas emancipatórias no cotidiano escolar. Essa resistência não se limita à contestação direta e embates entre governo e professores, mas envolve também a produção de novos sentidos para o fazer docente, reafirmando o compromisso ético e social da educação como prática de liberdade, em consonância com a pedagogia freireana.

Nesse contexto, a resistência docente torna-se ato de coragem e defesa da própria vida, reafirmando o fazer pedagógico como espaço de emancipação e esperança. Além das ações coletivas organizadas em sindicatos, associações e movimentos sociais, a resistência docente se manifesta nas práticas cotidianas de sala de aula, nas quais os professores valorizam o currículo, os métodos e os espaços escolares como territórios de diálogo, escuta e formação crítica. Vale salientar que, ao assumirem essa postura os docentes estão respaldados pelos marcos legais que regem a educação e, portanto, suas práticas são consideradas legítimas.

Embora os movimentos de resistência docente sejam, muitas vezes, silenciosos, eles existem e repercutem como oposição à lógica neoliberal e tecnicista que busca transformar a educação em mercadoria e o professor em executor de práticas padronizadas. Nesse sentido, cada experiência de criação pedagógica, de acolhimento aos estudantes, de defesa da autonomia docente, de posicionamento frente às ameaças, de disseminação de práticas que preconizam o pensamento crítico, constitui uma forma de resistência frente às tentativas de controle e silenciamento.

Nos tópicos que seguem, vamos observar algumas práticas que se configuram como forma de resistência docente e perceber como estas demarcam um espaço de luta profissional frente a governos autoritários. Por meio da produção acadêmica, de protestos contra cortes de verbas, de redes de apoio e de campanhas públicas, os professores constroem uma narrativa contrária à narrativa governamental, reafirmando a centralidade da educação para a democracia e denunciando as políticas de exclusão e morte promovidas pelo extremismo da direita. Assim, a resistência docente não se resume à defesa da categoria, mas expressa uma luta mais ampla pela preservação da escola como espaço de produção de conhecimento, convivência e fortalecimento da cidadania.

5.4.1. Protestos e greves contra cortes de verba e contingenciamentos no ensino federal

O movimento de resistência docente se configura através de inúmeras práticas e, dentre elas, os protestos e greves merecem lugar de destaque por serem uma das formas mais visíveis de resistência. Em 2019, professores, estudantes e servidores universitários protagonizaram protestos contínuos, em diversos estados, contra os cortes de verbas anunciados para universidades federais, institutos federais e programas de assistência estudantil.

Conforme já exposto anteriormente, o ministro Weintraub anunciou cortes de 30% nas verbas das universidades e institutos federais e a resposta das instituições, docentes e movimentos estudantis foi suspender as atividades e convocar protestos. Trouxemos, na figura 2, capítulo 1 desta pesquisa, um dos cartazes utilizados nesse movimento de protesto como forma de validação da perspectiva crítica e emancipadora da pedagogia freireana. Retomamos esse movimento como forma de compreender que a pedagogia crítica tem bases no enfrentamento da violência e da política de desvalorização da docência em nosso país.

Um comunicado emitido ao final da assembleia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), reiterou a força que as universidades representam na sociedade, pois elas "tornam visíveis aquilo que muitos tentam ocultar. Os engenhos inconfessáveis. Os artistas da violência que agem em nome do Estado. É por isso que a querem destruir. Mas a universidade também ensina que é melhor morrer de pé do que viver de joelhos".

As mobilizações incluíram greves, paralisações e manifestações em capitais e cidades, com cartazes e palavras de ordem, denunciando os impactos desses cortes na qualidade de ensino, na pesquisa, nos serviços de permanência como moradia, alimentação e transporte para os estudantes. Essa reação dos educadores e comunidade estudantil, remete-nos ao conceito de emancipação de Bhaskar (1998) que diz respeito à mudança de consciência, libertação que vai além de algo mental, mas se configura nas práticas sociais cotidianas.

> Meu ponto de vista é que aquele tipo especial e qualitativo de libertação que é a emancipação e que consiste na transformação, na autoemancipação dos agentes envolvidos, partindo de uma fonte de determinação indesejada e desnecessária para uma desejada e necessária, é, ao mesmo tempo, pressagiado causalmente e acarretado logicamente por uma teoria explanatória, mas só pode ser efetivada na prática (Bhaskar, 1998, p. 462).

Nesse sentido, Bhaskar articula uma ontologia social crítica que reconhece os sujeitos como agentes capazes de transformar as estruturas sociais nas quais estão inseridos, superando o determinismo estrutural. A emancipação não se reduz a uma mudança individual ou

psicológica, mas implica uma transformação das condições materiais e discursivas que limitam a ação humana. Assim, a liberdade requer consciência crítica e prática transformadora.

A emancipação pode ser compreendida, no campo da resistência docente, como um processo dialético em que os professores reconhecem os mecanismos sociais e ideológicos que os oprimem, como o discurso extremista da direita, a precarização do trabalho, o autoritarismo e, a partir desse reconhecimento, constroem ações coletivas e reflexivas que visam modificar essas estruturas. Esse movimento é coerente com a concepção de Bhaskar da práxis emancipatória, que une crítica epistemológica e ação política para promover a libertação dos sujeitos das formas de dominação.

Compreendendo que liberdade não é a ausência de restrições, mas a capacidade de agir de acordo com as necessidades do ser, o que implica a reconstrução crítica das relações sociais e institucionais, entendemos que ao resistirem às políticas de silenciamento e à necropolítica que ameaça a existência do educador, os professores produzem reações aos processos hegemônicos e de poder, abrindo espaço para novas possibilidades de ser e agir no e pelo mundo.

Além dos protestos contra os cortes de verbas, as universidades e sindicatos se reuniram com o propósito de debater sobre os retrocessos para a educação, durante o governo Bolsonaro, e as possíveis estratégias de luta. Em 2022, houve um Encontro das Universidades, Institutos Federais e Cefets em luta contra as intervenções, promovido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. No encontro

> os representantes das entidades ressaltaram que a educação pública brasileira vem resistindo bravamente durante o governo Bolsonaro, que tem interferido nas universidades, institutos e cefets na escolha de reitoras e reitores, além de outros ataques à educação. Para as e os convidados, a política de Bolsonaro é uma reedição da política da ditadura empresarial-militar (1964-1985) no país de restringir os espaços de debates, atacar a democracia nas universidades brasileiras e aprofundar a perseguição aos movimentos sociais. Ressaltaram também que a realização o encontro é fundamental para impulsionar a organização das lutas nas instituições e nas ruas, em defesa da educação e contra as intervenções que, atualmente, conta com 21 interventoras e interventores (ANDES,2022)[119].

Dessa maneira, a resistência dos docentes aos desmandos do governo Bolsonaro pode ser compreendida como uma forma concreta de luta pela preservação da própria existência social e política da categoria. Diante das tentativas de deslegitimar o papel do professor, de enfraquecer a educação pública e de difundir discursos que criminalizam o pensamento crítico, os educadores transformaram a resistência em um ato de afirmação de sua função social. Essa

[119] Matéria sobre a resistência dos docentes disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/docentes-debatem-ataques-e-intervencao-do-governo-bolsonaro-nas-iFE1> Acesso em 12 de outubro de 2025.

resistência reafirma o compromisso dos docentes com a defesa do conhecimento, da democracia e dos direitos humanos. Assim, ao se posicionarem contrários a um projeto político que buscou silenciá-los e precarizá-los, os professores reafirmam sua importância como sujeitos históricos, mantendo viva a dimensão ética e coletiva que sustenta o sentido público da educação.

Diante disso, torna-se necessário pensar a resistência não somente no sentido de atos públicos como manifestações e greves. As práticas cotidianas alinhadas a um pensamento pedagógico crítico e libertador, configuram-se também como um ato de resistência e defesa da profissão docente. Discutiremos essa importância no tópico que segue, alinhando o espaço escolar a um espaço de luta diária em defesa de uma educação crítica e emancipadora.

5.4.2. Práticas pedagógicas de resistência no cotidiano escolar: redes de apoio e defesa da profissão docente

No contexto de crescente hostilidade direcionada aos profissionais da educação, especialmente durante o governo Bolsonaro, as práticas pedagógicas de resistência podem ser consideradas como estratégias fundamentais de enfrentamento e sobrevivência. Essas práticas se configuram como expressões coletivas que se articulam em redes de apoio, solidariedade e defesa da profissão docente. Nesse sentido, o espaço escolar torna-se um território no qual o discurso e a prática se complementam para se contrapor às narrativas de desvalorização e controle ideológico.

A ACD permite compreender como essas redes produzem sentidos de emancipação e reafirmam o papel social do professor, (re)posicionando-o como sujeito ativo na construção de uma educação democrática e humanizadora. Assim, examinar as práticas pedagógicas de resistência no cotidiano escolar é investigar os modos pelos quais os docentes constroem, discursivamente e na prática, formas de existir e persistir frente à precarização e ao autoritarismo.

A opção de muitos professores brasileiros por manterem, durante o governo Bolsonaro, práticas pedagógicas inspiradas em Paulo Freire ultrapassa o campo metodológico e assume um caráter político. Defendemos que essa postura docente não assume um caráter político-partidário, mas político no sentido amplo de posicionamento cidadão. Ao enfatizar o diálogo, a reflexão e a formação cidadã, os educadores reafirmaram uma concepção de educação que se opõe à lógica autoritária e tecnicista que orientou as políticas educacionais do período.

Freire compreende a educação como prática da liberdade, na qual o ato de ensinar implica um compromisso ético com a emancipação dos sujeitos e a transformação social.

Assim, ao recusarem o modelo de ensino bancário e ao promoverem espaços de escuta, problematização e construção coletiva do conhecimento, os docentes resistiram a uma tentativa de subordinar a escola a um projeto político de controle ideológico e silenciamento do pensamento crítico.

Ao continuarem a adotar a pedagogia crítica em um cenário de censura e hostilidade, os educadores brasileiros reafirmaram seu papel enquanto sujeitos históricos e produtores de cultura, rompendo com o enquadramento que buscava restringir sua atuação ao cumprimento de metas e resultados. Nesse sentido, a resistência pedagógica se torna uma prática discursiva que (re)configura os significados de educação, cidadania e democracia no espaço social. Nas palavras de Giroux (1997), os professores são intelectuais transformativos, uma vez que

> [...] podem sair e trabalhar com todos aqueles grupos que opõem resistência ao conhecimento e às práticas asfixiantes que constituem sua formação social. Os intelectuais transformativos podem exercer a liderança moral, política e pedagógica em favor daqueles grupos que tomam como ponto de partida a crítica orientada a transformar as condições de opressão. Em nosso caso, o epíteto "orgânico" não pode reservar-se para aqueles intelectuais que consideram que a classe trabalhadora é o único agente revolucionário (Giroux, 1997, p. 202).

O trabalho docente é um ato intelectual e moral, porque implica interpretar o mundo e intervir nele (Giroux, 1997). Nesse sentido, os professores brasileiros que continuaram a promover práticas pedagógicas críticas, discutindo sobre direitos humanos, diversidade, democracia e desigualdade social, exerceram uma forma de desobediência ao projeto político que visava o esvaziamento do pensamento crítico nas escolas, a censura de conteúdos considerados ideológicos e o estímulo a denúncias contra professores. A resistência, portanto, manifesta-se tanto no conteúdo das aulas, conteúdo este previsto nas bases legais já citadas ao longo desta tese, quanto na própria decisão de manter vivo o exercício da crítica, o diálogo e a autonomia docente.

A tentativa governamental de desvincular a prática pedagógica de um projeto socialmente engajado na luta pela equidade, justiça e respeito à diversidade representa um movimento estratégico de despolitização da docência, cujo objetivo é neutralizar o potencial transformador da educação. Dessa maneira,

> os intelectuais em questão têm que pronunciarse contra algumas injustiças econômicas, políticas e sociais, tanto dentro como fora das escolas. Paralelamente, tem de esforçar-se para criar as condições que proporcionem aos estudantes a oportunidade de converterem-se em cidadãos com o conhecimento e o valor adequados para lutar com a finalidade de que a desesperança resulte pouco convincente e a esperança algo prático. Por difícil que possa parecer esta tarefa aos educadores sociais, é uma luta em que vale a pena comprometer-se. Comportar-se de

> outro modo equivaleria a negar aos educadores sociais a oportunidade de assumir o papel de intelectuais transformativos (Giroux, 1997, p. 178).

Ao tentar desvincular a educação da luta por direitos, diversidade e inclusão, o Estado autoritário promove o silenciamento de vozes plurais e a manutenção de estruturas de desigualdade. Entretanto, é no enfrentamento a essa lógica que se manifesta a resistência docente, que reafirma o caráter político do ensino e sua vinculação à construção de uma sociedade democrática, demonstrando que a tentativa de afastar o professor de seu papel sociopolítico revela um projeto de controle ideológico, e reforça o reconhecimento, por parte dos que exercem o poder, da força emancipatória da educação.

O resgate histórico feito até então, permite-nos questionar quais as (re)configurações possíveis para a prática docente após uma período no qual houve um desmonte orquestrado pelo governo para silenciar, invisibilizar e deslegitimar a docência no país. Dessa maneira, o tópico a seguir objetiva pensar sobre as práticas de ressignificação da profissão docente.

5.5. (Re)configurações docentes no pós-Bolsonaro

Após quatro anos de inúmeros ataques à autonomia pedagógica, à universidade pública e aos fundamentos democráticos da escola, os professores sobrevivem a um cenário de precarização, deslegitimação e perseguição ideológica. Mais do que uma fase de recomposição, o contexto pós governo Bolsonaro, revela um processo de (re)configuração identitária e profissional da docência, no qual os educadores buscam ressignificar seu papel social, suas práticas e seus modos de resistir e (r)existir no espaço público.

Após um período de isolamento, desconfiança institucional e medo, muitos educadores passaram a se organizar em redes de apoio, sindicatos e coletivos, fortalecendo um sentimento de pertencimento e reafirmando a docência como prática de compromisso social e político. Essa ressignificação da docência abrange dois caminhos complementares e interdependentes: o primeiro diz respeito ao papel do poder público como promotor de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades e à precarização do trabalho docente, criando condições para a valorização da profissão e o segundo se refere ao movimento interno dos próprios professores, que, ao se reconhecerem como sujeitos de direitos, reconstroem suas identidades profissionais a partir do autoconhecimento e da consciência crítica.

Nesse processo, a docência se (re)configura como um espaço de resistência e emancipação, no qual o professor não apenas transmite saberes, mas também se afirma

enquanto intelectual orgânico (Giroux, 1997), comprometido com a transformação social e com a defesa de uma educação pública, democrática e inclusiva. Assim, a articulação entre ação política e reflexão ética constitui o foco dessa nova configuração docente no contexto pós-Bolsonaro, marcada pela (re)construção e pela (re)valorização da escola como espaço de esperança e diálogo.

5.5.1. Políticas públicas de enfrentamento da violência nas escolas no governo de Luís Inácio Lula da Silva e a revalorização da docência como eixo da educação democrática

A retomada do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023–) marca uma mudança nas políticas educacionais brasileiras, especialmente diante do desafio de reconstruir um ambiente escolar marcado por hostilidades e traumas acumulados no período governamental anterior. Entre as prioridades do atual governo, destaca-se o enfrentamento à violência nas escolas, como uma medida de segurança e como um projeto político-pedagógico que reafirma a educação como direito e espaço de convivência democrática.

Essa diretriz se articula a uma política mais ampla de (re)valorização da docência, compreendida como eixo estruturante da reconstrução do pacto civilizatório e do fortalecimento da escola pública como espaço de proteção, diálogo e emancipação.

Algumas ações já implementadas e outras em formulação, demonstram que o governo federal tem desenvolvido projetos visando o enfrentamento da violência nas escolas. O Programa Escola Segura representa uma dessas ações articuladas que em vez de recorrer à lógica punitivista ou militarizada, aposta em políticas integradas de formação docente, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz, reconhecendo que a violência escolar é expressão de múltiplas desigualdades e de uma crise social mais ampla.

> A Operação Escola Segura é uma ação que atua de forma integrada ao Programa Escola que Protege – ProEP - para garantir um ambiente escolar seguro. Vinculado e coordenado pelo Ministério da Justiça, a iniciativa desenvolve ações preventivas e repressivas 24 horas por dia, em parceria com SaferNet Brasil, e pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ela inclui um canal exclusivo de denúncias para recebimento de informações sobre ameaças e ataques contra as escolas, ação iniciada em 6 de abril de 2023. Todas as denúncias são anônimas e as informações enviadas são mantidas sob sigilo (MEC, 2025)[120].

Além das ações voltadas para combater a violência nas escolas, o decreto de nº 12.391 de 28 de fevereiro de 2025, institui o Pacto Nacional pela Retomada de Aprendizagens como

[120] Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/operacao-escola-segura> Acesso em 12/10/2025.

uma política pública de caráter federativo e interinstitucional objetivando o enfrentamento das perdas educacionais agravadas pela pandemia de Covid-19 e a reconstrução das condições de aprendizagens no sistema escolar brasileiro, visando a garantia do direito à educação de qualidade.

Nessa perspectiva, o professor é reposicionado no centro das políticas públicas. A revalorização docente, expressa em programas de formação continuada, recomposição salarial e fortalecimento das redes de apoio psicossocial, constitui elemento estratégico na consolidação de uma educação democrática. Ao investir na reconstrução da autoridade pedagógica e na dignificação do trabalho docente, o governo reconhece que não há escola segura sem professores valorizados, preparados e socialmente reconhecidos.

A lei de número 14.817, sancionada em 16 de janeiro de 2024, reitera nossa afirmação quando no artigo 3º diz que

> Art. 3º A valorização dos profissionais da educação escolar básica pública contemplará:
>
> I – planos de carreira que estimulem o desempenho e o desenvolvimento profissionais em benefício da qualidade da educação escolar;
>
> II – formação continuada que promova a permanente atualização dos profissionais;
>
> III – condições de trabalho que favoreçam o sucesso do processo educativo, assegurando o respeito à dignidade profissional e pessoal dos educadores (Brasil, 2024).

A promulgação da Lei nº 14.817/2024 representa um avanço significativo nas políticas públicas voltadas à valorização docente, uma vez que reconhece formalmente a relevância do professor no processo educativo e no fortalecimento da democracia. Ao instituir diretrizes que contemplam planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho dignas, o texto legal evidencia uma concepção ampliada de valorização profissional, que ultrapassa o campo remuneratório e se articula com dimensões éticas e pedagógicas do exercício docente.

Nesse sentido, a valorização docente deve ser compreendida como política estruturante da educação básica, pois ela está vinculada diretamente à qualidade do ensino e à permanência dos profissionais na carreira. Investir na formação e nas condições de trabalho do professor é investir na consolidação de um projeto mais amplo de educação pública, no qual o professor assume um papel de ressignificar suas práticas.

Evidentemente, essa valorização não pode se restringir a dispositivos legais, mas deve se traduzir em práticas institucionais de reconhecimento e apoio que possibilitem ao educador exercer seu papel social e intelectual. Ainda assim, a retomada dessas garantias por textos

legais, torna-se o início da reconstrução do espaço democrático de atuação profissional do docente após as investidas autoritárias vivenciadas no governo anterior.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar foi a implementação da Carteira Nacional Docente do Brasil, documento válido em território nacional e que se destina a docentes de todos os níveis e etapas de ensino. Essa ação visa um reconhecimento da profissão, explicitada na página oficial do MEC a partir do seguinte texto

> A Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDB) é um reconhecimento do Governo do Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC), à profissão que é a base de todas as outras. A carteira facilitará o acesso a vantagens já garantidas aos professores, como descontos em eventos culturais, e a benefícios exclusivos do programa Mais Professores para o Brasil. A CNDB tem status de documento oficial e tem validade por dez anos em todo o território nacional (MEC).

O trecho cita o programa Mais Professores para o Brasil que, lançado em 2025, tem por finalidade qualificar e valorizar o magistério, além de incentivar a docência. O programa é apresentado na página oficial do governo como

> O Programa Mais Professores para o Brasil foi construído em reconhecimento ao papel central dos docentes no processo de aprendizagem dos estudantes e no sucesso das políticas educacionais. A iniciativa visa fortalecer a formação docente, incentivar o ingresso de professores no ensino público e valorizar os profissionais do magistério, proporcionando-lhes recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. O programa envolve ações em 5 eixos estruturantes:
>
> 1.Seleção para o ingresso na docência: Prova Nacional Docente para subsidiar os estados, o Distrito Federal e os municípios nos processos de seleção e de ingresso no magistério.
>
> 2.Atratividade para as licenciaturas: Bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas para fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão nos cursos de licenciatura.
>
> 3.Alocação de professores: Bolsa Mais Professores para incentivar a atuação em regiões e áreas de conhecimento com carência de docentes.
>
> 4.Formação docente: Portal que visa fortalecer o desenvolvimento profissional de acordo com o perfil e a necessidade do docente.
>
> 5.Valorização dos professores: Ações de reconhecimento da importância social dos docentes, estabelecidas por meio de parcerias com outros ministérios e órgãos públicos (MEC, 2025).

Diante do exposto, compreendemos que dispositivos legais, programas voltados ao combate à violência nas escolas, reconhecimento do professor como sujeito de direitos, podem colaborar para minimizar o processo de deslegitimação da profissão ocorridos nos anos do governo da extrema direita, além de reposicionar o professor como autoridade pedagógica, crítica e reflexiva.

A partir do panorama traçado, traremos, no capítulo 6, as análises do corpus com vistas a compreender como o discurso de ódio contra Paulo Freire e contra os professores brasileiros cumpriu função de exterminar a classe docente.

CAPÍTULO 6

A conjuntura discursiva do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro da educação Abraham Weintraub: uma análise crítica do discurso de ódio contra Paulo Freire.

"Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo".

Paulo Freire

A conjuntura discursiva que se consolidou no Brasil durante o governo de Jair Messias Bolsonaro foi marcada por uma disputa de sentidos em torno da educação pública, da universidade, da figura de Paulo Freire e, por consequência, dos professores brasileiros. A partir de um viés discursivo, emergiu um projeto político que mobilizou práticas de deslegitimação, moralização e desinformação, orientadas por um ideário ultraconservador e anticientífico. Nesse cenário, o discurso governamental ultrapassou o status de instrumento de comunicação política oficial, mas se traduziu como mecanismo de poder e de silenciamento que atuou na mobilização do imaginário social sobre o papel do professor, da escola e do pensamento crítico.

Este capítulo tem por objetivo analisar criticamente o discurso de ódio direcionado a Paulo Freire, patrono da educação brasileira, referência para a educação pautada em ideiais de diálogo, criticidade e emancipação. Esse discurso de ódio produzido e reiterado nas falas públicas, pronunciamentos e postagens do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, constituem o bloco analítico 1, representando os enunciadores centrais da narrativa governamental que visou demonizar o legado freireano, convertendo-o em sinal de ameaça ideológica e em desmonte da educação.

Além desses discursos centrais ditos pelas autoridades de uma país que se traduzir nas figuras de um ex-presidente e um ex-ministro de estado, teremos ainda um bloco analítico 2, formado por discursos de aliados políticos, líderes religiosos, parlamentares e mídias sociais, os quais funcionaram como dispositivos de amplificação e circulação interdiscursiva do mesmo repertório de sentidos. A análise desses enunciadores permitirá compreender a forma como o discurso oficial é apropriado, reformulado e difundido em diferentes esferas discursivas, contribuindo para a consolidação de uma hegemonia discursiva de ataque à educação crítica. Esses discursos alinhados e repetidos por diversas vezes constroem no imaginário social uma ideia de consenso e de verdade absoluta, resultando em efeitos negativos para a educação.

A abordagem adotada em nossas análises está ancorada nos pressupostos da ACD, especialmente com Fairclough (2003a), a partir de sua concepção tridimensional de análise texto, prática discursiva e prática social, articulada à LSF, com Halliday (1994), que oferece instrumentos para examinar as escolhas lexicais, gramaticais e os recursos interpessoais que materializam a ideologia no texto. Além disso, faremos usos das categorias analíticas situadas no capítulo 2 deste trabalho, como hegemonia, ideologia, intertextualidade, interdiscursividade, poder simbólico e representações sociais.. Essa articulação teórico-metodológica possibilita observar, simultaneamente, como o discurso opera na linguagem e como a linguagem opera nas relações de poder, evidenciando os modos pelos quais Bolsonaro e Weintraub constroem, linguística e discursivamente, uma representação antagônica de Paulo Freire e do que ele simboliza no campo educacional.

Assim, o presente capítulo se estrutura em três movimentos analíticos complementares:
1- a contextualização da conjuntura político-discursiva do bolsonarismo e de suas estratégias de comunicação ideológica;
2- a análise linguístico-discursiva do bloco analítico 1;
3- a interpretação interdiscursiva do bloco analítico 2, identificando os mecanismos de circulação, ressignificação e legitimação desse discurso na esfera pública.

Por meio dessa análise, pretendemos refletir como o ataque a Paulo Freire transcende a crítica ao homem ou a sua teoria pedagógica, mas se constitui como parte de um projeto político autoritário e antidemocrático, que busca desarticular os fundamentos da educação como direito, como prática de liberdade e como instrumento de emancipação social.

6.1. O cenário político-ideológico do governo Bolsonaro

Na introdução deste trabalho e ao longo dos capítulos, situamos o governo Bolsonaro como um governo no qual houve o fortalecimento do discurso da extrema-direita, da política autoritária e militarizada, de ataques à democracia, à saúde, à vida. Com a educação, o governo disseminou em suas pautas um discurso que pretendia impossibilitar práticas pedagógicas pautadas na reflexão, libertação e emancipação, substituindo-as por práticas autoritárias e tecnicistas.

Apesar de já termos traçado o cenário político e ideológico do governo Bolsonaro ao longo dos capítulos, revelando que suas bases estruturais se consolidam com um discurso de ódio e a defesa da morte, torna-se necessário pontuar questões relativas ao ex-presidente e ao

ex-ministro Weintraub, uma vez que estes utilizam fortemente a retórica da guerra contra professores, universitários, intelectuais e, dentre estes, Paulo Freire.

Antes de situarmos os dois agentes públicos em suas trajetórias de vida, queremos evidenciar o que está previsto em lei para quem assume a Presidência da República Federativa do Brasil e os respectivos ministérios. No que diz respeito à definição do cargo, a CF de 1988 diz, no Art 76, que o Presidente é a autoridade máxima do Poder Executivo, responsável por conduzir a administração pública federal e coordenar o trabalho dos ministros.

Além disso, a CF diz que

> Art. 78 O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil (CF, 1988).

O papel do presidente da república é explicitado como fundamental para garantir o cumprimento da constituição e agir pelo bem comum. Além disso, é evidenciado também que o presidente pode ser responsabilizado, inclusive por via de impeachment, caso aja contra a constituição ou atente contra os princípios democráticos e legais, fragilizando o estado democrático de direito. Sendo assim

> Art. 85 São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
> I - a existência da União;
> II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
> III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
> IV - a segurança interna do País;
> V - a probidade na administração;
> VI - a lei orçamentária;
> VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais (CF, 1988).

Dessa maneira, compreendemos que o papel do presidente da república deve estar alinhado ao que está previsto na CF, assegurando o bem-estar e os direitos fundamentais da população e, caso não exerça a função dentro da legalidade, pode responder por seus atos.

Já no que diz respeito aos Ministros de Estado, estes são caracterizados como responsáveis por dirigir, coordenar e executar as políticas públicas nas áreas de competência de seus ministérios como Educação, Saúde e Justiça. Eles são, portanto, membros do primeiro escalão do governo federal e têm poder político e administrativo. Assim sendo,

> Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
> Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

> I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;
> II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
> III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;
> IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República (CF, 1988).

Tendo em vista os aspectos legais que revestem os cargos, torna-se necessário pensar como as posturas de Jair Messias Bolsonaro e Abraham Weintraub foram divergentes do que a CF prevê. Assim sendo, resgataremos suas trajetórias na vida pública como forma de situar seus discursos dentro de uma perspectiva de análise de conjuntura.

A trajetória de Jair Messias Bolsonaro é marcada por uma combinação entre experiência militar, ressentimento político e discurso moral e conservador. Nascido em 1955, no interior do estado de São Paulo, ingressou nas Forças Armadas na década de 1970, período em que o país vivia sob o regime militar instaurado em 1964. Essa formação militarizada constituiu o núcleo ideológico de sua visão política e social, pautada na defesa da hierarquia, da disciplina e da ordem, mais tarde ressignificadas em sua atuação política.

Nos anos 80, ao sair do exército, após ter respondido por processo disciplinar acusado de tentativa de golpe, migrou para a vida política mantendo o discurso militarista que o acompanharia por toda a carreira. Sua entrada na política se deu pelo Partido Democrata Cristão (PDC), sendo eleito vereador do Rio de Janeiro em 1988 e deputado federal em 1991, cargo que ocupou por sete mandatos consecutivos. Durante esse longo percurso parlamentar, construiu uma imagem pública de político contrário às pautas progressistas e defensor de valores tradicionais, frequentemente utilizando a tribuna como espaço de provocação, confronto e autopromoção midiática.

Nos anos 2000, Bolsonaro se consolidou como figura marginal do Congresso, com atuação limitada em termos legislativos, mas crescente em termos de visibilidade discursiva. Sua agressividade verbal e ataque sistemático a minorias sociais, incluindo mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas, evidencia que sua prática discursiva encontrou ressonância em uma sociedade marcada por frustrações econômicas e pelo descrédito das instituições democráticas. Evidentemente que para além dessas marcas sociais, compreendemos que o alinhamento discursivo dos que se identificam com Bolsonaro ultrapassa questões políticas e revela que é um alinhamento enraizado na cultura do ódio e da intolerância na qual o nosso país foi estruturado.

Com o agravamento da crise democrática no Brasil, intensificada a partir da reeleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2014, o país vivenciou um processo de desgaste institucional que abriu espaço para a ascensão de discursos de intolerância e negação política. Nesse contexto, Jair Messias Bolsonaro emergiu como um dos principais representantes do discurso antipetista, convertendo o ressentimento social e o descrédito com a classe política em capital político-discursivo. O ciclo de instabilidade que culminou no golpe sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, representou uma ruptura jurídica e institucional, demonstrando também a fragilidade da democracia brasileira e da sua legitimidade.

A partir desse momento, Bolsonaro passou a construir sua imagem pública com um repertório de anticorrupção, explorando desconfianças deixadas por escândalos, como a Operação Lava Jato e se utilizando desses escândalos para mobilizar uma campanha política pautada em uma defesa de anticorrupção. Seu discurso, aparentemente moralizador, operava por meio de estratégias de simplificação e antagonização, transformando problemas estruturais da política em uma relação antagônica na qual de um lado estariam os políticos corruptos e de outro o povo de bem e trabalhador que não admitia mais ser lesado por seus representantes. Os adversários políticos, especialmente os do Partido dos Trabalhadores (PT) e seus apoiadores, foram representados como sinônimo do mal, da falta de moral, do atraso e da ameaça à nação.

A campanha presidencial de 2018 consolidou esse discurso de polarização, no qual a disputa eleitoral foi deslocada do campo das ideias políticas para o campo da salvação da nação, retomando um alinhamento com o que aconteceu durante o golpe militar de 1964. O bolsonarismo construiu uma teia discursiva centrada no medo, no ódio e na promessa de restauração da ordem. A retórica de ódio, amplificada pelas redes sociais e pela desinformação digital, transformou o espaço público em guerra, marcada pela desqualificação do debate racional e pela naturalização da violência verbal como forma legítima de expressão política.

Durante o período eleitoral, o episódio do suposto atentado à faca, ocorrido em Juiz de Fora, às vésperas das eleições, em setembro de 2018, reforçou a narrativa de Bolsonaro como vítima, Messias, salvador, aquele que faz um sacrifício pela sua nação. Essa construção discursiva unificou elementos religiosos, patrióticos e militares. O deslocamento de Bolsonaro de candidato à presidência para vítima de um atentado, mobilizou afetos coletivos e consolidou sua imagem como mártir da luta contra o sistema, permitindo-lhe evitar os debates públicos e fortalecer sua presença nas mídias digitais, onde a comunicação direta com seus seguidores substituiu o espaço democrático do confronto de ideias entre os candidatos. Nas mídias sociais, Bolsonaro falava apenas um lado da história, não sendo confrontado e/ou questionado sobre

suas propostas. Esse campo midiático se tornou espaço privilegiado de atuação e, portanto, teve grande importância para que ele fosse eleito.

Com o apoio de setores conservadores, empresariais, religiosos e militares, Bolsonaro obteve uma vitória expressiva no segundo turno das eleições de 2018, conquistando 55% dos votos válidos. Sua eleição não representou somente a alternância de poder, mas também a institucionalização de uma retórica de ódio que, até então, se mantinha nas entrelinhas do discurso político brasileiro. A vitória de Bolsonaro simbolizou a legitimação, por uma parte da sociedade, de um modo de enunciação baseado na intolerância, na negação da diversidade e na substituição do diálogo por inimigos a serem combatidos. O que antes se limitava a falas isoladas passou a compor o regime de enunciação governamental, legitimado por um público que percebia na violência verbal um gesto de autenticidade, heroísmo e resistência à corrupção moral da esquerda.

No plano discursivo, o discurso bolsonarista se estrutura em torno de quatro eixos fundamentais: *1. negação da política como diálogo; 2. construção de inimigos; 3. mitificação do líder; 4. discurso de ódio.*

No que diz respeito à *negação da política como diálogo,* entendemos que foi defendida a ideia de que o diálogo fragiliza a democracia e, portanto, seria necessário um discurso mais enfático e rigoroso que iria se opor a política representada como sinônimo de corrupção e fraqueza. Essa rigorosidade pode ser observada através de uma linguagem bélica e moralista. Já sobre a *construção de inimigos,* compreendemos que universidades, professores, artistas, jornalistas, movimentos sociais foram enunciados como ameaças à família, à pátria, à moral, à religião, construindo em torno dessas classes uma simbologia negativa e descredibilizando suas atuações. Quando falamos em *mitificação do líder,* sinalizamos que a autoprojeção de Bolsonaro como o Messias, fazendo analogia inclusive entre seu nome de batismo e a compreensão religiosa de um salvador, articula elementos religiosos, reforçando um padrão autoritário inquestionável, uma vez que transcende o humano e está em uma esfera sagrada. Por fim, a agressividade discursiva é ressignificada como virtude, traduzida em termos de sinceridade, coragem, enfrentamento, luta, legitimando o ataque e a exclusão através do *discurso de ódio*.

Os eixos citados fazem com que os aliados do ex-presidente assumam um discurso de proximidade, como é o caso de Abraham Weintraub. Nascido em São Paulo, em 1971, formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP) e construiu sua carreira no setor financeiro, atuando como executivo de bancos e consultorias. Essa formação técnica,

marcada pela lógica economicista e pela crença nas forças do mercado, antecipava o tipo de racionalidade que orientaria sua visão de política pública durante o tempo em que esteve no MEC, que seria da submissão da educação à lógica da produtividade e da eficiência neoliberal.

A aproximação do grupo ideológico que orbitava em torno de Olavo de Carvalho e da militância digital bolsonarista, foi fundamental para sua nomeação ao MEC, após a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez. Desde o início, sua atuação se caracterizou por um estilo agressivo, antagonista ao campo acadêmico e intelectual e alinhado ao discurso de ódio promovido pelo ex-presidente.

A história de Weintraub também revela um percurso de ascensão social e ressentimento. Oriundo de uma família de classe média judaica paulistana, ele incorporou um discurso de defesa da meritocrática que se alinha ao imaginário bolsonarista. Suas declarações públicas, frequentemente proferidas nas redes sociais, em entrevistas ou em eventos oficiais, eram permeadas por linguagem bélica, ironias, sarcasmos e ataques diretos a professores e universidades, demonstrando que essa forma de falar se fundamentava em uma estratégia de comunicação política baseada na desqualificação do pensamento divergente e na inversão dos valores democráticos. O uso recorrente de metáforas de guerra como "vamos limpar as universidades", "acabar com a balbúrdia", revela que o diálogo foi substituído pela acusação.

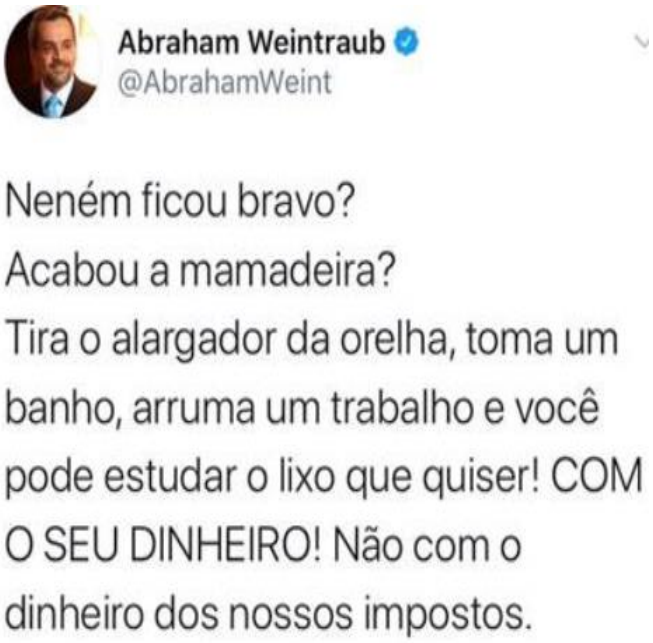
Outro aspecto que Weintraub e Bolsonaro têm em comum, diz respeito ao estilo comunicativo performático, em que o riso, o deboche e a vulgarização da linguagem funcionavam como instrumentos de aproximação com o público e de banalização do discurso violento. A performance cômica, nesse caso, tem efeito político, uma vez que ao revestir o ódio de humor, produz a aparência de espontaneidade e sinceridade, tentando esvaziar a gravidade das agressões e naturalizar a intolerância como parte do cotidiano político. A figura 11, veiculada no Twitter do ex-ministro demonstra como as falas odiosas podem ser apresentadas de maneira a simular humor e graça.

Essa estratégia de comunicação, explorada por Weintraub e Bolsonaro, insere-se em uma lógica populista que combina entretenimento e autoritarismo, transformando a política em espetáculo. O uso do humor como disfarce para discursos de ódio opera como um mecanismo em que a agressividade é interpretada como autenticidade e a ofensa como liberdade de expressão. Segundo Matos, Júnior e Oliveira (2024, p.729)

> o discurso de ódio disfarçado de piadas é uma tentativa falha de sublimar preconceitos. A utilização de humor para veicular racismo e outras formas de discriminação é reconhecida como um movimento político que tenta mascarar a gravidade dessas práticas.

A suposta simplicidade das falas de Weintraub e de Bolsonaro cria a ilusão de proximidade com o povo, ancorada no humor e na desqualificação dos adversários, contribuindo para o enfraquecimento do debate, na medida em que substitui o diálogo pelo escárnio e a crítica pela zombaria.

Figura 11 - Twitter sobre estudantes [121]



Fonte: Meu *twitter*, minhas regras: as pautas de costumes na educação bolsonarista, 2020.

O contexto da publicação remete ao período em que Weintraub ocupava o MEC e havia tensões com movimentos estudantis, professores e universidades públicas. O tweet surge como resposta a críticas dirigidas ao governo, num contexto de cortes orçamentários e ataques ao legado de Paulo Freire. O enunciado não se dirige a um interlocutor específico, generalizando e amplificando o ataque para estudantes caricaturados como dependente do estado e moralmente inferior. Essa indeterminação amplia o alcance do ataque, transformando o outro em categoria social deslegitimada (Fairclough, 2003a). O tom de deboche denota como o enunciado é dito de maneira apelativa para atrair os que pactuam com o discurso e desmerecer os estudantes caracterizados como crianças. Trouxemos esse recorte para ilustrar a linguagem

[121] "Meu twitter, minhas regras": as pautas de costumes na educação bolsonarista Revista Eletrônica de Educação versão impressa ISSN 1982-7199. Rev. Elet. Educ. vol.14 São Carlos jan./dez 2020 Epub 10-Set-2020. Acesso em 14 de outubro de 2025.

irônica e retomaremos essa fala mais adiante, analisando-a nas dimensões lexicais e ideológicas, a partir da ACD e LSF.

A análise de conjuntura feita até então, demonstra que os perfis de Weintraub e de Bolsonaro estão ideologicamente alinhados e emergem em um ambiente de conflito de interesses no qual o espaço democrático seria substituído por um espaço autoritário. Assim sendo, para fundamentar nossas análises de maneira consistente, faz-se necessário não apenas situar as figuras de Weintraub e Bolsonaro no contexto político e histórico em que se inscrevem, mas também compreender as estratégias discursivas que estruturam suas formas de comunicação e de poder.

Para dar continuidade à discussão, o próximo tópico apresentará o percurso metodológico adotado nesta tese, explicitando a constituição do corpus de análise e os critérios que orientaram as etapas e escolhas realizadas ao longo do processo investigativo.

6.2 Metodologia

Partindo da premissa de que os discursos de ódio produzidos e propagados pelo governo Bolsonaro sobre Paulo Freire criam uma rede intertextual e ideológica que o associam a algo negativo, ruim, desprezível, nossas análises buscam investigar quais as implicações de tais discursos para a construção das representações sociais sobre a docência no Brasil. Assim sendo, para a obtenção de nossos objetivos, elegemos três etapas essenciais para nossa pesquisa, que tem caráter qualitativo: seleção do corpus, análise do corpus e apresentação das análises do discurso à luz da teoria. A partir disso, destacamos que:

a- O bloco analítico 1 foi composto por seis recortes de discursos de membros do governo Bolsonaro, propagados entre os anos de 2019 e 2022. Três desses recortes são de entrevistas concedidas pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, (sendo uma ao canal no YouTube de Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, uma à Gazeta do Povo e uma à Jovem Pan) e três de falas do ex-presidente, Jair Messias, Bolsonaro, (sendo uma em sabatina da Rede TV, uma em debate do UOL e uma em coletiva à imprensa). Já o bloco analítico 2, traz recortes de falas de parlamentares, líderes religiosos e mídias digitais, com um recorte temporal que abrange antes e depois da gestão de Bolsonaro na presidência. Esse bloco fortalece nossas análises no que diz respeito a demonstrar que o desmonte da profissão docente é um projeto político articulado e que visa silenciar e invisibilizar os professores.

b- Os critérios de escolha do nosso corpus consideraram a circulação dos discursos de ódio contra Freire, a repercussão destes discursos na sociedade, os seus impactos para a descredibilização da prática docente e a implicação da disseminação destes discursos para a construção das representações sociais docentes. Para isso escolhemos seis recortes de falas ocorridas durante o governo Bolsonaro, feitas por representantes que assumem cargos importantes como o de presidente da república e ministro da educação, bem como recortes que ultrapassam a esfera governamental, mas que a sustentam.

c- A análise do nosso corpus foi sustentada, inicialmente, a partir de três categorias: a primeira é qual o posicionamento assumido pelos sujeitos do discurso (Quais os posicionamentos políticos e ideológicos de quem ataca Freire?); a segunda é quais as representações discursivas contidas nos discursos de ódio propagados (Qual o imaginário social que se pretende? Quais as motivações ocultas (ou não); a última é a construção das representações sociais do docente a partir dos discursos de ódio propagados contra Freire (Quais as imagens construídas sobre Freire e sobre os/as professores/professoras?);

d- A análise do corpus da pesquisa teve como enfoque quatro aspectos: linguísticos, textuais, discursivos e sociais. Além disso, consideramos também as condições de produção em nosso processo de análise.

Vale ressaltar que optamos pela abordagem qualitativa, pois nos interessa a observação da relação entre o que é estudado e os sujeitos envolvidos no processo. Consideramos que, diante das respostas dadas pelos membros da comunidade participante da pesquisa, apenas alguém que esteja envolvido com os aspectos estudados poderá dar sentido e significado ao que será respondido (Minayo, 2012).

Evidentemente não pretendemos limitar a pesquisa a um método fechado, visto que ao trabalharmos sob a perspectiva da ACD, priorizamos os sentidos e as reações frente aos discursos. Como nos diz Melo (2009, p. 09)

> O princípio norteador da ACD sustenta-se na noção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder, por isso é função do analista crítico do discurso difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder e aumentar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação.

Assim sendo, nossa pretensão é colaborar, através de um método analítico, para a compreensão de como os discursos de ódio propagados sobre Paulo Freire e, paralelamente,

sobre os docentes interferem na construção negativa, marginal, culpada, irresponsável do docente brasileiro, funcionando como dispositivo de silenciamento e apagamento da profissão do professor no Brasil.

Assim sendo, o próximo tópico trará o bloco analítico 1 e demonstrará como Paulo Freire e os professores foram representados institucionalmente durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro.

6.3. Bloco análitico 1: falas de Bolsonaro e Weintraub sobre Paulo Freire

Nosso bloco analítico 1, traz trechos de falas de Jair Messias Bolsonaro e Abraham Weintraub, nos quais eles atacam Paulo Freire e seu legado educacional. Os vídeos, conforme explicitamos na introdução deste trabalho, tiveram ampla circulação nas redes sociais e foram produzidos entre agosto de 2019 e outubro de 2022. Dividiremos as análises tentando estabelecer uma relação de alinhamento discursivo da pauta bolsonarista e, portanto, traremos sempre dois destes discursos juntos para compará-los.

Com vistas a observar a construção do discurso de ódio, os dois trechos de nossos recortes discursivos da tabela 11, sendo um do ex-presidente Jair e outro do ex-ministro Abraham, foram extraídos de “Bolsonaro critica TV Escola e chama Paulo Freire de "energúmeno"” - Band Jornalismo - 17 de dezembro de 2019 e de “Weintraub ataca PT, Paulo Freire e fala sobre o medo de morrer” - Gazeta do Povo Entrevistas - 22 de novembro de 2019.

Tabela 11- Jair Bolsonaro sobre TV Escola e entrevista de Abraham Weintraub

Discurso de Jair Bolsonaro ao ser questionado por jornalistas sobre o encerramento da TV Escola.	*Entrevista de Abraham Weintraub à Gazeta do Povo*
“Tem muito formado aí em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno aí, ídolo da esquerda. Olha a prova do PISA, estamos em último lugar no mundo. Se não me engano é matemática, ciências e português. Acho que um ou dois itens somos os últimos da América do Sul. Esperar o que desse Brasil com esse tipo de educação?” Jair Messias Bolsonaro	“Nós estamos cobrando pra que para que se receba dinheiro do governo federal estados e municípios têm que performar bem em alfabetização. Se eles querem continuar usando um vodu que é Paulo Freire, é um vodu, não tem comprovação científica nenhuma. Aliás tem, né, não funciona. É pode continuar. Só que o resultado vai ser ruim e eles vão receber menos recursos do futuro porque o resultado é ruim Se eu tiver errado e Paulo Freire de repente depois desses

17/12/2019 13 mil visualizações	25 anos que ele é louvado aqui no Brasil começar a funcionar, mérito dele, vai receber dinheiro. Meu objetivo não é utilizar ou não Paulo Freire, meu objetivo é que as crianças do Brasil ao terceiro ano do ensino fundamental saibam ler e hoje 50% das crianças no terceiro ano, passa primeiro ano, segundo ano, chega no terceiro ano, não conseguem ler 'Eu gosto de jogar bola', não conseguem escrever 'Eu vou para a escola todo dia', não conseguem escrever isso. Metade. Então, é um fracasso retumbante que nos coloca na última posição na América do Sul ". Abraham Weintraub 22/11/2019 151 mil visualizações

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na transcrição dos áudios.

Queremos iniciar a análise destacando que estes trechos além de optarem por escolhas lexicais violentas, também ridicularizam a proposta de educação promovida por Freire e fazem um julgamento valorativo negativo quando atribuem o fracasso, em termos de números e quantidade, à concepção de educação freireana. Evidenciamos que ao longo deste trabalho, trouxemos questões como os cortes de verbas, interferências religiosas na educação e a violência escolar, como fortes indícios de desmonte da educação pública de qualidade. No entanto, os dois atores sociais que produzem os discursos analisados, reduzem a culpa dos baixos índices à educação reflexiva e emancipatória promovida por Freire, sem bases consistentes para exercerem essas afirmações, apenas bases de caráter ideológico.

Neste momento, traremos destaque para dois termos que foram atribuídos a Freire: *"energúmeno"* e *"vodu"*. Jair Bolsonaro se refere a Freire como *"energúmeno"* que, segundo o dicionário Michaelis On-Line, significa:

1 Que está possuído pelo demônio; endemoniado, possesso.

2 Que se tornou confuso, desnorteado.

3 Diz-se de pessoa que, dominada por uma paixão, comete desatinos.

4 Que é desprovido de inteligência; boçal, bronco, ignorante.

A tentativa de demonizar Paulo Freire, como sempre fez com a esquerda, inclusive quando diz que ele é *"ídolo da esquerda"* ou de dizer que ele é ignorante deixa evidente o quanto o discurso proferido é desrespeitoso, agressivo e odioso. A expressão introduz uma polarização ideológica na qual a educação freireana é representada como instrumento político e não como uma teoria pedagógica. Além disso, denota que o uso de uma expressão que traz uma semântica voltada à religiosidade, em sentido de possessão, alinha o discurso de Bolsonaro com os discurso de seus aliados de base religiosa e incita os cristãos protestantes a não aceitarem uma educação defendida e idealizada por um homem que estaria possuído pelo demônio. Nesse momento, ele faz uso da interdiscursividade, para evocar e alinhar o discurso político ao discurso religioso e validar a suas afirmações e ataques (Fairclough, 2003a).

Ao empregar expressões como "*ídolo da esquerda*" e ao associar Freire a uma ideia de "*posse demoníaca*", Bolsonaro retoma enunciados que já circulam nos discursos contra a esquerda e neopentecostais, frequentemente usados para legitimar moralmente uma luta contra o que para eles pode representar uma ameaça à moral ou à obediência religiosa. Essa retomada de vozes sociais e políticas revela o funcionamento intertextual (Fairclough, 2001; 2003a) do discurso, uma vez que Bolsonaro não fala de forma isolada, mas convoca um conjunto de outras vozes que reforçam e sustentam sua posição.

Desse modo, a intertextualidade se manifesta tanto explicitamente, pela incorporação de expressões recorrentes na esfera religiosa e conservadora, quanto implicitamente, pela evocação de significados partilhados por grupos que se reconhecem nesse discurso. Essa estratégia discursiva constrói uma imagem sobre Freire e, por extensão, sobre os demais professores com pensamento progressista, como contrários à moral cristã. Assim, o discurso de Bolsonaro opera como um mecanismo de reprodução hegemônica (Gramsci, 2007) por meio da intertextualidade (Fairclough, 2001; 2003a).

Já com relação ao termo "*vodu"*, utilizado no discurso de Weintraub, percebe-se além do desrespeito à imagem de Freire uma evidente intolerância religiosa ao comparar aquilo que ele julga ruim a uma divindade de religiões de matriz africana. Vale salientar que, conforme resgatamos na introdução desta tese, o discurso que fundou este país é resultado do discurso e das práticas odiosas contra negros e indígenas. Essa fala de Weintraub pode parecer aleatória, mas revela seu alinhamento discursivo de repulsa ao que foge à linha ideológica da extrema-direita. Nesse momento, Weintraub faz uso do poder simbólico (Bourdieu, 1989), uma vez que a fala de um ministro de estado é validada como verdade absoluta.

Analisando o termo em seu sentido dicionarizado, segundo o dicionário on-line Michaelis, vodu significa:

1 Denominação genérica das divindades jejes, que correspondem aos orixás do nagô.

2 Crença sincrética que combina elementos de catolicismo e de religiões africanas, com raiz semelhante à do candomblé, praticada principalmente pela comunidade negra do Haiti; voduísmo, vuduísmo.

O uso dos termos não foi feito de forma gratuita ou desinteressada, mas criou uma conexão entre o grupo religioso que apoia o bolsonarismo e os léxicos escolhidos (Halliday, 1994). Fica explícito o desrespeito, a intolerância e a incitação, por meio do discurso, de práticas intolerantes tanto a Freire quanto aos demais professores aos quais são (in)diretamente culpabilizados pelo fracasso da educação nacional. O poder simbólico pode ser percebido através da imposição feita sobre a imagem de Paulo Freire, a partir do uso da linguagem como capital simbólico, da visão de mundo de uma pessoa, neste caso de um ministro de estado como verdade absoluta. A figura de autoridade atribui credibilidade ao discurso de Weintraub e acaba por transformar sua visão de mundo em consensos (Bourdieu, 1989).

Além disso, queremos destacar o trecho *"olha a prova do PISA, estamos em último lugar*", uma vez que ele mobiliza um discurso tecnocrático e meritocrático, sustentado por índices internacionais como critérios para legitimar a crítica. Os dados técnicos são analisados apenas por uma vertente, desconsiderando os demais aspectos que podem contribuir para índices em defasagem, como os cortes de verba e a violência nas escolas. O *"Brasil"* passa a ser representado como uma nação fracassada em virtude de uma educação influenciada por uma filosofia educacional negativa que seria oriunda de Paulo Freire. Constrói-se, assim, uma relação de causa e consequência entre a educação freireana, o fracasso escolar e o fracasso nacional.

Um das estratégias utilizadas também é a de aproximação e identificação do ouvinte com o líder da nação que está falando. Ao fazer uso da linguagem coloquial utilizando expressões como *"aí"*, aproxima-se do ouvinte e estabelece uma ideia de simplicidade. Nesse sentido, no campo identificacional, Bolsonaro se posiciona como um defensor da educação de verdade, oposto à doutrinação de esquerda, reafirmando-se como outrora já mencionamos o porta-voz da verdade. Sabendo da indignação coletiva e social com relação às políticas públicas educacionais e sabendo também que esta é uma área importante para as comunidades mais vulneráveis, ele atrai como interlocutor ideal o cidadão indignado, que compartilha da

insatisfação com os resultados educacionais e aceita a explicação simplista de que a culpa é da pedagogia freireana. Considerando que o campo identificacional constrói as identidades no e pelo discurso, Bolsonaro cria essa relação com o eleitor, dizendo que eles estão do mesmo lado (Fairclough, 2003a). Assim sendo, na construção do "ele" (Freire) versus "eu" (Bolsonaro), o primeiro é construído como o anti-herói da narrativa, como inimigo perigoso que atua pela via da educação, utilizando-se do espaço de formação para disseminar valores ideológicos contrários à moral (Fairclough, 2001).

A retórica de Weintraub converge com a de Bolsonaro no sentido de atribuir à educação um caráter numérico. Ao dizer "*Nós estamos cobrando pra que se receba dinheiro do governo federal estados e municípios têm que performar bem em alfabetização.*" veicula a ideia de gestão meritocrática da educação, em que o financiamento público depende de resultados mensuráveis. Além disso, constrói a mesma narrativa de fracasso educacional ao dizer que "*metade das crianças não conseguem ler ou escrever*". Esses dados funcionam como justificativas para políticas de controle e punição como "receber menos recursos". A rede intertextual entre ministro e presidente se revela como uma forma de institucionalizar o discurso contra Paulo Freire como um discurso de governo, no qual não se aceita esse tipo de educação pautada em reflexão-ação-reflexão.

A ordem discursiva neoliberal está presente na fala de Weintraub a partir de termos como "*performar bem*", "*resultado ruim*", "*fracasso retumbante*" que substituem a linguagem educacional pelo discurso econômico e empresarial, revelando uma rede interdiscursiva que retoma aspectos neoliberais para o campo da educação (Fairclough, 2001). Já com relação às relações de poder exercidas através do discurso de uma autoridade do âmbito educacional, fica evidente que o tom assume uma postura punitiva e de controle, não de cooperação e diálogo sobre os verdadeiros interesses e necessidades referentes à educação. Os educadores são retratados como culpados, reforçando a ideia de que o fracasso educacional decorre de más escolhas pedagógicas, não de fatores estruturais como desigualdade, investimento ou condições de trabalho docente. Essa forma de retratar os professores colabora para cristalizar representações sociais negativas e marginalizadas a respeito do professor, excluindo-os e silenciando-os (Van Leeuwen, 1996; 1997; 2008).

Ao afirmar ainda que *"meu objetivo não é utilizar ou não Paulo Freire, meu objetivo é que as crianças saibam ler"*, ele representa uma suposta neutralidade, que visa disfarçar a dimensão ideológica de seu discurso como um aparente bom senso e defesa da ciência que funciona,mas que ele não diz claramente qual seria, em detrimento de uma ciência que

supostamente não colabora com a educação, que ele afirma diretamente ser a pedagogia freireana. Esse posicionamento visa deslegitimar o pensamento pedagógico crítico e político, a partir de uma visão hegemônica a respeito da educação (Fairclough, 2011; Gramsci, 2007).

Os discursos analisados (re)produzem uma ideologia dominante que atribui o problema da educação brasileira às práticas educacionais freireanas e não às desigualdades estruturais (Fairclough, 2001). Assim, ele exerce funções de dominação, reorganizando o campo educacional através da lógica do desempenho, do controle e da despolitização, movimento que Fairclough (2003a) descreve como manutenção da hegemonia no/pelo discurso.

Dando continuidade às nossas análises, seguimos com mais dois recortes, transcritos na tabela 12, de falas de Bolsonaro e Weintraub, que tiveram circulação no programa Morning Show da Jovem Pan no dia 01 de agosto de 2019 e na sabatina dos presidenciáveis da RedeTV News, em 01 de setembro de 2022.

Tabela 12 - Jair Bolsonaro na sabatina dos presidenciáveis e Weintraub no programa Morning Show

Jair Bolsonaro na sabatina dos presidenciáveis da Rede TV.	*Entrevista de Abraham Weintraub ao programa Morning Show*
"Nós ficamos dois anos parados nessa questão. A nossa proposta tá vindo à frente. A educação é um transatlântico. (...) Você tem que tirar esse método Paulo Freire de lá que não levou o Brasil a progresso nenhum. Muito pelo contrário, viramos aqui, em grande parte, uma fábrica de militantes pelo Brasil. Eu fui contra o fique em casa para alunos e daí a decisão superior do Supremo, governadores, prefeitos, autonomia dos próprios reitores, resolveram deixar todo mundo em casa. Lacombe, chegaram pra mim e falaram: 'Olha, como é que ficam as academias militares?' Temos a Agulhas Negras, Escola Naval e Força Área. Eu falei: "Não fecha." E se alguém morrer? Bota a culpa em mim. Não fechamos. Nenhum garoto, jovem cadete sequer foi hospitalizado. Perdemos muito com isso. Quando você vai lá embaixo, no ensino fundamental, a garotada ficou em casa	Weintraub - "Na nossa proposta de alfabetização, que a gente lançou, a gente não quer mais a unanimidade. A única coisa que a gente pede é que o educador ou método tenha critérios científicos comprovados. Tem que ter estudo científico de verdade, tá? Então, a única coisa que a gente pede é isso. quer adotar o modelo A, B, C, a gente sugere o fonético. Quer adotar isso, assim ou assado, única coisa que tem de ser científico. Não pode ser tirado da orelha. Quanto ao Paulo Freire, eu não tenho raiva dele. Tem até um mural muito feio dele na frente do MEC e tá lá, assustando a criançada que passa por lá. Muito feio. Só pra concluir. Agora isso que ele é mundialmente reconhecido, veja… A aspirina foi feita pelos nazistas. Eu uso aspirina, por quê? Porque funciona." Entrevistador 1 - "Qual é o modelo? Qual é o pedagogo? O nome?"

praticamente dois anos. Você vê a prova do PISA, uma prova internacional, estamos nos últimos lugares. Que só viemos perdendo posições desde 2010 para cá. Então, a garotada em sala de aula. O que é que nós fizemos colaborando com o ensino fundamental? Caiu na mão, na caneta, do ministro da educação reajustar 10 ou 33 por cento dos professores. Ajustamos em 33 por cento. Temos projetos, não projetos, temos por exemplo aplicativos dentro do ministério da educação reconhecidos por alguns países, pedido e entregue por nós para alguns países como recuperar a garotada nesses dois anos que ficaram em casa. Que não ficaram parados, deram um passo à retaguarda. Então, essas propostas são aos poucos. Nós agora, depois de três anos, agora as provas do ENEM serão nossas. Tínhamos que usar dados de governos anteriores. Você pega os livros escolares do nosso governo agora, o pai pode ficar tranquilo, não tem nada tentando levar para ideologia de gênero, o seu filho na escola. Tínhamos livros absurdos, estimulando crianças fazendo sexo. Ou seja, deturparam o ensino fundamental via ideologia de gênero, entre outras coisas. Estamos mudando isso tudo, já mudamos muita coisa pra você mais que sonhar, ter a certeza que a garotada irá pra escola pra aprender física, química, matemática, biologia, história e geografia e não aprender a fazer sexo a partir dos 6 anos de idade." Jair Messias Bolsonaro 01/09/2022 1.989.333 visualizações	Weintraub - "Se você quiser o Piaget. Os meus filhos estudam numa escola que tem o Piaget, mas eu num queria falar é esse ou aquele porque a gente., a única coisa que eu quero é acabar com essa unanimidade burra. Voltando ao Paulo Freire, se fosse tão bom… Ia ter pelo menos mais um país, além do Brasil usando o método dele. Coisa boa a gente copia e não tem nenhum país, fora o Brasil, que fala que o Paulo Freire é o modelo de educação. Aonde tem? Na Alemanha? Nos Estados Unidos?" Entrevistador 2 - "Nossa, ele tem título de Honoris Causa." Weintraub - "Ele tem título de… O Lula também tem, pô. Não falta título. É doutor pra até diabo, até o inferno gelar. E está preso. Tá na cadeia." Abraham Weintraub 01/08/2019 339 mil visualizações

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na transcrição dos áudios.

Os dois recortes trazem a figura de Paulo Freire como personagem central dos ataques do ex-presidente e do ex-ministro, tentando justificar o fracasso da educação ao que eles chamam de "*método Paulo Freire*". Na dimensão textual (Halliday, 1994; Fairclough, 2003a), quando diz "*tirar esse método Paulo Freire de lá*", Bolsonaro atribui um sentido de que Paulo Freire representa um dano à educação e que, portanto, precisa ser eliminado, retirado, excluído.

Ele faz uso de dupla negação quando diz "*não levou o Brasil a progresso nenhum*", utilizando-se dos vocábulos "*não*" e "*nenhum*" em uma visível avaliação negativa do legado freireano.

Além disso, o "*progresso*" não ocorre devido ao "*método Paulo Freire*" que produz uma "*fábrica de militantes*", associando a educação crítica defendida por Freire à doutrinação ideológica, sendo a primeira a responsável pelo país ocupar os últimos lugares em avaliações como PISA. Ressaltamos que, no recorte anterior, o ex-presidente também fez referência a essa avaliação como forma de demonstrar e validar seu discurso a partir de dados, revelando uma rede intertextual entre os seus próprios discursos. No entanto, a referida avaliação que é retomada discursivamente tanto nas falas de Bolsonaro, quanto nas falas de Weintraub, é realizada a cada três anos e a edição de 2022 os resultados revelaram que não houve avanços significativos na aprendizagem dos estudantes[122]. Por esse motivo, o discurso de Bolsonaro seguiu pelo viés de justificar os motivos pelos quais não houve avanços e culpabilizou o fato de os estudantes terem ficado em casa durante a pandemia da Covid-19, mesmo contra a sua vontade.

Evidenciamos o poder simbólico (Bourdieu, 1989) mais uma vez quando o ministro e o presidente recorrem a dados educacionais como forma de legitimar seus discursos e reforçar a autoridade que ocupam no espaço público. Ao se apresentarem como portadores de um saber autorizado, eles mobilizam o capital simbólico associado às suas posições institucionais para conferir credibilidade às suas afirmações e produzir efeitos de verdade. Nesse movimento, o discurso constrói simbolicamente uma imagem negativa de Paulo Freire como o que destrói a educação brasileira, orientando percepções e juízos sociais.

Ressaltamos ainda, quando retomamos os aspectos referentes à pandemia situados na fala de Bolsonaro, que não estamos defendendo não ter havido interferências da pandemia nos resultados escolares, uma vez que, conforme já enfatizamos ao longo dessa pesquisa, professores e estudantes foram imersos em uma realidade educacional atípica e isso pode ter se revelado em resultados educacionais negativos. Porém, ao governo federal cabia elencar estratégias de superação e não unicamente isentar a sua responsabilidade, deixando como responsáveis o STF, os municípios, estados e reitores, que segundo ele defenderam o "*fique em casa*". Ao dizer "*Eu fui contra o fique em casa*" ele se isenta da responsabilidade pelos estudantes terem dado " *um passo à retaguarda*".

[122] Dados disponíveis em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022> Acesso em outubro de 2025.

A construção discursiva de Bolsonaro ressalta os esforços do governo federal para avançar na educação. Estes esforços são elencados em três segmentos: reajuste salarial para professores, criação de aplicativos para superar as defasagens e combate à ideologia de gênero. No que diz respeito ao reajuste salarial, o reajuste é garantido pela lei do piso, não configurando nenhum acréscimo de direitos. Com relação à visão reducionista sobre a superação de defasagens, garantindo que aplicativos dariam conta de resolver a problemática, Bolsonaro reforça sua visão bancária e tecnicista a respeito da educação (Freire, 1987). Um dos aplicativos utilizados, o *Graphogame*, faz uma associação entre fonema e letra, podendo ser uma das estratégias e/ou recursos complementares para consolidação da alfabetização. No entanto, reduzir o processo de aquisição da leitura e da escrita ao uso de uma ferramenta tecnológica, desconsiderando aspectos como reflexão, interação, socialização que garantem uma aprendizagem significativa e real sobre os usos da linguagem.

Esse processo de imposição discursiva, sustentado pelo reconhecimento social e pela autoridade do Estado, tende a reproduzir estruturas de dominação, uma vez que dissimula a ausência de efetiva valorização docente, reduz o processo educativo a uma dimensão tecnicista e reforça concepções conservadoras sobre gênero. O discurso estatal, ao operar pelo viés do poder simbólico (Bourdieu, 1989), produz efeitos de verdade que orientam percepções e práticas, contribuindo para a manutenção da ordem social e das hierarquias que a sustentam.

Outro aspecto necessário a se destacar é que, ao defender publicamente o uso desses aplicativos como forma de superação das defasagens de aprendizagem, o ex-presidente não veiculou que o aplicativo para funcionar precisaria de meios como aparelhos de celular e internet. No entanto, em 2020, Jair Messias Bolsonaro vetou o projeto de lei 3.477/2020 que destinava verbas aos estados e municípios para ampliação do acesso à internet para estudantes e professores. Isso revela como o discurso hegemônico tende a naturalizar desigualdades estruturais e a manter o controle simbólico sobre os processos de produção e circulação do conhecimento (Fairclough, 2001). Assim, o veto ao projeto pode ser compreendido como parte de uma estratégia discursiva e política que reafirma a hegemonia neoliberal, na qual o acesso à educação e às tecnologias é tratado como privilégio e não como direito social.

A visão reducionista sobre educação é perceptível na fala de Bolsonaro e revela sua posição contrária a Paulo Freire e, para justificar essa posição, traz o embate ideológico de gênero como se este fosse um produto originário da "*fábrica de militantes"* e do "*método Paulo Freire*". Sabemos que a discussão sobre gênero não tem nenhuma relação com as obras de Paulo Freire, mas ao fazer essa associação Bolsonaro o responsabiliza por estar levando para as

escolas pautas que não são aceitas pelos que defendem a moral, sua base evangélica por exemplo, revelando uma estratégia discursiva de mobilização mentiras para se firmar.

Ao qualificar o sistema educacional como "*fábrica de militantes*", Bolsonaro naturaliza a perseguição ao pensamento crítico e promove uma visão de educação despolitizada, reduzida à transmissão de conteúdos e à preparação para o mercado. O antagonismo entre uma gestão de resultados representada por Bolsonaro, e uma educação ideológica, representada por Freire, evidencia que o discurso presidencial se ancora em uma disputa hegemônica pelo controle da escola e dos sentidos atribuídos à prática docente (Fairclough, 2001). Trata-se de um embate discursivo que vai além da esfera pedagógica e se insere no campo mais amplo da luta ideológica pela definição do que é considerado como conhecimento legítimo e educação de qualidade.

Enquanto o discurso freireano parte da concepção de que a educação é um ato político e libertador, um processo dialógico que forma sujeitos críticos capazes de intervir na realidade, o discurso bolsonarista desloca o foco para uma lógica produtivista, voltada à eficiência e à conformidade social. Nessa perspectiva, o papel do professor é reduzido ao de executor de conteúdos e o estudante é concebido como um receptor passivo (educação bancária, Freire; 1987), cujo sucesso é mensurado apenas por métricas externas, desconsiderando aspectos socialmente importantes. Ao se referir à pedagogia freireana de doutrinadora ou "*fábrica de militantes*", o discurso de Bolsonaro não apenas desqualifica um método, mas silencia possíveis lutas contra-hegemônicas, reafirmando a hegemonia neoliberal, que entende a educação como investimento econômico e o sujeito como capital humano (Gramsci, 2007).

Queremos ressaltar que Bolsonaro faz acusações sérias contra os professores e as instituições de ensino, mas de maneira genérica. Ao dizer que "*Tínhamos livros absurdos, estimulando crianças fazendo sexo.*" ele não especifica a qual obra está se referindo, mas posiciona os professores em um lugar de pactuação com o estímulo ao sexo, por meio do uso de material didático inapropriado. Esse movimento dissemina uma repulsa social ao professor que passa a ser visto como agente da desordem e do desvio moral, resultando em representações sociais negativas da docência (Moscovici, 1978). Além disso, quando ele utiliza o "*você*" inicial, em "*Você pega os livros*" apesar de parecer uma interpelação direta, funciona mais como estratégia de inclusão, aproximando o ouvinte e construindo um sentimento de partilha moral entre "*ele*" e "*nós*", os que protegem as crianças, em luta contra o "*eles*", os professores que representam uma ameaça à infância.

As representações ideacionais (Halliday, 1994) estão presentes na demonstração de um mundo corrompido pelos "*livros absurdos*", "*ideologia de gênero*", "*crianças fazendo sexo*" e um mundo restaurado pela ação do governo revelado pelas afirmações de que "*estamos mudando*", "*a garotada irá pra escola pra aprender física, química, matemática*". A linguagem, portanto, não apenas descreve, mas atua como forma de legitimar políticas conservadoras que opõe caos e ordem, perigo e segurança, passado corrupto e presente transformador. Esse contraste é construído por meio de avaliações negativas do passado, representado por Freire e pelos governos de esquerda, como ameaça que não pode vir a ser um futuro possível e avaliações positivas do presente como restauração da ordem e da moral, representado por Bolsonaro e pela extrema-direita.

A retomada do discurso da ideologia de gênero, marca forte do governo bolsonarista e da extrema direita, pode ser evidenciada no trecho "*Ou seja, deturparam o ensino fundamental via ideologia de gênero*". Essa forte rede intertextual cumpre o papel de manter interligadas ideologias dominantes, com vistas à manutenção do poder (Fairclough, 2001). Assim sendo, percebemos que a indeterminação do sujeito em "*deturparam*" é estratégica, pois desresponsabiliza a ausência de políticas públicas governamentais para a educação, suprimindo da avaliação negativa os responsáveis concretos pelos problemas estruturais da educação, o governo. Ele sugere, com esse implícito, que os culpados pelos problemas educacionais são professores, educadores progressistas, políticas educacionais progressistas Já o uso do processo *"deturpar"* determina valor avaliativo negativo, marcando o ensino como corrompido ou desviado de sua finalidade legítima.

A "*ideologia de gênero*" reforça a visão moralista que o ex-presidente destina à educação, bem como revela os preconceitos, o discurso intransigente e de ódio que ele destina a determinados grupos. Fomentar socialmente a ideia de que as crianças estão indo à escola "*aprender a fazer sexo a partir dos 6 anos de idade*", contribui para ataques violentos e deslegitima as práticas dos docentes, caracterizando-se como discurso de ódio contra a educação, revestido de discurso à favor das crianças. Ao mobilizar o poder simbólico (Bourdieu, 1989) que sua posição de chefe de estado lhe permite, o ex-presidente confere autoridade e legitimidade a representações distorcidas sobre o papel da escola e dos professores, o que reforça hierarquias simbólicas e legitima práticas de exclusão. Nessa perspectiva, o discurso presidencial atua como um poderoso mecanismo de produção e circulação de representações sociais (Moscovici, 1978), na medida em que transforma ideias preconceituosas e infundadas em saberes socialmente compartilhados, naturalizando-as no imaginário coletivo.

Ao transformar o professor em um inimigo moral e a escola em um espaço de ameaça, o discurso hegemônico de Bolsonaro reconfigura sentidos socialmente aceitos sobre a educação, moldando percepções e atitudes que sustentam e validam práticas discriminatórias e autoritárias no campo educacional.

Ao observarmos as falas de Weintraub, ele assume uma postura reiteradamente mais irônica e sarcástica. Inicia sua fala utilizando o "*a gente*" como forma de explicitar que o pensamento não é apenas dele, mas sim de um grupo político e social, que acredita em uma educação sem "*unanimidade*", mas com rigor científico. No entanto, quando questionado sobre o método ou teórico no qual sugere que as práticas pedagógicas sejam inspiradas, cita o "*fonético*" e "*Piaget*", sem aprofundamento teórico ou ampliação de debate para justificar o porquê de apostar nesses caminhos como os que podem trazer resultados. Falamos em resultados, uma vez que este é o valorizado pelo discurso tecnicista: a redução da aprendizagem aos números mensuráveis.

Ao dizer que o método de ensino "*Não pode ser tirado da orelha.*", ele estabelece uma relação de improviso ao ato pedagógico do professor brasileiro, como se os docentes não estivessem atuando de maneira respaldada em concepções pedagógicas reconhecidas, como a de Paulo Freire e as bases legais que trouxemos para discussão desta tese. A negação *"não pode*" introduz uma modalidade deôntica, ou seja, de obrigação/proibição. Já quando faz uso da metáfora *"da orelha"* relaciona o fazer pedagógico ao "*improviso*", "*sem fundamento*" ou "*sem base científica*".

Ao se referir a Paulo Freire, o ex-ministro utiliza tom de deboche quando diz que "*Quanto ao Paulo Freire, eu não tenho raiva dele. Tem até um mural muito feio dele na frente do MEC e tá lá, assustando a criançada que passa por lá. Muito feio.*". Ele nega a existência de um sentimento negativo como "*raiva"*, por manter um mural em homenagem ao patrono da educação em frente ao Ministério da Educação. O uso de "*até*" no sentido de "*inclusive*", reforça que o que ele questiona não é a pessoa Paulo Freire, mas sim seus métodos supostamente sem validação científica. Weintraub quis reforçar sua fala a partir de um valor científico, descredibilizando a proposta educacional de Freire. No entanto, a sua tentativa não se sustenta durante muito tempo, já que ele utiliza de adjetivação pejorativa em "*mural muito feio dele*", "*assustando a criançada*", "*Muito feio*". O uso do advérbio de intensidade "muito" duas vezes, reforça a associação de Freire como algo horrível e que assusta as criancinhas. No dia da entrevista, o ex-ministro publicou também em sua conta nas redes sociais a imagem do referido mural de Freire com a seguinte legenda "*É ou não é feio de doer?*" Em busca de validar sua

opinião pessoal, Weintraub fez uso do espaço virtual para encontrar aliados e alimentar ataques à imagem de Paulo Freire, estabelecendo e reforçando a intertextualidade (Fairclough, 2001). Trouxemos, na figura 12, a demonstração de como as redes sociais podem ser utilizadas como espaço para disseminação de ódio e formação de consensos, uma vez que o alcance e engajamento são quase instantâneos.

O post de Weintraub alcançou ampla repercussão nas redes sociais, obtendo cerca de 32 mil curtidas, 12 mil respostas e 4 mil compartilhamentos, o que evidencia sua significativa circulação e engajamento público. Essa ampla difusão contribuiu para a formação de uma rede intertextual e interdiscursiva (Fairclough, 2001), na qual diferentes usuários, por meio de comentários, memes, insultos, reproduzem e reforçam sentidos de desqualificação e desprestígio em relação à figura de Paulo Freire. Dessa forma, o discurso de Weintraub expressa uma opinião individual e busca articular de uma rede discursiva mais ampla, voltada à manutenção e amplificação de uma imagem negativa, pejorativa e difamatória do educador, reafirmando valores ideológicos da elite que se opõem à pedagogia crítica e à tradição popular freireana.

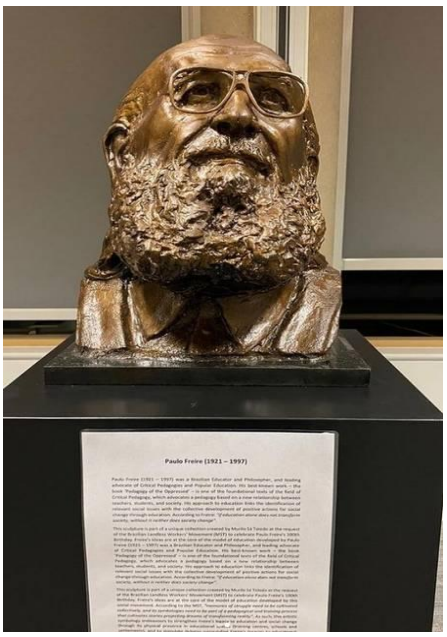
Figura 12 - Post de Weintraub no Twitter contra Paulo Freire



Fonte: Twitter, 2019

Ao dar continuidade aos ataques, Weintraub afirma que "*Voltando ao Paulo Freire, se fosse tão bom… Ia ter pelo menos mais um país, além do Brasil usando o método dele. Coisa boa a gente copia e não tem nenhum país, fora o Brasil, que fala que o Paulo Freire é o modelo de educação. Aonde tem? Na Alemanha? Nos Estados Unidos?*", ele tenta produzir consenso de que somente no Brasil se utiliza a pedagogia inspiradas em Freire. No entanto, essa afirmação pode ser facilmente refutada por dois motivos, sendo o primeiro é que não existe um método Paulo Freire, mas sim uma filosofia educacional pautada em princípios dialógicos, reflexivos e emancipadores. Reduzir o legado de Freire a um método seria contrário ao que ele mesmo defendia, uma vez que a educação se constrói no cotidiano, nas trocas, na práxis. O segundo motivo, diz respeito aos diversos países que estudam sobre Freire e sua pedagogia e que reconhecem a sua importância para a educação. Pedagogia do Oprimido é a terceira obra mais lida do mundo, o que serve para refutar a ideia de que apenas no Brasil suas obras seriam usadas. Além disso, o reconhecimento ao legado de Paulo Freire ultrapassa as fronteiras nacionais, evidenciando a projeção internacional de seu pensamento pedagógico e de sua contribuição para a educação crítica e libertadora. Um exemplo significativo dessa projeção ocorreu na Universidade de Cambridge, que, em 2021, inaugurou um busto em sua homenagem. Esse gesto expressa não apenas o respeito da comunidade acadêmica internacional à relevância de sua obra, mas também a consolidação de Freire como referência no campo das ciências da educação. É importante destacar que Freire é o único brasileiro a possuir uma representação física na instituição, fato que reforça a singularidade de sua trajetória intelectual e o impacto de suas ideias. A figura 13 ilustra a homenagem prestada pela universidade, materializando o reconhecimento de um pensamento que ultrapassa contextos geográficos e culturais, reafirmando a atualidade e a potência de sua proposta pedagógica para o cenário educacional.

Figura 13 - Busto de Freire em Cambridge



Fonte: O Globo, 2021

O entrevistador 2, confrontou os argumentos de Weintraub dizendo "*Nossa, ele tem título de Honoris Causa.*", revelando como o conhecimento pode produzir uma reação frente a enunciados e contrapor o que está sendo dito como verdade absoluta. Frente a essa reação, o ex-ministro tenta ridicularizar o título de Doutor Honoris Causa, que vem do latim e significa "por causa de honra", e expressa o reconhecimento institucional de mérito, prestígio e contribuição social, cultural, política ou acadêmica. Segundo o Instituto Paulo Freire, o título foi recebido por ele 41 vezes, dentre instituições brasileiras e do exterior. Essa cena evidencia o potencial emancipador do conhecimento, na perspectiva de Bhaskar (1998), ao mostrar que a consciência crítica possibilita a identificação e a transformação das estruturas que sustentam a dominação simbólica. Assim, ao questionar o discurso de deslegitimação do saber e valorizar o reconhecimento intelectual, o entrevistador atua em consonância com a concepção de emancipação como prática reflexiva e transformadora, capaz de romper com mecanismos ideológicos que naturalizam a desigualdade e o desprezo pelo conhecimento.

A associação feita por Weintraub coloca a titulação de Freire em questão ao dizer que Lula também tem o mesmo título, mas estava preso. Segundo o ex-ministro, "*Ele tem título de… O Lula também tem, pô. Não falta título. É doutor pra até diabo, até o inferno gelar. E está preso. Tá na cadeia.*". Ao dizer que "*é doutor pra até diabo*", traz mais uma vez para seus

enunciados a carga semântica religiosa para colocar Paulo Freire e Lula em um espaço negativo e que os associa ao mal.

Fica evidente a partir das falas que houve uma construção ideológica sobre Freire que visa descredibilizar sua atuação, uma vez que esta possibilita o rompimento com estruturas de poder e dominação. Nas palavras de Fairclough (2001, p.117)

> as ideologias são significações/construções da realidade (mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

As próximas falas a serem analisadas são compostas por dois recortes, transcritos na tabela 13, de falas de Bolsonaro e Weintraub, que tiveram circulação no debate de presidenciáveis em 16 de outubro de 2022 e no canal do Youtube de Eduardo Bolsonaro, no dia 29 de fevereiro de 2020.

Tabela 13 - Jair Bolsonaro no debate dos presidenciáveis do UOL e Weintraub no canal do Youtube de Eduardo Bolsonaro

Jair Bolsonaro no debate dos presidenciáveis do UOL.	*Entrevista de Abraham Weintraub no canal de Eduardo Bolsonaro no Youtube*
"Até que enfim uma verdade, uma sinceridade. os alunos ficaram mais analfabetos do que já eram. Os 'já eram' foi no teu governo Lula e Dilma. A garotada ficou dois anos em casa. Eu fui contra isso. Mas vamos aos fatos. Nós já estamos fazendo. O nosso ministro da educação tem um aplicativo, que foi aperfeiçoado e já está há um ano em vigor. Chama-se Graphogame. Ou seja, no telefone celular se baixa o programa e a garotada fica ali 'letra A, ela aperta o A e aparece o som de A'. Vai para sílabas 'C e A, CA'. E no passado, no tempo do Lula, a garotada levava três anos para ser alfabetizada. Agora, em nosso governo, leva seis meses. Ou seja, a grande diferença tá ai. A gente não fala que vai fazer, a gente mostra o que tá fazendo. O seu Paulo Freire, Lula, não deu certo e mais do que isso, nós vamos começar agora com o FIES técnico, pra garotada do ensino médio ter uma profissão. Auxiliar de enfermagem, marceneiro, entre tantos outros. Essa é a diferença do nosso governo e do teu. Tu nunca se preocupou em educar ninguém no Brasil. Nós educamos e	Ao ser presenteado por Eduardo Bolsonaro com um livro intitulado "Desconstruindo Paulo Freire" do autor Thomas Giuliano, Abraham Weintraub pega um outro livro e diz "Vai de retro" confrontando um livro com o outro. Eduardo Bolsonaro: "Pessoal, Thomas Giuliano é o autor desse livro aqui, Desconstruindo Paulo Freire". Weintraub: "Ah, bom! Pensei que fosse construindo Paulo Freire. Pensei que fosse alguma coisa do oprimido que você ia me entregar". Eduardo Bolsonaro: "Pedagogia do oprimido, Pedagogia do excluído, né?" Eu sei que o ministro é um grande fã do Paulo Freire, né isso?" Weintraub: "Sou! Adoro!" Eduardo Bolsonaro: "Inclusive aplica a mesma metodologia que a gente viu lá sendo

alfabetizamos”. Jair Messias Bolsonaro 16/10/2022 3.491.974 visualizações	aplicada na Coréia do Sul, Taiwan, Japão, não é isso, ministro?” Weintraub: “O Paulo Freire é tão ruim, tão ruim, tão ruim que ele é bom. É como a Dilma. Por que…” Eduardo Bolsonaro: “Você já sabe o que você não quer.” Weintraub: “Ele é feio, ele é fraco, não tem resultado positivo e o pessoal quer defender ele. Então, é bater em morto”. Abraham Weintraub 29/02/2020 161 mil visualizações

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na transcrição dos áudios.

No trecho “*Até que enfim uma verdade, uma sinceridade. os alunos ficaram mais analfabetos do que já eram. Os ‘já eram’ foi no teu governo Lula e Dilma...*” percebemos a intertextualidade manifesta (Fairclough, 1995) quando Bolsonaro se dirige aos governos Lula e Dilma, retomando o discurso político difundido pela extrema-direita, em contextos de mídias sociais, dizendo que os governos petistas teriam sido responsáveis pelo fracasso educacional do país. Além disso, o trecho “*A garotada ficou dois anos em casa. Eu fui contra isso*” retoma, de forma intertextual, o discurso negacionista da pandemia, resgatando debates sobre o fechamento das escolas durante a Covid-19. Assim, o texto incorpora vozes ligadas ao negacionismo sanitário e à crítica às medidas de isolamento, consequentemente à crítica aos docentes que não trabalharam de maneira presencial, como era defendido pelo governo de Bolsonaro.

O interdiscurso pode ser percebido a partir da retomada de um discurso tecnicista e neoliberal, quando faz referência ao “*aplicativo Graphogame”*. A visão reducionista da educação e de um processo tão abrangente e que aciona diversos conhecimentos, como o processo de alfabetização, é demonstrada quando substitui o professor por um aparato tecnológico. A retomada do discurso educacional de maneira simplista é evidenciada na

descrição da alfabetização por meio de sons e letras "*letra A, som de A*" reduzindo o processo pedagógico a uma dimensão técnica e mecânica, reproduzindo uma concepção bancária de educação, a qual Freire sempre se apresentou contrário (Freire, 1987).

O poder simbólico (Bourdieu, 1989) pode ser evidenciado quando sua fala se traduz como uma verdade absoluta sobre Paulo Freire. Ao afirmar que "*O seu Paulo Freire, Lula, não deu certo*" deslegitima Freire, atribuindo-lhe o fracasso da educação e demarcando com o uso do pronome possessivo "*seu*" a tentativa de personalizar e politizar Freire como símbolo do projeto educacional de esquerda, transformando uma referência pedagógica internacional em um alvo político-partidário. Assim sendo, Bolsonaro legitima a visão de mundo conservadora, menosprezando a pedagogia crítica e exaltando a técnica como forma correta de educar.

Além disso, quando pensamos no projeto hegemônico da extrema direita , compreendemos que ao dizer "*nós vamos começar agora com o FIES técnico, pra garotada do ensino médio ter uma profissão. Auxiliar de enfermagem, marceneiro, entre tantos outros.*" há uma defesa do ensino técnico e profissionalizante como estratégia de hegemonia conservadora, alinhada a valores de produtividade, meritocracia e mercado. Além disso, delimita que, nesse projeto de governo, a educação pública deve estar direcionada a formar o cidadão ideal, que não é o sujeito crítico freireano, mas o trabalhador disciplinado e útil ao capital. Nesse sentido, evoca a hegemonia como "liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade" (Fairclough, 2001, p.122).

Outro aspecto necessário de ser destacado, quando olhamos para a fala de Bolsonaro, a partir do viés da LSF e das metafunções, é compreender que as escolhas lexicais não são feitas de maneira casual. Ao dizer "*O seu Paulo Freire, Lula, não deu certo*" representa a realidade, metafunção ideacional, a partir da relação entre "fracasso" e "sucesso", sendo a primeira relacionada ao governo Lula e a segunda ao governo Bolsonaro. A expressão atribui fracasso à figura simbólica de Paulo Freire que é construída como negativa, o que reduz sua obra a um resultado empírico "*deu certo/não deu certo*", destinando a educação apenas a resultados quantificáveis e apagando a dimensão crítica e filosófica. Vale salientar que esta última dimensão nunca contemplou os governos de extrema-direita, uma vez que que assumem a postura neoliberal de educação.

A partir da LSF, temos o processo material "*começar*" em "*Nós vamos começar agora com o FIES técnico*", repercutindo no ouvinte a ideia de que Bolsonaro representa transformação, alguém que vai realizar um grande projeto pela educação. O processo utilizado

cria uma imagem de movimento e progresso, contrastando com a paralisia atribuída ao outro governo que usou uma pedagogia que, nas palavras de Bolsonaro, "*não deu certo*".

Ao analisarmos a fala de Weintraub, percebemos que está envolta em um processo multissemiótico. No vídeo[123], percebe-se sarcasmo, ironia e uma simbologia ao confrontar um livro, que inicialmente ele achava ser escrito por Paulo Freire, com outro livro que trazia as ideias com as quais Weintraub pactua. A cena nos remete a um combate, a um exorcismo contra uma possessão, gesto que se insere em uma estratégia discursiva de desqualificação do educador. Essa encenação retoma, de forma intertextual, o termo "vodu", anteriormente utilizado pelo ex-ministro para se referir ao pensamento freireano. Esse recurso opera também no campo do poder simbólico (Bourdieu, 1989), ao transformar a crítica pedagógica em um embate moral e religioso, produzindo um efeito de ridicularização e demonização de Freire. Weintraub mobiliza um discurso de ódio disfarçado de ironia, que procura reafirmar uma hegemonia ideológica contrária à pedagogia crítica que Freire defende.

A ironia e o tom de desdém são instrumentos simbólicos de desqualificação, pois ao dizer *"Ah, bom! Pensei que fosse construindo Paulo Freire"* ele constrói uma imagem de Freire através da ridicularização. O desdém aparece a partir da retomada de um dos léxicos que repercutem socialmente e são associados à pedagogia freireana, quando diz *"alguma coisa do oprimido"*, demonstra os efeitos do poder simbólico na tentativa de não apenas negar um pensamento pedagógico, mas reproduzir uma estrutura de dominação simbólica.

A continuidade da sua fala, desloca Weintraub do campo educacional e o coloca em confronto direto com o educador Paulo Freire em uma luta pela construção de consensos a partir da linguagem. Quando Eduardo Bolsonaro afirma que Weintraub é fã de Freire, ele responde "*Sou! Adoro*!". A enunciação, marcada pela ironia, revela o funcionamento do poder simbólico (Bourdieu, 1989) na medida em que Weintraub mobiliza sua posição institucional de autoridade, como ministro da educação, para tentar impor uma visão legítima de mundo, ou seja, uma representação social da educação que desautoriza a pedagogia freireana. Esse tipo de poder não se exerce pela coerção física, mas pelo reconhecimento social da legitimidade de quem fala, o que faz com que a desqualificação de Freire produza efeitos concretos na percepção pública sobre o educador e sua obra.

No que diz respeito à hegemonia (Gramsci,1999; Fairclough, 2001), a fala de Weintraub atua como um movimento discursivo dentro de uma disputa mais ampla pelo controle do sentido

[123] Sugerimos assistir ao vídeo para que possa ser visualizado o jogo feito com os livros e seus efeitos multissemióticos.

da educação e, consequentemente, pela direção moral e intelectual da sociedade. Ao ridicularizar Freire, o ministro tenta deslocar o campo discursivo da educação crítica para o espaço da educação instrumental, reforçando um projeto político conservador que busca consenso por meio da naturalização de seus valores. A hegemonia, portanto, se constrói discursivamente, pois ao rir de Freire, Weintraub se posiciona atacando-o individualmente, mas reverbera esse ataque de maneira social através do riso e do deboche, atraindo os que pactuam com seu discurso.

Nesse contexto, a ideologia, conforme concebida por Fairclough (2001), manifesta-se na linguagem como forma de representar e sustentar relações de poder. A ironia do "*Sou! Adoro!*" não é apenas uma provocação, mas um ato ideológico que disfarça a violência simbólica em humor e espontaneidade. Assim, o discurso de Weintraub integra um projeto hegemônico de produção de consenso antipedagógico, no qual o desprezo a Freire e à educação crítica se torna instrumento de legitimação ideológica e de manutenção do poder.

A ridicularização direcionada a Freire continua no trecho "*Ele é feio, ele é fraco, não tem resultado positivo e o pessoal quer defender ele. Então, é bater em morto*". Weintraub assume uma posição de autoridade e utiliza avaliações negativas como "*feio*", "*fraco*" e "*morto*", que configuram, juízos de valor e opiniões pessoais, como se fossem verdades absolutas. Mais uma vez ele opera marés do poder simbólico para transformar opiniões pessoais em consensos sociais (Bourdieu, 1989). O modo declarativo em "*Ele é*" indica certeza, afirmação e impõe seu ponto de vista como verdade, não cabendo espaço à dúvida sobre quem seria de fato Freire. Esse vocabulário avaliativo demonstra distanciamento ideológico entre Freire e Weintraub. No que diz respeito à expressão popular "*bater em morto*" introduz violência simbólica, mas de maneira metafórica. A tentativa com o uso dessa expressão é de reforçar o desequilíbrio de poder entre quem fala (ministro de estado) e seu alvo (Paulo Freire). O efeito dessa afirmação é coercitivo e autoritário, o que traduz uma posição hegemônica de poder.

Diante das análises realizadas, percebemos que o discurso de ódio contra Paulo Freire foi repetido diversas vezes durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro, enquanto presidente da república, e de Abraham Weintraub, enquanto ministro da educação. Relembramos que no início deste capítulo trouxemos os papeis sociais vinculados às funções de presidente e ministro de estado e compreendemos que os discursos e falas proferidos por eles vão na contramão do que preconiza a CF sobre estes cargos. O discurso de ódio dirigido a Paulo Freire e também aos educadores, uma vez que Freire os simboliza, não pode ser visto apenas como um elemento

casual, mas sim como um projeto político autoritário de governo que vê a educação como inimiga e o professor progressista como um mal a ser combatido.

Assim sendo, seguiremos para o bloco analítico 2, com o intuito de perceber que as redes que sustentam os discursos analisados no bloco 1 fazem uso de discursos odiosos de maneira geral e também com foco na educação, com o propósito de institucionalizar o ódio como programa de governo.

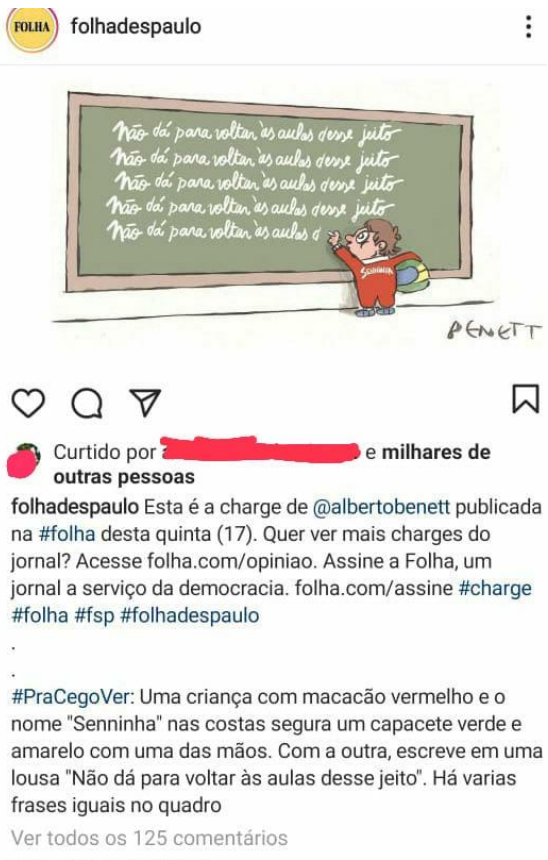
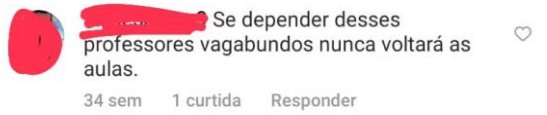
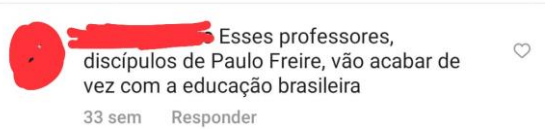
6.3.1 Bloco analítico 2: falas de lideranças políticas, religiosas, midiáticas que colaboram para construção da narrativa de ódio

Com o propósito de estabelecer uma relação entre o discurso oficial e governamental que busca descredibilizar os princípios educacionais baseados na pedagogia freireana com uma rede intertextual aliada a esses discursos, traremos alguns recortes analíticos para o bloco 2, com vistas a perceber os ataques sistemáticos dirigidos a Paulo Freire e aos professores, como alvos simbólicos de um projeto ideológico que busca desautorizar o pensamento crítico e fragilizar o papel social da educação. Interessa-nos, portanto, compreender de que modo as falas oficiais, analisadas no bloco analítico 1, atuaram como incentivadoras de discursos de ódio que se disseminaram nas redes sociais, fomentando um ambiente de hostilidade e violência contra os profissionais da educação. Além disso, outros discursos odiosos proferidos por aliados políticos e lideranças religiosas são analisados para demonstrar como a rede intertextual é formada de maneira a manter a mesma agenda política.

Para sustentar essa discussão, apresentaremos três evidências que ilustram a articulação entre o discurso político-institucional e sua reverberação no espaço digital, demonstrando como o discurso de ódio, ao circular e ser reiterado socialmente, produz efeitos concretos de silenciamento, estigmatização e intimidação. Essas análises permitem observar os mecanismos linguístico-discursivos e ideológicos, bem como seus impactos na configuração da política da extrema-direita.

Para compreendermos como esse discurso governamental de ódio criou uma rede intertextual e se difundiu socialmente, observemos, no quadro 2, o conteúdo da charge de Alberto Benett sobre o (não) retorno às aulas presenciais durante a pandemia da Covid 19, bem como o conteúdo de três comentários escritos na página da Folha de São paulo, no Instagram, em resposta à publicação da charge que defendia não ser hora de retomar as atividades presenciais diante de uma pandemia que estava matando milhares de pessoas.

Quadro 2 - Charge de Alberto Benett e comentários

CHARGE	COMENTÁRIOS
 *Publicada em 17 de setembro de 2020, teve um total de 4.379 curtidas e 125 comentários. Acesso em 28 de abril de 2021.*	 *Comentário 1*  *Comentário 2*  *Comentário 3*

Fonte: Instagram Folha de São Paulo

Ao analisarmos os três comentários, percebemos que o comentário 1 usa a palavra *"vagabundo"* para associar o/a professor/professora a alguém que se recusa a trabalhar, alguém que não quer trabalhar, podendo construir uma identidade docente relacionada ao preguiçoso, ao que ganha salário sem prestar serviço, etc. Já o comentário 2 usa a expressão *"gato gordo"* para se referir aos professores e professoras como alguém que está apenas recebendo para ficar em casa sem trabalhar, sem fazer nada, sendo apenas alimentado e engordando às custas de um "dono" que o sustenta. Com relação ao comentário 3, faz referência a Paulo Freire e diz que os professores que são seus discípulos são responsáveis pelo fracasso da educação brasileira, demonstrando a forte rede intertextual (fairclough, 2001) com os discursos de ódio do ex-presidente Bolsonaro e do ex-ministro da educação Weintraub.

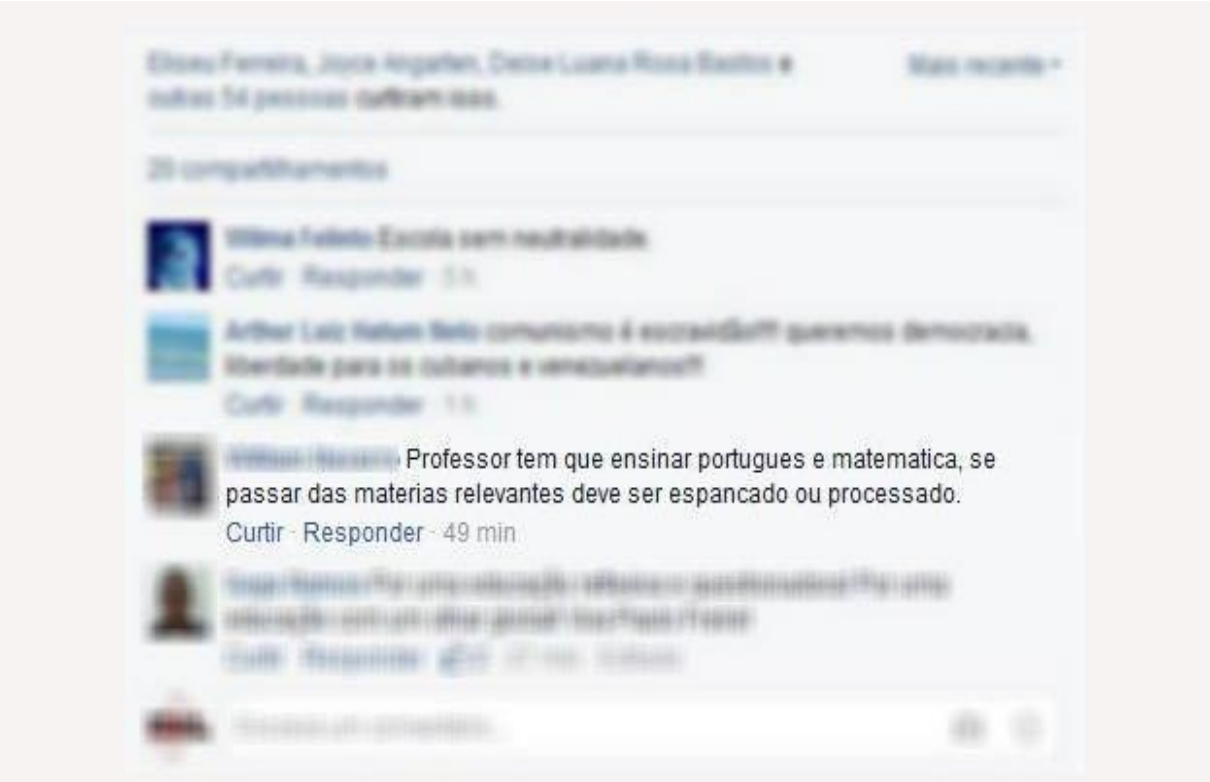
Destacamos que nos três comentários fica nítido que foi ignorado todo o contexto profissional da classe docente durante o período de pandemia[124], além de haver um estímulo ao ódio contra a classe docente, inclusive ao fazer uso de expressões como *"vagabundo"* que externa agressividade e desrespeito. É relevante destacar que em nome da liberdade de expressão e também com a falsa sensação de que na internet tudo pode ser feito ou dito, as pessoas não têm refletido sobre o que falam e sobre o quanto podem incitar práticas segregacionistas com seus discursos.

No entanto, discurso de ódio não pode ser confundido com liberdade de expressão, pois liberdade de expressão não pode ferir a dignidade humana (França, 2019). Quando o que se fala fere a dignidade, desrespeita, agride, maltrata, ainda que seja em ambiente virtual, não deve ser tolerado e deve ser combatido.

Entendemos a prática do discurso de ódio contra os docentes como um processo histórico, conforme já afirmamos anteriormente e, ao observarmos, na figura 14, outro exemplo de discurso de ódio direcionado a eles percebemos que, mesmo anterior ao bolsonarismo, ele dialoga com o pensamento que ganhou força e evidência nos últimos anos. Vale salientar que, como já dissemos, não foi Bolsonaro quem inaugurou esse discurso contrário aos professores, ele cumpriu o papel de institucionalizar esse discurso e torná-lo uma verdade quase incontestável. O MESP já se manifestava com discursos de ódio contra os professores e, dessa maneira, já havia no imaginário social uma ideologia de que os professores representavam uma força negativa e contrária aos princípios morais e cristãos.

[124] Sabemos que os professores e as professoras tiveram de se reinventar nas suas propostas pedagógicas durante a pandemia, tiveram também uma carga horária excessiva de trabalho. Para saber mais recomendamos a leitura da matéria "Adaptações e aprendizados do trabalho docente durante o ensino remoto", disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/20486/especial-trabalho-docente-na-pandemia-recursos-e-infraestrutura>

Figura 14 - Comentário de ódio contra professores



Fonte<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/> Acesso em 21/11/2022. Publicado em 18/09/2015.

No comentário em destaque na imagem 14, que foi retirado do texto "O ódio aos professores" do Prof. Dr. Fernando Penna - UFF, publicado em 18 de setembro de 2015, percebemos que há anos já havia um movimento crescente de silenciamento dos/das professores/professoras, com a tentativa de limitar suas práticas, utilizando da intimidação e da violência por meio do uso das palavras *"espancado"* e *"processado"*. Fica evidente que com o MESP, a violência contra professores ganha força, culminando com a eleição de Bolsonaro. Retomamos o discurso, já citado neste trabalho, no qual o ex-presidente sugere que os estudantes filmem os docentes em sala de aula e incita que façam uso dessas filmagens para processá-los.

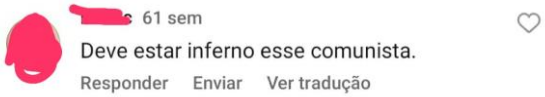
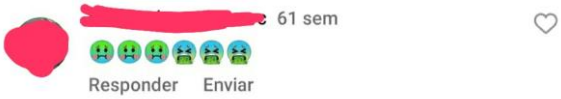
A sentença do comentário reforça a visão de que a escola deve ensinar apenas matérias vistas como relevantes para uma parcela da população e retoma o ensino conteudista quando traz as matérias *"português"* e *"matemática"*. Além disso, o uso do processo material em *"tem que ensinar"* demonstra a obrigação do professor com o tecnicismo. A ideia de causalidade em

uma que remonta à obrigação, falha e punição, naturaliza a violência como resposta legitima a quem não segue o pensamento do enunciador.

Outro aspecto relevante do trecho diz respeito à condição imposta em *"se passar das matérias relevantes"* que é seguida da ameaça de processo e espancamento. O falante desconsidera que a educação não está à serviço de pautas ideológicas de um grupo ou de outro, mas está pautada em leis e normativas que, conforme já citamos, estabelecem as práticas educativas.

Como terceiro exemplo do discurso de ódio que se revela nas redes sociais, campo forte de atuação da extrema-direita, trazemos, no quadro 3, a Charge do Correio Braziliense - Paulo Freire 100 anos - publicada em 19 de setembro de 2021 - 2.061 curtidas e 246 comentários[125]. Recortamos três comentários que representam o discurso de ódio contra Freire e como ele se reverbera socialmente. Em 2021, muitas falas contrárias a Freire e aos professores já circulavam de maneira institucionalizada, representando não apenas opiniões pessoais, mas um plano de governo que tinha a censura, a violência e ódio como projeto.

Quadro 3 - Charge do Correio Braziliense e comentários de ódio contra Freire

CHARGE	**COMENTÁRIOS**
 *Publicada em 19 de setembro de 2021, teve um total de 2.061 curtidas e 246 comentários. Acesso em 04 de novembro de 2022.*	 *Comentário 1*  *Comentário 2*  *Comentário 3*

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

125 Os dados referem-se ao acesso na data de 04 de novembro de 2022.

Ao analisarmos os três comentários, percebemos que o comentário 1 usa a palavra *"comunista"* para associar Paulo Freire ao comunismo, com valoração negativa. Além disso, o comentário traz a palavra *"inferno"*, fazendo alusão, possivelmente, ao fato de que como Paulo seria comunista, nas palavras do comentador, estaria pagando seus pecados. A rede intertextual (Fairclough, 2001) revela que a representação social (Moscovici, 1978) de Freire como inimigo de Deus, na qual o *"inferno"* funciona como símbolo de punição e condenação, ativando um campo semântico religioso associado ao mal. Esse enunciado deriva de um interdiscurso político e religioso conservador que, nos últimos anos, articulou a ideia de que o comunismo é maligno e incompatível com os valores cristãos.

Já o comentário 2 usa a expressão *"100 anos de desastre"* para se referir ao centenário de Freire como algo negativo para a educação. As práticas freireanas foram desastrosas, na visão dessa pessoa, e a referência temporal atua como recurso de intensificação, marcando a data centenária de nascimento de Freire com novo valor semântico, uma ironia em torno da comemoração, transformando o marco histórico em motivo de repúdio.

Por fim, o comentário 3 faz uso apenas de emojis, evidenciando a rede semiótica que também tem atribuição de valor e diz muito sobre o movimento de discurso de ódio na internet. Os emojis de *"ânsia"*, *"enjôo"*, *"vômito"*, demonstram o desprezo, a repulsa e o nojo a Paulo Freire. Os emojis reforçam uma visão neoliberal e autoritária de educação, segundo a qual a pedagogia crítica seria um fracasso e causa de repulsa. O efeito social do uso dos emojis denota a invalidação da discussão racional, uma vez que a reação de "*vômito*" substitui o argumento, limitando o diálogo e o pensamento crítico, exatamente o oposto do que Freire defendia.

Ao observarmos todos os comentários percebemos que eles se relacionam com o discurso de ódio oriundo do governo Bolsonaro e defendemos, portanto, que ao estudarmos mais profundamente as raízes desse discurso de ódio, entendemos que ele está sendo difundido com vistas à construção negativa da identidade docente, com o propósito de minar a possibilidade de uma mudança social através da reflexão crítica propiciada pela educação.

Fazendo a relação entre o discurso freireano, os discursos de ódio destinados a Freire e aos professores, percebemos que o alinhamento político e ideológico da extrema-direita com valores cristãos morais extremistas, contribuiu para uma rede intertextual que alicerçou e institucionalizou o ódio e a violência. Alguns recortes de aliados políticos de Jair Messias Bolsonaro, revelam como esse processo se consolidou e, no capítulo 3 desta tese, situamos esse aspecto como constitutivo da base política bolsonarista.

Bolsonaro estabeleceu alianças estruturadas com líderes e pastores evangélicos influentes, dentre eles, figuras como Silas Malafaia, pastor da Igreja Assembleia de Deus, Marco Feliciano, deputado federal e pastor da Igreja Pentecostal do Avivamento, e Magno Malta, senador e pastor da Igreja Batista. As alianças realizadas buscavam apoio de suas congregações, reforçando, através da participação em cultos e eventos religiosos, uma imagem de Bolsonaro como um defensor dos valores cristãos, valores estes que se contrastavam com o que tentam transmitir sobre Freire. Apesar deste forte apelo religioso, o produto destas alianças incitou o ódio. A afinidade discursiva, além dos interesses religiosos e políticos, unem esses atores sociais, pois representam um discurso orientado para objetivos comuns. Demonstraremos, na tabela 14, a seguir, trechos de falas das lideranças religiosas com as quais o ex-presidente se alinhou e que promoveu ódio e (des)ordem social:

Tabela 14 - Falas de líderes religiosos que incitam a (des)ordem

Silas Malafaia	Em seu canal no Youtube, o pastor publicou um vídeo sendo contrário à propaganda do Boticário[126], alusiva ao Dia dos Namorados, que demonstrava a diversidade de casais existentes em nossa sociedade. Em seu vídeo, postado em 02 de junho de 2015, com 629.325 visualizações, ele disse: *"Sou contra e estou aqui pra dizer (...) a família é milenar, homem, mulher e sua prole (...) Tenho o direito de preservar macho e fêmea, porque essa é a história da civilização humana"*.[127]
Marco Feliciano	Durante a aplicação do ENEM, em 2015, Marco Feliciano criticou, através da rede social Facebook, uma questão que fez uso da célebre frase de Simone de Beauvoir "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Segundo ele: *"Essa frase da Filósofa Simone de Beauvoir é apenas opinião pessoal da autora, e me parece que a inserção desse texto, uma escolha adrede, ardilosa e discrepante do que se tem decidido sobre o que se deve ensinar aos nossos jovens"*[128].
Magno Malta	Recentemente, o senador foi acusado de racismo por fala a seguir, destinada ao jogador Vini Júnior: *"Cadê os defensores da causa animal que não defendem o macaco?*[129]*"*

Elaborada pela pesquisadora

[126] Vídeo disponível em <Comercial do Dia dos Namorados 2015 da empresa O Boticário> Acesso em 28/03/2025.
[127] Vídeo disponível em <Pr. Silas Malafaia Critica Propagandas que Incentivam o Homossexualismo> Acesso em 28/03/2025.
[128] Matéria disponível em <https://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/deputados-bolsonaro-e-feliciano-acusam-enem-de-doutrinacao.html> Acesso em 28/03/2025
[129] Matéria disponível em <https://exame.com/brasil/declaracao-polemica-de-senador-magno-malta-sobre-vini-jr-gera-reacoes-e-pedidos-de-cassacao/> Acesso em 28/03/2025.

Na fala de Malafaia, quando diz enfaticamente "sou contra", a partir do uso de um processo material, demonstra oposição à propaganda que valoriza e reconhece a diversidade sexual como constitutiva da sociedade. Na LSF, o processo "sou" posiciona o falante, Silas, como alguém que não aceita que sejam retratados casais homoafetivos em uma propaganda de uma marca de renome nacional em data dedicada ao amor romântico. Posicionando-se contra a propaganda, ele também se posiciona contra toda a comunidade LGBTQIAPN+. Ressaltamos esse dado como relevante, uma vez que há, por parte da extrema-direita, uma associação da educação freireana à ideologia de gênero, resultando em uma representação social negativa sobre Freire e reforçando estereótipos.

Já na expressão, "estou aqui para dizer", utiliza-se de um processo verbal no qual ele se propaga como um comunicador, como uma autoridade que está para transmitir uma opinião e/ou mensagem. Quando apela para a estrutura familiar, a partir da construção "a família é milenar", ele faz uso do processo "é" para estabelecer uma relação de que a família tem uma longa história de tradição e que esta não pode ser modificada. Ainda neste sentido, ao dizer que "o direito de preservar macho e fêmea", utiliza-se de um processo material no qual demonstra o direito que o falante tem de preservar os gêneros deixados por Deus, fazendo menção em seu discurso como a pessoa que manterá os valores religiosos, uma vez que "essa é a história da civilização". Neste trecho de sua fala, faz uso novamente do processo relacional "é" como algo que não deve ser discutido, pois é um fato incontestável, é uma preservação histórica, e não deve ser discutido, mas sim cumprido como um mandamento religioso. A religião ultrapassa o campo da fé individual e se transforma em instrumento ideológico de manutenção da ordem social e de reprodução de desigualdades simbólicas (Fairclough, 2001).

Ao analisarmos a fala de Feliciano, dita em um contexto que argumenta contra a fala de Simone Beauvoir, posta em uma questão do ENEM, compreendemos que esta fala faz referência à filósofa como uma autoridade intelectual, no entanto, explicita que é "apenas" uma opinião da autora, o que não configura como uma verdade. O poder simbólico (Bourdieu, 1989) nesse caso serve para silenciar a voz de uma mulher, mesmo com a autoridade intelectual e validar a voz do homem, o pastor, líder político e religioso. Afinal, para os religiosos a 'verdade' está nos postulados bíblicos e estes não pactuam com o feminismo, mas sim com a figura da mulher submissa ao homem. Os vocábulos "adrede, ardilosa e discrepante" sugerem um julgamento de valor negativo, uma vez que propõem intencionalidades mascaradas por trás da escolha dessa frase, já que a autora é conhecida por travar lutas em favor da liberdade e contra a opressão. Dessa forma, mais uma vez, fica evidenciada a tentativa de descredibilização da

fala de uma mulher, ainda que de maneira disfarçada, pois quando ele diz "me parece", assemelha-se a uma modalização de incerteza/subjetividade/opinião.

Já a fala de Malta, remete-nos ao processo material a partir do verbo "defendem", indicando que as pessoas que atuam em prol da causa animal deveriam agir na situação descrita. No entanto, a fala proferida não foi dita com o intuito de defender, de ajudar, de se posicionar contrário a uma situação explícita de racismo. O dito por Malta nos remete a duas interpretações possíveis: a primeira solicita que os defensores da causa animal atuem em defesa do macaco, pois este está sendo agredido ao ser comparado ao jogador Vini Júnior (homem negro) e a segunda solicita que os defensores da causa animal atuem em defesa de Vini Júnior, associando sua imagem (de homem negro) ao animal (macaco).

As falas até então expostas, contextualizam que o discurso de ódio foi alimentado, propagado, difundido e repercutido pelos representantes da extrema-direita, atingindo não somente a educação, mas diversas outras áreas. Jair Messias Bolsonaro não inaugurou o discurso de ódio, mas promoveu sua continuidade como uma tradição discursiva de violência, autoritarismo e dominação. Suas práticas discursivas, bem como as de seus aliados, fazem parte da continuidade de um discurso estrutural brasileiro. Bolsonaro destacou-se por declarações polêmicas, ofensivas e abertamente discriminatórias contra diversos grupos sociais: mulheres, negros, indígenas, LGBTQIAPN+, imigrantes e seus aliados reforçaram essas ofensas criando uma rede discursiva alinhada ideologicamente.

A partir das falas analisadas percebemos que, apesar de estarem unidos com o subterfúgio de que querem preservar a ordem nacional e disfarçados de homens religiosos e cristãos, há nos discursos dos três líderes religiosos o uso da fé para mascarar os preconceitos e para manter uma política de governo que limite a diversidade e o pensamento crítico e reflexivo. Esses discursos são retomados através da interdiscursividade (Fairclough, 2001), mantendo uma relação com o discurso institucional de Jair Messias Bolsonaro. Os três temas de relevância social abordados nas falas explicitadas na tabela 14, demonstram que não há respeito ao negro, à comunidade LGBTQIAPN+, nem à mulher, especialmente quando esta não preenche os requisitos religiosos de submissão e defende pautas feministas, como é o caso de Simone de Beauvoir.

Entendemos que a religião é usada na política como forma de poder e esta forma de poder demonstra abuso, dominação e controle de determinados grupos em detrimento de outros. Como nos diz Dijk (2015, p.18), esse controle "(...) se aplica não só ao discurso como prática

social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias (...)".

Em um discurso oficial, no dia 30 de março de 2022, durante uma cerimônia no estado do Piauí, o ex-presidente disse que as salas de aula não podiam trabalhar a partir da ideologia de gênero, pensamento convergente ao dos líderes religiosos citados. Na tabela 15, sua fala está transcrita para podermos observar como seu discurso é construído para vilanizar a atuação profissional dos professores, culpabilizando-os por, a partir de um trabalho que supostamente enfoca a ideologia de gênero, incentivarem que os filhos se distanciem dos preceitos morais que as famílias defendem.

Tabela 15 - Fala de Bolsonaro durante discurso no Piauí[130]

Jair Bolsonaro	"Uma questão muito importante para todos nós: quase todo mundo aqui tem filhos e netos. E nós queremos que nossos filhos e netos sigam a linha das nossas famílias. Que deles seja afastado da sala de aula a ideologia de gênero. Não podemos admitir que não se nasce homem ou mulher e se decida o sexo lá na frente. Isso é inadmissível. Isso não pode ser aceito por qualquer um de nós" (...) "Aceitamos o comportamento de quem quer que seja depois de uma certa idade, cada um vá ser feliz da maneira que ele achar melhor. Mas esse tipo de ideologia nas escolas, nós não podemos e nós não admitimos".

Elaborada pela autora

O uso da expressão "muito importante", já no início de sua fala, reforça a proximidade da figura do então presidente com seus ouvintes. Essa é uma questão que preocupa a todos, inclusive a ele, como pai e avô. Estabelecendo essa relação de proximidade com o povo, Bolsonaro se coloca de igual para igual. Ao continuar sua fala fazendo uso do processo "queremos", mantém esse processo mental, de identificação, de estarem todos situados em um mesmo contexto que é o de defender a manutenção da família tradicional brasileira e de afastar qualquer ameaça a essa manutenção. O uso da expressão "seja afastado", pode ser visto como um processo material, uma vez que requer a ação de retirar das escolas os professores doutrinadores que estão à serviço não de educar os "filhos e netos", mas de ensiná-los que podem escolher entre ser homem ou mulher. Fica evidente também a banalização da sexualidade como algo que se "ensina" a ser ou que se "escolhe" ser. Retomando a expressão "seja afastado", a construção textual sugere que Bolsonaro incita seus ouvintes a lutarem contra a classe dos professores para que estes não continuem doutrinando seus filhos.

[130] Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html > Acesso em 10/04/2025.

É perceptível que a tentativa de atrair aliados, a partir do discurso, que pactuem com o que defende que diz respeito aos professores serem ameaças à ordem e ao bem estar; professores serem doutrinadores; a escola como um lugar no qual as ideologias de gênero estão para influenciar a sexualidade das crianças. A persuasão colabora com a proposta de negação da escola, dos professores e de práticas que vislumbram um ensinar para a liberdade, evidenciadas no discurso de Bolsonaro. Neste sentido, compreendemos que a figura de Freire retorna como alguém que compreende a educação sob a perspectiva da liberdade, da criticidade e da emancipação, características execradas por Bolsonaro.

A tabela 16, transcreve fala de Bolsonaro em defesa do *homeschooling*, durante entrevista na GloboNews.

Tabela 16 - Fala de Bolsonaro durante entrevista na GloboNews[131]

Jair Bolsonaro	Bolsonaro - "Tem muitos pais que querem educar os filhos em casa, tendo em vista, Camarotti, com todo respeito, eu já fui em escolas públicas do Rio Janeiro. Em algumas é um caos que existe em sala de aula, é um caos, num se aprende nada, parece que a criançada tá cumprindo tabela. Num é apenas a prova do PISA, né, que aquela garotada na nona série do ensino fundamental (...)" Camarotti - "Mas não seria melhor melhorar a qualidade da escola do que não oferecer uma escola presencial, candidato?" Bolsonaro - "Olha só, então a prova do PISA que eu tô falando pra você aqui, eu faço a minha prova lá. Na prova do PISA você faz matemática, ciências e interpretação de texto, então eu converso com a garotada. É lamentável. É diferente do meu tempo. Não sei a idade do Merval, eu tô com 63. No meu tempo tinha uma escola, uma educação completamente diferente, se aprendia mais. Hoje em dia a garotada não sabe nem a tabuada, não sabe a regra de três simples, não sabe a interpretação de texto." Camarotti - "Mas, candidato…" Bolsonaro - "Agora o pessoal quer, muitos querem estudar em casa. Num é uma garotada, um grupo de garotos que vai ter uma aula à distância. Em casa, o pai muitas vezes ou a mãe fica em casa, o pai fica em casa, ele queria dessa forma, educar a criança em casa. Isso já existe no Brasil em parte e no meu entender tá crescendo exatamente porque não estão aprendendo nada em sala de aula."

Elaborada pela pesquisadora

[131] O vídeo ao qual tivemos acesso é um recorte da entrevista de Jair Messias Bolsonaro à GloboNews e está disponível no Youtube. O recorte foi divulgado por Sarah Fernandes Wawginiaks, em 31 de agosto de 2018, tendo 2.745 visualizações. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qouGl_dbKkQ> Acesso em 10/04/2025.

Na fala do ex-presidente, a argumentação foi construída em torno da tese de que "a escola não ensina", sustentando sua argumentação ao fazer referência à prova do PISA[132]. A dupla negação em "num se aprende nada" evidencia o aspecto valorativo negativo da escola como um lugar no qual as crianças estão sendo negligenciadas em seus direitos de aprendizagem. A solução para o problema, então, seria retirar a obrigação do estado de garantir educação pública de qualidade e transferir essa responsabilidade para os pais. Durante toda a fala fica evidente o uso do processo "querer" isentando a responsabilidade do estado, uma vez que é desejo dos pais educarem os seus filhos em casa.

Fica nítida ainda a defesa de que a escola não cumpre seu papel, que o fracasso dos resultados seria facilmente solucionado caso as famílias fossem responsáveis pelo ensino de suas crianças. Exime-se o estado de sua responsabilidade, ignora-se a sociabilidade como parte fundamental da educação e da aprendizagem e responsabiliza-se os pais por uma ação que é dever do estado dar garantias para que esta aconteça de maneira satisfatória.

Evidenciamos, na tabela 17, o trecho de um discurso de Bolsonaro proferido na Marcha para Jesus, do dia 09 de julho de 2022, publicado na página do Youtube da Jovem Pan News, com 93.024 visualizações.

Tabela 17 - Discurso de Bolsonaro na Marcha para Jesus[133]

Jair Bolsonaro	"(...) Só um homem e uma mulher com liberdade podem viver em felicidade e nós temos uma posição aqui, somos contra o aborto, somos contra a ideologia de gênero, somos contra a liberação das drogas, somos defensores da família brasileira. Nós somos a maioria no país, a maioria do bem. E nessa guerra do bem contra o mal, o bem vencerá mais uma vez. Eu peço a Deus todos os dias quando levanto, dobro os joelhos e rezo o Pai Nosso, que o nosso povo não experimente as dores do socialismo. Que olhe ao nosso redor aqui na América do Sul, vejam como os povos desses outros países estão vivendo. Vejam como vivem os nossos irmão da Venezuela"

Elaborada pela pesquisadora

Chama-nos atenção a construção do discurso de Bolsonaro que inicia com o jogo entre as palavras liberdade e felicidade. Quando usa o advérbio "só" ele condiciona a felicidade apenas aquele grupo específico que preza por uma liberdade, sendo que para se conquistar a

[132] A avaliação do PISA, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e tem como objetivo avaliar o desempenho educacional de estudantes em diferentes países, inclusive o Brasil.

[133] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eQeSUidOPao> Acesso em 11/04/2025

felicidade é necessário ter liberdade. A sentença sugere uma relação de causa e consequência na qual uma só é alcançada mediante a outra. Em seguida, ele representa a liberdade anteriormente mencionada apenas para as pessoas que seguem os princípios da família tradicional: "somos contra o aborto, somos contra a ideologia de gênero, somos contra a liberação das drogas". O processo relacional "somos" estabelece a relação entre o sujeito (nós) e os complementos (contra o aborto, contra a ideologia de gênero, etc.). Esses verbos são fundamentais para a construção da identidade do grupo que fala como pessoas que se apresentam como defensoras da vida, defensoras de uma sexualidade prevista nos mandamentos sagrados, defensoras do não consumo de drogas.

Além disso, os processos materiais "dobro" e "rezo" demonstram um contexto religioso ou espiritual, no qual dobrar os joelhos é visto como um gesto de reverência e humildade, e rezar é uma forma de comunicação com o divino. Essa comunicação com o divino é feita para que Deus livre seu povo de um mal que é o socialismo. A retomada do discurso religioso dentro do discurso político evidencia a interdiscursividade (Fairclough, 2001) como estratégia para manter o sagrado intervindo na atuação política.

Acreditamos que o termo "socialismo" utilizado no discurso foi feito como sinônimo de comunismo, uma vez que em outros momentos já foram feitas referências ao comunismo nos discursos da extrema-direita.

O socialismo, ao qual Bolsonaro se refere no discurso, é visto como uma ameaça ao capitalismo, defendido por ele, uma vez que o socialismo é caracterizado pela distribuição dos bens de consumo que é feita a partir das necessidades da sociedade. Considerando que o discurso em foco estava sendo realizado em uma Marcha para Jesus é contraditório não defender o socialismo e a divisão entre os irmãos. Ainda mais contraditório quando o ex-presidente estabelece dois grupos: os que não aceitam o socialismo (grupo do bem) e os que defendem o socialismo (grupo do mal). Fica explícito o desejo pela manutenção das hierarquias sociais e da hegemonia como habilidade da classe dominante de conquistar o consentimento da sociedade por meio da disseminação de valores, crenças e práticas que passam a ser vistos como naturais e evidentes, de modo que esse acordo coletivo parece decorrer da própria ordem das coisas, sem abrir margem para questionamentos (Gramsci, 2007).

Ao analisarmos a sentença "Nós somos a maioria no país, a maioria do bem. E nessa guerra do bem contra o mal, o bem vencerá mais uma vez", a função ideacional (Halliday, 1994) fica explícita, pois o falante constroi uma narrativa de luta entre o bem e o mal, estrutura comum em discursos que buscam mobilizar apoio ou justificar ações. A escolha lexical de "maioria" e

"guerra" sugere uma dinâmica de poder, na qual Bolsonaro se evidencia em uma posição de autoridade moral, influenciando a percepção do grupo que o escuta, reafirmando a legitimidade deste grupo, bem como suas ações.

O vocábulo "guerra" chama a atenção pelo contexto no qual foi usado: um momento de oração, de reflexão, de louvores, no qual a paz deveria ser enaltecida e não a guerra que nos remete ao armamento, à morte e ao mal. Questionamo-nos, então, quem estaria, de fato, do lado do mal?

O discurso de ódio, de intolerância, de desrespeito (França;2019, Müller; 2019, Sá;2020) está presente neste trecho, mesmo revestido de uma roupagem religiosa, revelando, mais uma vez, que não se tolera a divisão dos bens, a diversidade sexual do país, ficando a defesa da vida apenas ao apelo contra o aborto. A violência simbólica (Bourdieu, 1989), que fica explicitada nos discursos de Bolsonaro, está aparentemente no campo das ideias, mas é um convite para que seus seguidores se engajem e transformem-na em ação, afinal *"nós somos a maioria"* e essa maioria vencerá.

Analisaremos, de maneira breve, na tabela 18, a fala de Onyx Lorenzoni que saiu em defesa de Bolsonaro e convocou pessoas para um ato de apoio que ocorreria no dia 7 de setembro de 2021. Na fala fica evidente que ele traz o ex-presidente como alguém que estava sendo perseguido, mas que como era um cristão, temente a Deus, ele conseguia lutar pelo país sem medo, mesmo diante de tantos ataques.

Tabela 18 - Fala de Onyx Lorenzoni[134]

Onyx Lorenzoni	"Não há paralelo no planeta de presidente que tenha sido mais vilipendiado do que esse homem, mais atacado do que ele, mas ele tem resiliência, tem força e como a maioria de nós não tem medo de botar o joelho no chão e dizer 'meu Deus, socorre o meu País".

Elaborada pela pesquisadora

Na fala de Lorenzoni fica evidenciado o quanto Bolsonaro, nas falas de seus apoiadores, sofre injustiças e ataques, ainda que muitas denúncias contra seu governo tenham sido

[134] Tivemos acesso à fala de Onyx Lorenzoni, ex-ministro do governo Bolsonaro, através do texto publicado na Carta Capital. As falas foram ditas durante a convocatória para participação nos atos de 07 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-presidente-nao-faz-nada-so-e-vitima-de-desmandos-diz-eduardo-bolsonaro-sobre-o-pai/> Acesso em 11/04/2025

realizadas e sigam em investigação, sendo ele, inclusive, intimado[135] para prestar esclarecimentos sobre alguns dos escândalos nos quais se envolveu em seu governo. A palavra "vilipendiado" significa, segundo o dicionário Michaelis On-line "considerar (algo ou alguém) como desprezível, vil e sem valor; aviltar, rebaixar". No entanto, mesmo sendo alvo de injustiça, apresenta-se como alguém que tem força e resiliência, que significam respectivamente, de acordo com o mesmo dicionário "Vontade firme, que não se deixa abater; ânimo, disposição, vigor" e "Capacidade de rápida adaptação ou recuperação".

Assim sendo, o discurso enaltece Bolsonaro como uma pessoa de Deus que não fraqueja mesmo diante de tantas injustiças e ataques que sofre. Quando traz o uso do *"como nós*" aproxima esse homem temente a Deus, esse ser resiliente do povo que também sofre, mas não se entrega. O apelo discursivo é para que ali não seja enxergado o presidente, mas sim o homem temente a Deus que em busca de trazer alento ao seu povo dobra os joelhos e ora. O uso do pronome *"meu"* tanto para se referir a Deus quanto ao país também não é feito de maneira gratuita, pois atribui-se um valor de posse tanto referente ao sagrado quanto referente à nação.

Diante dos pontos evidenciados nesta reflexão e das teias discursivas analisadas, compreendemos que os discursos promovidos, apesar de estarem revestidos de discurso cristão, na verdade incitam práticas de cólera e ódio. Quando os absurdos são naturalizados, através dos discursos, visualizamos uma das formas de controle social, uma vez que as injustiças, barbaridades e crueldades passam a ser banalizadas. A partir do discurso que banaliza o ódio, as relações de dominação são veladas e passam a ser vistas como inerentes à existência humana.

Dessa forma, a essência da democracia que é a aceitação das mais diversas formas de expressão e o respeito à pluralidade de ideias, esbarra no discurso de ódio que discrimina, inferioriza, hostiliza e violenta. Quando externalizado, esse discurso se concretiza e se difunde.

Assim sendo, considerando que se espera de um chefe do poder executivo que ele seja promotor da paz, que faça prevalecer a união e o respeito entre os cidadãos, fica evidente que os discursos proferidos por Bolsonaro e seus aliados, incentivaram a segregação, causando danos coletivos ao povo brasileiro e legitimando a disseminação do ódio, do desrespeito, da violência e da cólera. Com a classe docente esse discurso esteve à serviço do silenciamento, da violência física e verbal e da tentativa de censura. As análises realizadas até agora demonstram

[135] A mais recente intimação ocorreu após live realizada na UTI de um hospital de Brasília, conforme pode ser verificado na página da CNN. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/no-hospital-tse-intima-bolsonaro-a-pagar-multa-por-propaganda-eleitoral/> Acesso em 29/04/2025.

que as escolhas linguísticas, a ativação de redes intertextuais e os processos utilizados cumpriram a função de fortalecer um discurso hegemônico de poder.

Considerando os efeitos de sentido gerados a partir da produção e circulação desses discursos de ódio, reiteramos, no capítulo 5, seus efeitos negativos para a carreira docente e como expõem e vulnerabilizam os professores em seus espaços de trabalho e na sociedade como um todo. Além de atingirem professores, acabam sendo reverberados em toda a comunidade educacional, incluindo estudantes que são vítimas de acusações pelo próprio governo, por seguirem uma pauta de princípios democráticos.

Retomando a fala de Weintraub, na figura 11, quando se refere aos estudantes de maneira irônica com a construção da seguinte fala "Neném ficou bravo? Acabou a mamadeira? Tira o alargador da orelha, toma um banho, arruma um trabalho e você pode estudar o lixo que quiser! COM O SEU DINHEIRO! Não com o dinheiro dos nossos impostos!", compreendemos que a tentativa de descredibilizar não somente a docência, mas também os estudantes. O significado representacional (Fairclough, 2003a) revela que Weintraub constrói uma representação depreciativa do estudante com o uso de expressões infantilizadas e imagéticas como *"neném", "acabou a mamadeira?", "tira o alargador da orelha"*. Os processos materiais *"tira", "toma", "arruma"* e relacional *"você pode estudar o lixo que quiser"* caracterizam o outro como infantilizado, improdutivo e socialmente inferior. A ideologia neoliberal da meritocracia também é evidenciada no trecho *"COM O SEU DINHEIRO! Não com o dinheiro dos nossos impostos!".* Vale ressaltar o uso dos pronomes *seu* e *nossos* demonstrando que os estudantes caracterizados em sua fala estão do lado oposto ao seu e, portanto, não podem usufruir dos impostos que também pagam. Além disso, o uso das letras em caixa alta, revelam a possibilidade de alteração na fala representada na escrita por este recurso, demonstrando que a afirmação não é um diálogo, mas uma imposição violenta. A metáfora da *"mamadeira"* associa o estudante à dependência, sugerindo imaturidade e incapacidade de autonomia, um processo que traduz a relação de poder e controle (Bourdieu, 1989). Vale ressaltar que o léxico *"mamadeira"* ainda nos remete a outra conotação possível, uma vez que faz parte do discurso bolsonarista associar o termo ao movimento de esquerda de maneira pejorativa e sexualizada, como em "*mamadeira de piroca*". O uso de *"lixo"* para se referir aos estudos denota que para o ex-ministro há cursos valorizados e há cursos que são tão insignificantes que merecem ser comparados a algo a ser descartado como o lixo.

A fala, veiculada em redes sociais, espaço no qual Weintraub se dirigia diretamente à população, utilizando uma linguagem informal, irônica e agressiva, demonstra características

do discurso populista digital. Há interdiscursividade (Fairclough, 2001) quando se percebe um discurso político neoliberal, atrelado ao discurso moralizante e anti-intelectual. O outro ao qual ele se refere, fica subentendido como o estudante de humanas, o militante, o jovem com alargador, que é representado como alguém que não merece ser levado a sério, que precisa crescer, que ameaça a moral e a econômica, enquanto o nós, os pagadores de impostos, são elevados à condição de sujeito legítimo da nação, a partir do poder simbólico (Bourdieu, 1989). Essa construção evidencia uma disputa sobre o sentido social da educação, uma vez que de um lado está o projeto de educação libertadora e crítica e de outro, o projeto de educação instrumental, subordinado à lógica de mercado.

Outra análise que podemos fazer sobre esse movimento de construção de consensos sobre professores, estudantes e comunidade educacional e que pode colaborar com práticas violentas, construindo efeitos de sentido valorativos negativos em torno da educação no Brasil, diz respeito a não tratar essas ações como fatos isolados e/ou pontuais. A violência tem sido alimentada como um projeto social, político e econômico estruturado que visa manipular, oprimir, silenciar as massas e uma das formas mais fortes de consolidação desse projeto de poder é construir um inimigo e manter as pessoas contrárias a esse inimigo, combatendo-o.

Dessa maneira, a violência, enquanto projeto de governo, prevalece nos discursos, ainda que o grupo político não esteja mais no poder. Entendemos, assim, que a extrema-direita continua a atacar professores, pois essa é uma das estratégias de controle social e de continuar construindo no imaginário social ideias negativas em torno da docência. Exemplificamos nossa afirmação, na tabela 19, com o discurso de Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do ex-presidente e forte representante das pautas defendidas pela extrema-direita, durante evento a favor do armamento em 2023. Eduardo comparou professores a traficantes, dizendo:

Tabela 19 - Discurso de Eduardo Bolsonaro durante ato em defesa do armamento em 2023[136]

	"O certo começa pela nossa família. Se nós, por exemplo, tivermos uma geração em que os pais prestem a atenção na educação dos filhos, tirem um tempo para ver o que eles estão aprendendo nas escolas, não vai ter espaço para professor doutrinador sequestrar as nossas crianças. Não tem diferença de um

[136] O discurso de Eduardo Bolsonaro pode ser acessado na íntegra em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-traficantes-pf-deve-analisar-fala/> Acesso em 23 de out. de 2025.

Eduardo Bolsonaro	professor doutrinador para um traficante que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez até o professor doutrinador seja ainda pior, porque ele vai causar discórdia dentro da sua casa, enxergando a opressão em todo o tipo de relação. Fala que o pai oprime a mãe, a mãe oprime o filho e aquela instituição chamada família tem que ser destruída".

Fonte: CNN, 2023 Elaborada pela pesquisadora

De acordo com a metafunção ideacional (Halliday, 1994), a família é destacada como o núcleo certo e da verdade, contrastada com a escola que é evidenciada como um lugar de perigo ou ameaça a essa estrutura familiar soberana. Os processos materiais e mentais predominam em *"prestem atenção", "tirem um tempo", "ver o que aprendem"* , eles atribuem uma responsabilidade de vigilância e fiscalização por parte da família para com relação à escola e aos professores. Quando ele diz *"nossa família","nós" "nossos filhos"* se aproxima do ouvinte, deixando evidenciado que ele faz parte desse espaço de luta contra a doutrinação da escola.

Na dimensão da prática discursiva, há uma interdiscursividade (Fairclough, 2001) de caráter conservador, característico de construções políticas que acusam a escola e o professor de doutrinação ideológica. O debate sobre educação e liberdade docente é tratado a partir da moralidade e da vigilância. O processo de produção, circulação e consumo desse discurso pressupõe um público já alinhado com a visão antagônica à educação crítica, reforçando identidades políticas específicas como os pais, os cidadãos de bem e os defensores da família tradicional brasileira. Ressaltamos que o discurso foi dito em 2023, e essa retomada de pautas contra a educação direcionadas aos aliados, demonstra que a educação continua na mira do projeto político de governo que visa controle social e supremacia de classes sociais em detrimento do apagamento de outras.

No que diz respeito à dimensão da prática social, ao fazer o jogo de palavras *"sequestrador"* e *"professor"*, o discurso cumpre a função de criminalizar os educadores, identificando-os em um campo semântico negativo e estabelecendo uma representação social do professor como mal a ser combatido, gerando efeitos violentos. O discurso expressa um projeto ideológico de controle da educação, no qual a escola deve servir à moral familiar e não à formação cidadã. Esse antagonismo, situa a figura de Paulo Freire nessa discussão, quando retomamos léxicos direcionados à ele como *"doutrinador"* e *"comunista"*.

A continuidade do discurso, demonstra um tom ainda mais ameaçador e desrespeitoso, com o jogo de palavras *"professor doutrinador*" e *"traficante"*, atribuindo uma comparação entre a docência e o crime. No campo semântico, atribui-se uma equivalência entre professor e traficante, estando os dois com valores iguais, ignorando-se as questões morais e sociais que cada agente desse cumpre. Em "*talvez o professor doutrinador seja ainda pior*", Eduardo gera uma dúvida, com o uso do advérbio *"talvez"*, no ouvinte e o faz refletir o quanto o professor pode ser prejudicial para a vida dos jovens, sendo ainda pior que um traficante. A ideia transmitida é que esse professor molda as mentes dos estudantes, corrompendo-os e levando-os a se voltarem contra os princípios familiares.

Ao dizer "*fala que o pai oprime a mãe, a mãe oprime o filho e aquela instituição chamada família tem que ser destruída*" denota uma responsabilização da escola e do professor como disseminador de um discurso de opressão, desconsiderando que há historicamente, especialmente em ciclos familiares conservadores, a presença do autoritarismo masculino e do silenciamento das mulheres. Ao atribuir aos professores a responsabilização pela destruição da família, Eduardo faz uso novamente do antagonismo e reforça que ele e seu grupo estão para construir e manter, enquanto que os professores estão para destruir e arruinar.

Uma das frases mais emblemáticas de Paulo Freire faz referência à opressão quando diz que "Quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser opressor", além dessa frase, Freire escreveu sua obra intitulada "Pedagogia do Oprimido", sendo talvez a mais famosa e reconhecida. Dessa forma, entendemos que a escolha lexical feita por Eduardo ao dizer "oprime" opera para fazer relação entre a pedagogia freireana e os professores que estão destruindo as famílias por "*enxergar opressão em todo tipo de relação*".

Esse discurso funciona para naturalizar a visão de que as escolas e/ou os educadores são agentes subversivos que ameaçam a família tradicional. Os efeitos de sentido gerados cumprem a função de legitimar uma intervenção estatal no sentido de controlar currículos, censurar e punir, além de deslegitimar a atuação dos professores enquanto autoridade epistêmica. Além disso, o caráter hegemônico pode ser avaliado como forma de enaltecer a família como construto sagrado que está sendo exposto ao risco pelos atos subversivos e destruidores dos professores. É uma estratégia de reprodução de poderes tradicionais.

Vale ressaltar que a fala de Eduardo Bolsonaro revela uma autoridade, uma vez que ele é parlamentar. Assim sendo, ao se dirigir aos professores usando termos criminalizantes ele

opera pelo poder simbólico (Bourdieu, 1989), buscando transparecer essa visão como um consenso social.

Os efeitos de sentido oriundos desse tipo de discurso estão relacionados à estigmatização dos professores, bem como ao enfraquecimento da confiança da sociedade e das famílias nas escolas, justificando, como forma de controle social, políticas punitivas, contra educadores e instituições, como corte de verbas e afastamentos dos cargos. Além disso, há uma tentativa de silenciar o olhar crítico sobre as relações de poder, sejam elas de qualquer ordem, inclusive familiares, apresentando enxergar opressões como algo exagerado ou patológico.

Diante do exposto, para analisar criticamente os discursos dos dois blocos analíticos que compuseram esta tese, compreendemos que a articulação entre as categorias analíticas nos permitiu perceber os discursos para além do dito. Categorias como intertextualidade, poder simbólico, hegemonia, ideologia e representações sociais, possibilitaram revelar como os sentidos são construídos, disputados e legitimados em contextos sociais marcados pelas relações e disputas de poder. A intertextualidade, demonstra que reiteradas vezes foram mobilizados discursos para associar a pedagogia freireana, progressista e crítica, ao fracasso e aos baixos índices, nutrindo no imaginário social uma narrativa de crise que supostamente teria sido gerada pela pedagogia freireana. Ao acionar vozes específicas e retomar determinados discursos, deixa-se de evidenciar contextos como corte de verbas, desvalorização profissional, fatos estes que interferem diretamente no contexto de crise educacional, valorizando apenas a estratégia de demonizar a educação crítica e emancipatória, atribuindo a esta uma responsabilidade pelos baixos índices.

Já a noção de poder simbólico, ajuda-nos a entender como esse discurso busca impor uma determinada visão de mundo como legítima. Nesse sentido, o poder simbólico opera de forma quase invisível, naturalizando hierarquias e classificações sociais. Ao desqualificar Paulo Freire e associar sua filosofia ao fracasso educacional do país, cria-se uma verdade absoluta sobre quais saberes são válidos e quais devem ser rejeitados. Trata-se de uma disputa pelo controle do capital simbólico no campo educacional, na qual de um lado estão as correntes pedagógicas críticas e de outro uma perspectiva que as associa ao atraso e à ineficiência. O uso de termos ofensivos também cumpre função simbólica de deslegitimação, reforçando fronteiras ideológicas e produzindo efeitos de exclusão.

A noção de ideologia possibilitou compreender como determinados enunciados são organizados a partir de sistemas de crenças que naturalizam visões de mundo e sustentam relações de dominação. No discurso de ódio contra Freire e, consequentemente, contra os educadores brasileiros, a ideologia atua na construção de narrativas que associam a educação crítica a ameaças morais, políticas ou culturais, produzindo efeitos de deslegitimação. Assim, as análises realizadas evidenciaram escolhas lexicais, modalizações e estratégias argumentativas que funcionam como marcas ideológicas, revelando a tentativa de fixar sentidos e impossibilitar leituras críticas e emancipatórias.

A categoria de hegemonia, por sua vez, permite-nos compreender como essas construções ideológicas se estabilizam e se tornam dominantes no espaço social. Inspirada na tradição gramsciana, essa noção evidencia que o discurso de ódio não é episódico, isolado ou não intencional, mas parte de um projeto amplo de disputa por consensos. Em contextos autoritários, observa-se a mobilização de aparelhos midiáticos, institucionais e digitais para reiterar representações negativas de professores, transformando-os em inimigos, em pessoas não confiáveis e que podem estar à serviço do atraso da nação. A análise textual e discursiva identifica regularidades, intertextualidades e padrões de repetição que indicam a tentativa de consolidar uma visão hegemônica contrária aos intelectuais de visão e posicionamento críticos.

Já as representações sociais contribuem para compreender como esses discursos são internalizados, compartilhados e reproduzidos no cotidiano. Elas funcionam como esquemas cognitivo-discursivos que orientam a percepção social sobre o que é ser professor ou sobre o que representa Paulo Freire para a educação nacional. No discurso de ódio, essas representações tendem a simplificar e estigmatizar, recorrendo a estereótipos como doutrinador, inimigo da família, agente ideológico que circulam amplamente. A análise discursiva possibilitou mapear como essas imagens são construídas e reiteradas por meio de metáforas, rótulos e enquadramentos discursivos.

A articulação entre essas categorias analíticas revela, portanto, que o discurso não é uma opinião isolada, mas uma prática social situada e faz parte do pensamento e da prática de um grupo político específico e articulado entre si. As construções discursivas analisadas explicitam como estas podem estar orientadas para manter e/ou disputar posições de poder ou para promover o pensamento crítico, reflexivo e emancipatório. Juntas, essas categorias permitem evidenciar que a crítica à educação não é neutra ou despretensiosa, mas está imersa em conflitos

ideológicos e em tentativas de imposição de determinadas interpretações e visões de mundo como verdades legítimas. Dessa forma, o uso dessas categorias analíticas se justificou por possibilitar ir além da superfície textual, revelando os mecanismos discursivos e as relações de poder que estruturam os enunciados, contribuindo para uma análise crítica mais profunda e contextualizada.

Ressaltamos, ainda, que nossas análises revelaram a mobilização de discursos de ódio, como os de ataques a Paulo Freire, não foram casos isolados, mas fazem parte de um projeto político de governos autoritários que visam produzir e disseminar um imaginário social negativo acerca da educação e dos professores.

7. Considerações finais

Esta tese teve como objetivo analisar crítica e discursivamente os discursos de ódio direcionados a Paulo Freire e aos professores durante a gestão da extrema-direita representada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub. Interessou-nos analisar as construções discursivas que demarcaram um governo pautado em incitação à violência e deslegitimação da docência.

Para tanto, delimitamos como percurso metodológico seis capítulos que estruturam o desenvolvimento da pesquisa e orientam a construção da análise. No primeiro capítulo, evidenciamos Paulo Freire e sua pedagogia libertadora. A partir de um resgate histórico que retomou sua vida, obra e discurso educacional libertador pautado em pensamento crítico e reflexivo e com o ideal de emancipação, conhecemos um pouco mais sobre o patrono da educação brasileira. Esse capítulo situou Freire também em um marco histórico no qual ele foi vítima da ditadura militar, retornando a esse espaço no governo Bolsonaro. Enfatizamos seu potencial na luta contra-hegemônica e no seu posicionamento crítico contra a dominação a partir de uma prática educacional que além de ensinar a ler e escrever, ensinava a pensar e se rebelar contra os sistemas opressores. Essa postura de Freire o colocou na mira dos governos autoritários, revelando como uma práxis emancipadora pode ser vista como um mal a ser combatido. Para embasar o capítulo, utilizamos como referências as próprias obras de Freire (1967; 1979; 1987; 1987; 1996; 1998; 2000).

Esse capítulo se revelou importante, pois a partir da compreensão da importância do legado histórico de Paulo Freire para uma educação que ultrapassa o tecnicismo e que se preocupa com pautas voltadas à cidadania e ao rompimento com o poder, foi possível compreender as motivações pelas quais ele foi alvo de discursos governamentais odiosos.

Após construir essa base sobre Paulo Freire e seu discurso educacional, seguimos para o segundo capítulo que teve como objetivo traçar o embasamento teórico-metodológico que embasou nossas análises. A abordagem adotada foi a multidisciplinar da Análise Crítica do Discurso, com foco nos postulados de Fairclough (1995, 1999, 2001, 2003a) e na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994). Além disso, elencamos categorias analíticas que possibilitaram um olhar para o corpus da pesquisa de maneira a realizar uma interpretação dos dados para além dos aspectos linguísticos. Assim sendo, para compreender sobre intertextualidade e interdiscursividade, trouxemos as discussões de Fairclough (1995, 1999, 2001, 2003a). Para compreendermos sobre o conceito de hegemonia recorremos à Gramsci

(2007) e Fairclough (2001, 2003a). Sobre poder simbólico, respaldamos nossa pesquisa a partir de Bourdieu (1989). No que diz respeito à teoria das representações sociais utilizamos os estudos de Moscovici (1978) e Van Leeuwen (1996, 1997, 2008). Essas categorias se revelaram primordiais no que diz respeito ao olhar direcionado para os discursos de ódio que constituem o corpus desta tese. A abordagem multidisciplinar da ACD associada à LSF garantiu um olhar direcionado ao campo textual, social e ideológico, permitindo compreender as práticas discursivas para além das produções linguísticas, uma vez que se revelam também como manifestações de relações de poder, crenças e valores que estruturam a vida social. Essa perspectiva possibilitou analisar como os significados são produzidos, reproduzidos e contestados nos discursos, evidenciando o modo como estes contribuem para a manutenção ou transformação das hegemonias. Assim, a análise se articula às dimensões históricas, políticas e culturais, reconhecendo o discurso como uma forma de ação social que molda identidades, representações e práticas cotidianas.

Já o terceiro capítulo teve como foco determinar o que caracteriza o discurso de ódio em nossa sociedade, a partir de pesquisas de França (2019), Müller (2019) e Sá (2020). Entendemos o discurso de ódio como um fenômeno social que tem suas bases nas relações históricas de poder e de opressão. Várias categorias sociais foram e são alvos desses discursos odiosos, sendo as minorias as mais atingidas por ele. Ressaltamos que o resgate sobre o discurso de ódio como uma das narrativas estruturantes da fundação do país nos permitiu olhar para o discurso de ódio direcionado aos professores não como um processo casual, mas como heranças da colonização e como possibilidade de perpetuação e manutenção das desigualdades.

Quando o discurso de ódio atinge uma categoria profissional como a docente, que deveria ser basilar para uma sociedade na qual a superação das desigualdades, a luta por justiça e equidade como uma política de governo, questionamo-nos as intenções que levam um governo a gerar desconfiança social em torno da atuação docente. Ao analisar os discursos percebemos que a extrema-direita tem como propósito eleger seus inimigos para construir um imaginário social de guardião da moral e dos princípios civilizatórios. O governo Bolsonaro elegeu Paulo Freire como alvo de discursos odiosos por ele representar a possibilidade de uma educação pautada em princípios democráticos, em liberdade de escolha e rompimento com estruturas de poder que naturalizam condições precárias e ausência de direitos. A pedagogia freireana parte do princípio de que é possível e necessário se rebelar e, portanto, governos com características autoritárias veem nesse processo uma ameaça. O ataque a Paulo Freire e, consequentemente, aos professores brasileiros representa o quanto a educação pode ser usada com vistas à

manutenção da ideologia dominante. A extrema-direita procura construir, no imaginário social, uma representação da insegurança familiar ao atribuir aos professores comportamentos e valores considerados moralmente desviantes em relação aos filhos. Com isso, deslegitima sua autoridade de cátedra e os reposiciona simbolicamente como inimigos potenciais, sujeitos que podem e devem ser alvos de violências, caso não se alinhem a uma agenda moralizante imposta ao exercício da docência.

Nesse sentido, compreendemos que Paulo Freire e os professores estiveram reiteradas vezes envoltos em discursos de ódio por parte do governo de Jair Messias Bolsonaro como uma maneira de silenciar, invisibilizar, marginalizar, culpabilizar a classe e, dessa forma, invalidar a categoria. Esse movimento não foi inesperado, uma vez que em seu plano de governo, conforme ilustramos na tese, ele já sinalizava o tratamento que seria dispensado aos professores caso fosse eleito. Ao eleger um presidente que declara que irá "expurgar Paulo Freire" a sociedade demonstra, ou ao menos uma parte dela, que ainda precisamos avançar muito no que diz respeito a promover práticas educacionais que permitam a reflexão e a atuação cidadã para que nenhum governo seja capaz de manipular o pensamento crítico.

Seguimos para o quarto capítulo da tese e nele trouxemos o alinhamento discursivo da base bolsonarista como uma maneira de afirmar que os discursos de ódio, não somente contra professores, mas também contra outras classes sociais como mulheres, negros, comunidade LGBTQIAPN+, fazem parte de uma rede discursiva maior alinhada a questões religiosas. O discurso moralizante de Jair Messias Bolsonaro teve como propósito conseguir aliados e, com o apoio de lideranças de base evangélica, conseguiu se manter como um líder acima do bem e do mal e, portanto, inquestionável em suas ações. Com essa proteção, Bolsonaro manteve ativo esquemas de corrupção, acordos ilegais, mas como se revestia de um aspecto sagrado, de salvador e Messias, merecia ser poupado de investigações e acusações. Essa rede intertextual permitiu a Bolsonaro consolidar suas bases e investir em um discurso cada vez mais agressivo e moralizante, com a adesão e validação de grupos religiosos.

O quinto capítulo traçou um perfil dos professores brasileiros a partir dos documentos oficiais que regem a educação nacional, LDB e BNCC, para entendermos que as práticas pedagógicas que preconizam o desenvolvimento dos estudantes em sua integralidade não fazem parte apenas da perspectiva freireana, mas estão embasadas em normativas e leis que regem a fazer pedagógico. A narrativa institucional buscou disseminar socialmente que os professores que abordam temáticas de inclusão e diversidade estão doutrinando os estudantes. No entanto, o que a lei designa é que as práticas pedagógicas sejam permeadas por princípios éticos,

políticos e cidadãos que assegurem o respeito às diferenças e a valorização da pluralidade cultural, social e individual dos educandos. Assim, ao contrário do que propaga o discurso de criminalização da docência no governo Bolsonaro, o compromisso com a diversidade e com a formação cidadã é uma exigência legal e pedagógica, não uma escolha ideológica. Dessa forma, o professor que trabalha questões relativas a gênero, raça, meio ambiente ou direitos humanos está cumprindo o que determinam as diretrizes oficiais da educação brasileira, reafirmando o papel social da escola como espaço de emancipação e construção democrática do conhecimento.

Defendemos que o discurso de ódio destinado a Paulo Freire e aos professores promoveu um adoecimento da categoria, uma vez que incitou práticas violentas, de intimidação e perseguição. Esse movimento deve ser visto como projeto institucionalizado de governos autoritários representados pela extrema-direita. É necessário que os professores estejam conscientes disso e preparados para reagir com práticas pedagógicas críticas e solidárias que reafirmem o sentido emancipador da educação. Reagir, nesse contexto, não significa somente resistir às ofensivas, mas reconstruir espaços de diálogo, acolhimento e formação coletiva que fortaleçam a identidade docente e a defesa da escola pública. Essa reação deve se basear na produção de saberes comprometidos com a justiça social e na reconstrução de vínculos entre professores, estudantes e comunidade, de modo que o ensino volte a ser reconhecido como prática de liberdade e instrumento de transformação social, conforme os princípios defendidos por Paulo Freire.

Vale salientar ainda que a rede intertextual construída pelo governo de Jair Messias Bolsonaro fez uso, por diversas vezes, da disseminação de notícias falsas não apenas direcionadas aos professores. As fake news foram propagadas com o propósito de fomentar um clima de insegurança no país a ponto de os cidadãos acreditarem que intervenções baseadas em retirada de direitos democráticos historicamente conquistados fossem a única via possível. Essa rede de desinformação afetou a educação, mas se estendeu para outros setores como saúde e segurança pública. Assumimos, nesta tese, a defesa de que a mentira durante o governo Bolsonaro foi uma tática do governo para conseguir impor políticas autoritárias sem que houvesse resistência social imediata. A manipulação sistemática da informação, aliada à deslegitimação de fontes jornalísticas ou científicas, configurou-se como uma estratégia discursiva voltada à produção de descrédito. Dessa forma, a mentira operou como instrumento de controle e como mecanismo de manutenção do poder, permitindo ao governo fragilizar o

debate público, desestruturar a confiança nas instituições democráticas e justificar ações contrárias aos princípios constitucionais.

Nesse sentido, o sexto capítulo da tese deu conta de observar dois blocos analíticos, sendo o primeiro composto três entrevistas concedidas pelo ex-ministro da educação (sendo uma ao canal no YouTube de Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, uma à Gazeta do Povo e uma à Jovem Pan) e recortes de três falas do ex-presidente (sendo uma em sabatina da Rede TV, uma em debate do UOL e uma em coletiva à imprensa), e o segundo composto por falas de parlamentares, aliados políticos, líderes religiosos e mídias sociais. A partir das análises realizadas percebemos alguns movimentos que consolidaram os discursos de ódio do governo de Jair Messias Bolsonaro: 1- o discurso de ódio foi institucionalizado no governo, transformando-se em uma prática oficializada e autorizada; 2- o discurso de ódio mobilizou em torno de Paulo Freire uma valoração negativa, responsabilizando as práticas pedagógicas embasadas em sua proposta como responsáveis pelo fracasso da educação brasileira, isentando o governo de qualquer responsabilidade a esse respeito; 3- as representações sociais criadas pelo discurso institucionalizado de ódio, durante o governo Bolsonaro, repercutiu ideologicamente na sociedade e fomentou práticas violentas, apresentando-se como contrárias a um projeto de educação inclusiva; 4- a rede discursiva intertextual entre discurso político, religioso e midiático promoveu a deslegitimação da docência e produziu representações sociais que associaram o professor à figura de inimigo moral e político, reforçando estereótipos que desqualificam o trabalho docente, apresentando-o como uma ameaça aos valores tradicionais e à ordem social.

Ao difundir, no espaço social, narrativas que vinculam a prática educativa à doutrinação ideológica, essa rede discursiva de ódio contribuiu para possibilitar um clima de desconfiança e hostilidade em relação à escola e aos educadores. Defendemos que isso ocorreu de maneira intencional, com vistas à continuidade de um projeto político hegemônico que se sente ameaçado pela capacidade de mobilização social e de rompimento com as estruturas de poder promovidas pela educação.

Evidentemente, compreendemos que nossa tese não deu conta de maneira mais aprofundada de outras estruturas que poderiam nos revelar dados ainda mais consistentes dessas condições de opressão e de deslegitimação da docência como um projeto amplo dos governos da extrema-direita. As políticas de financiamento da educação, as reformas curriculares orientadas por interesses neoliberais e as estratégias de controle ideológico sobre os conteúdos escolares, trazem dimensões poderiam aprofundar a compreensão sobre como o desmonte das

instituições educacionais e a precarização do trabalho docente se articulam ao discurso de ódio e à tentativa de silenciamento das vozes críticas no fazer docente. Reconhecemos, portanto, que a análise desenvolvida constitui um recorte dentro de um cenário mais amplo e complexo, que ainda demanda investigações futuras capazes de explorar as relações entre poder, discurso e educação em contextos autoritários e de resistência.

Esse último aspecto, a resistência, precisa ser evidenciado como imprescindível para a manutenção da carreira docente sob a gestão de governos autoritários. Os professores, conscientes de sua responsabilidade social e política, tornam-se atores fundamentais na defesa da democracia e dos direitos humanos. A resistência se manifesta nas ações de enfrentamento direto, ao reivindicar por direitos, nas práticas cotidianas de sala de aula, ao fazer uso de metodologias críticas, criando espaços de diálogo e reflexão. Dessa maneira, a resistência se configura pela persistência em educar para a liberdade, mesmo diante da censura, perseguição, violência e discurso de ódio. Assim, a educação, nesses contextos, adquire um caráter profundamente político, reafirmando o compromisso ético do professor com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa e diversa.

Por fim, acreditamos que esta tese, ao analisar os discursos de ódio dirigidos a Paulo Freire e à docência, contribui para ampliar o debate sobre os processos de deslegitimação do professor em contextos autoritários e sobre a necessidade de resistência crítica da classe docente na busca pelo enfrentamento e pela reação frente aos contextos que buscam silenciar a educação crítica. Não é possível ignorar os fatos ocorridos nos últimos anos ou acreditar que eles foram casos isolados. Houve uma política de governos instituída com vistas à destruir a carreira docente e destinar ao professor um lugar de medo e descrédito social.

8. Referências

ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. **A educação em disputa no Brasil contemporâneo:** entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênesis' . Educação, Santa Maria, v. 45, n. 1, e92/1-28, 2020. DOI: 10.5902/1984644443607.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos.** Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

ALLCOTT, M. G. H. **Social media and fake news in the 2016 election**. Journal of Economic Pespectives, v 31, n.2, p 211-236, 2017.

ALMEIDA, N. R. **Educação para além da formação do trabalhador alienado**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Educação & Sociedade, ano XXIII, n° 78, abril/2002

ALTHUSSER, Louis. **Análise Crítica da Teoria Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 2° ed. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1985.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Representações sociais:** desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (Org). Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

AMOSSY, R.; PIERROT, A.H. **Stéréotypes et clichés.** Paris: Armand Colin, 2005.

ANDRADE, A. G. C de. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 9-34, Jan.-Mar. 2021

ANDRADE, Gracieli. **A função social da escola:** um estudo com professores da educação básica no âmbito privado e público do Sinop. Eventos Pedagógicos, Sinop. v. 12, n. 2, p. 376-387. ago./dez. 2021

ANDRADE, Rodrigo Pinto. SOUZA, Rogerio de Almeida. **Educação e Reprodução**: A Escola com Aparelho Ideológico do Estado na obra de Louis Althusser (1918-1990). Revista

Communitas V7, N15 (2023): Cultura Material nos múltiplos contextos sociais DOI: https://doi.org/10.29327/268346.7.15-9.

ANDREWS, George Reid. **O protesto político negro em São Paulo (1888-1988).** Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, no 21, pp.27-48, 1991.

ARAÚJO, Felipe e ADRIÃO, Theresa. **Riscos iminentes de privatização da educação básica:** reflexões sobre conjuntura, a LDB e o novo Fundeb. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 15, n. 33, p. 767-785, set./dez. 2021.

BARROSO, Áurea Eleotério Soares. **Nita Freire:** histórias compartilhadas com o maior educador brasileiro e que nos ajudam a compreender o momento atual. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 42, p. 171-182, set./dez. DOI: http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i42.3948

BHASKAR, R. Critical realism. Essential readings. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. **Centre for critical realism.** London: Routledge, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 4. ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski.** Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BARBA, Marcela; MASSUCHIN, Michele. **Atravessamentos religiosos nas campanhas eleitorais brasileiras:** discursos, apelos e acenos na comunicação on-line de candidatos pastores e não pastores em 2020. Revista Compolítica, v. 11, n. 2, 2024.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. O discurso intolerante na internet: enunciação e interação. In: **XVII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina - ALFAL,** 2014, João Pessoa - PB – Brasil. Disponível em: http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0716-1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

BARROS, Leonardo Barbosa. **Racismo no Brasil:** teorias raciais e as heranças da escravidão no Brasil. Revista F@pciência, Rio Branco, v. 5, n. 1, p. 45-60, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6155. Acesso em: 3 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

_____. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGATO, Fernanda Frizzo e SILVA, Bruna Marques. **Discursos de ódio**: uma análise à luz da colonialidade. Rev. Faculdade de Direito, 2021, v. 45: e63262.

BRASIL. Decreto n.477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professôres, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente, 1969.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 de julho de 2025.

_____. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Confederação dos Trabalhadores em Educação. Piso Profissional Nacional do Magistério: comentários ao projeto de Lei do PSPN, aprovado em caráter conclusivo pelo Senado Federal, em 2 de julho de 2008.

_____, MEC. PORTARIA Nº 2.227, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação. Dezembro de 2019.

BRUGGER, Winfried. **Proibição ou proteção do discurso do ódio?:** algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Direito Público, Porto Alegre, ano 4, n.15, p.117-136, jan./mar. 2007.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE). **Extremismo de direita e ataques às escolas:** alternativas para ação governamental. São Paulo, dez. 2022. 51 p. Relatório. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesE

scolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Acesso em: 05 de set. 2025.

CHOULIARAKI, L. ; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet:** diagnóstico, soluções e desafios. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. **A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 13, n. 22, p. 25–36, jul./dez. 2004.

DIAS, Luciano. e CANAVÊZ, Fernanda. Racismo e ascensão social do negro na democracia brasileira. Psicologia em pesquisa. Vol.16 no.1 Juiz de Fora jan./abr. 2022 https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.32542

DIAZ, Alvaro Paul. **La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada.** Revista Chilena de Derecho, v. 38, n. 2, p. 503-609. 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

DINIZ, C. **Dia nacional de protestos contra cortes na educação pública do governo Bolsonaro - cartaz de apoio a Paulo Freire**. São Paulo: 2019. Disponível em <https://tinyurl.com/yc6kv4a9> Acesso em 21/02/2025.

DJIK, T. A. Van. **Discurso e poder**/ Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.) São Paulo: Contexto, 205.

ENGEL, Ricardo José. **O papel da doutrina jurídica:** um enfoque teórico sob o ponto de vista da política jurídica. Novos Estudos Jurídicos - Ano VI- N° 12-p. 85-94, abril/2001.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. **Critical discourse analysis**. Londres: Sage, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.

_____. **Media discourse.** Nova Iorque: Edward Arnold, 1995.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

_____. Analyzing Discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003a.

FALCONE, K. **A legitimação e o processo de categorização social**. Veredas on line, Atemática, 1/2011 – PPG Linguística/UFJF – Juiz de Fora – ISSN 1982-2243, p. 16-31.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**; tradução de José Laurênio de Melo e prefácio de Jean Paul Sartre. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA. 2008. (Original publicado em 1952).

FAUSTO, Boris. Olhando para dentro 1930-1964. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **A vida política.** São Paulo: Objetiva, 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: Ensaio de interpretação sociológica (vol. 1). Rio de Janeiro: Globo. 2008. (Original publicado em 1964).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire/Paulo Freire; [tradução de Kátia de Melo e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 13. ed. Rio de Janeiro-RJ : Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire:** Uma Biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Pedagogia da práxis**, 2.ª ed., São Paulo, Cortez, 1998.

_____. Escola (verbete). In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKO SKI, J. J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire** . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 154 - 156.

GIROUX, Henry. **Los professores como intelectuales** – hacia uma pedagogía crítica del aprendizaje. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

_____. Introducción: Democracia, educación y política en la pedagogía crítica. In: MCLAREN, P.; KINCHLEOE, J. L. (org.). **Pedagogía Crítica**: De qué hablamos, dónde estamos. Tradução de Miguel Serrano Larraz. Barcelona: Graó , 2008. p. 17-24.

_____. Democracia. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica , 2010a. p. 112-115.

GODINHO, Maria Inês Almeida. **Violência simbólica contra a mulher:** do espaço doméstico à universidade. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, v. 6, n. 1, p. 9-20, 2020. DOI: 10.36311/2447-780X.2020.v6.n1.02.p.9.

GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. **Brasil, 1945-1964:** Uma Democracia Representativa Em consolidação. Locus: Revista De História, 2023.

GOMES, Jaciara. Josefa. **Tudo junto e misturado**: violência, sexualidade e muito mais nos significados do funk pernambucano "É nós do Recife para o mundo". Recife: O Autor, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 25-44.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Quaderni del carcere**. Edizione critica di Valentino Gerratana. 3 edizione. Torino: Einaudi, 2007, 4 volumi.

_____. **Cadernos do cárcere** - O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. 461 p. v. 5.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci** . Rio de Janeiro:Graal, 1978.

HADDAD, S. **O educador**: um perfil de Paulo Freire. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.). **Novos horizontes em linguística.** São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. Oxford, Londres: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1989) **Language, Context and Text:** Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective. Oxford University Pres

HENRIQUES, Eduardo. **Educação crítica e ideologização da educação:** colocando os pingos nos 'is'. Revista de Estudos em Educação e Diversidade – REED, [S.l.], v. 2, n. 5, p. 1-16, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i5.8892.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialektik der Aufklärung**. Amsterdam: Querido Verlag, 1947.

JUNIOR, A. L. e ESTRADA, **A influência ideológica da ditadura militar na reforma da educação (1964-1971):** uma análise da educação moral e cívica sob o aspecto da violência simbólica. Canoas, v. 27, n. 2, 2022

KRESS, G. **Critical Discourse Analysis**. In:W. G. (org.). Annual Review of Applied Linguistics 11. p. 84-99, 1990.

KOCK, Ingedore. **Argumentação e linguagem.** São Paulo. Cortez. 2000.

_____; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade:** diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

KRISTEVA, J. **Sèméiotikè:** recherches pour une sémanalyse. Paris: Seuil, 1969.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. 1ª edição [1985]. São Paulo: Intermeios, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender:** a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. Revista Brasileira de Educação, Set /Out /Nov /Dez 2004 No 27.

LIMA, Abrahão Alexandre Barros de; CARVALHO, Zilmara de Jesus Viana de; FREITAS, Flávio Luiz de Castro**. O aumento dos índices do discurso de ódio nas redes sociais brasileiras e a modernidade da questão**. Revista PoliÉtica, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 189-205, 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/PoliEtica/article/view/69288. Acesso em: 5 nov. 2025.

LOPES, Bruna da Silva; PATRÍCIO, Elisangela Nunes; PIMENTEL, Natália Faria; TINOCO, Vanessa do Amaral; XAVIER, Fabiana Duarte; CRUZ, Mickael Paiva da Silva. **Religião e política no Brasil e seus impactos na sociedade.** *Revista Foco*, Vitória, v. 18, n. 2, p. e7781, fev. 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n2-095. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7781. Acesso em: 2 out. 2025.

MAINGUENEAU, D. Discurso e análise do discurso. Tradução Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MANDEVILLE, B. **La fábula de las abejas o los vicios privados hacen prosperidad pública.** México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man**: studies in the ideology of advanced industrial society. Boston: Beacon Press, 1964.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, F. **L'ideologie allemande** (« Conception matérialiste et critique du monde »). In: Karl Marx, Œuvres. Éd. établie par Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, vol. III: Philosophie. 1982.

_____. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: Karl Marx e Friedrich Engels [1859]. São Paulo: Edições Sociais, 1977. P. 300-303. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/terceiros/cursos/1859.Prefacio-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf> Acesso em 01/09/2025.

MATOS, Ana Glecia de Oliveira Nascimento; JÚNIOR, Nestor Mascarenhas; OLIVEIRA, Janderson Carneiro. **O humor e a máscara triste do discurso de ódio**: breves apontamentos bibliográficos. UESB, Bahia, Brasil, 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação:** Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social 11ª edição São Paulo Loyola 2003.

MELO, I. F. **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso**: desdobramentos e intersecções. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009- ISSN 1807-5193 p. 01-18.

MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia.** 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. 271 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ:Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, Claudia Helena Gonçalves. SILVA, Pedro Fernando da. **Escola sem Partido e Conservadorismo Moral:** Instrumentalização da Religião, Sexualidade e Gênero. Psicologia: Ciência e Profissão 2023 v. 43, e250951, 1-18. https://doi.org/10.1590/1982-3703003250951

MORAES, Raquel de Almeida; PEREIRA, Eva Waisros; TAUNAY, Maria Paula Vasconcelos. **Dossiê Paulo Freire:** Um projeto-piloto de alfabetização de adultos – de Brasília para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 104, e5562, 2023.

MÜLLER, A. A. C. **Brasil polarizado**: os discursos de incitação ao ódio na campanha presidencial de 2014. 2019. 208 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) PUCRS, 2019.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, J. R.; JÚNIOR, J. R. L. B. **Por uma análise crítica do discurso de ódio**: a violência em comentários on-line contra a mulher negra no Brasil. in CIRNE, A. O.; BARROS, S. M. de; EFKEN, K. H. (orgs) Diálogos e perspectivas da análise crítica do discurso. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2022.

PACÍFICO, Juber Marques. **A influência das elites na manutenção das desigualdades sociais no Brasil.** Ensaios, v. 20, p. 21–35, 2024.

PINO, Ivany R. **PAULO FREIRE, ANDARILHO DO MUNDO, DE REGRESSO AO SEU POVO, DE VOLTA AO SEU PAÍS!** Educação e Sociedade. Campinas, v. 42, e254877, 2021.

PISTORI, Edson Cláudio. Voto do Relator In GADOTTI, Moacir e ABRÃO, Paulo (Org.) **Paulo Freire anistiado político brasileiro.** Instituto Paulo Freire e Comissão de Anistia. Ministério da Justiça . -- São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire ; Brasília : Comissão de Anistia. Ministério da Justiça, 2012.

PORTO, Mayla Yara. **Uma revolta popular contra a vacinação.** Ciência e cultura, v. 55, n. 1, p. 53-54, 2003. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000100032&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 31 de jul de 2025.

QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. S. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais**. Revista Katálysis., Florianópolis, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia.** Revista Novos Rumos, Marília, SP, n. 37, 2022.

RANCIÈRE, J. Sobre a Teoria da Ideologia In: **Lecturas de Althusser.** Buenos Aires, Galerma, 1970, pp. 328 e 330.

RANGEL, Lucia Helena e LIEBGOTT, Roberto Antonio. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: contextos, responsabilidades e impactos. *In* **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024** / Conselho Indigenista Missionário. 22.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2025. 260 p.

RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica**: uma perspectiva transdisciplinar entre a Lingüística Sistêmica Funcional e a Ciência Social Crítica. Proceedings 33rd International Systemic Functional Congress, 2006. p. 1069 - 1081.

RESENDE, V. M. e RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RIOS, Roger Raup. **Direito da antidiscriminação:** discriminação direta, discriminação indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. 295 p.

ROCHA, Geovane dos Santos da; ROSSETO, Elisabeth. **Saúde mental docente em tempos de pandemia:** um estudo com professores de Cascavel/PR. Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG), Brasília, v. 18, n. 39, p. 1-22, jul./dez., 2022.

ROCHA, Luíza Campos. **A influência histórica do racismo na política de segurança pública brasileira.** Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1846. Acesso em: 3 nov. 2025.

SANTANA, K. C., e BLANCO, Y. de P. C. **A construção do estereótipo discursivo nos manuais de Português como Língua Estrangeira (PLE)**: estudo de caso do livro Samba. 2022, Revista CBTecLE, 6(2), 115–131

SANTIAGO, L. **Chega de doutrinação marxista**: basta de Paulo Freire. Plano crítico, [S. l.], 20 mar. 2015. Fora de plano, n. 14. Disponível em <https://www.planocritico.com/fora-de-plano-14-chega-de-doutrinacao-marxista-basta-de-paulo-freire/> Acesso em 21/02/2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 3-46, 2007.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do hate speech**. Revista de Direito do Estado, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out./dez. 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]1969. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix.SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

SAUNER, Nelita F.M. **Alfabetização de Adultos**. Curitiba: 1º ed. Juruá, 2002.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Paulo Freire, Centésimo ano**: mais que um método, uma concepção crítica de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e254988, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/d9hmYxnkQf46nXtLGGMkjHk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em setembro de 2024.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. **Discurso de ódio**: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. Revista de Informação Legislativa, v. 52, n. 207, p. 143-158, 2015. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/515193. Acesso em: 23 de julho de 2025.

SCHMITT, Carl. Tradução de Alexandre Franco de Sá. **O Conceito do Político**. 1a ed. Lisboa: Edições 70, 2020.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas:** A progressão do pensamento político de Paulo Freire. 2º edição João Pessoa editora Universitária-UFPB 1999

SILVA, R. L. et al. **Discursos de ódio em redes sociais**: jurisprudência brasileira. Revista Direito GV, São Paulo. P. 445-468, JUL/DEZ, 2011.

SILVA, F.D.B., MAIA, K. W. M e MULLER, R. G. **Hegemonia**. In: IRINEU, L M. (Org) et al. Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

SILVA, L. R. da. **O discurso da professora:** representação e transitividade. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **"Escola sem partido":** ciência e docência entre o banco dos réus e a fogueira inquisitorial. Pesquisa e Debate em Educação, [S.l.], v. 11, 2021. DOI: 10.34019/2237-9444.2021.v11.32859.

SOUZA, B. M. G de. et al. Análise de discurso crítica:origem, pressupostos básicos e abordagens. In Ottoni, Maria Aparecida Resende (org.). **Análise de Discurso Crítica**: subsídios teóricos e metodológicos para pesquisas 1. ed. - Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.

SPONHOLZ, Liriam. **O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita**: um aporte teórico. Confluências, Niterói, v. 22, n. 3, p. 220-243, dez. 2020/mar. 2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

TRUJILO, Décio e TANJI, Thiago (Orgs). **Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2017.

VASCONCELOS, J. S.; DIAS, D. e TOULHOATt, M., **«A atualidade da praxis freireana, a dialética da crítica situada e os movimentos anti-Freire»**, Lusotopie [Online], XXII(1) | 2023, posto online no dia 01 outubro 2023, consultado o 08 dezembro 2023. URL: http://journals.openedition.org/ lusotopie/7035 ; DOI: https://doi.org/10.4000/lusotopie.7035

VILLA, Marco Antonio. **Canudos:** o povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.

VAN DIJK, T. **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000.

VAN LEUWEEN, T. The representation of social actors In: Caldas-Coulthard, C.; Coulthard, M (Orgs) **Texts and Practices:** readings in critical discourse analysis. London; New York: Routledge, 1996, p 32-70.

_____. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E.R. (org.) **Análise crítica do discurso:** uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 169- 222.

_____. Discourse and practice. News tools for Critical Discourse Analysis. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

VASCO, Edinei. **A Origem do Termo Ideologia e Suas Diversas Definições: antes e depois de Marx.** Revista Espaço Livre. V.14, n 27, jan/jun/2019.

VIANNA, Lucas Oliveira; MENDONÇA, Matheus Thiago Carvalho. "**E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará"? A retórica religiosa na construção do "mito" bolsonarista e sua recepção pelo evangelicalismo brasileiro.** *Revista Antropolítica*, Niterói, v. 55, n. 2, e56378, maio/ago. 2023.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero.** História (São Paulo), v. 38, e2019054, 2019. DOI: 10.1590/1980-4369e2019054.

Wodak, Ruth. **Discourse analysis: problems, findings, perspectives.** Text – Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse, 10(1-2), 125-132. 1990.

_____. The discourse-historical approach. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.). **Methods of critical discourse analysis** (pp. 63-94). London: Sage, 2001a.

_____. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In R.Wodak. & M. Meyer (Eds.). **Methods of critical discourse analysis** (pp. 1-13). London: Sage, 2001b.

40 HORAS na Memória. Direção de Passos Júnior. Rio Grande do Norte. 2013. Disponível em <Documentário "40 Horas na Memória">